

Eduardo Mendonça Pinheiro
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

2023

Pesquisas em
Economia
Rural
Volume 1

Eduardo Mendonça Pinheiro
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati
(Organizadores)

PESQUISAS EM
ECONOMIA RURAL

VOLUME 1

EDITORA PASCAL

2023

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Dr^a. Anna Christina Sanazario de Oliveira

Dr^a. Aurea Maria Barbosa de Sousa

Dr^a. Gerbeli de Mattos Salgado Mochel

Dr^a. Elba Pereira Chaves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474c

Coletânea Pesquisas em economia rural / Eduardo Mendonça Pinheiro e Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati (Orgs.). — São Luís: Editora Pascal, 2023.

195 f. : il.: (Pesquisas em economia rural; v. 1)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-006-7

D.O.I.: 10.29327/5318203

1. Economia rural. 2. Economia em desenvolvimento. 3. Agricultura. I. Pinheiro, Eduardo Mendonça. II. Ottati, Ana Maria Aquino dos Anjos. III. Título.

CDU: 338.43.01+330.342.22::631

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2023

www.editorapascal.com.br

APRESENTAÇÃO

Antes de entender o que é Economia Rural é bom lembrar o que é economia. Economia é a ciência que estuda a utilização dos recursos escassos na elaboração de bens e serviços para suprir os desejos ilimitados dos seres humanos. Assim, a Economia trata da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De fato, sempre teremos alguém que produz e alguém que necessita consumir alguma coisa. Essa interação entre o produtor e o consumidor é o que nós chamamos de mercado, levando à formação do preço.

Diante disso, fica fácil dizer que a Economia Rural é a parte da economia que trata da produção, distribuição e consumo de bens e serviços que tiveram origem no meio rural. Trata das relações entre pessoas e empresas, alguém que oferta e alguém que demanda, no meio rural, bens e serviços agrícolas, pecuários ou agroindustriais.

O mundo rural passou por profundas mudanças a partir do conceito de agronegócio, incorporado no Brasil com base no conceito de Agribusiness, formulado na Escola de Negócios e Administração da Universidade de Harvard, Estados Unidos, no ano de 1957, cuja ideia era incrementar a participação do produtor rural no mercado. A produção agropecuária modernizou-se, a propriedade rural mudou e o homem do campo acompanhou essa modernização com a utilização das tecnologias modernas de produção através das máquinas e dos softwares. A Economia Rural evoluiu junto, exigindo desse produtor maior produtividade, visando minimizar os seus custos, considerando que ele não tem o poder de determinar o preço do seu produto, o que é feito pelo mercado. Além disso, ele enfrenta uma grande concorrência na hora da venda do produto, dada a estrutura de mercado do setor que é a concorrência perfeita. Esse tipo de mercado tem como principais características a grande quantidade de produtores e vendedores e a homogeneidade do produto.

As áreas de estudo da Economia Rural são imensas: desenvolvimento rural, cadeias produtivas, comercialização agrícola, exportação e importação, situação fundiária, assistência técnica e extensão rural, agroindústria, transporte, crédito rural, agricultura familiar e os programas governamentais, marketing, logística, renda agrícola, meio ambiente, política agrícola, consumidor final, população jovem rural, etc.

Neste livro vários desses assuntos serão encontrados. Desejamos aos leitores que aproveitem os textos e tenham uma excelente experiência com os diversos temas da Economia Rural.

Profª Drª Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Prof. Dr. Lucilio Araujo Costa

*Departamento de Economia Rural
do curso de Agronomia da
Universidade Estadual do Maranhão*

ORGANIZADORES

Eduardo Mendonça Pinheiro

Doutor em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2023). Mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2017). Pós Graduação em Gestão de Projetos pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2021). Especialista em Gestão Agroindustrial pela Universidade Federal de Lavras-MG (UFLA, 2006), Especialista em Engenharia de Produção pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2017). Graduado em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2004), Licenciatura Plena pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 2008). Mestrado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA, interrompido em 2014). Engenheiro Agrônomo concursado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (SEMAPA). Sócio Proprietário da Editora Pascal LTDA. Professor substituto da Universidade Estadual do Maranhão. Professor pela Faculdade Pitágoras/Anhanguera. Professor Conteudista pela UEMANET. Consultor pelo Programa Alimentos Seguros (PAS). Já atuou como consultor e instrutor no setor de alimentos e bebidas pelo SENAI-MA (2004-2014). Atuou na Assessoria técnica na Secretária de Estado de Agricultura do Maranhão (2015-2017).

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Graduada em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (1989), Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1997) e Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2013). Professora do Departamento de Economia Rural do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão. Temas trabalhados: cadeia produtiva, comercialização agrícola e agricultura familiar.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
ANÁLISE DA DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO	
Idenilson Lobo Santos	
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-1	
CAPÍTULO 2.....	27
PANORAMA DO TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL	
Djane Sousa Santos	
Maria Eduarda Marques	
Rayssa Luiza Farias Do Vale	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-2	
CAPÍTULO 3.....	37
HORTA PEDAGÓGICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS	
Thalison Santos Caldas	
Poliana Oliveira Cardoso	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-3	
CAPÍTULO 4	53
ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E SUA INFLUÊNCIA NO PERFIL AGROPECUÁRIO NO ESTADO DO MARANHÃO	
Líz Vitória Pereira Araújo Oliveira	
Victória Kelly de Sousa Moraes	
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati	
Uelson Serra Garcia	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-4	
CAPÍTULO 5.....	68
OPORTUNIDADES E DESAFIOS DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES: UMA BREVE ANÁLISE DA LITERATURA	
Geovana Mecatti Domingos Bortman	
José Francisco dos Reis Neto	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-5	

CAPÍTULO 6.....80

TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL: UMA REVISÃO

Davi Botelho Cutrim

Karina Andrade Pimentel

Pablo Thomas Cascaes Garcez

d.o.i.: [10.29327/5318203.1-6](https://doi.org/10.29327/5318203.1-6)

CAPÍTULO 7.....89

ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO MARANHÃO: O CASO DOS PA's ÁRVORES VERDES E JORDÃO NOS MUNICÍPIOS DE BREJO E COROATÁ NO ESTADO DO MARANHÃO

Jadson Pessoa da Silva

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas

Darlison Raycar Ribeiro Sales

Celeste Costa Pinheiro

d.o.i.: [10.29327/5318203.1-7](https://doi.org/10.29327/5318203.1-7)

CAPÍTULO 8100

FLUTUAÇÃO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMOS NOS MERCADOS DE SÃO LUÍS -MA

Erica Louzeiro Cunha

Helio Mauricio Valois Moraes

Jardiel Gaia Da Hora

Luis Fernando Gomes De Sousa

Marion Nayon Braga Soares

Victor Emanuel Costa Carvalho

Eduardo Mendonça Pinheiro

d.o.i.: [10.29327/5318203.1-8](https://doi.org/10.29327/5318203.1-8)

CAPÍTULO 9.....118

PROPOSTA DE UM PLANO DE NEGÓCIOS: AGROFINANCE

José Lucas Moraes Casas Novas

Juliana Rodrigues Araújo Sampaio

Isabelle de Sousa Luna

Eloise Cristiny Costa dos Santos

Lana Ester Salazar Viana

Eduardo Mendonça Pinheiro

d.o.i.: [10.29327/5318203.1-9](https://doi.org/10.29327/5318203.1-9)

CAPÍTULO 10	140
ANÁLISE DA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO MARANHÃO	
Emily Gabrielle Cunha Mendes Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati Uelson Serra Garcia	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-10	
CAPÍTULO 11	155
ANÁLISE DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA EM DIFERENTES LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS- MA: UM ESTUDO DE MERCADO	
Jefferson Fernandes Silva Flávia Ferreira Chaves Luziane Marques Fontinele João Victor de Souza Rabelo Juliana Silva Gomes Wilitan da Silva Martins Domaris Martins Menezes Eduardo Medonça Pinheiro	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-11	
CAPÍTULO 12	163
TRABALHO ESCRAVO: UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE NA ZONA RURAL DO BRASIL	
Alderir Neto Siqueira Veloso Isabela Mendes Matos Matheus Henrique Almeida	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-12	
CAPÍTULO 13	173
UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL BRASILEIRO	
José Ribamar Mendes Martins Filho Leonardo Victor Moreira Conceição	
d.o.i.: 10.29327/5318203.1-13	

CAPÍTULO 14.....181

TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL: UMA REVISÃO DA SITUAÇÃO NO BRASIL

Antonio Moises de Sousa Torres

Carlos Daniel Farias Silva

Walterlan Santos Ravete de Lima

d.o.i: [10.29327/5318203.1-14](https://doi.org/10.29327/5318203.1-14)

1

ANÁLISE DA DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO

ANALYSIS OF AGRIBUSINESS DYNAMICS IN MARANHÃO

Idenilson Lobo Santos
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-1



Resumo

Dentre os fatores que merecem mais atenção por parte das políticas públicas no Brasil estão o fomento de estratégias que consigam aumentar o número de empregos e a renda, reduza a pobreza e a desigualdade social e garanta a segurança alimentar no campo e centros urbanos. O objetivo da pesquisa foi buscar informações sobre a dinâmica do agronegócio maranhense entre os anos de 2000 a 2020. Este estudo foi realizado com a utilização de dados secundários coletados a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc.) referentes aos anos de 2000 a 2020. A partir dos dados, foi possível observar que a cana-de-açúcar dominou o agronegócio do Maranhão durante grande parte das últimas duas décadas, mas atualmente a soja é a cultura que mais é produzida no Estado. Observa-se que a produção agrícola e pecuária estão se concentrando nas mesorregiões Sul e Oeste Maranhense, principalmente com a produção de soja, algodão e gado bovino. As exportações do agronegócio maranhense se concentram no complexo soja e as importações nos adubos e fertilizantes. O maior gargalo encontrado foi a falta de assistência técnica para os produtores, conseqüentemente, traz atraso tecnológico na produção e na comercialização dos produtos, principalmente para o agricultor familiar que atualmente representam 85% dos estabelecimentos rurais maranhenses.

Palavras-chave: Agropecuária. Economia. Maranhão.

Abstract

Among the factors that deserve more attention from public policies in Brazil are the promotion of strategies that can increase the number of jobs and income, reduce poverty and social inequality and ensure food security in rural and urban centers. The objective of the research was to seek information on the dynamics of agribusiness in Maranhão between the years 2000 and 2020. This study was carried out using secondary data collected from bibliographic research (books and scientific articles) and documentary research in public archives and statistical sources (official documents, reports, statistical tables, etc.) for the years 2000 to 2020. From the data, it was possible to observe that sugarcane dominated Maranhão's agribusiness for much of the last two decades, but currently soy is the crop that is most produced in the state. It is observed that agricultural and livestock production are concentrated in the Southern and Western Maranhão mesoregions, mainly with the production of soybeans, cotton and cattle. Maranhão's agribusiness exports are concentrated in the soybean complex and imports in fertilizers. The biggest bottleneck found was the lack of technical assistance for producers, consequently, it brings technological delay in the production and commercialization of products, especially for family farmers who currently represent 85% of rural establishments in Maranhão.

Keywords: Agriculture. Economy. Maranhao



1. INTRODUÇÃO

Dentre os fatores que merecem mais atenção por parte das políticas públicas no Brasil estão o fomento de estratégias que consigam aumentar o número de empregos e a renda, reduza a pobreza e a desigualdade social e garanta a segurança alimentar no campo e centros urbanos. Para superar esses desafios, são necessárias pesquisas e investimentos que possam potencializar e melhorar a qualidade da produção agropecuária e da comercialização dos produtos, assim como também, dê garantia da sanidade e praticidade ao consumidor.

Mas não se pode falar na agropecuária sem citar as modificações ocorridas no setor a partir de 1957 com a criação do termo *agribusiness*, largamente utilizado no Brasil a partir da década de 1980, tanto que na década de 1990 houve a tradução para o nome agronegócio. A origem do conceito de *agribusiness* partiu quando dois professores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldemberg, perceberam que a agricultura não poderia ser dissociada de agentes que garantem a produção, processamento, distribuição e consumo de alimento, tanto que, para eles, *agribusiness* é “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (BATALHA, 2009, p. 27).

Outra contribuição importante surgiu na década de 1960 na França através da escola industrial ao trabalhar com a noção de *analyse de filière*, traduzida ao português como cadeia de produção, amplamente utilizada no setor agroindustrial. A cadeia de produção pode ser entendida como a sequência de elos (atores/agentes/segmentos) responsáveis pela produção, processamento e distribuição (atacado e varejo) de um único produto até chegar ao consumidor, como por exemplo, cadeia do leite, da carne bovina, da soja etc. No Brasil, ambos conceitos são utilizados largamente, até mesmo como sinônimo, mas existe uma grande diferença: a cadeia de produção refere-se a um produto isolado, como dito anteriormente e, o agronegócio, representa todas as cadeias e agentes que contribuem para o setor agropecuária.

Para se chegar a um padrão elevado de desenvolvimento da produção é preciso investimentos, principalmente, em pesquisas e tecnologias. Neste sentido a agropecuária brasileira tem demonstrado grande crescimento em relação à adoção de tecnologias para a produção de grãos, carnes, leite e derivados, fato que contribui imensamente na posição de destaque alcançada pelo país no mercado internacional, fato que a agricultura representa uma das principais atividades da economia brasileira, representando importante papel no equilíbrio da balança comercial, geração de emprego e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Historicamente, várias medidas foram tomadas por parte dos governantes maranhenses objetivando promover a industrialização e a modernização do campo. Na Década de 1960, a busca pela modernização vem no bojo da decadência da indústria têxtil, substituída pela produção e industrialização de arroz e de babaçu (TRIBUZI, 2011). Nessa década, o dito desenvolvimento foi impulsionado não só pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mas, também, pelas ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas agiram basicamente na melhoria da infraestrutura e sob a forma de financiamentos de projetos agropecuários e na agroindústria para beneficiamento do babaçu e arroz, atividades que entraram em decadência no início da década de 1970. Também marcam a década de 1960 o início do governo Sarney e a luta pela posse da terra entre pecuaristas e posseiros, iniciada desde os anos de 1950.

Para amenizar essa situação, tem início o processo de colonização, fato que atraiu muitas empresas e grupos de empresas nacionais incentivados pelos baixos preços cobrados pela terra, resultando ainda mais em conflitos e violência no campo, fato que levou o governo de José Sarney, no poder desde 1965, a criar a Lei nº 2.979 de julho de 1969, também conhecida como Lei Sarney de Terras (SODRÉ, 2017).

No final dos anos de 1970, o Maranhão promove mais uma tentativa de desenvolver o setor rural através dos incentivos para introdução da cultura da soja e modernização da pecuária bovina. A estratégia pioneira foi o Projeto Grande Carajás, implantado entre os anos de 1979 e 1980. Para atrair novos empreendimentos, foi lançado o Programa Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, lançado pelo Governo Federal em parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (EMBRAPA-CNPSo), com governos estaduais e instituições financeiras, cujo objetivo era proporcionar a vinda de outros grandes projetos, tais como os projetos minero-metalúrgicos e agropecuários que se instalaram ao longo dos municípios que sofreram influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A partir desse momento, o Maranhão passou a atrair empresários nacionais e multinacionais devido aos incentivos fiscais por parte do governo, a facilidades ao acesso ao mercado externo e a uma grande infraestrutura para escoamento da produção, sendo esta última representada principalmente pela estrada de ferro e pela estrutura do Porto da Ponta da Madeira de responsabilidade da Vale e do Porto do Itaqui, de responsabilidade da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) (OTTATI, 2013).

A justificativa do Governo para a instalação desses projetos foi a de transformar economicamente o Estado através da implantação de um polo exportador e de proporcionar a inclusão social e o desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. Os resultados desses investimentos na agropecuária vieram a partir da década de 1990 com o aumento da produção de soja e da pecuária bovina e, mais recentemente, com algodão, milho, cana-de-açúcar e eucalipto. É inegável que os projetos de desenvolvimento impulsionados no final da década de 1970 e década de 1980 tenham provocado mudanças na sua economia, tais como o crescimento do PIB e a inserção no mercado externo dos produtos maranhense, mas também, não se pode negar uma maior taxa de urbanização e as modificações no perfil produtivo agropecuário do Estado, fato comprovado por Ottati (2013) e Martins (2020).

A partir de 2015, novos investimentos foram realizados no setor agropecuário, dessa vez através do Programa Mais Produção. No âmbito desse Programa, foi criado o Sistema Estadual de Produção e Abastecimento (SEPAB) que, por sua vez, é coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), cujo objetivo é coordenar as ações necessárias para promover o adensamento de dez cadeias produtivas ou arranjo produtivo local visando o abastecimento interno e a geração de emprego e renda no Estado. As cadeias escolhidas foram arroz, feijão, mandioca, carne e couro, ovinocaprinocultura, leite, avicultura caipira e industrial, piscicultura, hortifruticultura e mel. Várias Secretarias de Estado estarão envolvidas nesse Programas assim como produtores, sindicatos, agroindústrias e instituições públicas e privadas. Assim, nessa nova fase de ampliação e modernização o governo espera abranger pequenos, médios e grandes produtores e atingir a autossuficiência no abastecimento interno (MARANHÃO, 2016).

Nesse contexto, o Maranhão vem ao longo das décadas investindo no agronegócio, hoje colhe alguns frutos, mas, qual está sendo a dinâmica dos setores envolvidos? Quais cadeias produtivas estão mais avançadas? Em quais municípios estão instaladas a produção? Qual o comportamento da exportação e importação maranhense? Qual o comportamento do PIB? Como está o agronegócio do Maranhão em relação ao Nordeste e ao Brasil? Diante de tantos questionamentos, essa pesquisa objetiva responder todos eles

através da busca e consolidação de informações sobre a dinâmica do agronegócio maranhense entre os anos de 2000 a 2020.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado no Estado do Maranhão que está localizado no Oeste da Região Nordeste e apresenta uma área de 331.935 km², sendo o segundo maior Estado em área do Nordeste e o oitavo do país. A densidade demográfica é de 19,81 hab./km² e limita-se com o Oceano Atlântico (ao Norte), o Estado do Piauí (ao Leste), o Estado do Tocantins (ao Sul e Sudoeste) e o Estado do Pará (ao Oeste). A população estimada em 2020 era de 7.114.598 pessoas (IBGE, 2021).

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma nova divisão do território maranhense, na qual os 217 municípios estão distribuídos em 22 regiões geográficas imediatas, que por sua vez, estão agrupadas em cinco regiões geográficas intermediárias, porém, nem todos os dados disponíveis no Instituto segue essa classificação, por isso, nesta pesquisa iremos utilizar a divisão anterior onde os municípios estão distribuídos em cinco mesorregiões e 21 microrregiões. As mesorregiões estão assim constituídas: mesorregião Norte Maranhense, formada por 6 microrregiões e 60 municípios; mesorregião Centro Maranhense, formada por 3 microrregiões e 42 municípios; mesorregião Leste Maranhense, formada por 6 microrregiões e 44 municípios; mesorregião Oeste Maranhense, formada por 3 microrregiões e 52 municípios e mesorregião Sul Maranhense, formada por 3 microrregiões e 19 municípios.

A pesquisa é do tipo explicativa, que, segundo Gil (2008, p. 42), “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

Este estudo foi realizado com a utilização de dados secundários coletados a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc.) referentes aos anos de 2000 a 2020. Nas atividades agrícola e pecuária os dados foram obtidos junto às publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através das publicações do Censo Demográfico, do Censo agropecuário, da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção Pecuária Municipal (PEM); Secretarias de Governo do Maranhão; Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC); Ministério da Economia - Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais e Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA).

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise através do Programas Excel (Microsoft Office Excel). Todas as figuras que envolverem a representação em mapas foram elaboradas através do Programa Qgis 3.18.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A produção agrícola e pecuária no Maranhão

De acordo com os dados obtidos, foi possível observar que a produção no Estado do Maranhão é bastante diversificado, desde a produção de mandioca até a soja, a criação de animais bovinos, caprinos e ovinos, equídeos e galináceos.

O Maranhão expandiu a sua área plantada no período que corresponde ao ano de 2000 até 2020, que foi o período estudado e dedicado a pesquisa. Além dessa expansão de área plantada, o número de animais criados também esteve em aumento, assim como também, a variação de produção das principais culturas agrícolas. Esse fator é muito importante para o agronegócio maranhense, pois, tende a mostrar que o Estado tem produzido mais nas últimas duas décadas.

Analisando a evolução da área destinadas para a colheita no Estado do Maranhão de 2000 a 2020, observamos que até o ano de 2000 o Maranhão tinha uma área plantada de lavouras temporárias e permanentes de 1.244.774 hectares e chegando no ano de 2020 com área plantada de 1.719.056 hectares, tendo um aumento de 474.312 hectares em 20 anos. Sendo que no de 2014 o Estado alcançou o seu ápice em área destinada para a colheita, chegando a uma área de 2.006.386 hectares. Os municípios que mais destinaram área para plantio nesse período foram Balsas e Tasso Fragosso, ambos da região Sul do Maranhão, onde o plantio de soja e milho estão mais concentrados, como poderemos observar em imagens posteriores.

A Figura 1 representa os maiores produtores agrícolas no estado do Maranhão, sendo que a Figura 1A representa o ano 2000 e a Figura 1B o ano de 2020. Ressaltamos que o mapa em cor degradê mostra a cor mais escura que representa a maior produção para a cor mais clara que representa a menor produção.

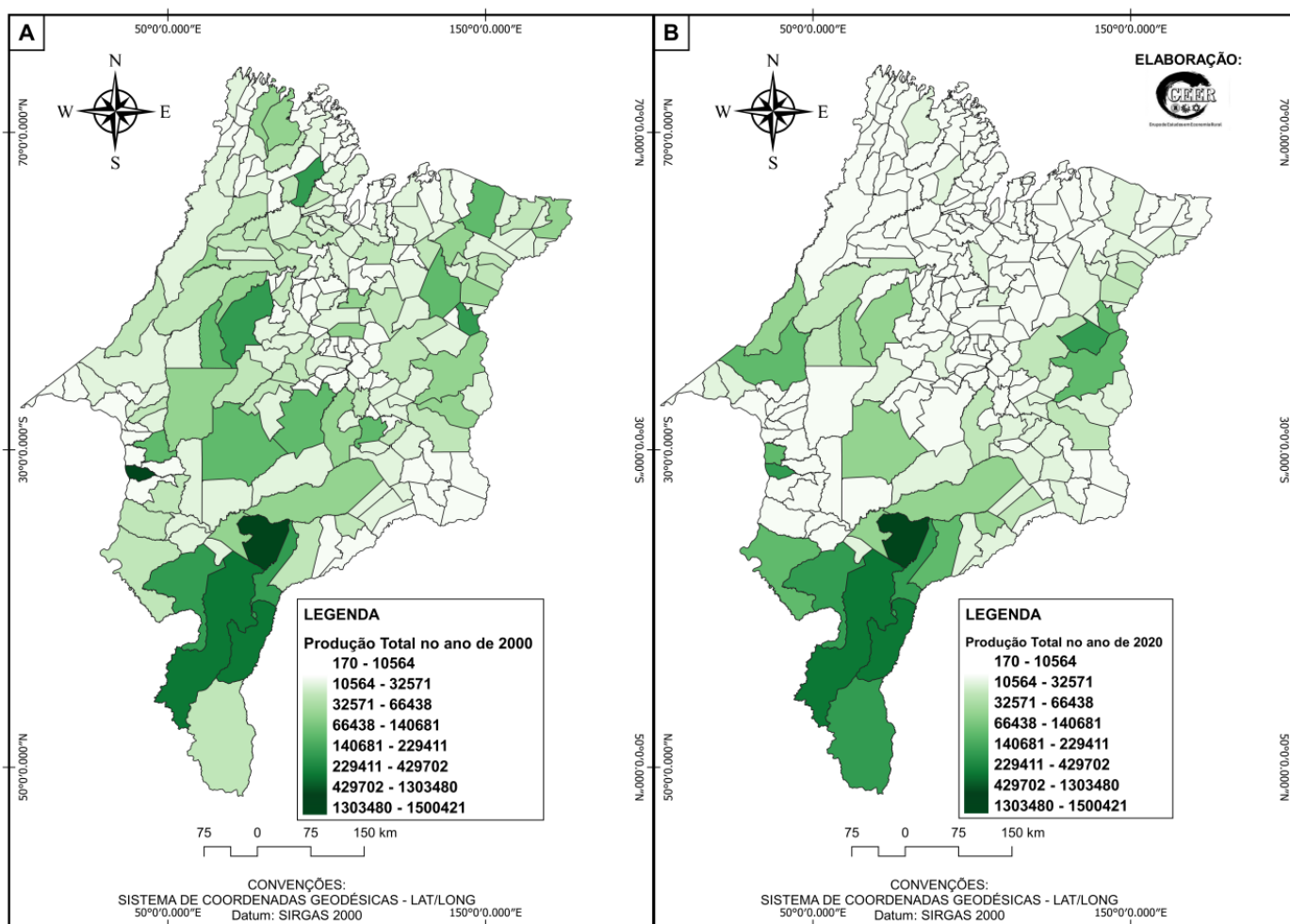


Figura 1. Representação da produção municipal no Maranhão no de 2000 e 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dentro desse período os municípios de São Raimundo das Mangabeiras, Balsas, Tasso Fragoso, Campestre do Maranhão e Aldeias Altas, respectivamente, tiveram as maiores produções. Isso se dá principalmente pelo cultivo de cana de açúcar, soja e milho nesses municípios. A cana-de-açúcar dominou a produção agrícola maranhense durante vários anos consecutivos, como será mostrado mais adiante. A cana-de-açúcar teve destaque em São Raimundo das Mangabeiras, Campestre do Maranhão e Aldeias Altas, já Tasso Fragoso e Balsa tem destaque devido aos plantios de Soja e Milho. Observa-se no mapa que a produção estadual está se concentrando nas mesorregiões Sul e Oeste Maranhense (Figura 1B), antes, a produção era espalhada em todas as mesorregiões do Estado (Figura 1A). Comprovação que corrobora com Martins (2020) ao afirmar que essa produção era de culturas alimentares (arroz, feijão, mandioca, milho e feijão) e que ao longo dos anos foi perdendo espaço para a soja.

É importante destacar que as cinco principais culturas cultivadas no Maranhão nas últimas duas décadas são culturas temporárias: cana-de-açúcar, soja, mandioca, milho e arroz. Destacamos que a produção de soja e milho no ano de 2000 esteve abaixo de 500 mil toneladas e já no ano de 2020 a produção chegou a 3.056.550 toneladas e 2.177.432 toneladas para Milho. É um grande avanço para o agronegócio maranhense, mostra que o Estado tem produzido mais e tem muito potencial, com o avanço das tecnologias e com a consolidação do Estado na região que compreende o MATOPIBA. Esta é uma região que abrange partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, marcada pela colheita dos principais grãos, principalmente, a soja, o milho e o algodão. Nas Figuras 2 e 3, estão representadas as concentrações da produção de milho e de soja nos municípios maranhenses.

Na Figura 2A, observa-se que a soja no ano de 2000 praticamente só existia na mesorregião Sul, já no ano 2020, a cultura é encontrada nas mesorregiões Sul, Leste, Oeste e Centro maranhense, mas, a principal é a Sul que domina em termos de área e quantidade produzida em toda a série analisada. Em termos de municípios, os destaques foram para Balsas, Tasso Fragoso, Sambaíba, Riachão e Alto Parnaíba.

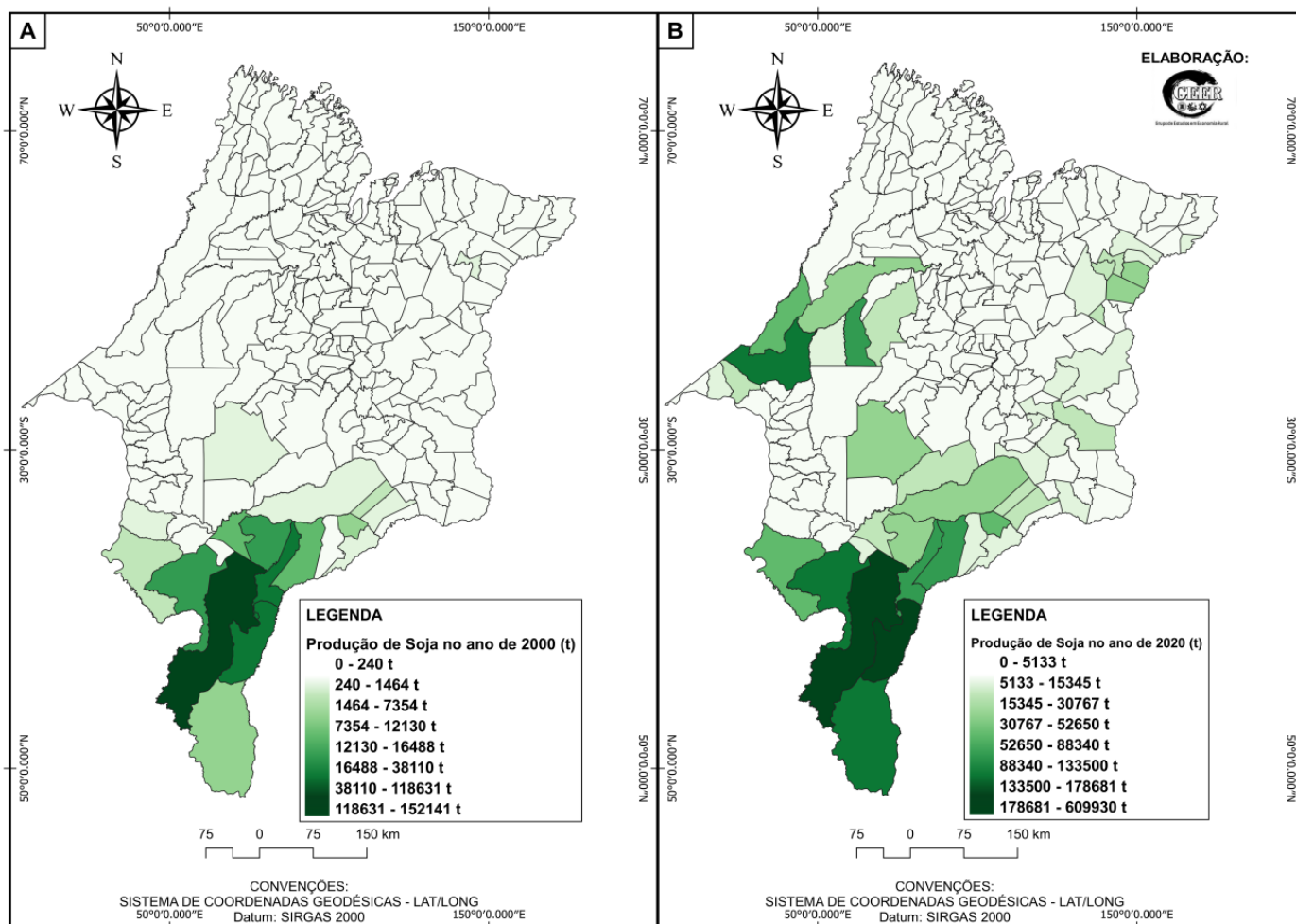


Figura 2. Produção de soja no Maranhão (A) 2000 e (B) 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A cultura do milho é plantado no período do vazio sanitário da soja, por isso acompanha o crescimento da soja e está aumentando concentração nas regiões produtoras de soja (Figura 3B), antes percebe-se que era mais espalhado no Estado como um todo (Figura 3A). Por acompanhar a produção de soja, os principais municípios produtores são Balsas, Tasso Fragoso, Riachão, Carolina e São Raimundo das Mangabeiras.

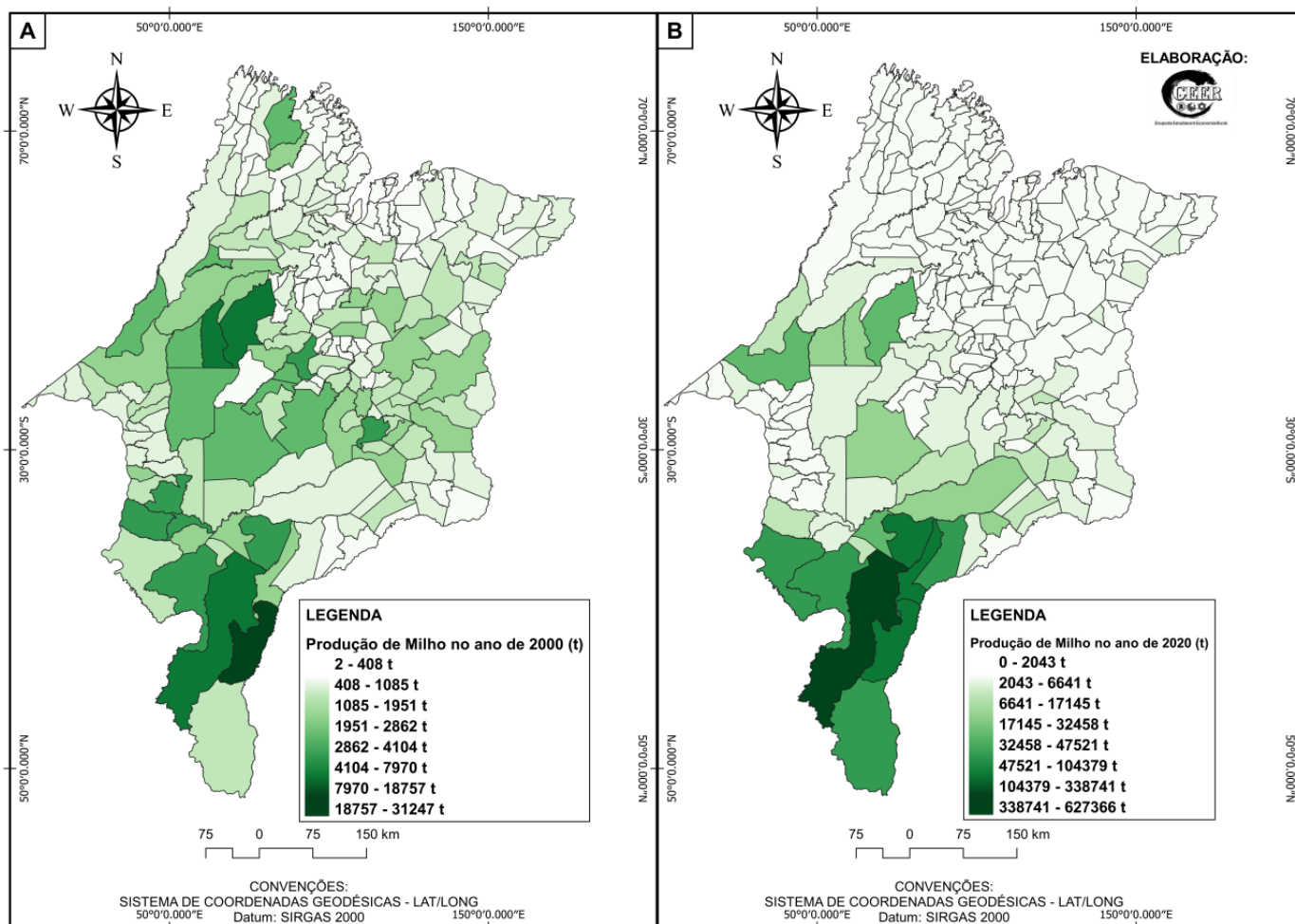


Figura 3. Produção de milho no Maranhão - (A) 2000 e (B) 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A produção de cana-de-açúcar no Maranhão esteve no topo do ranking da produção estadual durante a maior parte do período que corresponde dos anos de 2000 até o ano de 2020, apenas em meados de 2019, que a cultura da soja tomou essa liderança. A cana-de-açúcar tem grande importância para o estado do Maranhão, sua produção é demasiadamente concentrada em uma pequena parte do Estado, igualmente como a cultura da soja.

A Figura 4 mostra que a produção de cana-de-açúcar esteve mais concentrada na região de São Raimundo das Mangabeiras, este sendo o município que mais produziu cana-de-açúcar, entre 2000 e 2020. Em 2000, São Raimundo das Mangabeiras produziu 408 mil toneladas sendo o segundo maior produtor, e Campestre do Maranhão teve uma produção de 451 mil toneladas, sendo o maior produtor daquele ano. A partir do ano de 2001, São Raimundo das Mangabeiras passou a ser o maior produtor de cana-de-açúcar do Maranhão, chegando a produzir cerca de 1.360.820 toneladas no ano de 2019. A seguir é apresentado a produção de cana-de-açúcar por município.

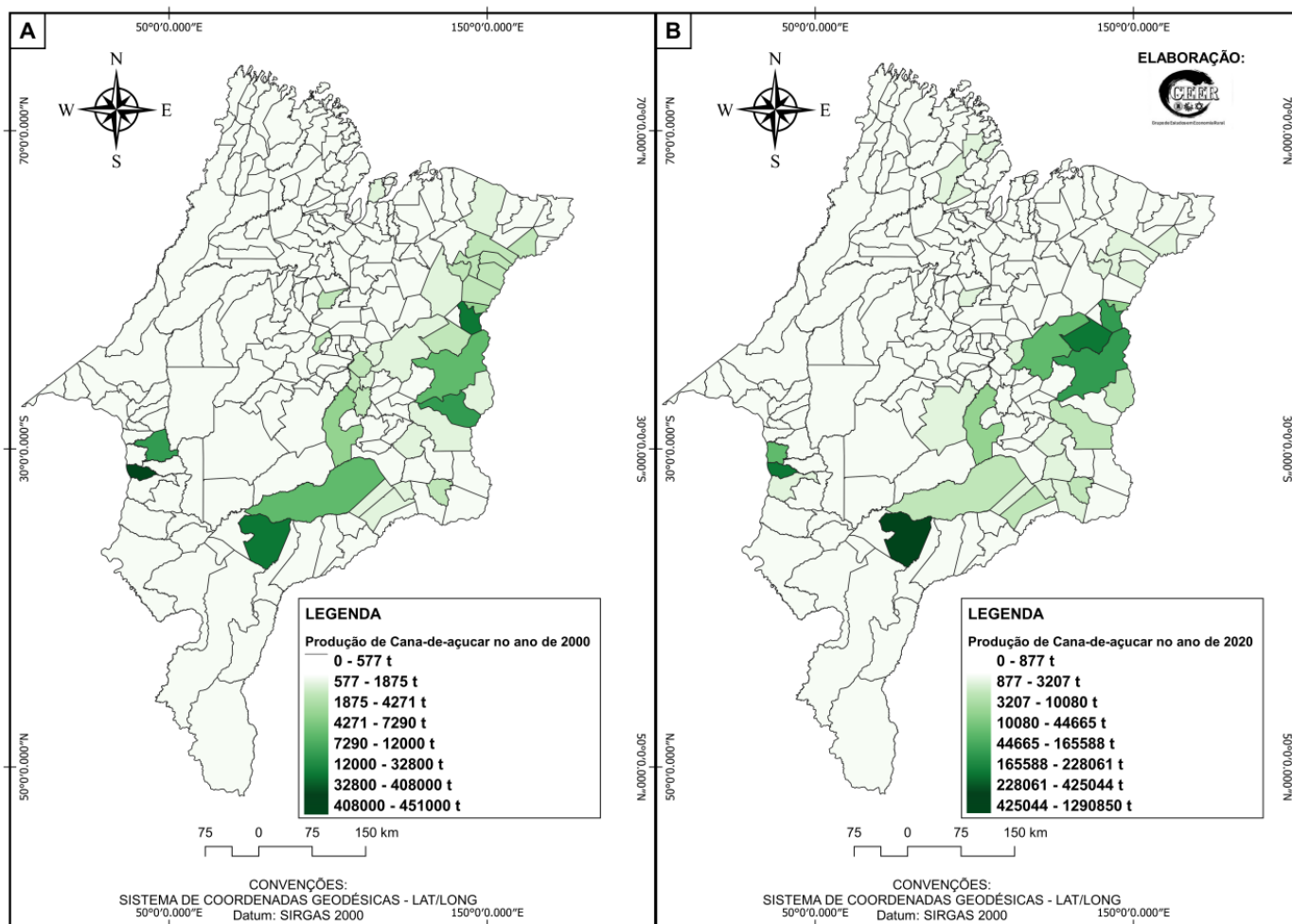


Figura 4. Produção de cana-de-açúcar no Maranhão - (A) 2000 e (B) 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A cultura da Mandioca tem grande importância no Estado, principalmente para as mesorregiões Norte e Oeste. A produção de mandioca chegou até 1.780.279 toneladas no ano de 2011. Até meados de 2015 a produção esteve estável, mas a partir de 2015 a produção de mandioca começou a decair. O município de Alto Alegre do Pindaré foi o município maranhense que mais produziu mandioca durante o período estudado, chegando em 2006, com uma produção de até 94.550 toneladas de mandioca, mas a sua produção teve grande decréscimo. O maior produtor de mandioca no Maranhão em 2020 foi o município de Barreirinhas, com produção de 11.465 toneladas. A seguir, na Figura 5, encontramos a produção de mandioca no Maranhão no de 2000 e 2020. No geral, a produção continua concentrada na mesorregião Norte Maranhense, mas, se fortalecendo na Centro e Sul Maranhense.

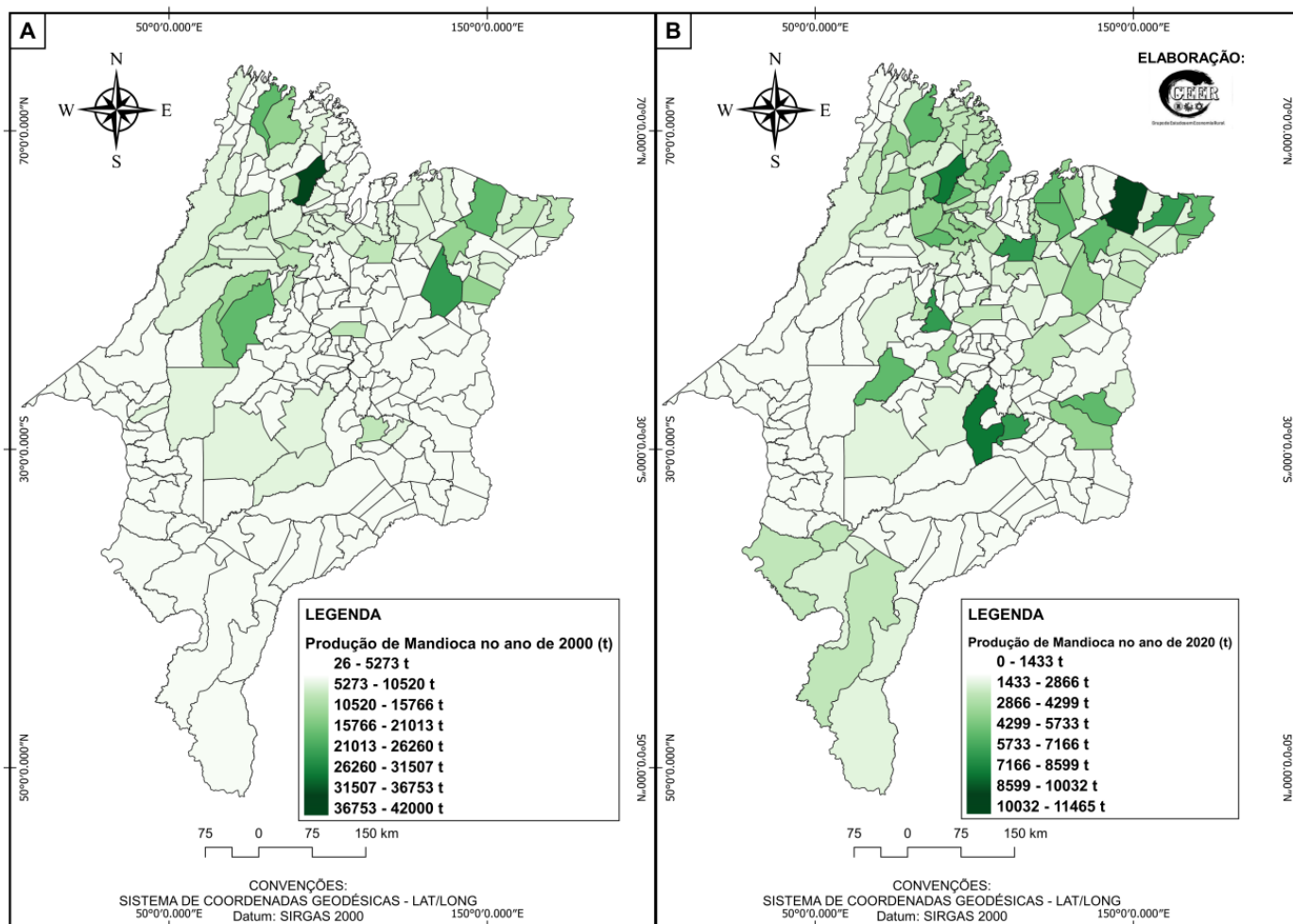


Figura 5. Produção de mandioca no Maranhão - (A) 2000 e (B) 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Arroz é uma das principais culturas produzidas no Estado do Maranhão que mais esteve bem distribuída em todo o território no ano de 2000 (Figura 6), e com produção superior a 500 mil toneladas, até meados de 2010 a 2011. Durante o período de 2000 a 2020 o município de Grajaú foi que mais se destacou na produção de Arroz. Em segundo lugar vem o município de Santa Luzia, este chegou a ter uma produção de até 25.536 toneladas no ano de 2011, sendo o maior produtor de arroz no Maranhão naquele ano, e durante o período de 2000 a 2005 o município liderava o ranking de maiores produtores, atualmente, o município não está nem no top 10 de maiores produtores de arroz do Estado, tendo em 2020 atingido a produção de 1.209 toneladas de arroz.

O grande destaque da produção de arroz na atualidade vem para os municípios de São Mateus do Maranhão e Arari que têm investido em novas tecnologias, que ocupam o 2º e o 3º lugar, respectivamente de maiores produtores, ficando apenas atrás do município de Grajaú. A produção de São Mateus do Maranhão e Arari nos anos 2000 foram de 11.782 toneladas e 6.350 toneladas, respectivamente. Em 2017, o município de São Mateus do Maranhão atingiu a produção de 32.850 toneladas, um recorde de produção municipal. Atualmente o Estado não é autossuficiente na produção de arroz, depende da compra do produto do Rio Grande do Sul, do Paraguai, Uruguai e Argentina. O arroz produzido no Estado, em geral, vem da agricultura familiar e é de baixa qualidade, por isso, é consumido internamente. Somente mais recentemente a agricultura patronal está investindo tecnologias nesta produção, dados que colaboram com os trabalhos de Zonta (2014).

Olhando as duas Figuras (6A e 6B) fica nítida a queda da produção de arroz no Estado. A produção era grande e distribuída em todas as mesorregiões (verde mais escuro), em 2020, mostra a produção mais concentrada, menos distribuída e menor (verde mais claro). Essa queda pode ser explicada pela redução da área plantada levada pela substituição dessa cultura por outras mais lucrativas, como a soja, por exemplo.

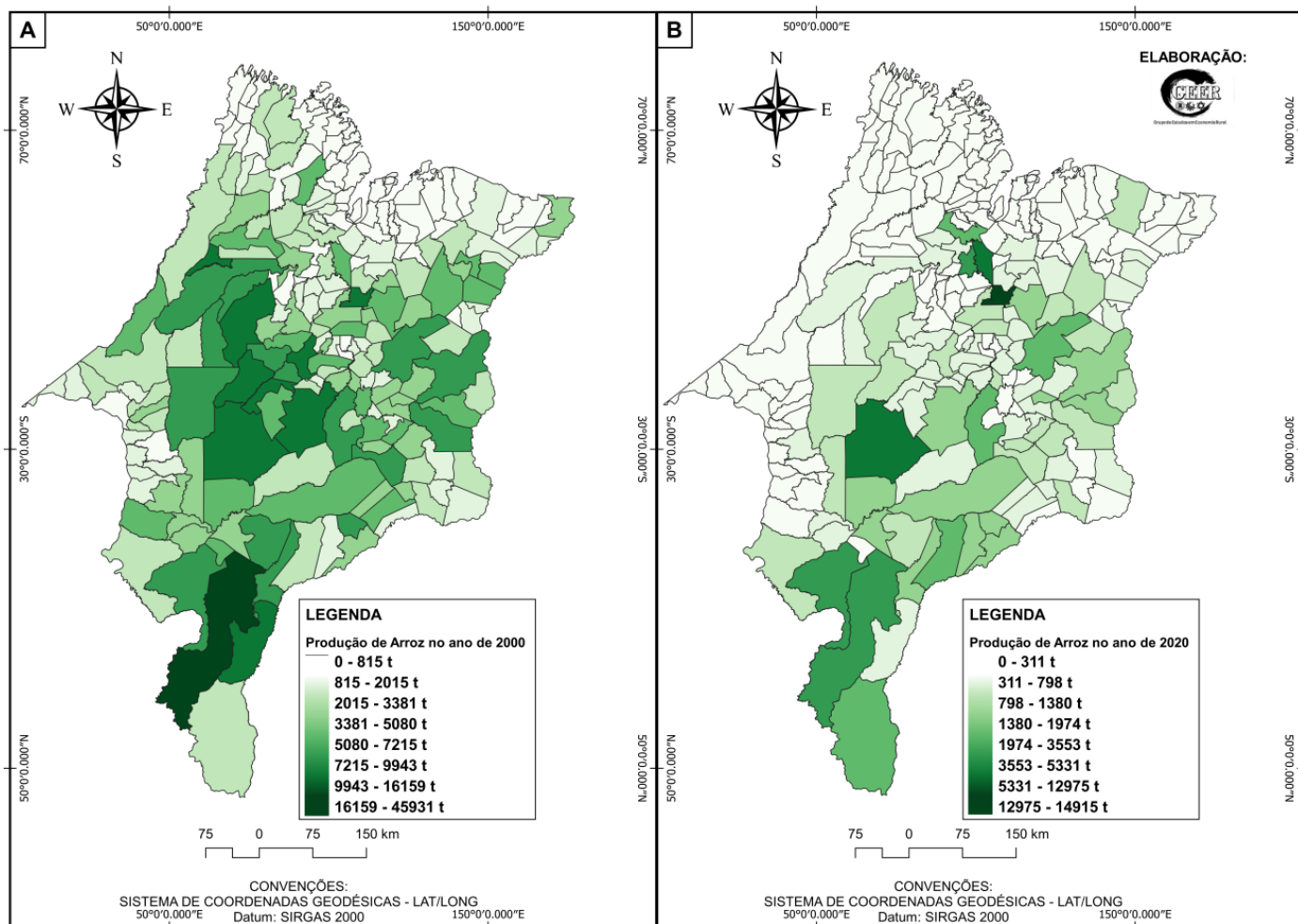


Figura 6. Produção de arroz no Maranhão. (A) 2000 e (B) 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No agronegócio maranhense, é importante destacar a evolução da pecuária (Figura 7). Os galináceos totais (frangos, galinhas, codornas etc.) foram o conjunto que mostrou superioridade em números de cabeças, isso porque é uma categoria que envolve um grupo de animais de diferente sistema de produção e até espécie diferente. No ano de 2000 o número efetivo de cabeças eram em torno de 12 milhões, chegando em 2020 próximos de 14 milhões.

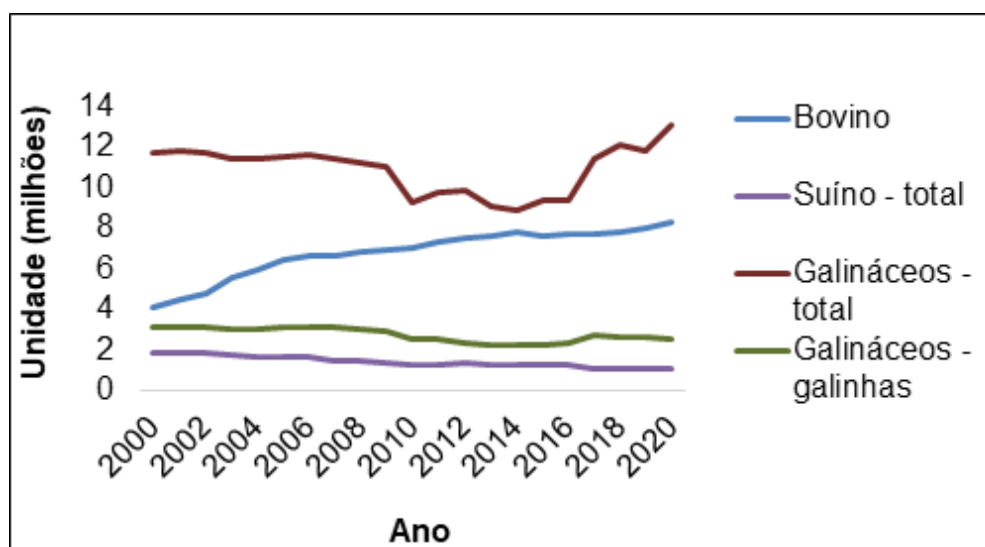


Figura 7. Principais efetividades de rebanhos no Maranhão de 2000 a 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O Maranhão tinha muitos produtores familiares de suínos, mas começou a reduzir, pois, a carne produzida aqui na região sai mais cara do que a que chega de fora do Estado. Diante disso, deduz-se que foi a falta de competitividade do mercado local em razão da baixa qualidade e alto custo de produção, que fez com que não tenha como competir com os produtos das grandes marcas que chegam de fora. A maior empresa que resta é a Agrolusa, porém, atualmente, não produz mais, compra os animais e abate. Continuam existindo pequenas criações familiares não registradas de criações de suínos que abastecem clandestinamente o mercado interno das cidades dos municípios do Estado, inclusive de São Luís, desse último, confirmado pelo estudo realizado por Rocha (2015).

O grande destaque vem da produção de bovinos que em 2000 tinha o efetivo de rebanho de pouco mais de 4 milhões de cabeças. A produção de gado de corte, é uma atividade também muito presente na região do MATOPIBA, sendo, os sistemas são intensivos e podem aumentar taxas de lotação nas pastagens, logo, o rebanho estadual tende a aumentar, além do programa vacinal rigoroso empregado no Maranhão, principalmente para a Febre Aftosa, com isso, a tendência é que o número do rebanho aumente. Em 2020, o Maranhão registrou um número efetivo de cabeça em torno de 8 milhões de cabeça.

A bovinocultura vem ganhando espaço no cenário maranhense devido às políticas governamentais de desenvolvimento da agropecuária, o reconhecimento internacional em 2014 como zona livre da febre aftosa com vacinação e instalação de frigoríficos no Estado, fatores que favorecem os investimentos diversos setores públicos e privados no ramo agropecuário, atraindo assim os olhares também de investidores de outros Estados e até mesmo outros países. A produção é pulverizada em diversos municípios, mas com maiores concentrações e uso de tecnologias encontramos nas mesorregiões Oeste, Centro e Sul Maranhense. O aumento do rebanho maranhense se deu pelo uso de tecnologias no manejo e do melhoramento genético, pois as condições edafoclimáticas são totalmente favoráveis.

3.2 Empresas voltadas ao agronegócio, exportação e importação no Maranhão

Dados de 2022 mostraram que 19 empresa trabalhavam com a exportação das culturas do milho e soja. Essas empresas são habilitadas pelo Ministério da Agricultura, Pesca

e Abastecimento (MAPA) como produtoras, armazenadoras, exportadoras ou tradings e embaladoras, mas esse número varia muito anualmente. Essas empresas estavam localizadas principalmente nas cidades de Açailândia, Alto Parnaíba, Anaparus, Balsas, Imperatriz, Loreto, Porto Franco, Riachão, São José de Ribamar, São Luís, Sambaíba, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso. Na verdade, o nome das empresas são os mesmos, apenas se instalam em municípios diferentes. Atualmente as empresas habilitadas são: AÇO VERDE DO BRASIL S.A., ADM DO BRASIL LTDA, AFG BRASIL S/A, AGREX DO BRASIL LTDA, AMAGGI LOUIS DREYFUS ZEN-NOH TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A, CARGILL AGRICOLA S.A, CHS AGRONEGÓCIO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, EASY ACCESS TRADING BRASIL LTDA., GAVILON DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA., JUPARANA COMERCIAL AGRICOLA LTDA, NOVAAGRI INFRA-ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM E ESCOAMENTO AGRÍCOLA S.A., NATURAL COMÉRCIO ATACADISTA DE CEREAIS LTDA, NUTRADE COMERCIAL EXPORTADORA LTDA, RISA S/A, P. R. S. DIAS JUNIOR E CIA LTDA, SIERENTZ AGRO BRASIL LTDA, TERMINAL CORREDOR NORTE S.A, VITERRA BRASIL S.A. e VLI MULTIMODAL S.A. (MAPA, 2022).

Sabemos da importância dessas empresas para o Estado e os resultados que elas podem agregar para a economia do Maranhão. De fato, saber os indicadores de números de empregos e que agregam para a população é um dos grandes objetivos dessa pesquisa, mas não foi possível coletar essas variáveis. A falta de dados na literatura é um fator de grande atraso para esse tipo de pesquisa. Mas, é muito importante saber que o Maranhão já possui esse número de empresas atuando no Estado, pois, como foi mostrado em resultados anteriores, que a produção de soja e milho, principalmente, no Maranhão teve um aumento significativo nas últimas duas décadas. A chegada de empresas só fortalece o agronegócio maranhense e é um grande potencial para melhorar a qualidade de vida da população maranhense.

Os produtos exportados pelo Maranhão são: alumina (óxido de alumínio), celulose, complexo soja, Ouro (não monetário), minérios de ferro e seus concentrados, milho em grãos, algodão em bruto, demais produtos da indústria de transformação. O destino principal é China, mas também, Canadá, Estados Unidos, Espanha, Holanda, Islândia, Itália, Coreia do Sul Turquia, Argentina, França etc. Os Produtos importados são: óleos combustíveis de petróleo ou minerais betuminosos, adubos/fertilizantes químicos, álcoois, fenóis-álcoois e seus derivados halogenais, sulfonados, nitratos ou nitrosados, demais produtos da indústria de transformação, produtos químicos, carvão, trigo, centeio, e arroz sem casca. A origem desses produtos são: China, Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Argentina, Paraguai, Índia, Egito, Marrocos, Ucrânia, Canadá, México etc. (COMEX STAT, 2022).

3.3 Considerações sobre o PIB maranhense em 2019

Através da Figura 8, observamos que o PIB do Maranhão é crescente entre 2002 e 2019, sendo a maior contribuição do setor de serviços, indústria e, por último, agropecuária. Em 2019 o PIB do Maranhão foi de R\$ 97,340 bilhões, 4º maior do Nordeste e 17º maior do Brasil, porém, a participação no PIB no país foi de 1,3% e de 9,3% na região Nordeste. Quanto à composição setorial do PIB maranhense, destaca-se o setor de serviços com 74% de representatividade, seguido pelo setor da indústria e da agropecuária, com pesos de 17,3% e 8,7%, respectivamente.

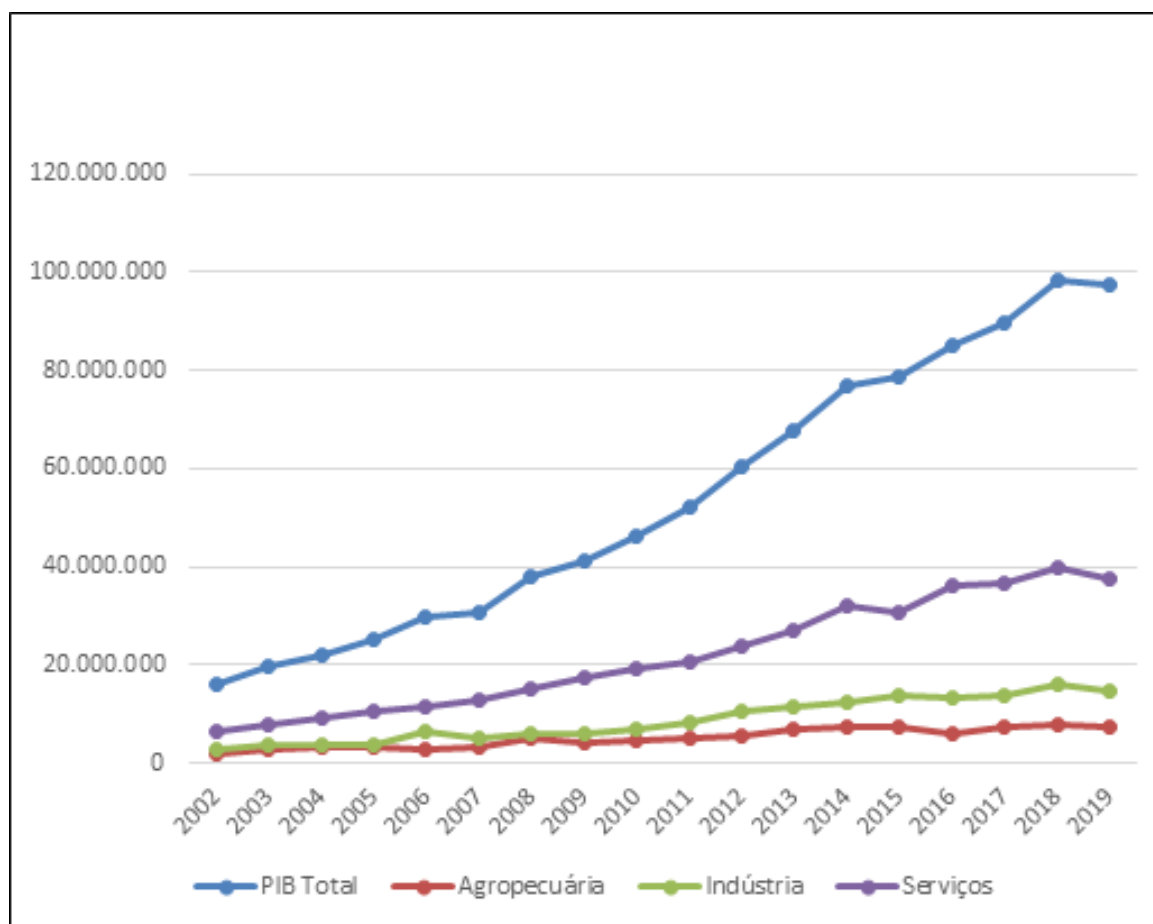


Figura 8. PIB total e os valores adicionados da agropecuária, indústria e serviços do Maranhão – 2002 a 2019

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os municípios de maior destaque no PIB de 2019 foram São Luís (32,9%), Imperatriz (7,7%), Balsas (3,59%), Açaílândia, São José de Ribamar, Timon, Santo Antônio dos Lopes, Caxias, Bacabal e Santa Inês. Já o PIB *per capita* se destaca em: Tasso Fragoso, Santo Antônio dos Lopes, Balsas, Godofredo Viana e Davinópolis, principalmente por serem cidades com uma população pequena em relação ao volume de renda gerada na economia que, por sinal, é muito concentrada nas mãos de poucos empresários. Os dados do PIB Agropecuário mostram a força das mesorregiões Sul e Oeste Maranhense com a produção de grãos, cana-de açúcar, algodão e criação de bovinos. Destacamos que Imperatriz e Açaílândia também possuem grande destaque no Valor Adicionado da Indústria e dos Serviços.

3.4 Considerações sobre os gargalos do agronegócio no Maranhão

Acredita-se que os gargalos do agronegócio maranhense tiveram várias causas e vieram se acumulando ao longo de várias décadas, mas se agravaram a partir dos anos 90 com o desmantelamento dos órgãos ligados à agropecuária, entre esses e, o principal, ao nosso ver, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Associado a isso, o apoio e o crescimento da soja, ao algodão, a cana e à pecuária em detrimento da agricultura familiar, houve uma queda absurda da produção das culturas alimentares no Estado, tanto que hoje somos dependentes de arroz de outros Estados e países.

A falta de assistência técnica aos agricultores familiares provoca várias consequências, entre elas pode-se citar: a) agrava ainda mais a condição social no campo, pois muitos não conseguem produzir o suficiente nem para sua sobrevivência em um Estado tão privi-

legiado pelas condições edafoclimáticas como o Maranhão; b) acesso ao mercado por falta de frequência na produção e qualidade do produto; c) dificuldades ao acesso de tecnologias apropriadas; d) falta de organização dos produtores em associações e cooperativas; e) dificuldade de acessar programas institucionais por desconhecimento ou por dificuldades de fazer os projetos necessários e; f) falta de conhecimento em gestão econômica e financeira para tocar sua atividade, coisa que a assistência técnica poderia ajudar muito o produtor na gestão da sua propriedade. Esses fatores que a pesquisa levantou corroboram com o trabalho de Amorim Filho (2016) quando ele se refere às causas à decadência da produção de suíno no Maranhão ao dizer que esta queda pode ter sido causada pela falta de incentivo financeiro, de assistência técnica, uso de novas tecnologias e da concorrência de grandes marcas nacionais, Por outro lado, um dos maiores gargalos na atividade é a falta de gestão técnica e econômica, fator limitante perante a grande concorrência no setor e permanência na atividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa, foi possível identificar quais são as principais culturas produzidas no Estado do Maranhão e suas quantidades produzidas. A identificação dos locais de produção é muito importante para caracterizar o agronegócio maranhense. A observação dos dados históricos mostra o perfil produtivo do Estado, que ao longo dos anos se caracterizou de muitas formas, e atualmente, está mudando o seu perfil de produção, como por exemplo, durante a maior parte do período de 2000 a 2020 a cultura da cana-de-açúcar dominava o Agronegócio Maranhense, mas a partir dos anos recentes a cultura da soja vem abrindo vantagem na produção, junto com o milho, enquanto as culturas alimentares apresentam pouca expressividade na produção do Estado. Observamos também que o rebanho bovino tem grande destaque no agronegócio maranhense e essa cadeia produtiva tende a aumentar cada vez mais sua contribuição.

Por outro lado, a exportação do complexo soja, milho, algodão e celulose e a importação de adubos/fertilizantes químicos, carvão, trigo, centeio e arroz sem casca têm como principal parceiro a China e Estados Unidos, mas também a Rússia e tantos outros países, nos mostra que muito temos a crescer no ramo do agronegócio.

Já o PIB em 2019 para o setor agropecuário ainda tem uma participação muito pequena em termos de Brasil e Nordeste, porém, para que essa participação cresça é necessário que se supere os gargalos existentes na agropecuária maranhenses, sendo o principal deles, a falta de assistência técnica, sem ela, não irá se avançar no nível tecnológico tão necessário para mudar a triste realidade em que o Estado se encontra aproveitando suas condições edafoclimáticas. Assim como também, se evolua no setor industrial, já que o Estado tem um parque industrial muito acanhado frente ao seu grande potencial.

O conhecimento dessas informações e a importância dessa pesquisa é de mostrar para a sociedade, mas principalmente, para o poder público uma parte da caracterização do agronegócio maranhense para que medidas possam ser tomadas para que essa realidade possa ser mudada e que o Estado venha servir de modelo de desenvolvimento em um futuro próximo.

Referências

- AMORIM FILHO, E. F. **Panorama da bovinocultura maranhense e os desafios da administração rural**. Edvaldo Franco/Supervisor técnico Regional/SENAR-MA. 2 set., 2016. Disponível em <<http://senar-ma.org.br/panorama-da-bovinocultura-maranhense-e-os-desafios-da-administracao-rural/>> Acesso 10 fev. 2019.
- BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. v.1. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009, 690 p.
- COMEX STAT. Estatísticas de comércio exterior do Brasil. **Exportações e importações municípios**. 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 15 julho 2022.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 23 mai. 2021.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Geral de Classificação do Mapa**. 2022. Disponível em: <https://indicadores.agricultura.gov.br/qualidadevegetal/index.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA). **Mais Produção**. 2016. Disponível em: <https://sagrима.ma.gov.br/mais-producao/>. Acesso em: 20mar.2021.
- MARTINS Juliane Carneiro. **Análise da produção agropecuária no estado do Maranhão entre os anos de 1974 a 2017**. 2020. 79 f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2020.
- OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- ROCHA, Stalys Ferreira. **Análise da cadeia produtiva de suínos e caprinos de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar**. 2015. 66 f. Monografia (Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.
- SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. 2017. 200 f. Dissertação (Geografia)– Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.
- TRIBUZI, Bandeira. **A formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2.ed. São Luís: Conselho Regional de Economia, 2011.
- ZONTA, J. B.; SILVA, F. B. Dinâmica da orizicultura no Maranhão. **Revista de políticas públicas**, Ano XXIII, n. 2, Abr./Maio/Jun, 2014.

2

PANORAMA DO TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL

OVERVIEW OF SLAVE WORK IN THE RURAL AREA

Djane Sousa Santos

Maria Eduarda Marques

Rayssa Luiza Farias Do Vale

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-2



Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar e investigar a prevalência, formas de exploração e causas do trabalho escravo na zona rural. O trabalho escravo é uma violação dos direitos humanos que persiste em muitas partes do mundo, incluindo áreas rurais. Através de uma metodologia de pesquisa exploratória, busca-se entender a natureza desse fenômeno, identificar suas principais características e compreender as causas subjacentes. Os resultados dessa investigação podem contribuir para a conscientização e implementação de medidas eficazes para combater o trabalho escravo na zona rural.

Palavras-chave: Trabalho escravo; Zona rural; Pesquisa exploratória.

Abstract

This article aims to analyze and investigate the prevalence, forms of exploitation, and causes of slavery in rural areas. Slavery is a violation of human rights that persists in many parts of the world, including rural areas. Through an exploratory research methodology, we seek to understand the nature of this phenomenon, identify its main characteristics, and comprehend the underlying causes. The results of this investigation can contribute to raising awareness and implementing effective measures to combat slavery in rural areas.

Keywords: Slavery; Countryside; Exploratory research.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho escravo é uma realidade que assombra a humanidade há séculos. Embora tenha sido oficialmente abolido na maioria dos países, incluindo o Brasil, a prática persiste de forma clandestina e disfarçada em diversas regiões, especialmente na zona rural. Serão apresentadas informações embasadas em estudos e pesquisas sobre o tema, além de referências às legislações trabalhistas pertinentes.

A pesquisa exploratória é um método adequado para a investigação desse fenômeno, uma vez que busca fornecer uma visão ampla e aprofundada do tema, permitindo a descoberta de novas informações e a geração de hipóteses para estudos posteriores. Segundo Vasilachis de Gialdino (2006), a pesquisa exploratória “é um processo dinâmico, flexível e criativo que visa descobrir ideias, conceitos e alternativas para um problema de pesquisa”. Nesse sentido, essa abordagem é especialmente relevante para compreender a complexidade e a multifacetada natureza do trabalho escravo na zona rural.

A prevalência do trabalho escravo na zona rural tem sido objeto de preocupação tanto em âmbito nacional quanto internacional. Diversos estudos têm revelado a existência de condições desumanas de trabalho, jornadas exaustivas, cerceamento da liberdade e violações dos direitos humanos em áreas rurais ao redor do mundo. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), estima-se que mais de 40 milhões de pessoas estejam em situação de trabalho escravo atualmente, e grande parte delas está envolvida em atividades agrícolas.

Dentre as formas de exploração identificadas, destacam-se a servidão por dívida, o trabalho forçado, o tráfico de pessoas e a retenção de documentos, que perpetuam um

ciclo de vulnerabilidade e exploração contínua dos trabalhadores rurais. As causas subjacentes a esse fenômeno complexo envolvem uma combinação de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, incluindo a pobreza, a falta de acesso a direitos trabalhistas, a desigualdade social e a impunidade (OIT, 2020).

Para avançar na compreensão do trabalho escravo na zona rural e buscar soluções efetivas para combatê-lo, é fundamental a realização de pesquisas que analisem profundamente suas diversas dimensões. Nesse sentido, este artigo se propõe a contribuir para essa discussão, oferecendo uma análise abrangente e crítica do panorama do trabalho escravo na zona rural, identificando suas principais características, impactos e desafios enfrentados. Através da metodologia de pesquisa exploratória, esperamos obter insights valiosos que possam orientar ações políticas, sociais e jurídicas em prol da erradicação dessa prática inaceitável (OIT, 2020). O objetivo do artigo é analisar e investigar a prevalência, formas de exploração e causas do trabalho escravo na zona rural, utilizando a metodologia de pesquisa exploratória. uma análise aprofundada do trabalho escravo na zona rural.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, foi adotado um processo de pesquisa com as seguintes etapas: Revisão bibliográfica, objetivando obter um embasamento teórico sólido e identificar lacunas no conhecimento existente, que serão exploradas posteriormente na pesquisa, após ter realizado uma extensa revisão da literatura disponível sobre o trabalho escravo na zona rural, por meio de consulta de livros, artigos científicos, relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e documentos governamentais relevantes; Coleta de dados, utilizando de diferentes fontes de dados para obter uma visão abrangente do trabalho escravo na zona rural; Análise de dados, de forma sistemática, para compreender a prevalência do fenômeno estudado, bem como, as diferentes formas de exploração existentes e as possíveis causas subjacentes, como fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, para por fim, discutir os resultados à luz do referencial teórico.

Ao adotar essa metodologia de pesquisa exploratória, espera-se obter uma compreensão mais aprofundada do trabalho escravo na zona rural, contribuindo para o conhecimento acadêmico sobre o tema e fornecendo subsídios para a implementação de ações efetivas de combate a essa violação dos direitos humanos.

3. TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO MEIO RURAL

De acordo MPT (Ministério Público do Trabalho) no 2021, a escravidão Brasil Moderna é um crime que já fez mais de 60 mil vítimas entre 1995 e 2022, estes tiveram seus direitos equiparados aos demais somente em 1988 mediante promulgação da Constituição da República. O trabalhador rural pode ser definido como a pessoa que presta serviço de natureza não eventual ligado com a agricultura, pecuária, entre outros. Nesse sentido, o artigo 2º da Lei nº 5.889, de junho de 1973 dispõe que:

Art. 2º Empregado Rural é toda a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, preste serviço de natureza não eventual o empregador rural, independentemente de a atividade ser campesina, sob dependência desse mediante salário.

O serviço exercido na zona rural abrange qualquer atividade econômica, seja ela de



pequeno porte ou de grande quantidade aquisitiva.

Assim como o trabalhador urbano, o empregado rural tem seus direitos garantidos no artigo 7º da Constituição Federal e em alguns artigos da CLT, como a jornada de trabalho de 8 horas por dia e 44 horas semanais, licença maternidade, décimo terceiro salário, licença de paternidade entre outros.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, o combate do trabalho escravo é essencial para ter “emprego digno para todas as pessoas, principalmente no campo que é o local que mais tem denúncias sobre a forma que os empregados são tratados pelos empregadores” (MPT, 2018, p. 130-131). Em consideração que essa situação não se apresenta como uma situação imóvel (que poderia, então, ser definida por critérios imutáveis), mas como uma complexidade dinâmica, pois para a sua compreensão, que exige a adoção de medidas positivas pelo Estado, contemplando a implementação de ações preventivas e de repressão à escravidão contemporânea.

Considera-se ou denomina-se como trabalho escravo ou análogo à escravidão com denominações e conceitos, sendo uma forma submeter às pessoas em condições análogas ao de escravos nos empregos, tratando-as com inferioridade sem nenhuma dignidade humana, sobre esse assunto o autor Leonardo Sakamoto (2020, p. 10-11) diz:

O trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram ao capitalismo. Trata-se de um instrumento utilizado por empreendimento para potencializar seus processos de produção e expansão. A superexploração do trabalho, da qual o trabalho escravo contemporâneo é a forma mais cruel, é deliberativamente utilizada em determinadas regiões e circunstâncias como ferramenta.

O trabalho análogo á de escravo pode ser definido como escravidão branca; trabalho forçado ou obrigatório e/ou realizado em jornadas exaustivas e condições degradantes, caracterizando uma violação grave dos direitos humanos (art. 149 do Código Penal), e a forma mais usada e que adoto para o presente artigo: trabalho escravo (SAKAMOTO, 2020, p. 65-66).

Segundo dados do site 50forfreedom (2018) hoje existem mais pessoas em situação de escravidão do que em qualquer outro momento da história, com mais de 25 milhões de crianças, mulheres e homens vivendo em situação de escravidão contemporânea; isto demonstra uma média que entre 1000 pessoas que habitam o mundo três foram submetidas ao tráfico de seres humanos, sendo ele ou por servidão em pagamento de dívida ou trabalho doméstico forçado e outras tantas formas de servidão que caracterizam.

O plano de fundo desta análise deu-se com a escravidão na Grécia e na Roma Antiga, segundo Meltzer (2004), aconteceu devido às diversas guerras e conflitos entre povos, onde o vencedor tinha o direito de escravizar o vencido, ou, ainda, das dívidas contraídas, quando o credor passava a ter direito sobre o corpo do devedor, subjugando-o assim na escravidão. Já no Brasil, adveio com a chegada dos portugueses, que tinham em mente escravizarem os índios que já estavam no âmbito territorial, porém não deu muito certo, porque estes eram considerados uma raça rebelde e preguiçosa, segundo os colonizadores.

A primeira edição do livro “Capitalismo e Escravidão” retrata a perspectiva do Brasil colonial, citando que os colonizadores não obtiveram sucesso, escravizando os índios, os portugueses, no início do século XVII, passaram a utilizar a mão de obra escrava negra que vinha da África para trabalhar em suas grandes propriedades de lavouras. O escravo seria, então, aquele tipo de trabalhador que, no interior do processo de produção, não estaria

apenas no controle dos meios produtivos (característica que compartilha com outros tipos de trabalhadores, inclusive o assalariado), mas também privado do controle de seu próprio esforço produtivo. Vale dizer, é marcado pela ausência de soberania quanto à sua inserção no processo que garanta a subsistência material e vontade, quanto à sua posição produtiva elementar dentro dos direitos trabalhistas e sociais que existem hoje.

Diferente da América do Norte, no qual os colonizadores foram refazer suas vidas, levando os imigrantes alemães e suíços apesar de também estarem presos às dívidas contraídas, trabalhavam em condições não degradantes, ao contrário daqueles escravizados negros no Brasil e que os colonizadores vieram fazer fortuna. O imigrante tinha alimentação farta (podia plantar para sua subsistência), as habitações eram simples, porém com instalações higiênicas e água de boa qualidade, na maioria das vezes. “O modelo colonial predominante no Brasil instaurado ou enraizado é de uma civilização agrícola que não era o trabalhador, o simples povoador; explorador – empresário atrás de um grande negócio” (WILLIAMS, 2012, p. 24-28).

Para Schumpeter (1982) numa visão econômica, aponta a evolução tecnológica um ponto muito importante no que diz respeito à revolução do meio rural, pois foi responsável por alavancar exponencialmente as possibilidades de negócios no setor do agronegócio. No entanto, o trabalho no meio rural ainda é considerado ultrapassado, mesmo com leis que beneficiam os trabalhadores nesse ramo é preciso levar em consideração o preço que se paga por regulamentações falhas e fiscalizações corruptas que permitem o desenvolvimento dessas atividades de maneira irresponsável.

O maior desafio atualmente, concentra-se em acabar de vez com o tratamento desumano nas fazendas brasileiras que é recorrente e, por vezes, desconhecido. Trata-se de pessoas trabalhando em condições degradantes para cumprir as dívidas contraídas com fazendeiros que, conduzidos por grandes empresas, condicionaram a escravidão contemporânea 10 regimes em que a dívida é o elemento que produz e reproduz o cativo do trabalhador. Por isso, segundo Fernandes (2007), existe, no dia a dia no meio rural, meios para reduzir gastos com mão de obra na busca constante e competitiva do mundo do mercado globalizado.

4. PREVALÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL

A escravidão moderna é caracterizada por diversas formas de exploração, incluindo trabalho forçado, servidão por dívida, tráfico de pessoas e outras práticas similares (BRASIL, 2011). Na zona rural, a mão de obra escrava é frequentemente utilizada na agricultura, pecuária e atividades relacionadas (ROCHA; BRANDÃO, 2013). Pesquisas desenvolvidas por diversos especialistas confirmam essa realidade e estima-se que milhares de trabalhadores se encontrem nessa situação em diferentes regiões do Brasil.

Um estudo realizado por Silva *et al.* (2019) no Brasil revelou que a zona rural concentra um alto número de casos de trabalho escravo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Os autores apontam a existência de redes de exploração que se aproveitam da vulnerabilidade de trabalhadores rurais, envolvendo atividades como a agricultura, pecuária e extração de recursos naturais.

De acordo com o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil (THÉRY, 2012), a zona rural concentra uma parcela significativa dos casos de trabalho escravo no país. A falta de fiscalização adequada, aliada à vastidão geográfica e à presença de grandes propriedades agrícolas, contribui para a perpetuação dessa prática.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT), entre os anos de 2003 e 2022, foram resgatados mais de 55 mil trabalhadores em situação análoga à escravidão no país. Desse total, cerca de 70% estavam em áreas rurais. Esses números alarmantes revelam a persistência do trabalho escravo e a necessidade de ações mais efetivas para combatê-lo e resgatar trabalhadores submetidos a condições degradantes e violações de direitos humanos.

5. CAUSAS E FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL

As causas do trabalho escravo na zona rural são multifacetadas e interligadas. Dentre as principais, destacam-se a pobreza, o desemprego, a falta de políticas públicas efetivas, a ausência de fiscalização adequada e a precarização do trabalho (GOMES, 2018; SANTOS, 2017). A combinação desses fatores contribui para a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais, tornando-os alvos fáceis de exploração.

Diversos fatores contribuem para a persistência do trabalho escravo na zona rural. Entre eles, destacam-se a desigualdade social, a falta de fiscalização adequada, a impunidade, a falta de educação e conscientização, além da própria estrutura socioeconômica do país (Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas do Brasil: Dados de 2017 a 2020). A vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores rurais, muitas vezes imigrantes ou pessoas em situação de extrema pobreza, torna-os alvos fáceis para os exploradores (ROCHA; BRANDÃO, 2013). Ademais, a fragilidade das relações trabalhistas em determinadas regiões rurais e a precariedade das condições de trabalho, associadas à falta de acesso a serviços básicos e à representação sindical, também contribuem para a perpetuação do trabalho escravo (SANTOS, 2017).

No contexto rural, existem diversas formas de exploração do trabalho escravo. Uma delas é a retenção do trabalhador em condições degradantes, privando-o de sua liberdade e submetendo-o a jornadas extenuantes de trabalho. Esses trabalhadores geralmente são submetidos a condições insalubres, falta de moradia adequada, alimentação precária e outros abusos físicos e psicológicos.

Além disso, é comum a prática da chamada “peação”, em que o trabalhador é remunerado de acordo com a quantidade de produção realizada. Essa forma de pagamento incentiva a exploração, pois muitas vezes é impossível para o trabalhador atingir as metas estabelecidas, gerando dívidas e perpetuando a sua condição de escravidão.

O trabalho escravo na zona rural assume diferentes formas, que variam de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas na região. Segundo estudos de Oliveira (2020) e Souza (2019), algumas das principais formas de exploração incluem jornadas excessivas, condições degradantes de moradia, dívidas trabalhistas fictícias, retenção de documentos, violência física e psicológica. Muitos trabalhadores são atraídos por falsas promessas de emprego digno e acabam presos em uma realidade de escravidão moderna, realidade a qual é promovida devido à escassez de opções de trabalho, aliada à falta de acesso a direitos básicos, contribuindo para a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais. Entre as formas mais comuns de exploração estão:

- Jornadas exaustivas: trabalhadores são submetidos a longas horas de trabalho, muitas vezes sem descanso adequado, o que compromete sua saúde e bem-estar.
- Condições degradantes: alojamentos precários, falta de acesso a água potável, saneamento básico e condições de higiene adequadas são frequentemente obser-

vados.

- Restrição da liberdade de ir e vir: trabalhadores são mantidos em situação de isolamento, com suas documentações retidas pelos empregadores, impossibilitando sua saída.

Conforme apontado por um estudo de Souza (2021), o trabalho escravo rural também pode envolver violências físicas e psicológicas, além da retenção de salários e dívidas fictícias que mantêm os trabalhadores em um ciclo de exploração contínua. A pesquisa exploratória revela que os trabalhadores são atraídos por promessas de emprego e melhores condições de vida, mas acabam aprisionados em uma situação de exploração que beira à escravidão.

6. LEGISLAÇÃO E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

O Brasil possui legislação específica para combater o trabalho escravo, destacando-se a Emenda Constitucional nº 81/2014, que determina a expropriação de propriedades onde for constatada a prática do trabalho escravo. Além disso, a Lei nº 13.344/2016 prevê medidas de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, incluindo a exploração de trabalho escravo.

No entanto, é fundamental fortalecer a fiscalização e a punição para que essas leis sejam efetivamente cumpridas. A atuação de órgãos como o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal e a Defensoria Pública se torna essencial nesse processo. Além disso, a conscientização da sociedade sobre a gravidade do trabalho escravo e a exigência de responsabilidade por parte das empresas são importantes para promover mudanças significativas (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

No Brasil o principal órgão responsável por combater o trabalho escravo é a Inspeção do trabalho, vinculada à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia que em 2022, resgatou 2.575 trabalhadores em situação análoga às de escravidão, por meio de 462 fiscalizações realizadas em todo o país. Essas ações resultaram na recuperação de mais de R\$ 8 milhões em direitos trabalhistas (RADAR SIT, 2023).

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), foi responsável por 32% do total das fiscalizações, encontrando trabalho semelhante ao de escravo em 16 dos 20 estados onde ocorreram inspeções. Desses, somente os estados de AL, AM e AP, não foram identificados casos de escravidão contemporânea em 2022.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs), traz dados alarmantes sobre o trabalho escravo na zona rural.

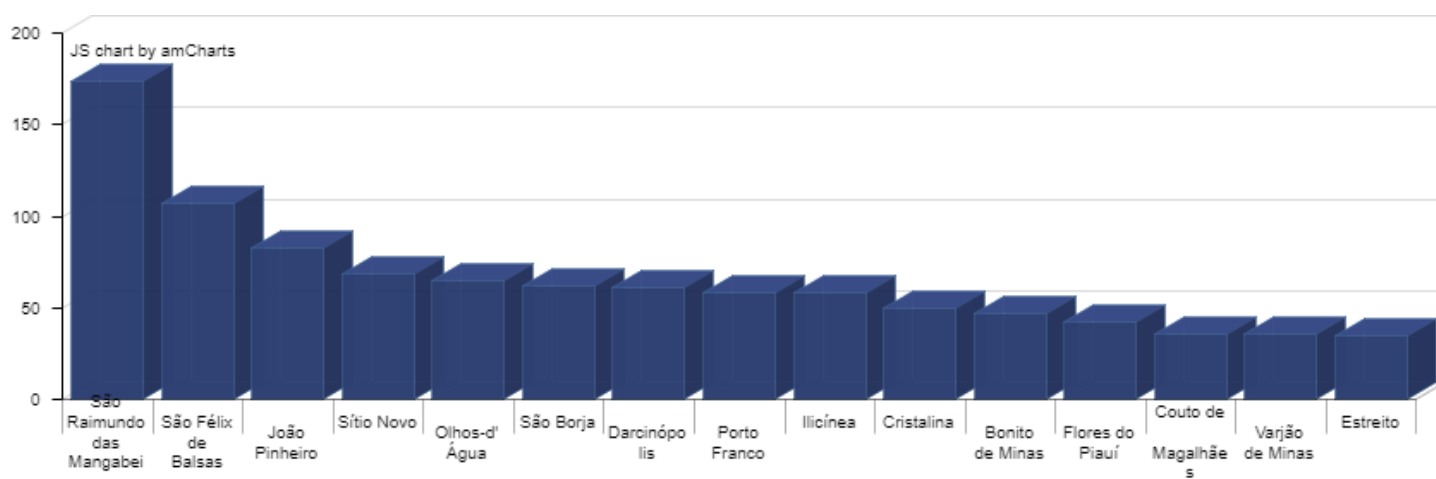


Figura 01. 15 Municípios com Mais Atos de Infração Lavrados em 2022 no Brasil Todas as CNAEs

Os municípios com mais atos de infração estão localizados nos estados do Maranhão (São Raimundo das Mangabeiras, São Félix de Balsas, Sítio Novo, Porto Franco e Estreito) e Minas Gerais (João Pinheiro, Illicínea, Bonito de Minas e Varjão de Minas).

No entanto, a apuração de dados sobre a quantidade de trabalhadores em condições análogas à escravidão tem aumentado (Figura 02) por conta da fiscalização de órgãos como: a Inspeção do Trabalho; a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - O CONATRAE tem como finalidade coordenar e avaliar a execução das medidas estabelecidas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE, que tem atribuições similares à CONATRAE, todavia em âmbito estadual; e a Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo – O DETRAE, uma divisão do Ministério da Economia encarregada de elaborar e executar as políticas nacionais para permitir que a Superintendência da Inspeção do Trabalho cumpra sua importante tarefa de eliminar o trabalho similar à escravidão, em conformidade com sua missão institucional (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

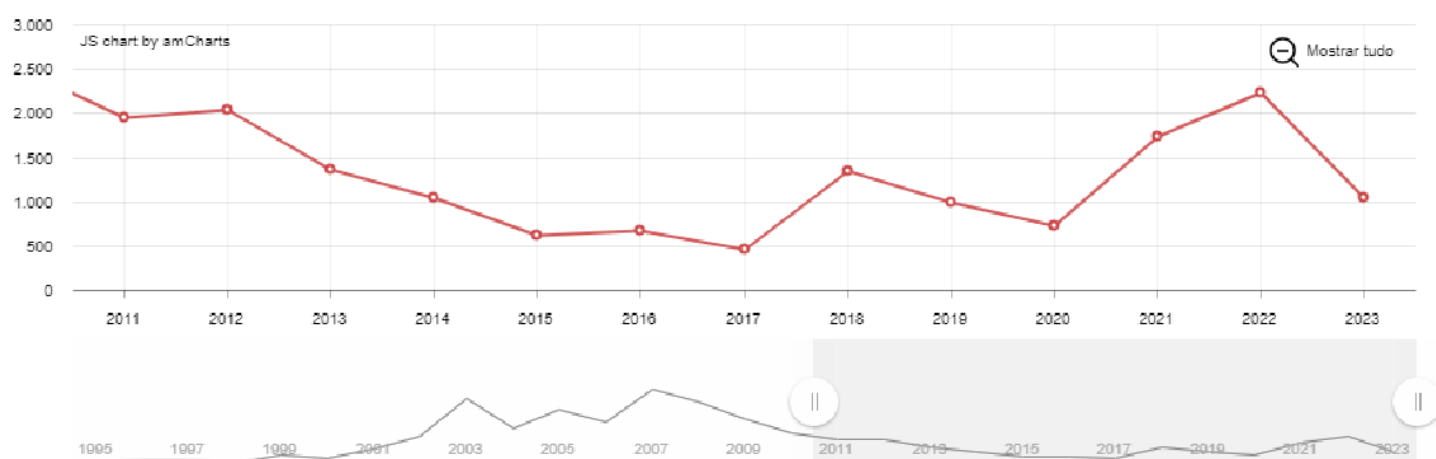


Figura 02. Quantidade de Trabalhadores em Condições Análogas à Trabalho Escravo em 2022 no Brasil Todas as CNAEs

Apesar de as fiscalizações terem demonstrados mais efetividade no ano de 2022, ainda se faz necessário mais fiscalização, pois o combate ao trabalho escravo na zona rural ainda enfrenta diversos desafios, como a impunidade dos responsáveis, a falta de conscientização da sociedade e a dificuldade em identificar casos de exploração. Para superar esses obstáculos, é fundamental fortalecer a fiscalização, promover ações de educação e

conscientização, garantir a proteção dos trabalhadores resgatados e implementar políticas públicas voltadas para a erradicação do trabalho escravo (SILVEIRA *et al.*, 2020; MENDES, 2019).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho escravo na zona rural é um problema persistente e complexo que demanda atenção e esforços contínuos. Através da pesquisa exploratória, foi possível analisar e investigar a prevalência, formas de exploração e causas subjacentes desse fenômeno. Para enfrentar esse desafio, é essencial uma abordagem abrangente que envolva ações governamentais, conscientização da sociedade e a adoção de políticas públicas efetivas. Somente assim será possível avançar rumo à erradicação do trabalho escravo na zona rural e garantir condições de trabalho dignas para todos.

A pesquisa exploratória revela que o trabalho escravo na zona rural ainda persiste no Brasil, demandando ações conjuntas de diversos setores da sociedade para sua erradicação. A análise das fontes utilizadas demonstra a complexidade do problema, suas causas multifatoriais e a necessidade de medidas efetivas para garantir a dignidade e os direitos dos trabalhadores rurais. Somente por meio de esforços contínuos será possível enfrentar esse desafio e construir uma sociedade mais justa e livre do trabalho escravo.

Referências

- 50 FREEDOM. **A escravidão contemporânea: mitos e fatos**. 2018. Disponível em: <https://50forfreedom.org/pt/a-escravidao-moderna-mitos-e-fatos/>. Acesso em: 30 maio de 2023.
- DE BRITO FILHO, J.C.M. **Trabalho escravo: caracterização jurídica**. LTr Editora, 2020. FERNANDES, L.S.; MARIN, R.E.A. Trabalho Escravo nas fazendas do estado do Pará. **Novos Cadernos: NAEA**, Pará, v. 1, n. 10, p.71-99, jun. 2007. <https://doi.org/10.5801/ncn.v10i1.72>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- GOMES, A. C. Trabalho escravo contemporâneo: causas, consequências e desafios para o direito do trabalho. **Revista Científica Semana Acadêmica**, p. 1-10, 2018.
- MENDES, T. S. O trabalho escravo no Brasil: uma análise a partir da exploração de crianças e adolescentes. **Revista de Estudos Jurídicos da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, 2019.
- OLIVEIRA, M. R. Trabalho escravo contemporâneo na agropecuária brasileira: a precarização do trabalho humano como violação aos direitos fundamentais. **Revista Eletrônica Direito e Política**, p.115-136, 2020.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório de Monitoramento Global: Trabalho Forçado**. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/-publ/documents/publication/wcms_575479.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.
- REZENDE, M.J. de; REZENDE, R.C. A erradicação do trabalho escravo no Brasil atual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 7-39, 2013.
- SAKAMOTO, LEONARDO. **Observatório da sociedade civil durante a copa, congresso pode esvaziar “lista suja” do trabalho escravo**. Disponível em: <http://observatoriosc.wordpress.com/2014/06/27/durante-a-copa-congresso-pode-esvaziarlista-suja-do-trabalho-escravo/>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- SANTOS, A. S. Trabalho escravo no Brasil: panorama, perspectivas e desafios. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, p. 215-241, 2017.
- SILVA, A. P., SANTOS, L. L., & OLIVEIRA, F. C. Trabalho escravo no Brasil: aspectos históricos, estruturais e desafios para a intervenção. **Revista Caderno de Campo**. p.105-123, 2019.
- SILVA, L. A. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: uma análise do contexto rural**. Boletim de Conjuntura, p.20-36, 2021.

Silveira, M. M. et al. **Trabalho escravo no Brasil**: análise e perspectivas. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. 2020.

SOUZA, J. M. Trabalho escravo no Brasil: desafios para o combate e prevenção. **Revista Jurídica**, p. 99-114, 2019.

SOUZA, M. L. (2021). **Trabalho Escravo Contemporâneo na Zona Rural**: um estudo sobre os casos de 2019 no Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.

SMITH, J. et al. Modern slavery and global supply chains: a systematic review. **Globalization and Health**, p. 1-15, 2022.

THÉRY, Hervé et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. 2012.

3

HORTA PEDAGÓGICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

PEDAGOGICAL GARDEN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION IN SCHOOLS

Thalison Santos Caldas
Poliana Oliveira Cardoso

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-3



Resumo

A implantação de horta pedagógica permite a reflexão da comunidade escolar sobre questões ambientais, qualidade nutricional e qualidade de vida. As hortas podem ser utilizadas como espaços de aprendizado, tornando o ambiente escolar mais agradável com a implantação de áreas verdes pedagógicas. O trabalho realizado na Escola Centro de Ensino Paulo VI teve como objetivo promover atividades pedagógicas junto aos alunos, com a finalidade de sensibilizar a respeito de temas que englobam a sustentabilidade, meio ambiente e a alimentação saudável. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com o uso de métodos dialógicos e participativos. Nesse sentido, foi ministrado palestras e oficinas para implementação de dois modelos de horta e verificar a percepção dos alunos por meio de questionários. O objetivo proposto neste trabalho foi atingido, surtindo resultados positivos no meio escolar ao proporcionar um ambiente educativo e dinâmico, onde as atividades contribuem para um aprendizado mais fluido e compreensível. Além do mais, desperta a curiosidade dos alunos, facilitando a assimilação dos conteúdos teóricos e mudança nos hábitos alimentares dos alunos e, ainda incentivo a construção de hortas nos espaços escolar.

Palavras-chave: Educação, Sustentabilidade, Agricultura.

Abstract

The establishment of a pedagogical garden allows the school community to reflect on environmental issues, nutritional quality and quality of life. The vegetable gardens can be used as learning spaces, making the school a more pleasant place due to the pedagogical green areas. The work managed at Learning Centre Paulo VI School aimed to promote pedagogical activities with students in order to awareness raising about issues that include sustainability, environment and healthy food. Qualitative research using dialogic and participatory methods was carried out. In this sense, lectures and workshops were given to implement two garden models and to verify the students' perception through questionnaires. The objective was achieved with positive results in the school environment by providing an educational and dynamic environment, where activities contribute to a more fluid and understandable learning. Furthermore, it awakens students' curiosity, facilitates the assimilation of theoretical contents and changes their food habits, and also encourages the construction of vegetable gardens in school spaces.

Keywords: Education, Sustainability, Agriculture.

1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada após a Segunda Guerra Mundial (1935-45) a partir de um sentimento da comunidade internacional de que era preciso encontrar um caminho para manter a paz entre as nações. Suas ações pela segurança do mundo concentram esforços para o estabelecimento de relações de amizade entre as nações, progresso social, qualidade de vida - especialmente dos excluídos - e direitos humanos. Para cumprir sua missão, a organização atua em defesa de temas como educação, cultura, promoção da mulher, desenvolvimento humano, fome, clima, meio ambiente etc. por meio de instituições responsáveis por áreas específicas (PEREIRA *et al.*, 2012). Uma das principais linhas de atuação da ONU, é o combate à fome e a pobreza, sobretudo em países pobres e subdesenvolvidos, bem como também a preocupação em conscientizar a comunidade mundial a respeito da relação sociedade/meio ambiente. Assim, no decorrer dos anos de 1980, algumas preocupações referentes as tendências de consumo, que contribuíam para os chamados “fracassos” do desenvolvimento, relacionados à gestão social, econômica e do meio ambiente começaram a ganhar força. Tais preocupações levaram a Assembleia Geral da ONU a criar, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CARDOSO, 2018).

O Relatório Brundtland, que também é conhecido como “Nosso Futuro Comum” ficou pronto em 1987, é considerado um documento importante no contexto mundial, já que foi o primeiro a apresentar publicamente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, entendido como aquele capaz: *“de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”* (CMMAD, 1991, p. 9).

Destaca-se que a partir do ano de 2015, de acordo com informação da ONU (2022), líderes mundiais e representantes da sociedade civil se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York, para decidir sobre um plano de ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas vivam em paz e prosperidade. Conhecida como Agenda 2030, incorpora 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Como explica informações da ONU (2022), os ODS foram delineados levando em conta uma perspectiva universal, refletindo aspirações de diversas nações no mundo todo, e representam uma oportunidade de construir uma trajetória mundial de desenvolvimento priorizando o equilíbrio entre sociedade e ambiente. São importantes também, para fortalecer uma cultura de sustentabilidade.

Ao dar destaque ao “ODS 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, da agenda para 2030, este trabalho se filia aos esforços de destacar a importância da agricultura sustentável e da segurança alimentar. Para tanto, tais temas foram trabalhados por meio de ações de educação ambiental no ambiente escolar.

As hortas nas escolas podem proporcionar uma melhorara na concepção de saúde nos alunos, promovendo o surgimento de valores sociais e alimentares que podem beneficiar o desenvolvimento cognitivo (GUILHERME; FERREIRA, 2014). A alimentação saudável no espaço escolar implica na integração de atuações voltadas para questões fundamentais, como o estímulo à adoção de rotinas alimentares saudáveis, por meio de atividades educativas que informem e motivem escolhas individuais. Portanto, ao se propor articular tais aspectos este artigo apresenta o uso de atividades pedagógicas de complementação curricular, no Colégio Centro de Ensino Paulo VI. O intuito de realização deste enfoque é

de estimular a incorporação, percepção e a valorização da dimensão educativa a partir do meio ambiente, por meio de metodologias de educação ambiental.

O presente artigo, é um recorte de um trabalho de conclusão de curso cujo título é “Horta pedagógica: alimentação saudável e educação ambiental nas escolas”, apresentado no primeiro semestre de 2023, ao curso de Engenharia Agrônômica da Universidade Estadual do Maranhão.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado juntamente com a escola Centro de Ensino Paulo VI. Os métodos propostos foram desenvolvidos por meio de uma disciplina optativa chamada de Rota Ambiental, no qual os estudantes do ensino médio de diferentes turmas se inscreveram somando um total de 123 alunos de três turmas do primeiro ano com idades que variam de 15 a 17 anos.

2.1 Métodos utilizados

Os métodos escolhidos consistem em palestras, oficinas e implementação da horta pedagógica. As palestras de acordo com Pereira *et. al.* (2009), é um método em que o orador disserta sobre um assunto cuidadosamente elaborado e previamente determinado, é utilizada para apresentar informações, de modo a esclarecer pontos de controvérsia, informar e analisar fatos, além de explorar facetas de um problema.

Para concluir a escolha dos métodos, foi elaborado um questionário com aplicação prevista para antes da realização das atividades de palestra, oficinas e implementação das hortas, sendo aplicado novamente após a disciplina com o intuito de verificar em que medida as ações elaboradas para essa eletiva, contribuíram para a formação de uma consciência respeito da sustentabilidade e alimentação saudável.

O questionário foi aplicado utilizando-se a ferramenta do Google Forms, com perguntas de múltipla escolha e também discursivas. Foram obtidas 30 respostas¹ que foram tabuladas e analisadas por meio da utilização do Excel.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Implantação da horta pedagógica

Para a implantação da horta pedagógica, o primeiro passo a ser dado foi apresentar o projeto para a direção da escola explicando todas as metodologias que seriam utilizadas. Após a análise o projeto foi aprovado.

3.2 Palestras

Como em Ross e Becker (2012), para a primeira palestra foi escolhido o tema gerador: Desenvolvimento Sustentável. A palestra apresentou aos alunos do ensino médio uma oportunidade de discutir a importância da sustentabilidade, foram abordados tópicos incluindo a necessidade de preservar os recursos naturais, apresentação do conceito de De-

1 No questionário II foi utilizado a extensão formLimiter do foms que limita as respostas para que tivesse uma igualdade no número de respostas com o questionário I para produzir os gráficos.

envolvimento Sustentável, apresentação dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODS, a importância da reciclagem, o conhecimento dos 8R's da sustentabilidade e a promoção da agricultura sustentável. Durante a conversa com os alunos, foi enfatizado que o desenvolvimento sustentável não significa abster-se do progresso, mas sim encontrar maneiras de crescer e prosperar de forma responsável e equilibrada, levando em consideração o impacto ambiental, social e econômico.

A segunda palestra teve como tema gerador: alimentação saudável e a importância das hortaliças. A ocasião foi uma oportunidade de discutir a importância de uma dieta equilibrada e rica em nutrientes. Durante a palestra, foram abordados diversos tópicos, incluindo: o que são hortaliças; a diferença entre legumes e verduras; classificação das hortaliças e a importância de consumir hortaliças frescas e variadas, assim como a relação entre a alimentação e a prevenção de doenças. Durante o diálogo, foi enfatizado que as hortaliças são uma excelente fonte de alimentos altamente nutritivos devido à sua composição rica em proteínas, carboidratos, sais minerais e vitaminas essenciais para a construção, regulação, manutenção, equilíbrio, integridade, energia e resistência do organismo contra doenças como destaca (ESTEVO *et al.*, 2013). Foi preparado um “Quiz interativo”, que teve o objetivo de testar o conhecimento dos alunos a respeito dos temas trabalhados, e ao mesmo tempo estimular a inclusão de hortaliças em suas dietas escolhendo opções saudáveis.

A terceira e última palestra, teve como tema gerador: “Minha horta”, apresentou aos alunos uma oportunidade para discutir a importância da agricultura urbana e da produção de alimentos em pequena escala. Durante a palestra, foram abordados diversos tópicos, incluindo a escolha de quais hortaliças cultivar, a limpeza da área, a adubação e irrigação corretas e conservação do ambiente de trabalho. Além de destacar que a agricultura urbana pode contribuir para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, por meio de cultivos em pequenos espaços, como em casa ou na escola. Foi enfatizado que cultivar uma horta oferece uma ampla gama de oportunidades para desenvolver atividades educacionais abrangendo conceitos e princípios fundamentais, a importância das hortaliças para a saúde, técnicas de plantio, o processo de cultivo e os cuidados necessários para manter a saúde das hortaliças (CRIBB, 2010). Os alunos tiveram a oportunidade de ver exemplos de como uma horta pode ser cultivada em diferentes espaços e condições, como essas hortas podem ser integradas a um estilo de vida saudável e sustentável, e passo a passo de como implementar uma horta.

Durante a palestra, também foram mostrados desafios enfrentados na produção de alimentos em pequena escala, incluindo o manejo adequado do solo, o controle de pragas e doenças e a importância do uso de técnicas sustentáveis, como a compostagem e a utilização de água de reuso.

3.3 Oficinas

Após as palestras, houve a realização de oficinas com a finalidade de trabalhar temas complementares a implementação da horta pedagógica. Os temas geradores foram: confecção de composteira, apresentando uma maneira de reutilizar resto de alimentos como forma de adubos orgânicos; a produção de mudas, para ser observado o crescimento e também com a finalidade de obter mudas mais vigorosas no caso das hortaliças. E por fim a confecção das hortas suspensas, aproveitando garrafas pets para produzir horta vertical e medicinal.

A oficina sobre confecção de composteira apresentada aos alunos foi uma oportunidade para discutir a importância da compostagem e da gestão adequada de resíduos



orgânicos. A prática da compostagem desempenha um papel significativo no incremento da produtividade e sustentabilidade nos sistemas de produção. O processo de produção de matéria orgânica pode ser realizado utilizando-se os resíduos disponíveis no local de forma contínua (GARUTTI; SPIGOLOTTI, 2012).

Os alunos aprenderam como construir uma composteira caseira (Figura 1), a partir de materiais simples e de baixo custo, como baldes de plástico e materiais orgânicos, como cascas de frutas e legumes, folhas secas e borra de café, que foi solicitado aos alunos durante a realização da última palestra, que fossem separados em casa e trazidos para a oficina. Destaca-se que para a realização desta oficina, seguiu-se as orientações da publicação que descreve os cuidados no manuseio e formas de construção de composteiras da Embrapa (2014), trabalho que descreve o sistema de composteiras em baldes empilhados.



Figura 1. Realização da oficina de compostagem no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís – MA

Fonte: SILVA, (2023).

Foi enfatizado que a compostagem é uma forma eficaz de reciclar resíduos orgânicos, reduzindo a quantidade de lixo que vai para aterros sanitários e ajudando a promover a saúde do solo e das plantas. Os alunos tiveram a oportunidade de ver exemplos de como a composteira pode ser integrada em suas casas ou em suas escolas, e como os resíduos orgânicos podem ser transformados em adubo de alta qualidade (Figura 2, A). Os baldes foram numerados conforme a turma correspondente (Figura 2, B).



Figura 2. Figura A, alimentação da composteira. Figura B, baldes de compostagem das turmas no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís – MA

Fonte: CALDAS, (2023).

A segunda oficina de produção de mudas (Figura 3), foi uma oportunidade para discutir a importância da agricultura urbana e da produção de alimentos em pequena escala. Durante a oficina, os alunos aprenderam como produzir mudas a partir das sementes de alface (*Lactuca sativa*), utilizando materiais simples como sementeiras para facilitar o manuseio. Foi enfatizado que a produção de mudas é uma forma eficaz de obter plantas saudáveis e adaptadas às condições locais, além de ser uma atividade educativa e divertida. Segundo Gusmão e Ripp (2016), a utilização de mudas de alta qualidade é um fator crucial para o desenvolvimento da cultura das hortaliças, conferindo competitividade ao cultivo, resultando em aumento da produtividade e redução dos riscos de produção e contribui para a redução do impacto ambiental no solo.



Figura 3. Alunos produzindo as mudas em sementeira no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís – MA

Fonte: CALDAS (2023).

Durante a oficina, também foi abordado os desafios enfrentados na produção de mudas, incluindo o manejo adequado do solo, a escolha de variedades adequadas às condições locais e a importância do uso de técnicas sustentáveis, como a utilização de substratos orgânicos e a rega adequada. Por fim, foi realizada a oficina de confecção de hortas suspensas uma oportunidade para os alunos aprenderem sobre técnicas de jardinagem urbana e sustentável.

Os alunos aprenderam como construir uma horta suspensa utilizando materiais recicláveis e de baixo custo, como garrafas PET e barbante (Figura 4). Foi enfatizado que as hortas suspensas são uma ótima opção para quem possui pouco espaço disponível em casa ou na escola, pois permitem o cultivo de plantas sem a necessidade de dedicar muito tempo ao cultivo das hortaliças (OLIVEIRA *et al.*, 2014).



Figura 4. Preparação dos recipientes para a horta vertical no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís – MA

Fonte: SILVA, (2023).

3.4 Implementação das hortas

A horta escolar foi implementada em dois formatos: vertical e horizontal no espaço físico da escola, juntamente com a participação e colaboração dos alunos.

Os alunos puderam relacionar os conhecimentos adquiridos durante a palestra sobre “Minha Horta”, que compartilhou orientações de como montar e realizar atividades na horta. Isso ampliou a compreensão dos conceitos teóricos, tornando-os mais significativos e aplicáveis à vida real. A horta escolar em canteiros retangulares foi implementada no espaço físico da escola, juntamente com a participação e colaboração dos alunos. O primeiro passo foi determinar a delimitação do canteiro que foi utilizado garrafas PETs no tamanho de 2,5x8m (Figura 5).



Figura 5. Mostra o uso das garrafas PET para delimitar o canteiro no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís – MA

Fonte: CALDAS, (2023).

Em seguida foi feito a remoção de lixo e limpeza do solo no local, sem usar a utilização de fertilizantes e herbicidas químicos no processo, foi empregado o uso de capina manual. Após a conclusão dessa etapa de limpeza, foi realizado o revolvimento do solo utilizando

resto de folhas de árvores não alelopáticas que ficavam na proximidade da escola, com a função de cobertura morta para proteger o solo, manter a umidade e evitar o efeito splash², evitando erosões no canteiro.

Não foi feita a incorporação no solo por composto, mas deve ser feito antes e durante o plantio. E em sequência foi realizado o plantio das sementes de coentro (*Coriandrum sativum*) e rúcula (*Eruca vesicaria ssp. Sativa*) e por muda cebolinha (*Allium fistulosum*) no canteiro.



Figura 6. Figura A Plantio de coentro por semente, Figura B plantio de cebolinha por mudas no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís – MA

Fonte: CALDAS, (2023).

A implementação da horta vertical apresentou feita por meio do aproveitamento vertical do espaço, permite uma produção boa em uma área limitada, o que é particularmente relevante em ambientes urbanos densamente povoados, onde o espaço é escasso (Oliveira *et al.*, 2014). Como o proveito dos vasos confeccionados na oficina de horta suspensas foi implementada a horta vertical. Os materiais recicláveis utilizados para a confecção foram garrafas Pets trazidas pelos próprios alunos do Paulo VI, visando sempre à reciclagem e à sustentabilidade (Figura 7).



Figura 7. Produção da horta vertical com o uso dos vasos da oficina de horta suspensas no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís – MA

Fonte: CALDAS, (2023).

2 Impacto das gotas de chuva no solo.

Ao longo do projeto, foi possível cultivar uma variedade de plantas, incluindo vegetais de folhas verdes como cebolinha (*Allium fistulosum*) e rúcula (*Eruca vesicaria* ssp. *Sativa*) e ervas aromáticas e medicinais como boldo (*Peumus boldus*). O sistema vertical teve um total de 16 vasos suspensos e o mesmo permite um melhor aproveitamento da luz solar, garantindo uma adequada fotossíntese para o crescimento saudável das plantas.

3.5 Análise do questionário

Ao observar a Tabela 1, os dados obtidos mostram um aumento de 35% na proporção de alunos que afirmaram conhecer ou ter familiaridade com a Agenda 2030, após as intervenções de educação ambiental realizadas.

Item	Questionário I	Questionário II
Sim	13%	48%
Não	80%	45%
Talvez	7%	7%

Tabela 1. Você já ouviu falar da Agenda 2030?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

É importante ressaltar que para contribuir para as metas estipuladas por meio dos ODS estabelecidos pela agenda 2030, é necessária uma transformação na sociedade, como visto anteriormente na introdução deste trabalho. A escola desempenha um papel de extrema relevância nesse processo (RAMOS; KANAANE, 2023), e apesar do aumento percebido em relação aos alunos que sinalizaram o conhecimento ou familiaridade com a agenda após as intervenções, é importante reforçar a prerrogativa de que a agenda 2030, continue sendo trabalhada de forma transversal nas demais disciplinas e conteúdo da grade curricular dos alunos.

De forma similar, ao analisar os resultados da Tabela 2, relacionada a palestra sobre Desenvolvimento Sustentável, que trabalhou também o conhecimento dos 8R's da sustentabilidade, nota-se o aumento em 64% dos alunos que afirmaram ter conhecimento sobre o tema.

Item	Questionário I	Questionário II
Sim	23%	87%
Não	70%	13%
Talvez	7%	0%

Tabela 2. Você já ouviu falar dos 8 R's da sustentabilidade?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O aumento desta compreensão, ajuda a reforçar a importância da educação ambiental trazida no texto do artigo 2º da lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no qual a educação ambiental aparece como um elemento fundamental e contínuo dentro do sistema educacional do país, devendo ser integrada de forma coordenada em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto no âmbito formal quanto no não-formal (BRASIL, 1999).

A Tabela 3, mostra informações sobre o conhecimento dos alunos a respeito dos elementos necessários para o desenvolvimento de uma planta. Após a realização da palestra “Minha Horta”, esse percentual diminuíram, chegando a apenas 16% dos alunos que ainda mantinham a concepção de que as plantas precisam apenas de água e luz. Os resultados

destacam que a maioria dos alunos compreenderam os conceitos abordados durante a palestra, reforçando a eficácia do método no esclarecimento de temas controversos, como destacado em Pereira et al. (2009).

Item	Questionário I	Questionário II
Sim	67%	84%
Não	33%	16%

Tabela 3. As plantas só precisam de água e luz?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na Tabela 4, observou-se inicialmente que a turma apresentava uma divisão equitativa nas respostas relacionadas ao entendimento de o que são os legumes, com cada alternativa obtendo 33% de apoio dos alunos.

Item	Questionário I	Questionário II
Aqueles em que a parte comestível são flores e raízes.	33%	13%
Aqueles em que a parte comestível são folhas e sementes.	33%	10%
Aqueles em que a parte comestível são frutos ou sementes.	33%	77%

Tabela 4. Compreensão a respeito dos legumes

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No entanto, no segundo momento em que o questionário foi aplicado, observou-se um aumento significativo na proporção de alunos que corretamente associaram os legumes a frutos e sementes, totalizando 77% das respostas. Esses resultados demonstram um avanço na compreensão dos alunos sobre a classificação dos legumes, após a discussão proporcionada pela palestra sobre “alimentação saudável e importância das hortaliças”. Por meio das informações da Tabela 5, seguindo o raciocínio anterior, os alunos forneceram respostas sobre a compreensão a respeito das verduras. Cerca de 53% dos alunos indicaram que as verduras são compostas por folhas, flores e hastes, enquanto 30% optaram pela categoria de frutos e sementes, e 17% escolheram flores, hastes e frutos.

Item	Questionário I	Questionário II
Aqueles em que a parte comestível são as flores, hastes e os frutos.	17%	23%
Aqueles em que a parte comestível são as folhas, as flores e as hastes.	53%	74%
Aqueles em que a parte comestível são os frutos e as sementes.	30%	3%

Tabela 5. Compreensão a respeito das verduras

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Após a realização da palestra, observou-se um crescimento significativo na compreensão dos alunos sobre a classificação das verduras. A alternativa que descrevia as verduras como folhas, flores e hastes experimentou um aumento considerável, chegando a 21%. Cabe destacar que como salienta Malacarne *et al.* (2014), é fundamental incentivar os hábitos alimentares saudáveis nas crianças, uma vez que esse período representa uma

fase crucial em sua formação para desenvolver bons hábitos alimentares. Nesse sentido conhecer corretamente os alimentos, pode incentivar a escolha por hábitos alimentares mais saudáveis. No que se refere as hortaliças, a Tabela 6, indica que inicialmente os alunos apresentavam indecisão em relação à classificação.

Item	Questionário I	Questionário II
Raízes, herbáceas e frutos.	17%	23%
Tuberosas, folhas e frutos	53%	74%
Tuberosas, herbáceas e frutos	30%	3%

Tabela 6. Compreensão a respeito das hortaliças

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Após a realização da palestra, observou-se um crescimento significativo no conhecimento dos alunos sobre a classificação das hortaliças. A porcentagem dos alunos que corretamente associaram as hortaliças como sendo tubérculos, herbáceas e frutos aumentou em 37%. A Tabela 7, é referente a abordagem a respeito das hortas verticais, e mostra que aproximadamente 63% dos alunos afirmaram não ter conhecimento prévio sobre as mesmas.

Item	Questionário I	Questionário II
Sim	37%	94%
Não	63%	6%

Tabela 7. Você já ouviu falar de hortas verticais?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No entanto, após a realização da oficina de hortas verticais, houve um aumento significativo nesses números. O percentual dos alunos familiarizados com as hortas verticais cresceu em 57%. Reforçamos as contribuições de Santos *et al.* (2014), que cita que a introdução de hortas escolares por meio de uma abordagem interdisciplinar tem um impacto positivo na qualidade do ensino-aprendizagem. Outra observação pertinente, é que o tema das hortas verticais, foi trabalhado de forma que os alunos tiveram oportunidade de aprender fazendo, mostrando o impacto positivo de ações educativas em que o aprendiz tem oportunidade de assumir um papel ativo no processo.

A Tabela 8, revela os dados com a compreensão dos alunos a respeito da agricultura sustentável. Inicialmente, 67% dos alunos responderam que a agricultura sustentável consiste em atender às necessidades de cultivo sem comprometer as gerações futuras. No entanto, após a realização da palestra com o tema da agricultura sustentável, esse percentual aumentou em 13%, mostrando a fixação do conhecimento passado.

Item	Questionário I	Questionário II
Atender as necessidades de cultivo sem comprometer as gerações futuras.	67%	80%
Aumentar a produção gastando pouco sem rodízio de culturas.	16%	13%
Usar o solo o máximo possível.	17%	7%

Tabela 8. Que visa a agricultura sustentável?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Tabela 9, mostra a categorização das respostas das questões dissertativas que ti-

nam o objetivo de avaliar a compreensão dos alunos sobre a importância da agricultura, desta forma foram selecionadas as respostas mais frequentes para a elaboração do gráfico. Essa técnica consiste na análise dos conteúdos das mensagens, permitindo a inferência de conhecimento com base na forma como as informações foram estruturadas (BARDIN, 2015).

Questionário I	Votos	Questionário II	Votos
Produção econômica.	14	Produção econômica.	11
Alimentação saudável e longevidade.	13	Alimentação saudável e longevidade.	9
Sustentabilidade.	3	Sustentabilidade.	7
		Culinária.	2
		Alimentação animal.	1

Tabela 9. Qual a importância da agricultura para você?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nota-se que após a conclusão da disciplina eletiva, houve uma mudança nas respostas dos alunos em relação à importância da agricultura. Podemos observar o aumento de alunos que atrelam a importância da agricultura ao tema da sustentabilidade. Apesar disso, o número de alunos que atrela a importância da agricultura a produção econômica permaneceu maior, este padrão pode ter explicação no fato de a agricultura ser um dos setores que compõem a formação do Produto Interno Bruto – PIB, e como mostram informações do IBGE (2023), o Brasil se destaca na composição do PIB com as produções de soja, milho, cana-de-açúcar e café. Além disso, o Brasil tem um histórico de produção agrícola fortemente direcionado para a exportação e abastecimento interno, fatores que reforçam o entendimento da importância da produção agrícola para economia brasileira. Ainda sobre as respostas dos questionários, observa-se também o surgimento de novos tópicos, como finalidades de culinária e alimentação animal.

Questionário I	Votos	Questionário II	Votos
Alimentação saudável e longevidade.	13	Produzir o próprio alimento.	10
Produzir o próprio alimento.	11	Sustentabilidade.	9
Hobby ou terapia.	3	Alimentação saudável e longevidade.	7
Não sabe.	3	Hobby ou terapia.	4

Tabela 10. Em sua opinião, quais os benefícios de cultivar uma horta?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

E relacionado a isso, a Tabela 10, mostra o entendimento a respeito dos benefícios de cultivar uma horta, elencados pelos alunos. Após a realização da disciplina, foram observadas mudanças nos tópicos mencionados pelos alunos em relação aos benefícios de cultivar uma horta. Nota-se que o tema da sustentabilidade foi incorporado, além do aumento da compreensão da categoria “produção do seu próprio alimento”. Tais resultados nos remetem as contribuições de Soares *et al.* (2023), que destaca a relevância da horta escolar na promoção de uma alimentação saudável e na conscientização sobre a importância de cuidar da natureza. A Tabela 11, mostra os temas elencados a respeito da importância de uma alimentação saudável, e além das questões envolvendo a “saúde e o bem-estar”, os alunos levantaram com maior ênfase a “prevenção de doenças”.

Questionário I	Votos	Questionário II	Votos
Saúde e bem-estar.	14	Saúde e bem-estar.	17
Longevidade.	8	Prevenção de doenças.	8
Não sabe.	8	Longevidade	5

Tabela 11. Qual a importância de uma alimentação saudável?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na Tabela 12, a pergunta abordou a relevância da disciplina eletiva ao longo de todo o processo de palestras, oficinas e práticas. O tema “descoberta”, sinalizando novos conhecimentos adquiridos, a categoria mais frequente, seguida pela questão da “inovação”, ao se referir a uma proposta diferente. O tema “educação alimentar” também teve destaque, mostrando que a disciplina foi importante para conscientizar sobre a importância de bons hábitos alimentares. Conforme os estudos conduzidos por Marques *et al.* (2022), os alunos demonstram interesse nos assuntos ambientais e possuem uma compreensão clara dos problemas que envolvem o ambiente.

Questionário II	Votos
Descoberta.	18
Inovação.	8
Educação alimentar.	4

Tabela 12. Está eletiva foi importante para você? Por quê?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na Tabela 13, mostra quais atitudes os alunos adotariam ou mudariam em suas rotinas após a abordagem dos temas discutidos, e a categoria de ser mais saudável foi a mais frequente. Segundo Oliveira *et al.* (2018) a prática desperta valores sociais e estimula a interação no contexto das investigações científicas, proporcionando um processo de ensino-aprendizagem por meio da realização de aulas práticas.

Questionário II	Votos
Ser mais sustentável.	19
Educação alimentar.	8
Não mudaria.	3

Tabela 13. Quais atitudes você corrigirá em sua rotina?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 13, nota-se um aumento significativo de 19 respostas relacionadas ao tema “Ser mais sustentável”, indicando uma maior conscientização e preocupação com a saúde. Além disso, o tema “Educação alimentar”, demonstrando a preocupação dos alunos em corrigir seus hábitos alimentares, enquanto 03 alunos não demonstraram interesse em mudar nenhuma atitude. Vale destacar, que o ambiente escolar desempenha um papel fundamental na formação das futuras gerações, sendo esperado que a partir desse ambiente surja uma sociedade sustentável. Por essa razão, é crucial que iniciativas de conscientização ambiental e responsabilidade social sejam incorporadas nesse espaço, e vale reforçar que a horta escolar é um ambiente propício para o desenvolvimento dessas competências e habilidades (SANTOS, 2014).

4. CONCLUSÕES

Após a apresentação dos resultados deste trabalho, fica evidente que os métodos de implementação de hortas pedagógicas, podem contribuir para conscientização acerca da importância da sustentabilidade, meio ambiente e alimentação saudável. Surtem resultados positivos no meio escolar ao proporcionar um ambiente educativo e dinâmico, onde as atividades contribuem para um aprendizado mais fluido e compreensível. Além do mais, desperta a curiosidade dos alunos, facilitando a assimilação dos conteúdos teóricos. Ao serem integrados ao conhecimento previamente abordado em sala de aula, as intervenções desenvolvidas por meio deste trabalho de conclusão de curso, proporcionam uma experiência de aprendizado e maior percepção, tornando o processo de aprendizagem mais compreensível.

É importante destacar que as hortas escolares possuem um grande potencial como ferramenta didática interdisciplinar. Por isso, é importante destacar que os métodos utilizados neste trabalho de conclusão de curso, são passíveis de serem replicados em outras escolas e com alunos de diferentes faixas de idades.

Espera-se que a partir dele, outros trabalhos possam vir a desenvolver e diversificar os métodos de educação ambiental, no movimento de juntamente com professores de escolas utilizarem a horta como recurso pedagógico.

Referências

- A AGENDA 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *In*: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **ONU**, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2015
- BRASIL. LEI nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília/DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/551671/publicacao/15716732>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- CARDOSO, P. O. **O uso dos recursos naturais nas reservas extrativistas marinhas brasileiras e a transmissão do saber fazer tradicional da pesca artesanal**. 2018. Tese (Doctor Scientiae) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2018.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p
- CRIBB, S. L. S. P. Contribuições da Educação Ambiental e Horta Escolar na Promoção de Melhorias ao Ensino, à Saúde e ao Ambiente. **Rev. Eletr. do Mestr. Profis. em Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio Grande do Sul v. 3, n. 1, p. 42-60. 2010.
- EMBRAPA (Org.). **Como montar uma composteira caseira**. 2014. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/136838/1/CPAF-AP-Folder-COMPOSTEIRA.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- ESTEVO, E. et al. Q. Hortaliças cultivadas em horta doméstica: prática alternativa para promoção da saúde 2013, Belém. **Anais...** Belém: CBMFC, 2013.p.12 – 677, 2013.
- GARUTTI, S.; SPIGOLOTTI, F. C. Desenvolvimento de Horta na Instituição Centro de Convivência João Paulo II em Maringá-PR. **Saúde e Pesquisa**, v. 5, n. 1, 2012.
- GUILHERME, A. R.; FERREIRA, M. G. De S. **Educação alimentar por meio da horta na escola: uma prática na escola municipal de ensino fundamental maria de fátima oliveira**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Licenciado em Ciências Naturais) - Universidade Federal Rural Da Amazônia, Capitão Poço - AM, 2014.
- GUSMÃO, P. A.; RIPP, C. P. **Utilização de composto orgânico para produção de mudas**. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Ambiental, Medianeira – PR, UTFPR, 2016. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/12598>>pdf. Acesso em: 03 de mai. de 2023.
- PRODUÇÃO agropecuária. **IBGE**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria>

ria/ Acesso em: 17 de jun. de 2023.

MALACARNE, V. et al. Formação do Pedagogo e Ensino de Ciências: a horta escolar como espaço para diálogos sobre educação ambiental. **Educere et Educare**, v. 9, n. 17, p. 283-292, 2014.

MARQUES, W. R. A. et al. Percepção ambiental na aplicação da Educação Ambiental em escolas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 527-545, 2022. DOI: 10.34024/revbea.2022.v17.11612. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11612>. Acesso em: 11 jun. 2023.

NOVO Ensino Médio - perguntas e respostas. **MEC - Ministério da Educação**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>. Acesso em: 22 nov. 2022.

OLIVEIRA, D. L. de H. et al. Horta Vertical: um Instrumento de Educação Ambiental na Escola. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 193-206, 2014. DOI: 10.14295/remea.v31i2.3529. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3529>. Acesso em: 17 jun. 2023.

OLIVEIRA, F. R. et al. Horta escolar, educação ambiental e a interdisciplinaridade. **REVBEA**, São Paulo, v.13, n.2, p.10-13, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2546/1584>. Acesso em: 7 fev. 2023

PEREIRA, A. C. et al. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. **Sustentabilidade**, São Paulo, p. 9, 1 dez. 2012.

PEREIRA, M. N. et al. Métodos e meios de comunicação em extensão rural. Extensão, Porto Alegre, p. 7, 1 dez. 2009.

RAMOS, A. R.; KANAANE, R. A percepção dos docentes do ensino técnico frente à sua formação continuada em tecnologia assistiva e a agenda 2030. **Formação continuada: possibilidades pedagógicas e suas interfaces**, v. 1, n. 1, p. 11-21, 2023.

ROSS, A.; BECKER, E. L. S. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012.

SANTOS, M. J. D. et al. Horta escolar agroecológica: Incentivadora da aprendizagem e de mudanças de hábitos alimentares no ensino fundamental. **Holos**, v.30, n.4, 2014.

SANTOS, O. S. dos. **A sustentabilidade através da horta escolar: um estudo de caso**. 2014. Trabalho de conclusão de Curso (Licenciada em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2014.

SOARES, T. de J. E. et al. Análise de Dissertações sobre o uso da horta escolar para a promoção da Educação Ambiental em nível Fundamental e Médio. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 9, n. jan./dez., p. e212423, 2023.

4

ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E SUA INFLUÊNCIA NO PERFIL AGROPECUÁRIO NO ESTADO DO MARANHÃO

*ANALYSIS OF LAND STRUCTURE AND ITS INFLUENCE ON THE
AGRICULTURAL PROFILE IN THE STATE OF MARANHÃO*

Líz Vitória Pereira Araújo Oliveira
Victória Kelly de Sousa Moraes
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati
Uelson Serra Garcia

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-4



Resumo

Estrutura fundiária é a forma como as propriedades rurais estão distribuídas e organizadas em uma determinada região. No Brasil é marcada por um processo histórico desde a colonização que culminou numa má distribuição de terra, sendo a concentração de terras e de capital um problema que data da origem da colonização das terras brasileiras e que persistem até os dias atuais em vários Estados, sendo o Maranhão um deles. O objetivo do projeto foi analisar a dinâmica da estrutura fundiária e verificar o efeito dela no setor rural (agropecuário) e urbano dos municípios maranhenses. A pesquisa é do tipo explicativa, onde realizou-se a coleta de dados secundários a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas. O período da análise foi de 1980 a 2017, através dos Censos Agropecuários. Se fez uso das dimensões: estrutura fundiária e produtiva; social, saúde e infraestrutura e; demográfica. Se fez uso da taxa de crescimento anual (%) e análise fatorial e do Programa SPSS. Os resultados mostraram que no Maranhão houve a redução em mais de 70% no número de estabelecimentos agropecuários de menos de 10 hectares, afetando consideravelmente a agricultura familiar do Estado, mas, por outro lado, aumentou o número de estabelecimentos de tamanho de 10.000 a mais hectares. Como resposta a essa realidade temos os conflitos agrários, os inchaços nas periferias das cidades e as péssimas condições de vida nas cidades dos trabalhadores rurais que migram do campo para a zona urbana.

Palavras-chave: Maranhão. Produção. Questão agrária.

Abstract

Land structure is the way rural properties are distributed and organized in a given region. In Brazil it is marked by a historical process since colonization that culminated in a poor distribution of land, being the concentration of land and capital a problem that dates from the origin of the colonization of Brazilian lands and that persists to the present day in several states, being Maranhao one of them. The objective of the project was to analyze the dynamics of the land structure and verify its effect on the rural (agricultural) and urban sectors of the municipalities of Maranhao. The research is of the explanatory type, where secondary data collection were collected from bibliographic research (books and scientific articles) and documentary research in public archives and statistical sources. The period of analysis was from 1980 to 2017, through the Agricultural Censuses. The following dimensions were used: land and production structure; social, health and infrastructure and demographic. The annual growth rate (%) and factor analysis and the SPSS program were used. The results showed that in Maranhão there was a reduction of more than 70% in the number of agricultural establishments of less than 10 hectares, considerably affecting family farming in the State, but, on the other hand, the number of establishments of a size of 10,000 to more hectares increased. As a response to this reality we have the agrarian conflicts, the population growth in the peripheries of the cities and the terrible living conditions in the cities of the rural workers who migrate from the countryside to the urban area.

Keywords: Maranhao. Production. Agrarian question.

1. INTRODUÇÃO

Estrutura fundiária é a forma como as propriedades rurais estão distribuídas e organizadas em uma determinada região. A estrutura fundiária no Brasil é marcada por um processo histórico desde a colonização que culminou numa má distribuição de terra. Para Pinto *et al.* (2020), a distribuição da posse da terra no Brasil é desigual, sendo o Nordeste e Centro-Oeste as regiões com as maiores disparidades, condição que, também, está associada à grilagem, conflitos sociais e impactos ambientais. Segundo Sodré (2017, p. 104), “a estrutura agrária de um território resulta e é resultado de sua estrutura fundiária demarcada no contexto histórico de formação social e econômica de uma sociedade”. Até os dias atuais, a posse e uso da terra, ainda impõe marcas na esfera produtiva, social, econômica e política do país.

É de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) gerenciar a estrutura fundiária no país. Para isso, o Instituto realiza trabalhos para o zoneamento do país do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária; define os critérios para a fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal; promove estudos e diagnósticos sobre a estrutura fundiária nacional, mercados de terras, controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, sistemas de produção e cadeias produtivas (INCRA, 2020).

O INCRA utiliza como unidade de medida para classificar os estabelecimentos o módulo fiscal, unidade dada em hectares e que varia de município para município. No Brasil, o tamanho varia de 5 a 110 hectares, já no Maranhão, esse valor varia de 15 a 75 hectares, sendo o menor tamanho encontrado apenas no município de São Luís. Para a definição do tamanho, o INCRA considera:

- a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar” (EMBRAPA, 2012, p. 1).

A estrutura fundiária no Brasil pode ser compreendida no âmbito da quantidade, o tamanho e a divisão das propriedades, nível de produção e emprego de mão de obra no campo. A classificação dos imóveis rurais está presente na Lei nº 8.629/1993 (Art. 4º, II e III), a qual define como imóvel rural “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial” (BRASIL, 1993, p. 2). Em termos de classificação do imóvel rural, o INCRA classifica em quatro tamanhos: minifúndio (imóvel com área inferior a 1 módulo fiscal), pequena propriedade (imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais), média propriedade (imóvel de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (imóvel de área superior a 15 módulos fiscais) (INCRA, 2020).

1.1 Estrutura agrária do Maranhão

De acordo com Sodré (2017), o Maranhão apresenta um perfil de distribuição de terras concentrado e desigual. Para ele, a organização das terras reflete injustiça social, onde a



histórica concentração de capital em poucas mãos, deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades na distribuição de terras.

Até os anos de 1940, predominava no Maranhão as terras devolutas, cerca de 90% delas, onde os posseiros, muitos deles vindos de outros Estados do Nordeste, trabalhavam a terra de forma tradicional, tipo “roça no toco”. As primeiras regiões ocupadas foram a Sul e Oeste, depois, já nos anos 1930 e 1950, a ocupação se deu nas regiões de Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré através da pecuária, produção de arroz e por meio do grande incentivo do governo estadual para outras atividades agropecuária, agroindústria, madeireiro e de minérios. A luta pela posse da terra entre pecuaristas e posseiros, ganharam força nas décadas de 1950 e 1960 e, para o Governo estadual amenizar esse problema, iniciou o processo de colonização, fato que atraiu muitas empresas e grupos de empresas nacionais incentivados pelos baixos preços cobrados pela terra, resultando ainda mais em conflitos e violência no campo, fato que levou o governo de José Sarney, no poder desde 1965, a criar a Lei nº 2.979 de julho de 1969, também conhecida como Lei Sarney de Terras (Sodré, 2017). O governo Sarney ficou marcado pelo desenvolvimentismo, no qual envolvia grandes obras e modernização conservadora da agricultura.

A Lei Sarney de Terras “facultava-se a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedade anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares” (A QUESTÃO ..., 2021, p. 6). A Lei também sentenciava que “não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial (MARANHÃO, 1969, p. 1 apud AMARAL NETO, 2021, p. 152). Dessa forma, excluía-se os lavradores posseiros e eram favorecidos os grupos empresariais e latifundiários.

Para Amaral Neto (2021), essa Lei aumenta os conflitos e não contribuiu para melhorar a questão social da população. A história mostra que após essa Lei aumenta o número de latifúndios; a concentração de terras e capital e as desigualdades no campo. Para Rodrigues e Terra (2017, p. 5), a reestruturação territorial no Maranhão teve resultados desastrosos, sem alcançar o objetivo de desenvolver o meio rural e potencializar negativamente fatores sociais, tais como a “concentração de terras, exclusão dos camponeses, o aumento da pobreza urbana e principalmente o conflito fundiário que caracteriza o Maranhão da atualidade ...”.

A proposta do Governo em desenvolver o Maranhão promovendo a industrialização e a modernização do campo na década de 1960, vem em um momento de decadência da indústria têxtil (TRIBUZI, 2011). Nessa década, o dito desenvolvimento foi impulsionado não só pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mas, também, pelas ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas agiram basicamente na melhoria da infraestrutura e sob a forma de financiamentos de projetos agropecuários e na agroindústria para beneficiamento do babaçu e arroz, ambas entraram em decadência no início da década de 1970. No final dos anos de 1970, o Maranhão promove mais duas estratégias para promover o desenvolvimento dos seus municípios, dessa vez na área minero metalúrgica e, novamente, na agropecuária através da cultura da soja e pecuária bovina, dando continuidade ao incentivo à formação de latifúndios e, conseqüentemente, a inúmeros conflitos sociais.

A estratégia pioneira foi o Projeto Grande Carajás, implantado entre os anos de 1979 e 1980. Para atrair novos empreendimentos, foi lançado o Programa Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, lançado pelo Governo Federal em parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja

(EMBRAPA-CNPSO), com governos estaduais e instituições financeiras, cujo objetivo era proporcionar a vinda de outros grandes projetos, tais como os projetos minero-metalúrgicos e agropecuários que se instalaram ao longo dos municípios que sofreram influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A partir desse momento, o Maranhão passou a atrair empresários nacionais e multinacionais devido aos incentivos fiscais por parte do governo, a facilidades ao acesso ao mercado externo e a uma grande infraestrutura para escoamento da produção, sendo esta última representada principalmente pela estrada de ferro e pela estrutura do Porto de Ponta da Madeira, ambos de responsabilidade da Vale (OTTATI, 2013).

A justificativa do Governo para a instalação desses projetos foi a de transformar economicamente o Estado através da implantação de um polo exportador e de proporcionar a inclusão social e o desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. É inegável que os projetos de desenvolvimento impulsionados no final da década de 1970 e década de 1980 tenham provocado mudanças na sua economia, tais como o crescimento do PIB e a inserção no mercado externo dos produtos do Estado, mas também, não se pode negar uma maior taxa de urbanização e as modificações no perfil produtivo agropecuário do Estado, fato comprovado por Martins (2020) que mostra a redução drástica da produção de culturas alimentares e aumento considerável da produção de soja.

Diante dessa discussão sobre a ação estatal para promover a industrialização e o desenvolvimento agropecuário do Estado, constatamos mudanças no setor agrícola e aumento da pecuária bovina, assim como, a perda de importância econômica de algumas mesorregiões e crescimento de outras, como por exemplo, a mesorregião Norte e Sul, respectivamente (MARTINS, 2020). Alguns trabalhos detalham a questão agrária no Maranhão e os efeitos em termo da violência e conflitos no campo, mas, o diferencial desta pesquisa está no fato de ter por objetivo analisar a dinâmica da estrutura fundiária e verificar o efeito dela no setor rural (agropecuário) e urbano dos municípios maranhenses.

2. METODOLOGIA

O Estado do Maranhão está localizado no Oeste da Região Nordeste e apresenta uma área de 331.935 km², sendo o segundo maior Estado em área do Nordeste e o oitavo do país. A densidade demográfica do Estado é de 19,81 hab./km² e limita-se com o Oceano Atlântico (ao Norte), o Estado do Piauí (ao Leste), o Estado do Tocantins (ao Sul e Sudoeste) e o Estado do Pará (ao Oeste).

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma nova divisão do território maranhense, na qual os 2017 municípios estão distribuídos em 22 regiões geográficas imediatas, que por sua vez, estão agrupadas em cinco regiões geográficas intermediárias, porém, nem todos os dados disponíveis no Instituto segue essa classificação, por isso, nesta pesquisa iremos utilizar a divisão anterior, onde os municípios estão distribuídos em cinco mesorregiões e 21 microrregiões. As mesorregiões estão assim constituídas: mesorregião Norte Maranhense, formada por 6 microrregiões e 60 municípios; mesorregião Centro Maranhense, formada por 3 microrregiões e 42 municípios; mesorregião Leste Maranhense, formada por 6 microrregiões e 44 municípios; mesorregião Oeste Maranhense, formada por 3 microrregiões e 52 municípios e mesorregião Sul Maranhense, formada por 3 microrregiões e 19 municípios. A população estimada em 2020 era de 7.114.598 pessoas (IBGE, 2021).

A pesquisa é do tipo explicativa, que, segundo Gil (2002, p. 42), “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conheci-

mento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

Este estudo será realizado com a utilização de dados secundários coletados a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc.). O período da análise será de 1980 e 2017, período em que há disponibilidade do Censo Agropecuário. Nas atividades agrícola e pecuária, os dados serão obtidos junto às publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através das publicações do Censo Demográfico, do Censo agropecuário, da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção Pecuária Municipal (PEM). Também faremos buscas no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Saúde, Secretarias de Governo do Maranhão, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Ministério da Economia (Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Comissão Pastoral da Terra e tantos outros lugares que tiverem informações sobre o tema escolhido.

As dimensões e variáveis são: a) dimensão estrutura fundiária e produtiva (número e tamanho de estabelecimentos, condição do produtor, número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, produtividade do trabalho na agricultura (VBP/pessoal ocupado); renda municipal agrícola *per capita* (VBP/população total); número de contratos de financiamentos de custeio, investimento e comercialização a produtores e cooperativas agropecuárias; área plantada com cada cultura alimentar/área plantada total; área plantada com cada cultura industrial/área plantada total; Índice de Gini – Terra (índice), razão entre estabelecimentos agrícolas familiares e patronais (razão), número de tratores, implementos e máquinas agrícolas; preparo do solo; uso de calcário ou outros corretivos do pH do solo; uso de adubação e uso de agrotóxico (Censo de 2017); b) Dimensão social, saúde e infraestrutura: IFDM saúde, IFDM educação, população atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF), Famílias atendidas por transferência de benefícios sociais (razão entre o nº de famílias atendidas e a população total), incidência de pobreza, abastecimento de água, rede de esgoto e proporção de domicílios com instalação sanitária e número de consumidores de energia elétrica rural e; c) Dimensão demográfica: Taxa de urbanização (razão entre população urbana e população total, em %), densidade demográfica (habitantes por km²), população economicamente ativa, população jovem (15 a 29 anos), população com 60 anos e mais (%).

Foi utilizada a Taxa de Crescimento Anual de algumas variáveis e a análise fatorial que é uma técnica multivariada usada quando analisamos muitas variáveis para analisar um fenômeno, como por exemplo, o desenvolvimento de uma região. Quanto maior o número de variáveis, maior é a tendência de correlação entre elas, assim, a análise fatorial é uma técnica de interdependência e tem por objetivo encontrar uma forma de concentrar a informação contida em variáveis originais em um conjunto menor de variáveis estatísticas fortemente inter-relacionadas, denominadas de fatores (HAIR JR. *et al.*, 2009).

A partir das variáveis, a análise fatorial utiliza o método de componente principal, com o método de rotação ortogonal Varimax. A técnica de análise de componentes principais (ACP) objetiva explicar a estrutura de variância e covariância de um vetor aleatório por meio de construção de combinações lineares das variáveis originais (MINGOTI, 2005). A utilização da ACP faz com que haja uma redução da dimensionalidade dos dados multivariados, o que permite a sua visualização e subsequente análise, tornando mais administrável (LATTIN *et al.*, 2011).

Por sua vez, o objetivo principal da rotação dos fatores é minimizar o número de variáveis que possuem altas cargas fatoriais em determinado fator, redistribuindo as cargas para fatores que inicialmente apresentam menores percentuais de variância compartilhada.

da por todas as variáveis originais, o que simplifica a interpretação (FÁVERO *et al.*, 2017). Vale registrar que Varimax é um método de rotação ortogonal que maximiza a soma de variâncias de cargas

da matriz fatorial (HAIR JR. *et al.*, 2009). O modelo matemático da análise fatorial é demonstrado por Mingoti (2005), da seguinte forma:

$$Z_p = lp_1 + F_1 + lp_2F_2 + \dots + lpmF_m + \epsilon_p$$

Esse modelo é construído a partir da matriz de correlação em que linearmente são correlacionadas as variáveis padronizadas e os fatores comuns, sendo que Z_p ($i=1,2, \dots, p$) são variáveis originais padronizadas relacionadas linearmente com as novas variáveis aleatórias $F_{j,j} = 1, 2, \dots, m$, as quais constituem fatores comuns não identificados; lij são coeficientes que representam as cargas fatoriais; ϵ_i , $i = 1,2,\dots$, são os erros aleatórios e correspondem aos erros de medida e à variação de Z_i . Posteriormente, foi realizado o teste para avaliar a consistência interna das variáveis do banco de dados utilizado e a confiabilidade de cada fator por meio da estimativa do Alpha de Cronbach.

Após a coleta e tabulação dos dados, foi realizada a análise através do Programas Excel (Microsoft Office Excel) e do Programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences). Todas as figuras que envolverem a representação em mapas foram elaboradas através do Programa Terra View 5.4.1 desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas pesquisas realizadas, foram obtidas variáveis baseadas em dimensões produtivas de saúde, infraestrutura, demografia etc. sendo elas; área dos estabelecimentos, produtores individuais, adubação, utilização ou não de agrotóxicos, financiamentos rurais, aquisição de tratores, densidade demográfica, população, abastecimento, índice de pobreza, índice Gini, população ocupada, saúde e educação. Muitas outras variáveis deixaram de ser analisadas pela dificuldade de serem encontradas.

3.1 Análise fatorial – Análise das dimensões

Observa-se na tabela 1 e Apêndice A que cada fator é constituído por um conjunto de variáveis relacionadas. Dessa maneira, cada dimensão estudada tem o intuito de analisar a situação dos municípios do estado do Maranhão, e destacá-los onde estão situadas suas potencialidades e dificuldades.

Para a determinação dos fatores relacionados com a caracterização fundiária do Maranhão, utilizou-se do método de componentes principais para verificar as variáveis que mais contribuíram para a formação dos fatores. A matriz M (217×25) analisada é formada pelos 217 municípios e 25 variáveis. De início, aplicou-se o teste de Bartlett para examinar se a matriz M constitui uma matriz identidade e, em seguida, o teste de KMO para verificar a pertinência do uso da análise fatorial junto aos dados. O teste de Bartlett apresentou o resultado de 2323,209, significativo a 1%, razão para rejeitar a hipótese nula que afirma que a matriz é identidade. Já o KMO com o valor de 0,678, evidenciou que a utilização da análise fatorial é coerente.

Em função dos autovalores superiores a 1, identificou-se 5 fatores que expressaram as características das 25 variáveis originais. Mediante o uso da rotação ortogonal Varimax,

perfez a redistribuição das cargas fatoriais para os fatores com menores variâncias. Finalizada a rotação, a variância dos fatores apresentou um acumulado de 74,06% (Tabela 1).

Fatores	Autovalor	Variância do fator (%)	Variância acumulada (%)
Fator 1	4,04	23,67	23,67
Fator 2	3,03	19,55	43,22
Fator 3	1,76	14,29	57,50
Fator 4	1,18	8,77	66,27
Fator 5	1,10	7,79	74,06

Tabela 1 - Tabela representante dos autovalores, variâncias e acúmulos dos fatores

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No Apêndice A encontramos as cargas fatoriais e as comunalidades. Cada variável apresentou comunalidade que manifesta a contribuição de uma variável para a formação de cada fator. Segundo Hair Júnior et al. (2009), foi empregado no modelo de análise apenas as variáveis que apresentaram comunalidade superior a 0,5. Considerou-se para a interpretação das cargas fatoriais os seguintes aspectos: valores mínimos para interpretação entre $\pm 0,30$ a $\pm 0,40$, cargas de valores significativos acima de $\pm 0,50$, e cargas a partir de $\pm 0,70$ são consideradas bem estruturadas. Observa-se que todas as variáveis apresentam valores acima de 0,50, portanto, consideradas de valores significativos. Observa-se também que, das 25 variáveis originais, apenas 15 variáveis restaram para compor os 5 fatores da análise.

O Fator 1 é composto por quatro variáveis e detém 23,67% de variância, é constituído pelas variáveis: V3 - Não usou agrotóxico; V5 - Não fez adubação; V6 - Fez financiamento; V7 - Não fez financiamento. O nome dado para esse fator foi Financiamento e tecnologia. O que se pode deduzir é que o nível tecnológico não se diferenciou de quem fez financiamento de quem não fez financiamento. Talvez esse resultado pode ser explicado pelo fato de 85% dos estabelecimentos agrícolas do Maranhão serem de agricultores familiares e de que estes, em geral, não fazem financiamento, fazem pouca ou não fazem adubação e usam pouco ou não usam agrotóxico. Mas, se considerarmos as microrregiões localizadas nas regiões produtoras de soja, milho, cana de açúcar e algodão, essa realidade muda, temos o inverso dessa realidade, maior uso de financiamento, adubação e agrotóxico, fato comprovado por Martins (2020) ao analisar o Censo 2016 e 2017 quando analisa essas variáveis para o Maranhão. Essas variáveis são as que melhor expressam características produtivas das regiões Sul e Oeste do Estado, com os seguintes municípios; Balsas, Tasso Fragoso, Açailândia, Alto Parnaíba e Sambaíba. Segundo os trabalhos de Magalhães e Miranda (2014); Buainain *et al.* (2018), culturas agrícolas como a soja e o milho cultivados na região do Matopiba, tem proporcionado um constante aumento de produtividade.

O fator 2, formado por quatro variáveis: V11 - Densidade demográfica; V12 - População ocupada (%); V13 - Abastecimento de água; V15 - Índice de Gini Terra e é responsável por 19,55% da variância, recebeu o nome de Demografia e abastecimento de água. No Estado existem municípios mais densamente populosos e outros não, mas quando relacionamos essa variável com a da população ocupada o que vai ser determinante é a oferta ou não de empregos na região, pois temos regiões pouco populosa que tem uma agroindústria, por exemplo, então o percentual da população empregada é grande, por outro lado, outra região densamente populosa e sem opção de emprego, o percentual da população empregada é muito baixa. Quanto ao abastecimento de água, apenas 52,7% dos maranhenses possuem atendimento total a água (SNIS, 2017). Se vê uma relação direta entre as variáveis: quanto mais a população aumenta, mais necessidade de água terá, mais o poder público necessitará oferecer, fato que não acompanha a necessidade da população,

por isso, um percentual baixo de pessoas atendidas por um serviço de qualidade e restrito às microrregiões de maior desenvolvimento urbano. Também, o abastecimento de água indica índices de qualidade de vida das pessoas, onde apresentou que a população urbana possui maior qualidade de moradia, maior povoamento, melhores condições com esgotamento sanitário com tratamento. Assim, Resende et al (2018) afirmam que o saneamento em áreas rurais ocorre de forma menos acelerada por conta da baixa concentração de pessoas em uma mesma área, em relação ao ambiente urbano.

O fator 3, composto por três variáveis: V2 - Produtor individual; V5 - Fez adubação e V8 - Tratores, nomeado de Produtor individual e tecnologia, apresentou 14,29% de variância. O produtor individual é uma característica básica do produtor do Estado, poucos representam corporações e cooperativas. O uso de tratores e adubação é uma realidade crescente no Estado comprovado no Censo 2006 e 2017 por Martins (2020) e, principalmente, nas mesorregiões Sul e Oeste Maranhense com as produções de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Infelizmente essa realidade é concentrada nessas grandes culturas e restrita, em geral, para 85% dos estabelecimentos da agricultura familiar do Estado comprovado pelo Censo 2017.

Quando analisado o fator 4, observa-se que este engloba duas variáveis, sendo elas: V9 - IFDM Saúde e V14 - Incidência de pobreza, sendo responsável por 8,77% da variância. A nomenclatura dada a esse Fator foi de Saúde versus incidência de pobreza. Percebe-se que essas duas variáveis são antagônicas, quanto menor a incidência de pobreza, melhores as condições de saúde da população. Quanto mais carente economicamente um município, menores condições de oferecer assistência à saúde esse município terá. Essa é a realidade do Estado, principalmente naqueles formados na última subdivisão que o Maranhão passou.

Por fim, temos o fator 5 assente nas duas variáveis V1 - área dos estabelecimentos e V10 - IFDM Educação, possui 7,79% de variância e foi denominada de Área dos estabelecimentos e educação. A educação no meio rural é muito precária no Maranhão e não tem uma relação direta com o tamanho do estabelecimento, porém, sabe-se que quanto mais próximo da área urbana o tamanho das propriedades vai diminuindo até mesmo pela própria urbanização da região. Seria importante que o poder público disponibilizasse mais escolas rurais para atingir filhos de produtores rurais para que estes não saíssem para estudar na área urbana, pois muitas vezes ele não quer voltar para o trabalho rural, desfalcando muitas vezes a força de trabalho da família no futuro. Por outro lado, os municípios onde se localizam campi do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e escolas do Instituto Estadual do Maranhão (IEMA) que disponibilizam cursos do ensino médio na área da agropecuária, criando condições de desenvolvimento tecnológico ao homem do campo, garantindo profissionais capacitados que desenvolvam a realidade social e econômica da região, nas suas capacidades produtivas educacionais ajudam a fixar os jovens no campo. São realidades que o Estado já vivência em alguns municípios, falta criar oportunidades de emprego no campo com agroindústrias rurais e facilitar o financiamento e capacitação em empreendedorismo rural para os jovens experimentarem seus próprios negócios.

3.2 Estrutura fundiária do Maranhão

Conforme se observa na Tabela 2, o tamanho dos estabelecimentos agropecuários aumentou entre 1980 e 1985, atingindo seu auge nesse ano e, a partir daí, começou a reduzir de tamanho, exceto os de 10 a menos de 100 ha e os de 10.000 ha a mais que cresceram de tamanho até o Censo de 2017. Calculando a taxa de crescimento entre os anos de 1985 e 2017, verifica-se que as áreas menores de 10 ha reduziram em 73,1%, a maior taxa, o que afeta diretamente a agricultura familiar, pois mesmo que a Lei nº 11.326, de 24 de julho de

2006 permita que a área da agricultura familiar chegue até quatro módulos fiscais (no Maranhão até 300 ha), em geral, vivem em áreas de até 1ha. Outras áreas que apresentaram redução foram as de 100 a menor 1.000 ha (-21,5%) e 1.000 a menor 10.000 ha (-32,3%). A taxa de crescimento foram positivas para as áreas com tamanhos de 10 a menor 100 ha (10,1%) e 10.000 ha a mais 10.000 ha a mais (18,4%), esta última impulsionada pelas culturas da soja, cana-de-açúcar e algodão.

Tamanho da área	Ano				Taxa de crescimento de 1985 a 2017 (%)
	1980	1985	1995/96	2017	
Menor que 10 ha	421.098	445.064	272.100	119.542	-73,1
10 a menor 100 ha	49.079	57.205	59.360	63.000	10,1
100 a menor 1.000 ha	21.571	23.068	20.796	18.111	-21,5
1.000 a menor 10.000 ha	2.200	2.266	1.627	1.533	-32,3
10.000 ha a mais	88	76	54	90	18,4

Tabela 2 - Grupo de área total dos estabelecimentos - Maranhão – Censo 1980, 1985, 1995/96 e 2017

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota: Não foi encontrado dados para o Censo 2006.

A Tabela 3 mostra o número de estabelecimento e a área total dos estabelecimentos no Maranhão nos Censos 1980, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017. Percebe-se que ao longo das décadas o número de estabelecimentos e o tamanho das áreas foram caindo. Se cruzamos informação da Tabela 2 e da Tabela 3, podemos até dizer que está havendo no Estado uma concentração de estabelecimentos de 10.000 ha a mais e de 10 a menor 100 ha. A realidade descrita no Censo Agropecuário 2017 corrobora com a descrição feita por Sodré (2017) da distribuição de terras no Maranhão ao longo da história: concentradora, desigual e injusta.

Ano	Estabelecimento	Área Total
1980	496.758	15.134.237
1985	531.413	15.548.269
1995/1996	368.191	12.560.692
2006	287.037	12.991.448
2017	219.765	12.238.489

Tabela 3 – Número de estabelecimentos e área total dos estabelecimentos agrícolas no Maranhão - Censo 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com a redução no número de estabelecimentos dos estabelecimentos de "menor que 10 ha" (-73,1%), os efeitos não se refletem só no campo na agricultura familiar, mas também, nos centros urbanos. Essa redução provoca o êxodo rural, pois o homem do campo fica sem a terra para trabalhar e vai para os centros urbanos aumentando o inchaço das periferias, aumentando os problemas socioeconômicos, sem qualificação, sem emprego, sem infraestrutura, sem condições de moradia, vivendo de "bicos". No campo, com a indisponibilidade da terra ocorre a redução da produção de produtos como arroz, feijão, mandioca ("farinha") e milho para o consumo interno, encarecendo o preço final desses produtos para o consumidor.

3.3 Estrutura fundiária e a produção agropecuária no Maranhão

Ao longo das décadas, não só a estrutura fundiária do Maranhão apresentou mudanças, mas também, a produção agropecuária sofreu grandes mudanças, principalmente quando falamos nas culturas alimentares (arroz, feijão, mandioca e milho). Todas essas culturas tiveram suas áreas reduzidas, apenas o milho está em plena recuperação por ser plantado na época do vazio sanitário da soja e do valor para exportação que a cultura apresenta.

Atualmente, a principal cultura do Estado é a soja que está presente nas mesorregiões Sul, Leste, Oeste e Centro Maranhense, sendo a primeira que domina em termos de área colhida e quantidade produzida, tendo como maiores produtores os municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Sambaíba, Riachão e Alto Parnaíba.

Analisando as principais culturas temporárias do Estado, se constata a concentração da produção principalmente na mesorregião Sul e Oeste, principalmente com a produção de soja, milho, algodão e cana-de açúcar. Também na mesorregião Oeste cresce a pecuária bovina. Por outro lado, houve ao longo dos anos o esvaziamento das mesorregiões Norte e Centro Maranhense, regiões que predominavam anos atrás (Figura 1).

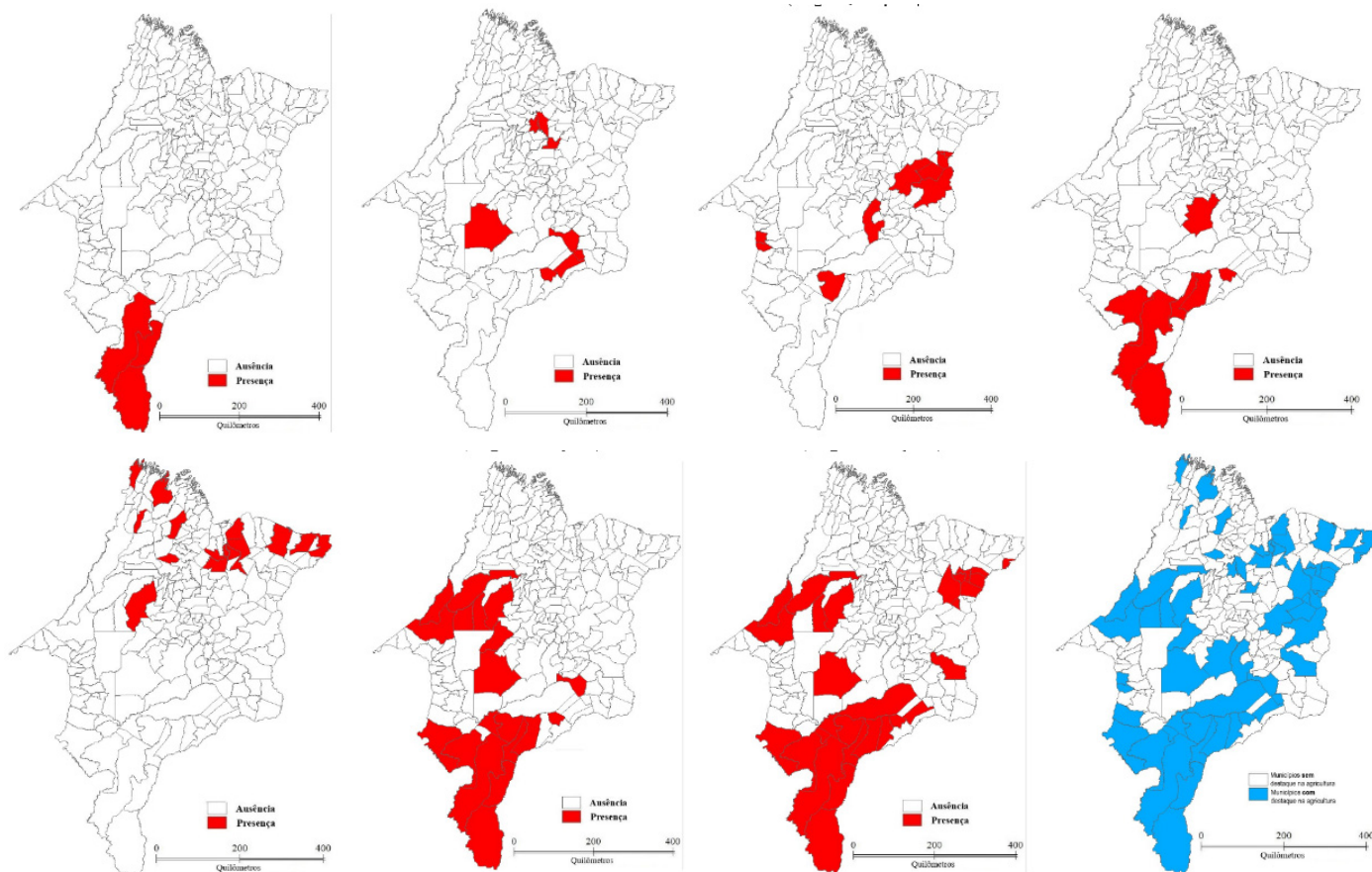


Figura 1. Representação dos municípios maiores produtores de algodão (A), arroz (B), cana-de açúcar (C), feijão (D), mandioca (E), milho (F), soja (G) e todas as culturas juntas (H) - Maranhão – 2017

Fonte: Elaborado por MARTINS (2020).

Com essas culturas e a pecuária, grandes extensões de terras são exigidas, assim, requer um alto grau de tecnologias. Comparando os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, verifica-se um avanço do número de Tratores, implementos e máquinas existentes nos estabelecimentos, de Semeadeiras/plantadeiras, de Colheitadeiras, Adubadeiras e/ou distribuidores de calcário, pois quanto maior a área de produção, maior a necessidade de utilizar a mecanização, visto como progresso ao longo dos anos. Também, mais estabelecimentos

fizeram algum preparo de solo, adubação química, agrotóxicos, o que comprova o crescimento no uso desses produtos no Estado com as culturas de maior valor de mercado, voltadas ao setor industrial e para exportação. Com esses dados, podemos afirmar que houve avanço tecnológico no setor agrícola do Estado, principalmente, porque todo o crescimento da produção agrícola recai sobre as culturas de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão, lavouras que apresentam crescimento de área, uso intensivo de máquinas e tecnologias visando o aumento da produção e produtividade, tanto que a concentração do uso dessas tecnologias está nos municípios produtores dessas culturas. O milho não é um plantio isolado, ele pega carona com a soja e se beneficia de todas as tecnologias utilizadas nessa cultura.

O problema é que não se percebe melhorias tecnológicas para as culturas sem atração de preço para o mercado interno, como é o caso do arroz, feijão e mandioca, produzidas principalmente pela agricultura familiar. Quando analisamos essas três culturas, observa-se que as três perderam áreas para as culturas valorizadas, o que faz com que o Estado fique dependente da importação, principalmente, do arroz. Outras preocupações são a pobreza, a falta de renda e insegurança alimentar no meio rural. Historicamente, a produção dessas culturas têm base familiar, se o agricultor não consegue investir na sua produção por falta de recursos financeiros, ausência de assistência técnica para ajudar no combate das pragas e doenças e o alto preço dos insumos, eles não conseguem alimentos para o autoconsumo e nem a renda extra com a venda do excedente. Assim, o Estado apresenta desenvolvimento desigual, regiões com alto nível tecnológico, enquanto outras, um atraso não aceitável diante das condições edafoclimáticas favoráveis para a agricultura.

A Figura 2A mostra de forma consolidada todos os municípios considerados como mais importantes na produção pecuária (bovino, bubalinos, caprino, ovino, codorna, galináceos, suínos). Através da comparação com a Figura 2B, observa-se que em 2017 a pecuária se concentrou principalmente na mesorregião Oeste e parte da Sul Maranhense, principalmente com a criação de bovinos, mas está presente também nas mesorregiões Centro, Leste e Norte com menos destaque. A Figura 2B mostra as mesorregiões do Estado.

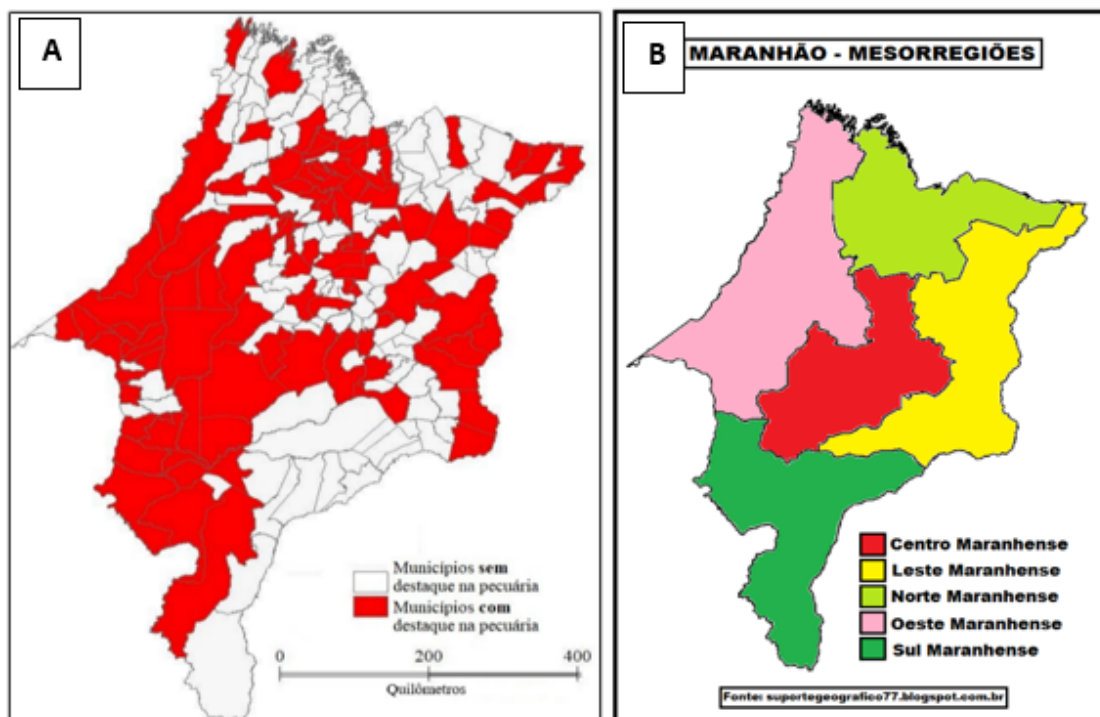


Figura 2. Municípios mais importantes na pecuária maranhense (A) e mesorregiões do Estado (B)

Fonte: Elaborado por MARTINS (2019) e https://suportegeografico77.blogspot.com/2017/11/atividade-com-mapa-mesorregioes-do_15.html

O que se percebe é a influência da estrutura fundiária no perfil produtivo do Estado. A cultura da soja começa a crescer no Estado na década de 1990 e nos anos 2000 já se percebe o aumento das áreas com 10.000 ha a mais e com o crescimento do nível tecnológico para as culturas de exportação. Outra mudança também percebida é a ocupação pela soja das terras das mesorregiões Sul e Oeste Maranhense com muita força e, com menos força, do Centro e o Leste Maranhense. A pecuária bovina cresce com a mesma força nas mesmas mesorregiões, Sul e Oeste.

4. CONCLUSÃO

O Censo de 2017 mostrou que no Maranhão houve a redução no número de estabelecimentos agropecuários e que aumentou o número de estabelecimentos de tamanho de 10.000 a mais hectares e reduziu em mais de 70% os estabelecimentos de menos de 10 hectares, afetando consideravelmente a agricultura familiar do Estado. Este fato é muito grave para um Estado pobre como o Maranhão, o qual a base da agricultura é familiar, sem assistência técnica, analfabeta e sem capacitação para outro trabalho. Quando expulsa do campo, essa população vai para as periferias das sedes dos municípios, também pobres, na sua maioria, e reproduzem a pobreza em que muitos já vivem.

Assim, a estrutura fundiária não é um problema do campo, mas um problema de Estado, pois afeta as condições das áreas rurais e das áreas urbanas à medida que os conflitos agrários e a expulsão do homem do campo para a cidade encontram nas periferias das cidades a pobreza já estabelecida, a falta de emprego, a violência e a falta de infraestrutura de moradia.

Referências

AMARAL NETO, Roberval. A luta pela terra no Maranhão contemporâneo: a “Lei Sarney de Terras” e a resistência camponesa. **Entropia**, v. 5, n. 9, p. 147-164, janeiro/junho. 2021.

A QUESTÃO fundiária no Maranhão: implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970. 2021. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491152606_ARQUIVO_AQuestaoFundiarianoMaranhao.pdf. Acesso em: 20 de mai. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Ler nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.

BUAINAIN, Antonio Marcio et al. A economia agropecuária do Matopiba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 376-401, jun./set., 2018.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.** 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

FÁVERO, Luiz Paulo et al.. **Análise de dados:** modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. cap.6, p 195 -234.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAIR Jr, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Brookman, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Maranhão 2017.** 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 04 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 23 mai. 2021.



- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo fiscal**. 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- LATTIN, James. et al.. **Análise de dados multivariados**. v. 475. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MAGALHÃES, Lucíola Alves; MIRANDA, Evaristo Eduardo. 2014. NT n. 5: “**Matopiba**: caracterização do quadro natural”. Disponível em: <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/gite/projetos/matopiba/index.html>>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- MARTINS Juliane Carneiro. **Análise da produção agropecuária no estado do Maranhão entre os anos de 1974 a 2017**. 2020. 79 f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2020.
- MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- PINTO, Luís Fernando Guedes et al. **Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil**: o mapa da desigualdade. 2020. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.
- RESENDE, Raquel Germiniani et al.. O saneamento rural no contexto brasileiro. **Revista Agrogeoambiental**, v. 10, n. 1, p. 131-149, 2018.
- RODRIGUES, Vanderson Viana; TERRA, Ademir. Conflitos socioespaciais entre os agricultores tradicionais e sojicultores no município de Balsas Maranhão. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 8, 2017, Curitiba. **Anais ...**. Curitiba: SINGA, 2017.
- SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2017**. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão Agrário**: dinâmicas e conflitos territoriais. 2017. 200 f. Dissertação (Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.
- TRIBUZI, Bandeira. **A formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. 2. ed. São Luís: Conselho Regional de Economia, 2011.

APÊNDICE

Variáveis	Fatores					Comunalidade
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	
Área dos estabelecimentos (ha)	-0,025	0,048	0,127	0,089	-0,819	0,698
Produtor individual	0,039	-0,095	0,789	-0,008	-0,038	0,634
Não usou agrotóxico	0,937	0,05	-0,004	-0,102	-0,072	0,896
Fez adubação	0,18	0,463	0,557	0,251	-0,094	0,628
Não fez adubação	0,978	-0,028	0,029	-0,019	-0,019	0,958
Fez financiamento	0,69	0,038	0,403	0,194	0,128	0,694
Não fez financiamento	0,972	0,036	0,052	0,000	-0,038	0,951
Tratores	0,115	0,134	0,894	-0,089	-0,015	0,838
IFDM Saúde 2016	-0,143	0,191	0,125	0,670	0,324	0,626
IFDM Educação 2016	-0,062	0,436	0,124	0,347	0,476	0,557
Densidade demográfica (habitantes por km ²),	-0,067	0,847	-0,196	0,163	-0,073	0,792
População ocupada % (2020)	-0,074	0,77	0,361	-0,039	0,181	0,763
Abastecimento de água (unid.) 2017	0,067	0,909	0,006	0,025	-0,009	0,832
Incidência de pobreza (2003)	-0,113	0,028	0,137	-0,768	0,302	0,714
Índice de Gini (2003)	0,442	0,564	0,112	-0,014	0,046	0,529

Apêndice A - Tabela representativa das variáveis com seus respectivos fatores e suas comunalidades

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

5

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES: UMA BREVE ANÁLISE DA LITERATURA

*OPPORTUNITIES AND CHALLENGES OF SHORT AGRIFOOD CHAINS: A
BRIEF ANALYSIS OF THE LITERATURE*

Geovana Mecatti Domingos Bortman
José Francisco dos Reis Neto

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-5



Resumo

Este estudo realizou uma revisão integrativa de 17 artigos selecionados sobre cadeias curtas agroalimentares, com o objetivo de destacar seus objetivos, métodos e principais conclusões. O estudo considerou que as cadeias curtas visam estabelecer uma conexão direta entre produtores e consumidores, promovendo a produção e o consumo sustentáveis, beneficiando a agricultura familiar e a economia local. Utilizando uma abordagem de revisão integrativa da literatura, foram selecionados os estudos mais relevantes, avaliando suas similaridades, lacunas, limitações e correlações. Os resultados revelaram que as cadeias curtas agroalimentares oferecem múltiplos benefícios, como fortalecimento da agricultura familiar, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico local e melhoria da qualidade de vida de produtores e consumidores. No entanto, também foram identificados desafios, como infraestrutura inadequada, dificuldade de acesso a mercados, falta de incentivos governamentais e informalidade nas transações comerciais. A revisão crítica ressalta a importância desse tema em relação à segurança alimentar e sustentabilidade, contribuindo para as discussões sobre o papel das cadeias curtas no desenvolvimento rural e na formulação de políticas públicas para promover a produção e o consumo sustentáveis. Destaca-se a relevância das cadeias curtas como alternativa para uma produção e consumo mais sustentáveis, além do fortalecimento da agricultura familiar. Por fim, ressalta-se a necessidade de ações conjuntas dos diversos atores envolvidos e o desenvolvimento de políticas públicas efetivas para superar os desafios e consolidar as cadeias curtas agroalimentares.

Palavras-chave: agricultura familiar, abastecimento alimentar, consumo, mercado, sustentabilidade.

Abstract

This study carried out an integrative review of 17 selected articles on short agrifood chains, with the aim of highlighting their objectives, methods and main conclusions. The study considered that short chains aim to establish a direct connection between producers and consumers, promoting sustainable production and consumption, benefiting family farming and the local economy. Using an integrative literature review approach, the most relevant studies were selected, assessing their similarities, gaps, limitations and correlations. The results revealed that short agrifood chains offer multiple benefits, such as strengthening family farming, environmental sustainability, local economic development and improving the quality of life of producers and consumers. However, challenges were also identified, such as inadequate infrastructure, difficult access to markets, lack of government incentives and informality in commercial transactions. The critical review highlights the importance of this topic in relation to food security and sustainability, contributing to discussions on the role of short chains in rural development and in the formulation of public policies to promote sustainable production and consumption. The relevance of short chains is highlighted as an alternative for more sustainable production and consumption, in addition to strengthening family farming. Finally, the need for joint actions by the various actors involved and the development of effective public policies to overcome challenges and consolidate short agrifood chains is highlighted.

Keywords: family farming, food supply, consumption, market, sustainability.



1. INTRODUÇÃO

As Cadeias Curtas Agroalimentares (CCA) são sistemas de produção e distribuição de alimentos com poucos intermediários entre produtores e consumidores finais. Essas cadeias são cada vez mais reconhecidas em alguns países como uma alternativa viável e sustentável aos modelos tradicionais de produção e distribuição de alimentos. Diferentemente dos modelos tradicionais que envolvem uma série de intermediários, as cadeias curtas permitem que os consumidores tenham acesso direto aos produtores, garantindo transparência, qualidade dos alimentos e redução de custos.

Uma revisão integrativa dos artigos selecionados sobre CCA é importante, pois avalia as principais contribuições teóricas e práticas desses sistemas alimentares alternativos para contribuir com a sustentabilidade ambiental, social e econômica, ajudando a identificar oportunidades de pesquisa e práticas inovadoras. Uma revisão integrativa também é importante para delinear a experiência da CCA em diferentes contextos e identificar as principais lacunas e desafios enfrentados por esses sistemas alimentares alternativos.

Considerando os pressupostos acima, este estudo realiza uma revisão integrativa da literatura CCA, sob a perspectiva do objetivo principal, analisando sua definição, características e teorias relacionadas, bem como os principais achados e limitações dos artigos selecionados para identificar tendências emergentes e pesquisas lacunas. Para tanto, foram estabelecidos como objetivos específicos de pesquisa: a) Definir as principais características das CCA, a partir da revisão teórica sobre o tema; b) Identificar e analisar as teorias e conceitos relacionados às CCA, a fim de compreender seu funcionamento e importância; c) Realizar a revisão crítica dos artigos selecionados, destacando suas principais descobertas e limitações, comparando-os com a literatura já estabelecida; e d) Propor uma agenda de pesquisa.

Com esses objetivos em mente, esta revisão visa fornecer uma análise crítica e detalhada da literatura acadêmica selecionada e existente sobre CCA, que contribua para uma compreensão mais profunda do potencial e das limitações desses sistemas alimentares alternativos, além de fornecer orientações para futuras pesquisas e práticas inovadoras neste campo.

2. CONCEITOS TEÓRICOS E DEFINIÇÕES

A CCA é um sistema de produção e distribuição de alimentos com poucos intermediários entre produtores e consumidores finais. Essas cadeias visam diminuir a distância física e social entre produtores e consumidores, criando um vínculo mais direto e transparente entre eles. Além disso, o CCA busca promover a produção local e sustentável, valorizar produtos e produtores e reduzir o impacto ambiental do transporte de alimentos (DE SCHUTTER, 2010; MARSDEN *et al.*, 2000).

Para uma cadeia ser considerada curta, ela deve ter poucos intermediários. Normalmente, o CCA envolve apenas um intermediário, responsável por estabelecer a ligação entre produtores e consumidores. Esses intermediários podem ser cooperativas, associações de produtores, feiras livres, mercados de rua ou lojas especializadas (LAMINE *et al.*, 2014; MARSDEN *et al.*, 2000).

A CCA está relacionada a uma série de teorias e conceitos amplamente discutidos na literatura acadêmica. Uma dessas teorias são os sistemas alimentares alternativos, que

visam promover a diversidade e a qualidade nos sistemas alimentares, ao mesmo tempo em que reduzem os impactos ambientais e sociais da produção e distribuição de alimentos (HINRICHS, 2000; SONNINO; MARSDEN, 2006).

Outro conceito importante relacionado à CCA é a agricultura familiar, uma forma de produção agrícola baseada na propriedade familiar e no manejo sustentável dos recursos naturais. A CCA normalmente envolve a produção de alimentos por pequenos agricultores familiares cujo trabalho é valorizado e reconhecido (FAO, 2014; GÓMEZ *et al.*, 2015).

Além disso, a CCA também está relacionada a conceitos como o de soberania alimentar, que visa garantir o direito das pessoas de escolher sua própria alimentação e obter alimentos saudáveis e nutritivos, além de valorizar a cultura alimentar de cada região, podem promover a produção e o consumo local de alimentos (DESMARIS, 2007; DE SCHUTTER, 2010).

Em suma, o CCA é um sistema de produção e distribuição de alimentos com poucos intermediários entre produtores e consumidores finais. Essas cadeias estão ligadas a uma série de teorias e conceitos, como sistemas alternativos de alimentação, agricultura familiar e soberania alimentar, que visam promover uma produção de alimentos mais sustentável, diversa e equitativa.

3. METODOLOGIA APLICADA

Este artigo realizou uma revisão integrativa com o caráter eminentemente de atualização do conhecimento sobre um tema circunscrito (Cavalcante e Oliveira, 2020). Para tal, foi utilizada uma metodologia exploratória, com abordagem qualitativa e procedimento bibliográfico, por meio da busca de artigos disponíveis na base no Google Acadêmico, empregando as palavras-chave “cadeias curtas”, “agroalimentares”, “agricultura familiar” e “Mato Grosso do Sul”, combinando a lógica de busca de operadores booleanos (AND, OR) para aqueles publicados de 2019 a 2023, limitando a temporalidade da pesquisa. A partir da busca inicial, foram encontrados 806 artigos, os quais foram selecionados 17 artigos, por conveniência, com base em critérios de relevância e interesse para o tema das CCA.

Após a seleção dos artigos, eles foram revisados criticamente com o objetivo de enriquecer o conhecimento sobre o tema e reproduzir esse conhecimento de forma clara e objetiva. Para tanto, foram destacadas as principais semelhanças e diferenças entre os artigos referenciados para identificar tendências e lacunas de pesquisa na área de produtos agrícolas de cadeia curta.

A análise crítica do artigo foi realizada por meio da leitura do título, do resumo, do método e da conclusão, seguida da análise crítica do texto completo, identificando as principais implicações e limitações e comparando com a literatura existente.

A escolha pelas bases de dados do Google Acadêmico fez sentido por ser uma plataforma amplamente utilizada em pesquisas acadêmicas, reunindo um grande acervo de artigos científicos e permitindo buscas por palavras-chave específicas. A escolha das palavras-chave também se justifica pela relevância do CCA e do tema da agricultura familiar no contexto atual da produção de alimentos.

4. REVISÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

A revisão crítica de 17 artigos selecionados é apresentada para o conjunto desses, com a matriz de análises de cada um dos artigos disposta na Apêndice A.



Os artigos selecionados abordam as cadeias agroalimentares curtas no Brasil, com foco em aspectos como políticas públicas, o papel dos consumidores, o sistema agroindustrial do leite de ovelha, estudos de caso sobre cestas orgânicas, feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares, agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, sistemas alimentares e a pandemia da Covid-19. Além disso, os artigos discutem a dinâmica e tipologia dos mercados das agroindústrias familiares, a informalidade nos mercados e as transições para sistemas alimentares sustentáveis.

Eles ressaltam a relevância das cadeias agroalimentares curtas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, bem como para a segurança alimentar e a valorização dos produtores locais. As políticas públicas são destacadas como fundamentais para a construção dessas cadeias, assim como a participação ativa dos consumidores. Porém, a informalidade nos mercados e a dificuldade de formalização dos produtores também são apontadas como desafios.

Os estudos de caso apresentados fornecem exemplos concretos de como as cadeias agroalimentares curtas têm sido implementadas e suas potencialidades para a geração de emprego e renda no campo. A pandemia da Covid-19 também foi um tema abordado, evidenciando a importância dessas cadeias para o abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis.

Os artigos apontam ainda a necessidade de avançar nas transições para sistemas alimentares sustentáveis, que devem ser pautados pela agroecologia e pela valorização da agricultura familiar, considerando a importância da biodiversidade e a preservação dos recursos naturais.

Os principais achados dos artigos são: a) As cadeias agroalimentares curtas são fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar; b) As políticas públicas são importantes para a construção dessas cadeias; c) Os consumidores têm papel fundamental na valorização dos produtores locais; d) A informalidade nos mercados e a dificuldade de formalização dos produtores são desafios a serem enfrentados; e e) Os sistemas alimentares sustentáveis devem ser pautados pela agroecologia e pela valorização da agricultura familiar.

5. DISCUSSÕES

Os artigos selecionados apresentam uma análise interessante e aprofundada sobre a CCA, destacando sua importância na promoção da agricultura familiar, na valorização dos produtores locais e na redução do impacto ambiental e social da produção e distribuição de alimentos. As pesquisas também destacam as limitações e desafios enfrentados na promoção da CCA, como a falta de recursos financeiros e humanos. As principais referências utilizadas nos artigos incluem a FAO (2014), Hinrichs (2000) e De Schutter (2010). As demais referências também são relevantes e contribuem para uma análise crítica e fundamentada sobre o tema da CCA.

A abordagem metodológica dos estudos analisados variou, mas predominaram as pesquisas qualitativas e estudos de caso. Algumas limitações foram identificadas, como a falta de representatividade amostral em alguns casos e a ausência de estudos que avaliem a efetividade das políticas públicas voltadas para a CCA.

Também, a comparação das descobertas e argumentos de cada artigo no conjunto com os demais, permite uma análise crítica e aprofundada sobre o tema, mostrando como os estudos selecionados se relacionam com outras pesquisas já realizadas sobre a CCA.

Isso contribui para uma visão mais ampla e contextualizada sobre o tema, consentindo uma reflexão mais consistente sobre os desafios e oportunidades relacionados à promoção de sistemas alimentares sustentáveis e baseados na produção local.

Os estudos selecionados indicam que a promoção da CCA enfrenta desafios e limitações, como a falta de recursos financeiros e humanos, a falta de infraestrutura adequada e a falta de regulamentação clara. No entanto, os resultados das pesquisas mostram que os consumidores estão cada vez mais conscientes da importância da produção e consumo de alimentos de forma sustentável, o que pode impulsionar a promoção da CCA.

Uma tendência emergente identificada nos artigos é a utilização de tecnologias digitais para facilitar a conexão entre produtores e consumidores e para promover a transparência na cadeia de produção e distribuição de alimentos. Outra tendência é a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como comunidades indígenas e quilombolas, na CCA, promovendo assim a justiça social e a diversidade cultural.

No entanto, os artigos selecionados também apontam para lacunas de pesquisa, como a falta de estudos que avaliem o impacto socioeconômico da CCA, bem como a falta de dados quantitativos sobre o tema.

As implicações para a teoria e à prática da CCA são significativas. Os estudos revisados mostram que a promoção dessas cadeias pode contribuir para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e saudáveis. No entanto, é necessário superar as limitações e desafios identificados e promover políticas públicas que incentivem a produção e consumo de alimentos locais e sustentáveis.

Para as propostas de pesquisas futuras há a indicação para a realização de estudos que avaliem o impacto socioeconômico da CCA, bem como a utilização de metodologias participativas que envolvam os produtores e consumidores na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. Ademais, é importante promover a interdisciplinaridade na pesquisa sobre as CCA, envolvendo áreas como a agroecologia, a sociologia rural e a economia solidária.

6. UMA AGENDA DE PESQUISA

Em seguida é apresentada a proposta de uma agenda de pesquisa com seis sugestões de estudos na área das cadeias agroalimentares curtas. Cada pesquisa é acompanhada por seu objetivo específico e método de pesquisa proposto, visando abordar lacunas identificadas na literatura e expandir o conhecimento sobre o tema. Essas pesquisas abrangem uma variedade de tópicos relevantes para as cadeias agroalimentares curtas, como a sustentabilidade, segurança alimentar, inclusão social, tecnologias inovadoras, e interação entre produtores e consumidores. Com essa agenda, espera-se promover o avanço da pesquisa nesse campo, fornecendo direções claras para futuros estudos e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias e políticas que fortaleçam as cadeias agroalimentares curtas. O Quadro 1 oferece um panorama das possibilidades de pesquisa nessa área, incentivando a realização de estudos que ampliem nosso entendimento e aprimorem a implementação dessas cadeias, promovendo uma agricultura mais sustentável e uma relação mais estreita entre produtores e consumidores.

Quadro 1 - Agenda de Pesquisa em Cadeias Agroalimentares Curtas: Propostas de Investigação e Métodos

Pesquisa	Objetivo	Método
Impacto das cadeias agroalimentares curtas na segurança alimentar	Investigar o impacto das cadeias agroalimentares curtas na segurança alimentar de comunidades rurais em regiões de vulnerabilidade.	Estudo longitudinal com coleta de dados primários e secundários, aplicação de questionários estruturados, entrevistas e análise de indicadores socioeconômicos.
Fatores facilitadores e bloqueadores para a formalização das vendas em cadeias curtas agroalimentares	Obter os fatores facilitadores e bloqueadores para a formalização das vendas de alimentos em cadeias curtas.	Estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas, análise temática dos dados.
Eficácia das políticas públicas voltadas para o fortalecimento das cadeias curtas	Avaliar a eficácia das políticas públicas voltadas para o fortalecimento das cadeias curtas agroalimentares.	Estudo comparativo, coleta de dados por meio de entrevistas, observação participante e análise de documentos, análise de conteúdo dos dados
Papel das tecnologias de informação e comunicação nas cadeias curtas	Compreender o papel das tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento das cadeias curtas agroalimentares.	Revisão sistemática da literatura, análise qualitativa dos estudos selecionados.
Cadeias curtas agroalimentares e o desenvolvimento regional sustentável	Analisar a importância objetiva e subjetiva das cadeias curtas agroalimentares na promoção do desenvolvimento regional sustentável.	Estudo de caso em uma região específica, coleta de dados quantitativos e qualitativos, entrevistas com atores-chave, análise integrada dos dados.
Potencial das cadeias curtas agroalimentares para redução do desperdício de alimentos	Avaliar o potencial das cadeias curtas agroalimentares para a redução do desperdício de alimentos.	Estudo experimental em parceria com produtores, varejistas e consumidores, mapeamento e quantificação das perdas ao longo das cadeias curtas

Essas pesquisas propostas podem contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as cadeias agroalimentares curtas, explorando diferentes perspectivas e questões relevantes. Cada pesquisa aborda um aspecto específico, permitindo uma compreensão mais abrangente e aprofundada desse tema.

7. CONCLUSÃO

Os estudos indicam a existência de oportunidades e potencialidades da CCA, como a possibilidade de promover a diversificação da produção, a aproximação entre produtores e consumidores, o fomento à agroecologia, a inclusão social e a geração de renda para os agricultores familiares.

Portanto, conclui-se que a CCA é uma alternativa importante para o desenvolvimento sustentável e a promoção da agricultura familiar. No entanto, é preciso enfrentar os desafios existentes e fortalecer as políticas públicas que apoiam essas cadeias. Além disso, são necessárias mais pesquisas para avaliar a efetividade das políticas e a sustentabilidade dessas cadeias.

Referências

- Borges, F. D. S. S., Cavalcante, F. P., Brilhante, F. D. F., Portela, J. G., Costa, L. F. L. D., Fernandes, L. M. C., ... & Oliveira, M. M. D. (2021). As cadeias agroalimentares curtas: com ênfase nos consumidores. **AGRONEGÓCIO: Técnicas, Inovação e Gestão**, 7(1), 35-48.
- Carvalho Verano, T., & Medina, G. (2021). Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 29(1), 197-218.
- Cavalcante, L. T. C., & de Oliveira, A. A. S. (2020). MÉTODOS DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NOS ESTUDOS CIENTÍFICOS. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, 26(1), 83-102.
- De Schutter, O. (2010). **Report of the Special Rapporteur on the right to food**. Geneva: United Nations, 2010.
- Desmarais, A. A. (2007). **La Vía Campesina: Globalization and the power of peasants**. Fernwood Publishing.
- FAO. (2014). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável: uma visão da América Latina e Caribe**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.
- Figueiredo, E. (2022). A agroecologia e os desafios das transições agroalimentares no cenário de crise ambiental. Um estudo de caso no assentamento três na zona rural de Araras-SP. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar** 18, 3(11), e3112223-e3112223.
- Gazolla, M. (2019). O papel do estado e das políticas públicas para construção de cadeias curtas agroalimentares no Brasil. **Informe Gepec**, 23(2), 102-120.
- Gazolla, M. (2020a). Cadeias curtas e informalidade nos mercados: por que muitos agricultores não conseguem formalizar suas vendas de alimentos?. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (69), 11.
- Gazolla, M. (2020b). Dinâmica e tipologia dos mercados das agroindústrias familiares: a proeminência das cadeias curtas agroalimentares. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (68), 1.
- Gómez, J. R., González, A. D., & González-Torres, F. (2015). Food supply chains and sustainability: Evidence from specialist food producers in the Scottish-English borders. **International Journal of Production Economics**, 168, 279-291.
- Grisa, C., Rozendo, C., Gomes, R., & Zimmermann, S. A. (2021). Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, 41(2), 159-163.
- Hinrichs, C. C. (2000). Embeddedness and local food systems: Notes on two types of direct agricultural market. **Journal of rural studies**, 16(3), 295-303.
- Lamine, C., Tiffoche, A., & Dedieu, B. (2014). Short food supply chains and local food systems in the EU. A state of play of their socio-economic characteristics. **Joint Research Centre (JRC) Scientific and Policy Reports**.
- Lopes, I. D., Basso, D., & Brum, A. L. (2019). Cadeias agroalimentares curtas e o mercado de alimentação escolar na rede municipal de Ijuí, RS. **Interações (Campo Grande)**, 20, 543-557.
- Marsden, T. K., Flynn, A., & Harrison, M. (2000). **Consuming interests: the social provision of foods**. UCL Press.
- Martins, R. C., & Sonáglío, C. M. (2019). Dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares e o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 15(6).
- Pitaluga, C. M., & Alexandre Le Bourlegat, C. (2021). Ecosistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 29(2).
- Pitaluga, C. M., & Le Bourlegat, C. A. (2022a). Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. **Retratos de Assentamentos**, 25(1), 69-93.
- Pitaluga, C. M., & Le Bourlegat, C. A. (2022b). Transições para sistemas alimentares sustentáveis: contribuições e desafios da CONAB e COMSAN no MS. **Revista Grifos**, 37(57), 01-26.
- Santos, F. F. D., Brochine, L., Nunes, R., & Gameiro, A. H. (2019). Sistema agroindustrial do leite de ovelha no Brasil: aplicação do enfoque de "cadeias agroalimentares curtas". **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** 2.
- Santos, F. F. D., Nascimento, R., Nunes, R., & Gameiro, A. H. (2021). Proposta para estudo das cadeias agroalimentares curtas: aplicação na ovinocultura leiteira no Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, 14(3), 21.
- Soares Cordeiro, C. E., & Binotto, E. (2022). RECONEXÃO ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES EM CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS POR MEIO DE UMA MÍDIA SOCIAL. **Organizações Rurais & Agroindus-**

triais, 24.

Sonnino, R., & Marsden, T. K. (2006). Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, 6(2), 181-199.

Souza Amaral, L., de Jesus Santos, C., de Souza, C. R., Penha, T. A. M., & de Araújo, J. P. (2020). O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). **Desenvolvimento e meio ambiente**, 55.

Souza, A. E., dos Reis, J. G. M., Costa, L. M., & Vendrametto, O. (2021). Cestas orgânicas: um estudo de caso de cadeia curta agroalimentar familiar. **Research, Society and Development**, 10(14), e273101419619-e273101419619.

APÊNDICE

Apêndice A - Matriz de Análise Crítica dos 17 artigos selecionados

Autores	Resumo do Artigo	Análise Crítica	Principais Achados
Borges <i>et al.</i> (2021)	Analisa a importância dos consumidores na cadeia de produção de alimentos em cadeias curtas agroalimentares.	Os autores abordam com sucesso o papel dos consumidores na consolidação das cadeias curtas agroalimentares e a necessidade de uma relação mais estreita entre eles e os produtores.	A conscientização dos consumidores é essencial para o sucesso das cadeias curtas agroalimentares e a promoção da agricultura familiar.
Carvalho Verano e Medina (2021)	Pondera o papel das feiras de comercialização na promoção da inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização, a partir de um estudo de caso em uma feira em São Paulo.	A análise destaca a importância das feiras como espaços de aproximação entre produtores e consumidores, além de promoverem a valorização dos produtos locais e a geração de renda para os agricultores familiares.	As feiras são uma estratégia eficaz de comercialização para os agricultores familiares, permitindo o acesso a novos mercados e contribuindo para a diversificação da produção.
Figueiredo (2022)	Apresenta um estudo de caso sobre a transição agroecológica em um assentamento rural no interior de São Paulo, analisando as estratégias utilizadas pelos agricultores para a produção e comercialização de alimentos agroecológicos.	A análise indica a importância da agroecologia como uma alternativa viável de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, além de ressaltar a necessidade de políticas públicas que incentivem a transição agroecológica.	A transição agroecológica contribui para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, a diversificação da produção e a preservação ambiental.
Gazolla (2019)	Discute o papel do Estado e das políticas públicas na construção de cadeias curtas agroalimentares no Brasil.	O autor apresenta um argumento consistente para a importância das políticas públicas na construção de cadeias curtas agroalimentares.	Políticas públicas são essenciais para a promoção e consolidação das cadeias curtas agroalimentares no Brasil.
Gazolla (2020a)	Discute a informalidade nos mercados de alimentos e por que muitos agricultores não conseguem formalizar suas vendas.	O artigo oferece uma reflexão crítica sobre a informalidade no setor de alimentos e os desafios enfrentados pelos agricultores familiares para se formalizarem.	Identifica os principais obstáculos para a formalização das vendas de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, incluindo a falta de capacitação e recursos financeiros.

Autores	Resumo do Artigo	Análise Crítica	Principais Achados
Gazolla (2020b)	Analisa a dinâmica e tipologia dos mercados das agroindústrias familiares, com ênfase na proeminência das cadeias curtas agroalimentares.	O artigo discute as características das agroindústrias familiares e como elas se relacionam com os mercados de alimentos, enfatizando a importância das cadeias curtas agroalimentares nesse contexto.	O estudo destaca a importância das cadeias curtas agroalimentares para as agroindústrias familiares, pois elas permitem uma maior proximidade entre produtores e consumidores, bem como uma maior valorização dos produtos locais e uma maior resiliência das comunidades rurais.
Grisa et al. (2021)	Abordou as dinâmicas, perspectivas e desafios dos sistemas agroalimentares contemporâneos	Destacou a importância dos sistemas agroalimentares na sociedade e na economia, além de discutir a necessidade de transições para sistemas mais sustentáveis	Os sistemas agroalimentares são fundamentais para a sociedade e economia, mas é preciso buscar transições para sistemas mais sustentáveis
Lopes, Basso e Brum (2019)	O estudo analisa o mercado de alimentação escolar e as cadeias agroalimentares curtas na cidade de Ijuí, RS.	Os autores apresentam um bom entendimento da dinâmica das cadeias curtas agroalimentares e sua relação com o mercado escolar.	As cadeias agroalimentares curtas podem ser uma opção para melhorar a qualidade da alimentação escolar e promover a agricultura familiar.
Martins e Sonáglia (2019)	Avaliou as dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares e o desenvolvimento regional	O artigo destaca a importância das cadeias curtas de comercialização para o desenvolvimento regional, além de discutir a necessidade de políticas públicas para sua promoção	As cadeias curtas de comercialização são importantes para o desenvolvimento regional, mas é necessário apoio político para sua promoção
Pitaluga e Le Bourlegat (2021)	Analisou os ecossistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19	Destacou a importância das cadeias curtas de comercialização para o abastecimento de alimentos saudáveis durante a pandemia, além de discutir a necessidade de políticas públicas para a promoção dessas cadeias	As cadeias curtas de comercialização são importantes para o abastecimento de alimentos saudáveis durante a pandemia, mas é necessário apoio político para sua promoção
Pitaluga e Le Bourlegat (2022a)	Analisou o abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul	O artigo destaca a importância dos mercados institucionais para o abastecimento alimentar pela agricultura familiar, além de apresentar a experiência da COOPERAF de abastecer escolas com produtos orgânicos	Os mercados institucionais são importantes para o abastecimento alimentar pela agricultura familiar, mas é necessário aprimorar as políticas públicas para sua promoção

Autores	Resumo do Artigo	Análise Crítica	Principais Achados
Pitaluga e Le Bourlegat (2022b)	O artigo analisa as contribuições e desafios da CONAB e do COMSAN para a transição para sistemas alimentares sustentáveis em Mato Grosso do Sul.	O artigo apresenta uma visão crítica sobre as políticas públicas de segurança alimentar e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para fornecer alimentos saudáveis e sustentáveis.	Os resultados mostram que a CONAB e o COMSAN têm um papel fundamental na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, mas enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos financeiros e a falta de articulação entre os atores envolvidos.
Santos et al. (2019)	O estudo analisa o sistema agroindustrial do leite de ovelha no Brasil com o enfoque em cadeias agroalimentares curtas.	Os autores apresentam uma boa análise da cadeia de produção do leite de ovelha e sua relação com as cadeias curtas agroalimentares.	As cadeias curtas agroalimentares podem ser uma opção para melhorar a produção de leite de ovelha no Brasil e promover a agricultura familiar.
Santos et al. (2021)	O artigo propõe uma metodologia para estudar cadeias agroalimentares curtas na ovinocultura leiteira no Brasil.	Os autores apresentam uma metodologia clara e bem estruturada para o estudo de cadeias curtas agroalimentares na ovinocultura leiteira.	A metodologia proposta pode ser aplicada em outras cadeias produtivas e auxiliar na promoção da agricultura familiar.
Soares Cordeiro e Binotto (2022)	Analisou como as redes sociais podem promover a reconexão entre produtores e consumidores em cadeias agroalimentares curtas	O artigo destaca a importância da tecnologia para a promoção de cadeias curtas de comercialização, além de apresentar o caso do aplicativo para promover a conexão entre produtores e consumidores	As redes sociais e a tecnologia podem ser ferramentas importantes para a promoção de cadeias curtas de comercialização
Souza Amaral et al. (2020)	Analisou o papel das cadeias curtas de comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino	O artigo destaca a importância das cadeias curtas de comercialização para o desenvolvimento rural sustentável, além de apresentar o caso da CECAFES como uma experiência bem-sucedida	As cadeias curtas de comercialização podem ser uma alternativa viável para o desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino
Souza et al. (2021)	O artigo apresenta um estudo de caso sobre cestas orgânicas em uma cadeia curta agroalimentar familiar, analisando as estratégias utilizadas para comercialização e os benefícios socioambientais e econômicos para os agricultores familiares envolvidos.	O estudo destaca a importância das cestas orgânicas como uma forma de promover a agricultura familiar e o consumo de alimentos saudáveis, além de ressaltar a necessidade de políticas públicas que incentivem a produção e comercialização de alimentos orgânicos.	Os resultados apontam que as cestas orgânicas representam uma alternativa viável de renda para os agricultores familiares, além de contribuir para a segurança alimentar e a preservação ambiental.

6

TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL: UMA REVISÃO

SLAVE WORK IN RURAL AREAS: A REVIEW

Davi Botelho Cutrim

Karina Andrade Pimentel

Pablo Thomas Cascaes Garcez

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-6



Resumo

A escravidão atualmente se encontra por toda parte do mundo, sendo sua origem juntamente ao surgimento da humanidade, sendo que por vezes desfaçada, não anula a realidade preocupante existente por trás, pois em momento algum da história, houve esse número pessoas em situação de escravidão ou análogas à escravidão. Os métodos de utilizados para este trabalho científico, foi a pesquisa bibliográfica. Tendo em vista o objetivo de descrever as características determinantes do trabalho escravo em fazendas brasileiras, utilizou-se como embasamento para a elaboração do trabalho reportagens, textos e artigos científicos referentes ao tema de interesse. Este artigo tem como principal objetivo apresentar um panorama abrangente do trabalho escravo nas zonas rurais, explorando estudos, relatórios e dados relevantes sobre o tema, para que assim, possa ser identificadas as situações análogas à escravidão no meio rural, e assim, tornar possível a possibilidade de uma visão mais aprofundada sobre as condições existentes de trabalho no Brasil.

Palavras-Chave: Zona rural. Escravidão. Trabalho escravo.

Abstract

Slavery is currently found throughout the world, its origins being together with the emergence of humanity, although sometimes dismantled, it does not cancel out the worrying reality behind it, as at no time in history have there been this number of people in a situation of slavery. or analogous to slavery. The methods used for this scientific work were bibliographical research. In view of the objective of describing the determining characteristics of slave labor on Brazilian farms, reports, texts and scientific articles relating to the topic of interest were used as a basis for preparing the work. This article's main objective is to present a comprehensive overview of slave labor in rural areas, exploring studies, reports and relevant data on the topic, so that situations analogous to slavery in rural areas can be identified, and thus make it possible to possibility of a more in-depth view of existing working conditions in Brazil.

Keywords: Rural area. Slavery. Slavery



1. INTRODUÇÃO

A escravidão atualmente se encontra por toda parte do mundo, sendo sua origem juntamente ao surgimento da humanidade, sendo que por vezes desfaçada, não anula a realidade preocupante existente por trás, pois em momento algum da história, houve esse número pessoas em situação de escravidão ou análogas à escravidão. Algumas hipóteses mundiais segundo a Global Slavery Index (2019), indicam que o principal padrão que é identificado a escravidão entorno do mundo, se caracteriza pelo trabalho forçado de pessoas que são atraídas por falsas propostas de trabalhos para exercerem funções em setores no campo como agricultura, pecuária, e também relacionados a construção civil e trabalhos militares.

Este artigo tem como principal objetivo apresentar um panorama abrangente do trabalho escravo nas zonas rurais, explorando estudos, relatórios e dados relevantes sobre o tema, para que assim, possa ser identificadas as situações análogas à escravidão no meio rural, e assim, tornar possível a possibilidade de uma visão mais aprofundada sobre as condições existentes de trabalho no Brasil.

2. METODOLOGIA

Os métodos de utilizados para este trabalho científico, foi a pesquisa bibliográfica. Tendo em vista o objetivo de descrever as características determinantes do trabalho escravo em fazendas brasileiras, utilizou-se como embasamento para a elaboração do trabalho reportagens, textos e artigos científicos referentes ao tema de interesse.

Primeiramente, foi feita uma pesquisa sobre reportagens realizadas por alguns programas jornalísticos sobre trabalho escravo contemporâneo e trabalho escravo em fazendas de produção, reportagens com objetivo promover uma maior atenção sobre as questões que dizem respeito a violação aos direitos trabalhistas no campo. Para concluir o trabalho com base científica mais concreta, foi realizada pesquisas bibliográficas em artigos científicos e em documentos que evidenciaram o panorama do trabalho escravo na zona rural através de denúncias.

3. DESENVOLVIMENTO

Desde os tempos remotos, a escravidão tem sido uma ferida que assombra a humanidade, assumindo ao longo da história diferentes formas e afetando diversos grupos sociais, mas sempre caracterizada pela dominação de uns sobre os outros. A comunidade internacional há muito tempo tem condenado essa instituição. Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, outras convenções internacionais também proíbem a escravidão bem como a Convenção das Nações Unidas sobre escravatura de 1926 com emendas adicionadas pelo Protocolo de 1953, e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956 (ABREU; ZIMMERMANN 2003).

A Organização Internacional do Trabalho possui duas convenções que tratam sobre o tema da escravidão: a Convenção número 29 (1930) e a 105 (1957). A primeira trata da eliminação do trabalho forçado ou obrigatório e todas suas formas, enquanto a segunda proíbe o uso de qualquer tipo de trabalho forçado ou obrigatório como forma coerção ou educação política, punição por opiniões políticas ou ideológicas, mobilização ou disciplina

de mão de obra. O art. 1º da Constituição Federal brasileira elenca dentre os princípios fundamentais da República a cidadania (inc. I), a dignidade da pessoa humana (inc. III) e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (inc. IV) (ABREU; ZIMMERMANN, 2003).

Segundo estimativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) endossada pela Organização Internacional do Trabalho é de difícil comprovação, mas estima-se que por volta de 25 mil pessoas no Brasil estariam sujeitas a essas condições (FIGUEIRA, 2004).

Segundo o portal Novacana (2023), em uma investigação envolvendo diálogos com especialistas da indústria e informações do governo, foi apresentada uma análise preocupante que expõe uma questão crítica enfrentada nas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, onde 2.575 pessoas foram encontradas em situação análoga à escravidão espalhada por todo país.

A maioria dessas pessoas estavam trabalhando em cultivos de cana-de-açúcar, que pode ser caracterizado como o segundo ciclo econômico brasileiro após a invasão portuguesa. E pôde-se perceber que a maioria das vítimas eram pessoas negras, pobres e de baixa escolaridade. Tendo em vista que somente ano passado, 362 trabalhadores em condição análoga à escravidão foram encontrados no país em área de cultivo de cana. Infelizmente, o trabalho escravo ainda é uma realidade na zona rural de muitos países incluindo o Brasil (FILICIANO, 2004).

De acordo com o Ministério Público do Trabalho, só em 2021 foram resgatados mais de 900 trabalhadores em situação de escravidão, a maioria atuando na agropecuária e na produção de carvão vegetal.

Uma pesquisa do Dieese (2014) sobre o trabalho rural brasileiro, notou, partir de dados do IBGE, que em 2013 dos 4,0 milhões de ocupados, a maioria deles, com cerca de 2,4 milhões encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinado, de maneira que a informalidade no meio rural era tanto maior que no conjunto do país que estava em torno de 50%. A pesquisa também evidencia que a informalidade laboral no campo é muito desigual entre as regiões. No norte e nordeste, a taxa de informalidade atingia cerca de 77% dos trabalhadores rurais, enquanto nas demais regiões brasileiras ficava em 41 e 49%.

A predominância da informalidade no Nordeste reflete o processo histórico de formação do mercado de trabalho dessa região, marcado por relações paternalistas e coronelistas, com o predomínio dos moradores de condição. Já no final do século XIX, esses trabalhadores eram submetidos a empréstimos de “pequenas quantias” de dinheiro pelos patrões, que só permitiam que deixassem a sua propriedade quando o débito fosse salda-do (ANDRADE, 1980).

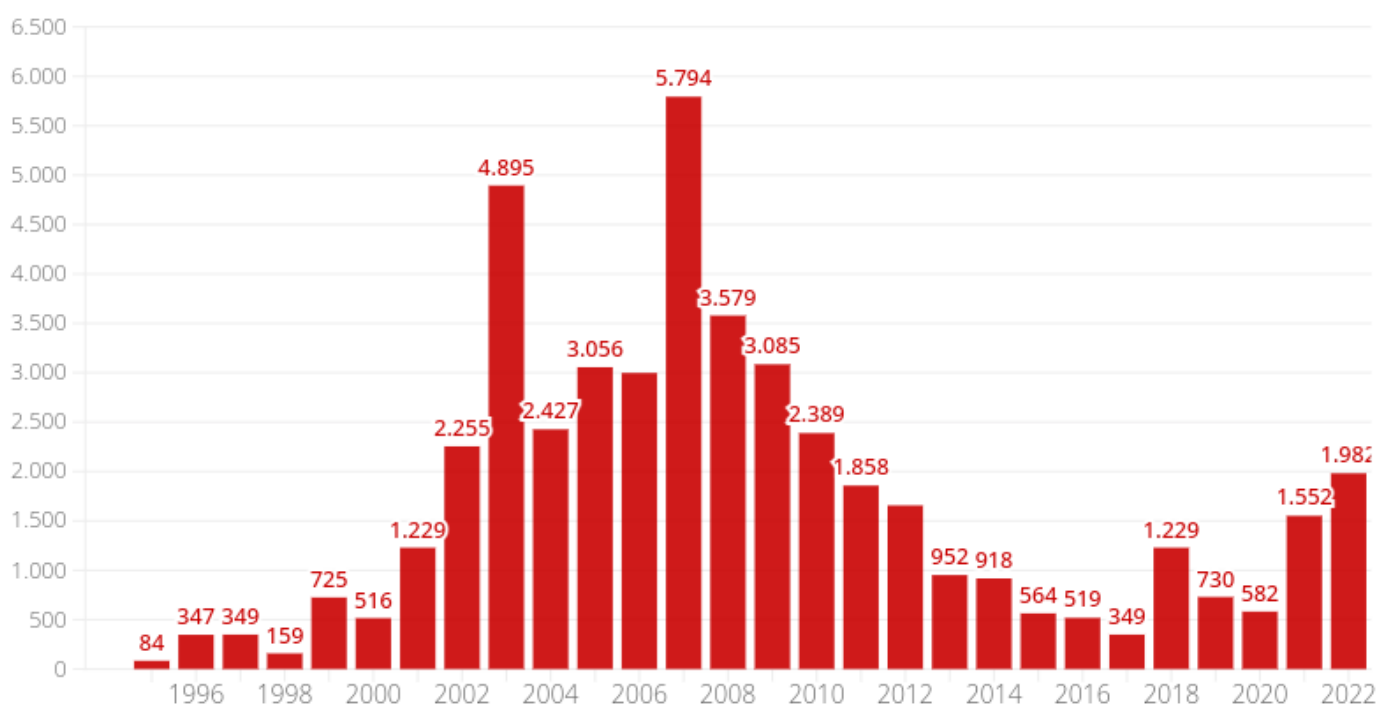
Uma forma de cerceamento da liberdade muito semelhante à servidão por dívida empregada na escravidão contemporânea. Além do mais, foram acometidos pela gradativa proletarização causada pelo avanço de determinados cultivos, em especial da cana-de-açúcar, que expulsou camponeses da terra e retirou-lhes o acesso aos meios de produção (FILICIANO, 2004).

Grande parte do trabalho escravo do território brasileiro, assim como em outros países que o PIB é resultado em grande parte de atividades rurais, vem das zonas rurais, ou seja, do campo. Os trabalhadores fazem parte do corpo de empresas, ou são mantidos por latifundiários e grandes exploradores, principalmente na agricultura, pecuária e mineração (PORFÍRIO, 2023).

No estado da Bahia com o advento da modernização da agricultura que levou a mecanização de toda a cadeia produtiva e como consequência a diminuição dos postos de trabalho, nota-se que taxa de incidência de casos trabalho análogo a escravidão tem au-

mentado. Nas áreas de cultivo onde se ver um aparato de maquinários altamente tecnológicos a escravidão e a desigualdade se fazem presente, ou seja, nos dando a entender que os grandes casos de escravidão na Bahia estão diretamente ligados com o agronegócio, tendo predominância nas áreas onde são produzidas as commodities, sendo elas atreladas a uma grande necessidade de produção em larga escala (SANATANA, 2019).

Segundo o G1 (2023) foram resgatadas de 22 de janeiro deste ano 837 pessoas em situação análogas à escravidão nas zonas rurais. O gráfico abaixo mostra os números de resgatados desde 1996 a 2022, indicando que o Brasil reconheceu a existência da escravidão moderna em 1995.



Fonte: Radar SIT ministério do trabalho e emprego (MTE)

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2022) aponta que, no Brasil 1.636 foram resgatadas em âmbito rural em situação de escravidão no período de 1º de janeiro a 9 de dezembro. Visto que dentre os 1.636 resgatados 54 eram adolescentes e crianças.

De acordo com Cardoso (2018), a concentração fundiária e a não execução da reforma agrária são fatores que ajuda para a existência do trabalho análogo ao de escravo no país. Para Rodrigo Schwarz (2009):

A insuficiência das políticas agrárias, a concentração de renda, o uso socialmente nocivo da propriedade, as largas desigualdades sociais, regionais e a consequente pobreza e exclusão social e econômica de um grande número de pessoas são fatores que viabilizam a existência do trabalho análogo ao de escravidão. Ou seja, as áreas de maior concentração fundiária também são as que mais registraram situação de trabalho análogo ao de escravo, o que indica uma alta relação entre latifúndios e submissão de pessoas a situação de extrema exploração (SCHWARZ, 2009, p.18).

s setores que mais empregam força de trabalho em situação análoga ao de escravo são associados com o agronegócio e por tem como características grandes áreas. Com mais de 80% dos casos de resgate, são os setores da agropecuária e a agroindústria (IBGE, 2020). A partir do perfil socioeconômico dos trabalhadores resgatados e das características

de vulnerabilidade da população local, compreende-se as causas pelas quais essas pessoas se submetem a situações de trabalho degradante e extrema. Eles estão em busca da sobrevivência que esses trabalhadores, pois, muitas das vezes o local em que vivem não lhes oferece condições dignas de vida e trabalho (CARDOSO, 2018).

Aparecida (2012), ao comentar o assunto em sua obra, esclareceu que no meio rural do Brasil, a forma mais encontrada de prática de condições análogas à escravidão é através da dívida e manutenção do trabalhador no local de trabalho sob vigilância.

Nesse quadro, verificou-se que o endividamento do trabalhador se inicia em relação ao transporte até a fazenda, e que, no local de trabalho, o trabalhador terá que comprar alimento, roupas, remédios e outros no estabelecimento do empregador, aumentando assim ainda mais a dívida do trabalhador que deixa de receber seus salários, para quitar o que deve. Pode ainda ocorrer vigilância armada, impedindo o trabalhador de fugir do local de trabalho no qual é mantido na condição análoga à escravidão (LOTTO, 2012).

Aparecida (2012), ao comentar o assunto em sua obra, esclareceu que no meio rural do Brasil, a forma mais encontrada de prática de condições análogas à escravidão é através da dívida e manutenção do trabalhador no local de trabalho sob vigilância. Nesse quadro, verificou-se que o endividamento do trabalhador se inicia em relação ao transporte até a fazenda, e que, no local de trabalho, o trabalhador terá que comprar alimento, roupas, remédios e outros no estabelecimento do empregador, aumentando assim ainda mais a dívida do trabalhador que deixa de receber seus salários, para quitar o que deve. Pode ainda ocorrer vigilância armada, impedindo o trabalhador de fugir do local de trabalho no qual é mantido na condição análoga à escravidão (LOTTO, 2012).

Com isso é possível observar que, ao longo dos anos, o principal modo pela qual o explorador mantém o trabalhador é por meio da cobrança de suas dívidas. Sabendo que o trabalhador não terá capital e nem condições para aboná-las, ele continuará a trabalhar sem contrato e sem prazo definido até que possa quitá-las, fato este que nunca ocorrerá (FIGUEIRA et al., 2018). O “aprisionamento” também é feito por meio de retenção de documentos, alimentação e até mesmo punições físicas. O trabalhador começa a contrair sua dívida a partir do momento em que gasta com despesa com o transporte. A oportunidade, muitas vezes, está em lugar próprio ou até mesmo distante do trabalhador, dificultando o acesso até suas localidades. Se não for por conta de despesa em transporte, pode ser por meio de despesas em hospedaria, que ocorre logo depois aos gastos com meios de transporte (CARLOS; AMAEDEU JÚNIOR, 2010).

Ao chegar ao local, que muitas das vezes pode ser de difícil acesso, os próprios proprietários colocam à disposição dos trabalhadores uma espécie de “mercadinho”, em que os próprios vendem aos trabalhadores produtos básicos para higiene pessoal, bem como ferramentas e instrumentos necessários utilizados no dia a dia, além de medicamentos (REMEDIO, 2015). Apesar de o proprietário prestar esse serviço, coloca o preço muito elevado, o que impossibilitaria a compra por parte dos trabalhadores. Justamente por isso, o fazendeiro estabelece o sistema de “vales” em cada compra realizada (PEDROSO et al., 2011). Assim, ao final do mês, o valor seria descontado do ordenado do trabalhador, sendo que este nunca receberia assim, a quantia devida, além de haver a substituição de dinheiro por papel equivalente. Por vezes, o trabalhador acaba não recebendo nada, perpetuando a dívida para com o empregador (CARVALHO, 2015).

Nota-se que se trata de problema social relacionado, sobretudo, ao migrante, indivíduo oriundo de regiões devastadas pela miséria e pelos altos índices de desemprego e vulnerabilidade social (PIOVESAN et al., 2011).

Errantes em busca de mercado de trabalho, considerados inferiores por sua origem



social e cultural e impossibilitados de acessar a terra, encontram, como consequência, a deterioração de suas condições de vida. Por isso ações e programas realizados pelo governo e instituições em busca dos direitos humanos e dos direitos dos trabalhadores devem ser prioritários para o efetivo enfrentamento e combate ao trabalho escravo nas áreas rurais do Brasil (SASAKI, 2010).

Existe um grande marco do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo que é a sua proposição de execução articulada entre órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil e organismos internacionais (ALCANTARA *et al.*, 2017). Ele atende às determinações do Plano Nacional de Direitos Humanos e expressa uma política pública permanente, fiscalizada pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), presidida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e constituída por representantes governamentais e não-governamentais.

Brasil comprometeu-se a implementar as ações e propostas de mudanças legislativas previstas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. O Plano foi criado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), lançado em 2003 e reúne 76 medidas (BRASIL; OIT, 2003). A atuação da CONATRAE originou a criação do 2º Plano para Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2008, concentrando esforços nas áreas que tiveram menos avanços no 1º Plano (BRASIL, 2011). O país também tem criado novos programas para o enfrentamento ao trabalho escravo.

A criação do Grupo de Fiscalização Móvel (GEFM) foi em 1995, tendo como escopo a investigação e fiscalização de lugares que adotam condições de trabalho forçado no Brasil (BERSANI *et al.*, 2021). As equipes são formadas por auditores do trabalho, policiais federais, procuradores do trabalho e policiais rodoviários federais. Conforme a OIT, o GEFM exerce o papel de investigar as denúncias de trabalho escravo *in loco*, resgatar os trabalhadores explorados e autuar os proprietários das fazendas exploradoras (OIT, 2010).

O governo brasileiro instituiu, em 2002, os Tribunais Permanentes e Móveis para apoiar a atuação do GEFM. Os tribunais podem congelar as contas bancárias e apreender bens dos proprietários das fazendas, além de aplicar multas imediatas, tornando mais difícil a não cooperação dos proprietários rurais (SHAHINIAN, 2010). Foi determinada, em 2004, uma verba específica no orçamento da Justiça do Trabalho especialmente para o combate ao trabalho escravo, estruturando e dando suporte às varas itinerantes da Justiça do Trabalho (VIANA, 2011).

Em 2003, foi lançada a Campanha Nacional de Prevenção ao Trabalho Escravo, coordenada pela OIT-Brasil, com o apoio do governo e da Conatrae. Foi desenvolvida a partir de contribuições voluntárias de agências de publicidade e comunicação (PINTO, 2012). Através dessa campanha, são elaborados banners, vídeos publicitários, spots de rádio e outdoors, que esclarecem os trabalhadores sobre a possibilidade de serem submetidos à exploração. Esse material desenvolvido foi divulgado e exposto nos principais aeroportos nacionais do país e também nas mídias de revistas, jornais, emissoras de TV ou sites (GOMES *et al.*, 2014).

Segundo a OIT Brasil, as ações do Poder Público são mensuradas pelo cumprimento dos Planos Nacionais para a Erradicação do Trabalho Escravo, enquanto as ações do setor privado são controladas pelo Pacto Nacional (DIAS, 2016). Conforme o Instituto Ethos, o compromisso assumido pelas empresas brasileiras e multinacionais ao assinarem o Pacto é o de não negociar com quem explorar o trabalho escravo.

Além disso, são comprometidos a cumprir compromissos que devem ser desenvolvidos pelas empresas para o enfrentamento ao trabalho escravo (PYL, 2011). Com o escopo de fortalecer e monitorar as ações realizadas no âmbito do Pacto Nacional, em maio de 2014, foi lançado o Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (BERSANI *et al.*, 2021).

4. CONCLUSÃO

Identificou-se que na grande maioria dos casos de trabalhos análogos à escravidão que foram identificados na zona rural brasileira, que eles apresentaram aspectos em comuns entre si. A situação do Brasil perante a escravidão no meio rural é ainda muito problemática, apesar dos esforços feitos nos últimos anos pelo Governo Federal. As consequências socioeconômicas do trabalho escravo na zona rural são devastadoras, afetando não apenas a vida dos trabalhadores, mas também a economia local.

No entanto, também foram identificadas estratégias iniciais para combater o trabalho escravo na zona rural. Apesar dos avanços realizados, existem lacunas de conhecimento que precisam ser abordadas para uma compreensão mais profunda do trabalho escravo na zona rural. Em suma, o panorama do trabalho escravo na zona rural revela a persistência de um problema alarmante, que demanda esforços contínuos e coordenados de governos, organizações e sociedade civil para combater essa forma de exploração e garantir o respeito aos direitos humanos e a dignidade dos trabalhadores rurais.

Referências

- ABREU, Lília Leonor; ZIMMERMANN, Deyse Jacqueline. Trabalho escravo contemporâneo praticado no meio rural brasileiro: abordagem sociojurídica. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, v. 69, n. 2, p. 139-153, jul./dez. 2003.
- ALCANTARA, A. F. G. et al. Trabalho análogo ao de escravo: evolução histórica e normativa, formas de combate e “lista suja”. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 22, n. 5218, 14 out. 2017. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/61165> >. Acesso em: 08. Jun. 2023.
- BERSANI, H. et al. Ações governamentais e políticas de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, n. 34, p. 227-257. jan./jun. 2021. Disponível em: < <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive> >. Acesso em: 08.jun. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual para combate ao trabalho em condições análogas a de escravo**. Brasília: MTE, 2011. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoese-grupos-de-trabalho/escravidao-contemporanea-migrado-1/notastecnicas-planos-e-oficinas/combate%20trabalho%20escravo%20WEB%20MTE.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2023
- BRASIL. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria Especial**
- CARLOS, V. L.; AMADEU, M. O trabalho escravo e o ordenamento jurídico vigente. **Revista Nacional de Direito do Trabalho**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 83, p. 39-41, mar. 2010.
- CARVALHO, J.J. **Aspectos atuais do trabalho escravo**. Suplemento Trabalhista, São Paulo, LTr, v. 45, n. 72, p. 349-352, jul. 2015.
- COSTA, P. T. M. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2010.
- DIAS, P.V. **Trabalho escravo no Brasil: do caso José Pereira ao caso Fazenda Brasil Verde**. 2016. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.
- DIEESE - **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. D419 Anuário da saúde do trabalhador. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2014.
- FELICIANO, Guilherme Guimarães. Sobre os caminhos institucionais para o combate ao trabalho escravo contemporâneo no âmbito dos municípios. **Revista de Direito do Trabalho** – 116, v. 30, p. 77-90, 2004.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando Fora da Própria Sombra: **a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GOMES, A. M. C. et al. Trabalho análogo ao de escravo: tempo presente e usos do passado. Livro apresentado. In: **As fronteiras da escravidão moderna e contemporânea sob a ótica da história do direito e da história do trabalho 2012**; 10-11 maio 2012. Florianópolis, 2014.

- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LOTTO, L. A. **Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012
- Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo**. 2003. Disponível em: < WWW.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/iniciativas/plano_nacional.>
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/---ro-lima/---ilo_brasilia/documents/publication/wcms_227300.pdf>. Acesso em: 07 Jun. 2023.
- PEDROSO, E. et al. Da negação ao reconhecimento da Escravidão Contemporânea. In: NOCCHI, Andrea Saint Patous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves. **Trabalho Escravo Contemporâneo: O Desafio de Superar a Negação**. São Paulo: LTr. 2011
- PINTO, M. S. A constitucionalidade da lista suja como instrumento de repressão ao trabalho em condições análogas à de escravos. **Revista LTr: Legislação do Trabalho**, v. 72, n. 9, p. 1109-1119, set. 2012.
- PIOVESAN, F. et al. Trabalho Escravo e Degradante como forma de violação aos direitos humanos. In: NOCCHI, Andrea Saint Patous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves. **Trabalho Escravo Contemporâneo: O Desafio de Superar a Negação**. São Paulo: LTr. 2011.
- PORFÍRIO, Francisco. **“Trabalho escravo contemporâneo”**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/escravidao-nos-dias-de-hoje.htm>. Acesso em 09 de junho de 2023.
- PYL, B. **Termo de Associação ao Impacto e Compromisso**. Disponível em: <[http:// www.inpacto.org.br/pb/2011/07/compromisso-contra-escravidaoaguarda-acoes-de-governantes/](http://www.inpacto.org.br/pb/2011/07/compromisso-contra-escravidaoaguarda-acoes-de-governantes/)>. Acesso em: 08 jun. 2023.
- REMEDIO, J.A. REMEDIO, D. P. A proteção penal contra o trabalho escravo contemporâneo no ordenamento jurídico brasileiro. IN: BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ÁGUILA, Iara Marthos; CUNHA, Juliana Frei; BORGES, Paulo César Corrêa. **Formas contemporâneas de trabalho escravo**. São Paulo: UNESP, 2015.
- SANTANA, Aurelane Alves. **Trabalho escravo contemporâneo rural na Bahia**. 2019.
- SASAKI, F. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/relatorio_oit1.pdf>. Acesso em: 80 jun. 2023.
- SCHWARZ, R. G. A cidadania cativa: uma breve perspectiva da escravidão contemporânea no Brasil. **Revista Âmbito Jurídico**, n.64, ano XII, maio/2009. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-64/a-cidadania-cativa-uma-breve-perspectiva-daescravidao-contemporanea-no-brasil/?bamp-skip-redirect=1>>. Acesso: 07 jun. 2023.
- VALPORTO Oscar. **Número de resgatados do trabalho escravo rural é maior desde 2013**. 2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods1/numero-de-resgatados-do-trabalho-escravo-rural-e-o-maior-desde-2013/>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- VIANA, M. T. **Trabalho Escravo e “Lista Suja”: um modo original de remover uma mancha**. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Possibilidades jurídicas de combate à escravidão contemporânea. Brasília: OIT, 2011.

7

ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO MARANHÃO: O CASO DOS PA's ÁRVORES VERDES E JORDÃO NOS MUNICÍPIOS DE BREJO E COROATÁ NO ESTADO DO MARANHÃO

SOCIOPRODUCTIVE ORGANIZATION OF AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS IN THE STATE OF MARANHÃO: THE CASE OF PA'S ÁRVORES VERDES AND JORDÃO IN THE MUNICIPALITIES OF BREJO AND COROATÁ IN THE STATE OF MARANHÃO

Jadson Pessoa da Silva

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas

Darlison Raycar Ribeiro Sales

Celeste Costa Pinheiro

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-7



Resumo

Dentre as ações de intervenção do Estado relacionadas à política agrária a reforma fundiária é a que gera maior impacto na estrutura produtiva de um país. Nesse contexto, a materialização da reforma agrária está consubstanciada em um dispositivo jurídico-administrativo que é regularização fundiária. Tendo como objetivo investigar a situação socioeconômica de assentamentos da reforma agrária no estado do Maranhão, o que podemos verificar foi que para além do debate sobre titulação de terras devemos avançar para “que tipo” de titulação queremos, já que o que identificamos foram assentamentos sem qualquer estrutura econômica de produção adequada para a comercialização ou mesmo infraestrutura básica que possa dar sustentação a uma dinâmica interna de produção de longo prazo e com isso emancipação social e econômica.

Palavras-chave: Regularização fundiária, Organização produtiva, Projeto de Assentamento.

Abstract

Among the State's intervention actions related to agrarian policy, land reform is the one that generates the greatest impact on a country's productive structure. In this context, the materialization of agrarian reform is embodied in a legal-administrative mechanism known as land regularization. With the aim of investigating the socio-economic situation of agrarian reform settlements in the state of Maranhão, what we can observe is that beyond the debate about land titling, we must advance towards determining “what kind” of titling we desire. This is because what we have identified are settlements lacking any adequate economic production structure for commercialization or even basic infrastructure to support an internal long-term production dynamic, and thereby achieve social and economic empowerment.

Keywords: Land regularization, Productive organization, Settlement Project.

1. INTRODUÇÃO¹

O presente artigo é resultado de um esforço coletivo da equipe que compõe o Termo de Execução Descentralizada (TED) entre Incra-UFMA. A pesquisa consistiu em coleta de material apresentado pela equipe de campo que realiza o trabalho de supervisão ocupacional² nos Projetos de Assentamentos (PA) selecionados e revisão de literatura sobre o tema proposto. Foram observadas informações em 02 (dois) municípios: Brejo e Coroatá³, todos no Estado do Maranhão. O período do levantamento dos dados de campo ocorreu no período entre os meses de Novembro de 2022 e Março de 2023.

Assim, o trabalho se divide em três partes. Em primeiro lugar, será feita uma breve contextualização da necessidade de se avançar no processo de regularização fundiária e como isto pode garantir segurança jurídica nos PA's, a partir dos diversos instrumentos legais. Na segunda parte será desenvolvido uma análise a partir das condições reais de como se estabelecem as formas produtivas, considerando ainda que as atividades econômicas se estabelecem em formas pouco produtivas na maioria das situações encontradas. Por fim, apresentamos o resultado da visita ocorrida em dois PA's (PA Árvores Verdes e PA Jordão) demonstrando *in loco* uma realidade ainda precária, especialmente pela quase inexistência de políticas públicas mais consistentes de assistência e creditícia.

1 O presente texto se apresenta como um relato de experiência, resultado de uma atividade decorrente do projeto de extensão: “Apoio à elaboração, implantação e gestão de agroindústrias: geração de emprego e renda em Áreas de Reforma Agrária nas regiões Norte e Nordeste”, projeto este que serve como referência ao Termo de Execução Descentralizada (TED) entre Incra-Sede e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

2 A Supervisão ocupacional é uma obrigação da autarquia de controlar a regularidade das parcelas destinadas, realizada pelo INCRA através da verificação das condições de permanência dos beneficiários do PNRA nos projetos de assentamento, incluindo a constatação da ocupação e da exploração do lote pela unidade familiar, de forma a que esteja sendo mantido o objetivo precípua da reforma agrária. A criação do assentamento é realizada por meio da publicação de portaria onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias a serem assentadas, o nome do projeto de assentamento e prevê as etapas seguintes para sua implantação, com a Instalação, Estruturação, Desenvolvimento e Consolidação. Durante todo esse processo, a situação ocupacional dos assentamentos vai se reorganizando a cada tempo. Com base na análise dos dados coletados pelas Universidades com cooperação com o INCRA (projeto RADIS) e as vistorias realizadas pelo INCRA em 2019-2020 já utilizando o Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO, estima-se um percentual entre 20-30% de lotes com ocupações irregulares nos projetos de assentamentos, que pode variar conforme a Superintendência Regional. O INCRA, com sua força operacional priorizando essa atividade, tem conseguido supervisionar entre 30 a 40 mil lotes em média nos últimos anos. No entanto, considerando as dificuldades especialmente na questão da defasagem do quadro de pessoal do INCRA, o mesmo realiza esta importante atividade através da celebração de TEDs com diversas IES e neste caso com a Universidade Federal do Maranhão.

3 Brejo está localizado no Leste Maranhense e Coroatá está localizado na região centro-leste do estado.

2. O PAPEL DO ESTADO NA ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO MARRANHÃO

Dentre as ações de intervenção do Estado relacionadas à política agrária a reforma fundiária é a que gera maior impacto na estrutura produtiva de um país. Nesse contexto, a materialização da reforma agrária está consubstanciada em um dispositivo jurídico-administrativo que é regularização fundiária. Assim, podemos compreender a regularização fundiária como um processo jurídico-administrativo que tem como objetivo legalizar a posse da terra, garantindo aos proprietários o título de propriedade e, conseqüentemente, a segurança jurídica e o acesso aos direitos e benefícios que uma propriedade pode proporcionar (MARTINS, 2000).

Por sua vez, entender o papel da regulação fundiária passa, necessariamente, em compreender como está organizada a dinâmica socioprodutiva dessa sociedade, ou seja, perceber como se dão as relações econômicas e sociais entre os diversos fatores de produção, tais como, terra capital e trabalho. Nesses termos, a regularização fundiária pode ter um impacto significativo na dinâmica socioprodutiva, entendido aqui como a relação entre a produção e sociedade, pois pode permitir que os proprietários acessem crédito, invistam em melhorias na propriedade e na produção, além de contribuir para a redução dos conflitos agrários e da informalidade na ocupação de terras (HEREDIA, 2002).

Portanto, refletir sobre a organização produtiva em assentamentos de reforma agrária, deve-se necessariamente pensar nas formas como as famílias assentadas se encontram com relação sua situação fundiária, pois o processo de regularização fundiária é um pressuposto básico no sentido de garantir acesso a políticas públicas de estímulo à produção e organização econômica dentro dos assentamentos. No entanto, é de fundamental importância reforçar que o processo de regularização fundiária, independente da forma jurídica que ocorrer, deve necessariamente ser acompanhado de políticas públicas que garantam a inclusão social e produtiva das famílias assentadas.

Nesse sentido, o processo de regularização fundiária tem-se tornado essencial e de extrema importância dado a garantia jurídica aos assentados vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e nesse contexto, é importante enfatizar o dever do poder público em não poupar esforços na celeridade deste processo da regularização fundiária nos assentamentos federais, a fim de permitir aos assentados da reforma agrária, o direito a obtenção do título de propriedade.

A despeito dessa importância do papel da titulação de terras em áreas de reforma agrária, o que se observou ao longo dos últimos anos por meio de auditorias, fiscalizações e edições de Acórdãos do Tribunal de Contas da União TCU (Acórdão TCU nº 775/2016, nº 1976/2017 e nº 3155/2019), foram as seguintes questões: a) existência de beneficiários que não atendiam aos requisitos do PNRA previstos na legislação (identificação de indícios de irregularidade); b) inconsistências na base de dados do Sistema de Informações da Reforma Agrária - SIPRA; e, c) deficiência na identificação de irregularidades em projetos de assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), isto é, falta de uma política efetiva de supervisão ocupacional.

Tal situação apresentada pelo TCU não está deslocada do próprio processo histórico de políticas agrária no país, pois, quando realizamos a reconstituição do histórico da legislação agrária brasileira relativa à política de assentamentos é possível identificar que, ao longo das últimas três décadas, houve um esvaziamento do enfoque da emancipação social nos assentamentos rurais.

De forma factual, o Estado, via alterações nas normativas e legislações correlatas, vem

suprimindo lentamente a obrigação do cumprimento das ações voltadas à estruturação dos elementos produtivos que objetivavam à consolidação efetiva e, conseqüentemente, às emancipações política, econômica e social das famílias assentadas (PEREIRA, 2018). A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) receberão contratos de concessão de uso ou títulos de domínio, instrumentos que asseguram o acesso à terra.

É importante salientar que o Contrato de Concessão de Uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório, e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA além de outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. Já o Título de Domínio (TD) é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e que o assentado tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio.

Além da garantia da propriedade da terra para as famílias assentadas, a titulação efetuada pelo INCRA contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público (representado pelo INCRA) e dos beneficiários, caracterizado pelos assentados.

Do ponto de vista do número de assentamentos, o estado do Maranhão possui atualmente 1.028 assentamentos federais, onde sobrevivem mais de 130.000 famílias assentadas, abrangendo uma área de mais de 4 milhões de hectares segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2022). Esses dados, por si só já demonstra o quantitativo significativo de assentamentos e famílias que necessitam de apoio desde o crédito para instalação até a assistência técnica para acompanhamento da produção e elevação da produtividade.

3. PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NOS ASSENTAMENTOS

Do ponto de vista da produção nessas áreas de assentamento no estado do Maranhão, de forma geral, são atividades econômicas executadas ainda baseadas em técnicas tradicionais como a “roça de toco”, também conhecido de como pousio ou coivara, constitui-se uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização (ADAMS, 2000; RODRIGUES *et al.*, 2018).

Esse sistema de produção é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade (SIMINSKII; FANTINI, 2007). Esse modelo é descrito por diversos autores e ocorre de modo semelhante em diferentes partes do mundo, sendo particularmente comum na zona das florestas tropicais e subtropicais.

Este tipo de prática, apesar de ser considerada como agroecológica, apresenta baixa produtividade, considerando ainda que existem técnicas desenvolvidas de conservação do solo que permitem manter padrões sustentáveis de produção com aumento de produção e produtividade, além de o conceito de agroecologia ser bastante amplo.

No entanto, ainda que haja algum nível de divergência quanto a conceituação mais restrita, alguns aspectos como relação sustentação entre natureza e sociedade, calcada em uma economia mais justa e socialmente responsável, livre de agrotóxicos são traços marcantes.



Como forma de demonstrar que este não é um fenômeno do sistema de produção recente, Carvalho e Santos (2011) identificaram esta situação no início da década passada que mostra a dificuldade na organização de uma estrutura produtiva consistente no interior dos assentamentos federais no Maranhão. A política de criação de assentamentos, tem apresentado uma série de equívocos, especialmente a partir do ano de 2017 e isto tem contribuído significativamente para a não implementação de uma verdadeira política de desenvolvimento social nestes espaços (LEITE, 2019; LEITE, TUBINO; SAUER, 2019).

A partir do que foi identificado pelos autores, pode-se afirmar que as dificuldades por que passam as famílias assentadas a partir da segunda metade da década passada tem contribuído de forma significativa na precariedade dos assentamentos. Isto devido especialmente as dificuldades de acesso a crédito e assistência técnica e como exemplo pode ser citado que desde o ano de 2019 o INCRA reduziu consideravelmente a liberação dos diversos tipos de fomento os quais os assentados têm direito.

Já em relação especificamente aos assentamentos maranhenses, a precariedade de parte significativa do setor primário no Maranhão (especialmente em áreas de assentamentos federais) ainda é notória e tem-se mantido com técnicas bastante rudimentares e muitas vezes com características de subsistência, e ainda muito distantes de se tornar uma atividade mercantil eficiente que possa promover uma reprodução material de forma satisfatória de uma parcela considerável da população. A produção familiar apresenta muita carência de técnica o que se reflete diretamente em uma baixa produtividade de forma geral em toda o Estado.

Como forma de romper este processo e alavancar o desenvolvimento econômico, se faz necessário o aprimoramento dos processos produtivos, que tem como resultado central o incremento na produtividade. No entanto, para que isto ocorra, é de fundamental importância a construção de instrumentos que permitam a integração produtiva, e isso se dá a partir do fortalecimento dos arranjos produtivos locais e como consequência o desenvolvimento de cadeias produtivas integradas, permitindo assim uma maior inserção não só no mercado interno, como também no mercado externo.

Do ponto de vista social e acadêmico, o debate entorno desse tema deve ser aprofundado e se justifica pela própria caracterização realizada pelo TCU dos assentamentos federais, que segundo os acordões citados anteriormente podemos apontar que do total de irregularidades foram apontados 857 mil indícios, tipificados em 16 tipos de irregularidades na concessão de lotes da reforma agrária. Esses indícios estão concentrados nos projetos localizados na Amazônia legal (66%) e na região Nordeste (17%). Resta ainda um passivo de mais de 300 mil indícios a serem tratados, impactando em 200 mil assentados que estão na condição de irregulares nos assentamentos, não podendo acessar políticas públicas, titulação, entre outras restrições. No estado do Maranhão foram apontados 77.710 indícios de irregularidades em lotes da reforma agrária, destes apenas 37% foram tratados pelo INCRA.

Assim, a continuidade dos levantamentos da real situação socioeconômica nos assentamentos pelos órgãos de controle e execução do poder público, juntamente os esforços de pesquisadores em melhor descrever e analisar esses assentamentos, poderá levar uma melhoria das condições de vida da população diretamente envolvida. Essa melhora passa, inevitavelmente, por políticas públicas de crédito e assistência técnica aos pequenos produtores, em especial os da agricultura familiar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o quadro 1, abaixo, o total de famílias assentadas no recorte empírico que estamos trabalhando foi de 232 famílias. Senda a maior parte do PA Árvores Verdes, com 133 famílias e o PA Jordão com 99 famílias assentadas.

Quadro 1- Projetos de assentamentos Visitados

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS
PA JORDÃO	COROATÁ	99
PA ARVORES VERDES	BREJO	133

FONTE: Equipe de campo – Supervisão Ocupacional

A seguir vamos apresentar os resultados da visita de campo cada PA de forma mais detalhada.

4.1 O PA Árvores Verdes – Brejo (MA)

O PA é constituído por três povoados: Povoada Estreito, Povoada Escalvado e Vila Árvore Verdes. Esses povoados, que são agrupamentos menores dentre do PA e, muitas vezes esses povoados também podem ser chamados de agrovilas, concentram a maior parte dos agrupamentos de pessoas, não necessariamente existe a presença de produção agrícola.

Neste PA existe uma aceitação com relação ao processo de titulação que, segundo as lideranças locais, não apresenta perspectivas de venda de terrenos, assim que o processo se consolidar, especialmente pelo fato da tradição local em acessar políticas de crédito e fomento.

Foi verificado pela nossa equipe a existe uma demanda por kits de irrigação, devendo ser considerado também que toda atividade é realizada de forma tradicional (roça de toco). Todas as famílias residem na vila e não nas áreas de produção. A produção local (figura 1) ocorre com arroz de várzea, feijão, mandioca e pesca no Rio Parnaíba e na Lagoa Comprida, produção esta que é para autoconsumo e uma parte é comercializada no município de Brejo, município mais próximo.



Figura 1. Cultivo de mandioca no PA Árvores Verdes

Fonte: Equipe de Supervisão Ocupacional TED Incra-UFMA

Entre os principais problemas ambientais que foram evidenciados: supressão da vegetação; pesca sem autorização na lagoa Escalvado (Figura 2, 3 e 4) por pessoas de outras localidades do município de Brejo (o que provoca aglomeração e resíduos sólidos deixados às margens desse recurso hídrico), existência de fossas rudimentares, queima dos resíduos sólidos nos quintais das casas, além de animais criados de forma extensiva mesmo na agrovila. Além da pesca, o Rio Parnaíba serve com área de lazer e lavagem de roupa, bem como recentemente foi construído o Pontão Ingarana, que é o local em que embarcações fazem travessia do município de Brejo, via PA Árvores, para acessar o estado do Piauí.



Figura 2. Lagoa Comprida no PA Árvores Verdes

Fonte: Equipe de Supervisão Ocupacional TED Incra-UFMA



Figura 3. Lagoa Escalvado, no PA Árvores Verdes

Fonte: Equipe de Supervisão Ocupacional TED Incra-UFMA



Figura 4. Rio Parnaíba, com destaque para Pontão Ingarana, no PA Árvores Verdes

Fonte: Equipe de Supervisão Ocupacional TED Incra-UFMA

4.2 PA Jordão no município de Coroatá - MA

O PA é constituído também por três povoados: Povoada Sozinho, Povoada Jacaré e Povoado Fogareiro. Da mesma forma que apresentado anteriormente esses povoados, que são agrupamentos menores dentro do PA e, muitas vezes esses povoados também podem ser chamados de agrovilas, concentram a maior parte dos agrupamentos de pessoas, não necessariamente existe a presença de produção agrícola. O que em nossos casos são em locais separados, isto é, onde os moradores residem e distante do local de produção.

Em nossa visita de campo foi possível identificar algumas dificuldades enfrentadas pelos moradores da região. Dentre estas, a principal é a dificuldade no processo de regularização fundiária, considerando principalmente as críticas sobre o processo recente de demarcação de lotes, o que segundo relato dos assentados foi realizado por empresa privada, mas sem a devida fiscalização e supervisão por parte do Incra.

Outra dificuldade enfrentada pelos assentados, diz respeito à falta de infraestrutura básica, tais como: saneamento, energia elétrica, escolas e estradas (figura 5). A percepção local é que isto dificulta consideravelmente o acesso à água potável e o desenvolvimento de atividades econômicas de forma mais consistente. Além disso, a falta de incentivos para a produção local, como acesso ao crédito e assistência técnica, impacta negativamente na produtividade e na renda dos moradores.



Figura 5. Acesso ao PA Jordão

Fonte: Equipe de Supervisão Ocupacional TED Incra-UFMA

O acesso aos respectivos projetos de assentamento acima citados é bastante desafiador, pois é necessário percorrer longas estradas de terra e enfrentar condições climáticas adversas (figura 6). Como resultados desse processo os povoados ficam completamente isoladas no período chuvoso, principalmente o PA Jordão, pois a região é cortada por dois grandes rios (Itapecuru e Pirapemas), o que acarreta transtornos com alagamentos nos períodos chuvosos, especialmente nos meses de março e abril de cada ano.



Figura 6. Travessia de barco a remo para o Povoado Sozinho, PA Jordão

Fonte: Equipe de Supervisão Ocupacional TED Incra-UFMA

Como podemos verificar nesse breve relato de experiência da equipe de campo aqui apresentado, os desafios desse assentamento são hercúleos. Assim para a produção para

o mercado em geral se tornam quase inviáveis. Portanto, a baixa produção gerada torna-se quase que exclusivamente para o consumo de subsistência e segurança alimentar das famílias assentadas.

Portanto, os desafios colocados aqui estão ancorados na titulação de terras e regularização fundiária, mas vão bem mais longe, passando por política de acesso à fomento, assistência técnica e do próprio esforço do poder público em propiciar estrutura básica de infraestrutura, tais como educação saúde e acesso viável de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo apresentar um relato de experiência de pesquisadores que estiveram visitando dois Projetos de Assentamento (PA) da reforma agrária no estado do Maranhão, a saber, PA Árvores Verdes no município de Brejo e o PA Jordão, em Coroatá.

A criação de assentamentos em locais de difícil acesso e solos degradados tem suscitado debates sobre a efetividade da reforma agrária. A falta de regularização fundiária, infraestrutura básica e incentivos à produção limita o desenvolvimento econômico e social dos assentados. Neste sentido, é de fundamental importância ampliar os estudos e pesquisas sobre as formas como foram desenvolvidos e como estão sendo geridos os Projetos de assentamentos implementados a partir do PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária).

Portanto, a questão não é mais se precisa ou não de uma política de reforma agrária, mas sim qual modelo a ser implementado, considerando principalmente as demandas reais da sociedade brasileira e como um projeto consistente de reforma agrária pode contribuir no atendimento destas demandas sociais.

Referências

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, SÃO PAULO, USP, 2000, V. 43 n° 1. In: <https://www.scielo.br/jj/ra/a/mX5TZ8DZWthr47WVHCqDnYQ/?format=pdf>. Acesso em 14/08/2023.

HEREDIA, Beatriz, et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** (2002).

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel de Assentamentos**. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>, 2022, Acesso em 29/11/2022.

LEITE, Acácio Zuniga. A paralisação da criação de assentamentos de reforma agrária e da homologação de famílias. **Boletim Dataluta**, n. 136, 2019.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2019.

MARTINS, J.S. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social, Rev. Sociol. São Paulo**, v.11, n.2, p. 97-128, 2000.

PEREIRA, Sebastião Félix. **Assentamentos rurais no Ceará e os dilemas da emancipação**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, 2018.

RODRIGUES et all. Práticas agroecológicas no sistema agrícola tradicional: Comunidade rural Nossa Senhora da Guia, Cáceres, Mato Grosso. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. RAF**. v.12, n° 02 / jul-dez 2018, PPGAA-INEAF/UFPA

SIMINSKII, ALEXANDRE; FANTINL, Alfredo Celso. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. 691 **Ciência Rural**, v.37, n.3, mai-jun, 2007.

8

FLUTUAÇÃO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMOS NOS MERCADOS DE SÃO LUÍS -MA

*FLUCTUATION OF PRICES OF CONSUMER GOODS IN THE MARKETS OF SÃO
LUÍS – MA*

Erica Louzeiro Cunha
Helio Mauricio Valois Moraes
Jardiel Gaia Da Hora
Luis Fernando Gomes De Sousa
Marion Nayon Braga Soares
Victor Emanuel Costa Carvalho
Eduardo Mendonça Pinheiro

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-8



Resumo

As feiras e mercados permitem inúmeras variedades de produtos *in natura*, processados e industrializados. Essas lojas se encontram inseridas na etapa de comercialização que é o processo necessário para suprir as demandas de determinada sociedade envolvendo um sistema muito eficiente que objetiva a especialização da produção que se consolida em realizar trocas de bens e serviços. No município de São Luís - MA, esses estabelecimentos se encontram presente em todos os bairros, as feiras em sua totalidade se encontram naqueles que são considerados periferias. A comercialização desses produtos representa uma movimentação de economia local de importância substancial. Quando comparado os preços dos produtos de acordo com os estabelecimentos nas diferentes regiões, é possível observar uma notória variação de preço em regiões nobres comparados com regiões periféricas.

Palavras-chave: Comercialização; Feiras; Produtos.

Abstract

The fairs and markets allow countless varieties of in natura, processed and industrialized products. These stores are inserted in the commercialization stage, which is the necessary process to meet the demands of a given society, involving a very efficient system that aims at the specialization of production that consolidates in carrying out exchanges of goods and services. In the municipality of São Luís - MA, these establishments are present in all neighborhoods, the fairs in their entirety are found in those that are considered peripheries. The commercialization of these products represents a movement of local economy of substantial importance. When comparing product prices according to establishments in different regions, it is possible to observe a noticeable price variation in prime regions compared to peripheral regions.

Keywords: Commercialization; Fairs; Products.

1. INTRODUÇÃO

A primeira fase do processo de compra é a determinação dos requisitos da compra, isto é, quando e como se deve adquirir o material. Dentro dessa fase, é imprescindível: a) a terminação das espécies de produtos a adquirir; b) a terminação da quantidade – a previsão do volume da compra a ser efetuada (GOULART, 2010).

A determinação das espécies dos produtos é simples, pois cada pessoa já tem, ou deve ter uma lista de produtos ou cadastro de produtos imprescindível que não pode faltar. Já a previsão das quantidades é um pouco mais complexa, porque entra aí o fator econômico. Principalmente nas estruturas em que se estabelece a centralização das compras, a determinação das quantidades se apresenta como de importância maior.

Com efeito, o ideal seria não comprar em quantidades arbitrárias qual quer produto de que não necessite para sua casa, devendo elas serem fixadas conforme o “ritmo de uso”, e visando sempre a facilidade de sua obtenção, a qualidade e, ainda, as condições momentâneas ou temporais do mercado, levando em conta, nesse caso não só a questão do preço, mas também da qualidade.

Intimamente ligada à fase de fixação dos requisitos das compras, vem a determinação das condições e tendências dos mercados. Na realidade, se a função de compra não é tão difícil enquanto o empreendimento é de pequeno valor, torna-se complexa e exige grande “tino” quando o volume dos trabalhos alcança proporções maiores, assim, permitido maior poder de compra (CANTANHEDE, 1953).

2. OBJETIVO

Esse trabalho tem como objetivo realizar uma revisão de literatura baseada em pesquisas que venha proporcionar uma visão sobre a flutuação de preços de mercado para produtos de consumo em feiras e comércios de São Luís, além de apresentar o atual cenário da economia no Brasil.

3. REVISÃO DE LITERATURA

As feiras e mercados são estruturas sólidas que permitem uma grande variedade de produtos que variam de mercadorias *in natura*, hortícolas e frutíferas, até processados, doces de frutas, geleias, queijos, entre outros, como produtos industrializados que possui uma gama ainda muito maior oferecida quase sempre em supermercados.

As feiras e mercados também fazem parte da cultura popular das pessoas associando ainda a diversidades e ao estilo de vida, ou seja, age como fonte descentralizadora.

As feiras e mercados estão inseridas no que chamamos de “comercialização”. Segundo Waquil (2010, p. 9) a comercialização é o “processo necessário para suprir as demandas de uma determinada sociedade”, ela envolve um sistema eficiente que visa, ou seja, a especialização da produção que se consolida em realizar trocas de bens e serviços entre indivíduos, empresas, regiões e/ou países.

Geralmente, as feiras e mercados estão localizados em centros comerciais associados aos bairros residenciais densos, configuram maiores dimensões, ou seja, hipermercados e centros comerciais regionais nos centros urbanos e periurbanos. As vendas geralmente são

articuladas por vendedores que atraem os consumidores e, por ocasião os produtores, interessados em avaliar os níveis de preços e qualidade dos produtos da concorrência (SALGUEIRO, 1989).

Em São Luís-MA, as feiras livres são as principais instituições, presente em quase todos os bairros da capital, elas fazem parte da economia da região, são abastecidas por pequenos agricultores metropolitanos e cinturões verdes ou zona rural de São Luís outros produtos agrícolas que não são produzidos no estado são trazidos de outras regiões. Se destacam nos principais bairros da capital.

As ofertas são variadas, se destacam produtos hortícolas, granjeiros e frotas. As principais feiras de maiores destaques de São Luís são as feiras do João Paulo e CEASA (Centro Estaduais de Abastecimento) que abastece todos à ilha de São Luís (CONAB, 2023).

A comercialização de produtos em diferentes zonas de mercado em São Luís representa uma movimentação de economia local de importância substancial, considerando o setor de mercado, São Luís possui como principal atividade econômica o comércio de produtos perecível e não perecível representando, assim o, comércio e serviços 72,5% do PIB na cidade (SEPLAN, 2020).

É importante destacar a dificuldade de se medir a renda dessas feiras por conta das diversidades monetárias, ou seja, rendas de programas compensatórios, serviços prestados, vendas da produção.

Isso pode ser um problema, já que, não há informações substanciais de produtos perecível destacados nas pesquisas, e quantos por cento eles podem estar relacionados ao PIB da cidade, sabe-se apenas que são significativos (PEREIRA, 2017).

Outro sim, que merece destaque, é que, grande parte dos produtos hortícolas e frutas comercializados em São Luís são trazidos de outros estados próximos, como o Ceará, e distribuídos em todas as feiras da cidade, devido ao seu preço competitivo em relação ao praticado por outros produtores, e pela baixa fertilidade dos solos nas zonas rurais da cidade, o que, também onera muito os custos de produção para muitos produtores de São Luís (COELHO, 2021).

3.1 Feiras

No Brasil as feiras livres remontam ao período colonial. A importância dessas feiras se manifesta no abastecimento direto de consumidores, na geração de renda para a população rural e na animação do comércio urbano. Mas sua relevância ultrapassa a economia para compreender também hábitos alimentares, costumes sedimentados e a própria cultura. Prova isso o destaque das feiras nas diversas manifestações culturais brasileiras (ARAUJO; RIBEIRO, 2018).

A feira livre passa por mudanças em relação ao seu conteúdo desde os anos 1970, antes havia uma predominância de mercadorias rurais, mas com o passar dos anos essa característica foi mudando, e outros artigos foram inseridos, como por exemplo o artesanato (GONÇALVES, 2019). E nos dias atuais, esses estabelecimentos englobam uma grande variedade de produtos que satisfazem os consumidores, tendo como objetivo alta qualidade e preços acessíveis.

As feiras propiciam a ascensão de cadeias curtas de comercialização, de circuitos regionais e de redes agroalimentares alternativas, onde os produtos são vendidos de forma direta (VERANO *et al.*, 2021). Esse canal de comercialização funciona como espaço de eco-

nomias populares baseadas na potencialização do bem-estar de produtores e de consumidores, proporcionando uma possibilidade ao sistema agroalimentar (HESPANHA *et al.*, 2009), e de acordo com Cabana e Ichikawa (2017), as feiras são eventos comerciais, que se destacam como espaços de socialização e um exemplo secular de economia popular.

3.2 Supermercados

Os estabelecimentos de varejo de autosserviço tiveram notoriedade no mundo na primeira metade do século XX tendo como berço o país Norte Americano Estados Unidos. O modelo de comercialização ágil, eficiente e com baixo custo se consolidou de forma fixa no contexto de urbanização da sociedade (BEZERRA, 2020).

O crescimento das redes de supermercado foi motivada por alguns aspectos, dentre eles estão: o crescimento da população em espaços urbanos; aumento da participação feminina no mercado de trabalho; crescimento da renda; mudanças no comportamento dos consumidores; capacidade dos supermercados em organizar uma distribuição racionalizada de alimentos com fortes investimentos em logística e uma política de preços competitiva; flexibilização das estratégias de expansão evitando a saturação e o protecionismo dos mercados nos países desenvolvidos; etc. (BEZERRA, 2020; BURCH; LAWRENCE, 2007; OOSTERVEER *et al.*, 2010; SILVA, 2014).

No município de São Luís, se tem em destaque o grupo de supermercados Matheus que estão distribuídos em praticamente todo território maranhense, e com expansão para outros estados como o Pará. Nesse canal de comercialização os preços dos produtos quando comparados com os das feiras há notória diferença, e essa diferença se torna ainda maior quando o supermercado está situado em áreas onde moram pessoas com alto valor aquisitivo.

4. METODOLOGIA

Considerando a natureza da questão aponta-se como suporte metodológico um estudo de caso, onde procedeu-se uma análise crítica da variação de preços adotados nos estabelecimentos comerciais de São Luís, por meio de tabelas e gráficos discutidos no presente trabalho. O estudo foi realizado no município de São Luís que é detentora de 1.037.775 habitantes de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística durante o mês de maio de 2023.

4.1 Abordagem

Para tal pesquisa, foram coletados os dados de bairros de classe alta, classe média e periféricos, sendo esses o Calhau, Cohab, Centro Histórico de São Luís, João Paulo e João de Deus. A priori, analisou-se os preços, qualidade e ambientação desses produtos nas feiras, supermercados e lojas adjacentes. O período de coleta de dados ocorreu entre os meses de abril a junho de 2023.

4.2 Amostras

Os produtos selecionados para o estudo de caso compõem a cesta básica dos consu-

midores de São Luís. Portanto, são produtos que sempre acompanham a lista de compras de alimentos consolidados economicamente e que não podem faltar a mesa, listamos alguns desses produtos presentes nas feiras e estabelecimento da cidade com seus respectivos preços tabelados (Tabela 1).

Tabela 1. Lista dos principais produto que fazem parte da dieta do Ludovicense dia-a-dia.

Produtos	Preços tabelados (R\$)
Óleo de soja (900ml)	8,99
Carne bovina (alcatra 1kg)	49,9
Pescada-amarela (1kg)	25,00
Carne suína (pernil 1kg)	19,99
Tomate salada (1kg)	5,99
Mandioca in natura (1kg)	3,99
Extrato de tomate (320g)	3,99
Queijo mussarela (500g)	32,90
Cheiro verde (maço)	2,99
Água mineral engarrafada (500ml)	1,79
Ovos (bandeja de 12 unidades)	10,50

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

Inicialmente analisamos os produtos de categoria, tipo e marca, disponíveis nas feiras e supermercados e também em pequenos mercadinhos de São Luís, por definição, escolhemos os produtos de maior saída e/ou que não falta na cozinha do Ludovicense, por essa razão, listamos alguns produtos presentes nas feiras da cidade.

A pesquisa de mercado fora feita nos bairros de maior densidade urbana, elas permitem um maior fluxo de mercadoria e maior variedade de produtos preço e qualidade.

A Priore, analisamos a qualidade e ambientação desses produtos nas feiras dos bairros do Centro de São Luís (Mercado central e supermercado Mateus Cajazeiras) (imagens) e lojas e mercadinhos adjacentes como, também, foram analisados preços de produtos em bairros como: Cohab, feiras do João de Deus e feira da Cidade Operária.

Esses bairros possuem feiras, muitas das vezes, associado ao seu nome, portanto, podemos conhecê-las por: feira da cidade operaria, feira do João de Deus, feira da Cohab e São Cristóvão.

Os dados coletados ou pontos, podem ser expressos nas tabelas seguintes, assim, para cada item listados foi montado tabela e gráficos. Seguindo esse modelo, podemos plotar gráficos de dispersão correlacionando os preços tabelado e preço real encontrado para cada item listado.

Assim, determinamos as médias de dispersão dos valores encontrados para cada produto, e quanto, podem estar se afastando do valor tabelado, expressos em percentuais.

5.1 Óleo de soja 900ml

Após à análise dos dados da tabela 2: para o óleo de soja, foram percebidas alterações

significantes no valor tabelado em relação ao valor real do óleo, em diferentes estabelecimentos, como percebemos no (Gráfico 1).

Produto	Estabelecimentos					
ÓLEO DE SOJA (900ML)	Loja 1 Sup. Mateus: Cajazeiras	Loja 2 Sup. Mateus: Calhau	Loja 3 MC- Plásticos	Loja 4 Mercadinho Nova Aliança	Loja 5 Box Nosso Canto	Loja 6 Mega Neto
Preço tabela	8,99	8,99	8,99	8,99	8,99	8,99
Preço real	7,19	8,99	7,99	8	7,99	7,5
Var%	-20%	0%	-11%	-11%	-11%	-17%

Tabela 2. Análise de variância para os valores de compra de óleo de soja, São Luís.

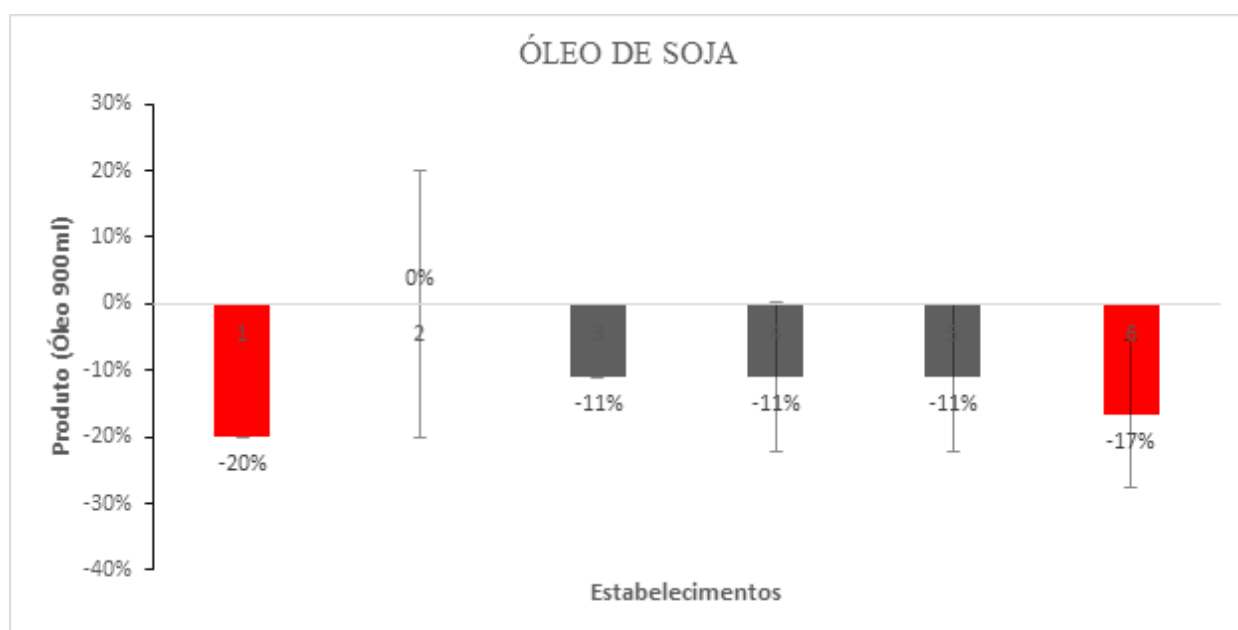


Gráfico 1. Análise de dispersão para óleo de soja.

No Gráfico 1 é possível destacar que, as dispersões em torno do preço real do óleo nos estabelecimentos: Mateus Cajazeiras e “Mega Neto” respectivamente, localizados no Centro de São Luís, (Cajazeiras e mercado Central) estão abaixo estatisticamente do preço tabelado, entre -20% e -17%, em comparação com os demais mercados e feiras que se mantém a -11% entorno do preço real. No entanto, no Supermercado Mateus Calhau, bairro nobre de São Luís não houver variação de preços, assim, os preços do óleo de soja nesse estabelecimento não varia estatisticamente, permanecendo estável.

5.2 Cheiro verde (maço)

A tabela 3 apresenta a análise de variância para os valores de compra de cheiro verde corrobora para a importância de analisar os efeitos de flutuação dos preços em diferentes feiras e estabelecimentos de vendas em São Luís.

Produto	Estabelecimento					
CHEIRO VERDE (MAÇO)	Loja 1	Loja 2	Loja 3	Loja 4	Loja 5	Loja 6
	Sup. Mateus: Cajazeiras	Sup. Mateus: Calhau	M. Central	M. Central	M. Central	M. Central
Preço tabela	2,99	2,99	2,99	2,99	2,99	2,99
Preço real	1,59	2,89	1,5	2,00	2,00	2,00
Var%	-47%	-3%	-50%	-33%	-33%	-33%

Tabela 3. Análise de variação para os valores de compra de cheiro verde, São Luís.

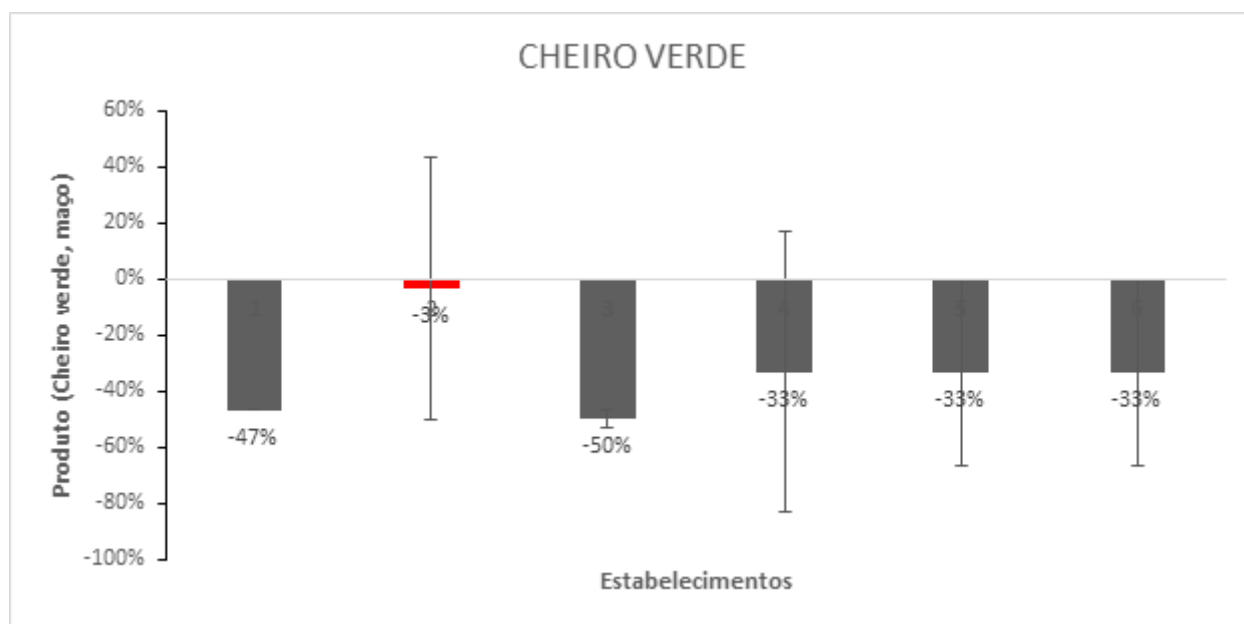


Gráfico 2. Análise de variação para os valores de compra do cheiro verde, São Luís.

Já para os preços reais do maço de cheiro verde, não há uma diferença significativa nos pontos (Loja 4 M. Central, Loja 5 M. Central, Loja 6 M. Central) de coleta de dados, assim, podemos notar que os preços tabelados e real possuem mesma tendência nesses locais, diferentemente dos locais (Loja 1 Supermercado Mateus: Cajazeiras, Loja 2 Supermercado Mateus: Calhau) que, por serem mesmas lojas, mas em endereços diferentes possuem variação distintas.

5.3 Carne Bovina (alcatra)

A Tabela 4 demonstra as variações para os valores de compra de carne bovina (alcatra), demonstra um decréscimo nos valores de compra para carne bovina, assim, os preços da carne vão se afastando do valor tabelado (Gráfico 3).

CARNE BOVINA (ALCATRA 1KG)	Loja 1 Sup. Mateus: Calhau	Loja 2 Mercado Cohab	Loja 3 Feira da Cid. Operária	Loja 4 F. do João de Deus	Loja 5 Sup. Mateus: João Paulo	Loja 6 Assaí Super- mercados: Guajajaras
Preço tabela	49,9	49,9	49,9	49,9	49,9	49,9
Preço real	35,9	38,00	35,00	45,00	45,00	38,9
Var%	-28%	-24%	-30%	-10%	-10%	-22%

Tabela 4. Análise de variação para os valores de compra de carne bovina, São Luís.

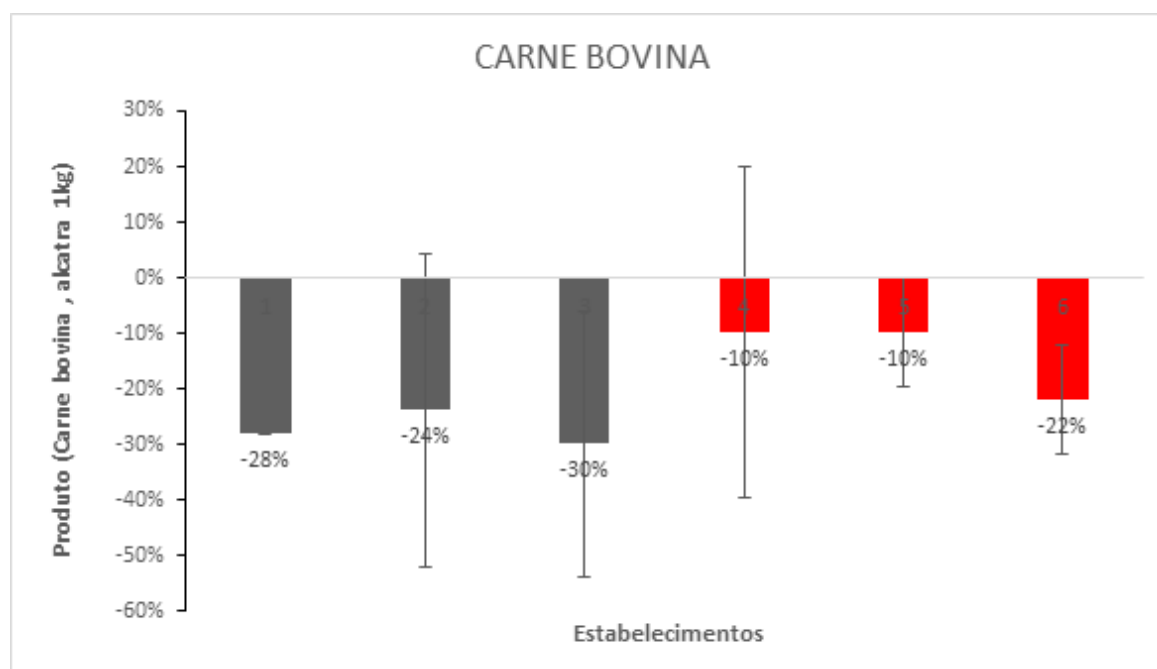


Gráfico 3. Análise de dispersão para carne bovina.

Foram observadas três fases de maior aproximação da média no Gráfico 3 são os estabelecimentos: Loja 4 Feira do João de Deus, Loja 5 Supermercado Mateus - João Paulo e Loja 6 Assaí Supermercados - Guajajaras. No entanto, o Assaí Guajajaras é apontado com menor valor de compra da carne bovina (alcatra). Conforme Soane (2023) o preço da carne bovina acumula queda de 2,7% no acumulado nos três primeiros meses do ano de 2023, segundo o IPCA, índice que mede a inflação brasileira.

5.4 Pescadinha amarela (1kg)

A tabela 5 apresenta a análise para os valores de compra de pescada-amarela apurado pela pesquisa, mostra uma tendência de alta (Gráfico 4).

PESCADA-AMARELA (1KG)	Loja 1 Sup. Mateus: Calhau	Loja 2 Mercado Cohab	Loja 3 Feira da Cid. Operária	Loja 4 F. do João de Deus	Loja 5 Sup. Mateus: João Paulo	Loja 6 Sup. Mateus: C. Operaria
Preço tabela	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Preço real	44,9	45,00	10,00	45,00	47,9	12,99
Var%	80%	80%	-60%	80%	92%	-48%

Tabela 5. Análise de variação para os valores de compra de pescada-amarela, São Luís.

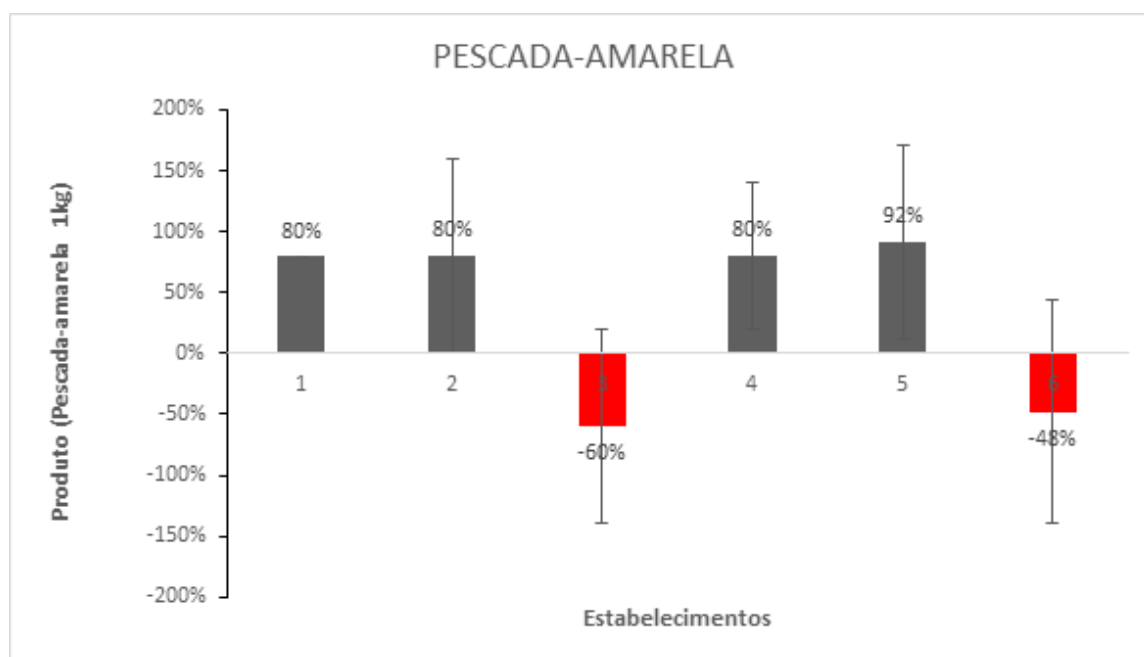


Gráfico 4. Análise de dispersão para pescada-amarela.

Observando o Gráfico 4 a dispersão para pescada-amarela mostra que os preços se movimentam em tendências. Assim, os preços da pescada-amarela têm maior probabilidade de continuar crescendo ou ser influenciado pela sazonalidade no período da Quaresma. No entanto, os estabelecimentos Loja 3 Feira da Cidade Operária e Loja 6 Supermercado Mateus da Cidade Operária, são os que mais tangenciam o preço tabelado. A comercialização e consumo de peixes durante a Quaresma o preço médio do pescado eleva em média 37% durante a semana santa em estudo realizado na cidade de Tabatinga-AM (GARCEZ *et al.*, 2023).

5.5 Carne suína

Já nos cálculos da tabela 6 apresenta os valores de compra de carne suína (pernil), os preços de carne suína são irrisórios para as Loja 3 Feira da Cidade Operária e Loja 4 Feira do João de Deus (Gráfico 5).

CARNE SUÍNA (PERNIL 1KG)	Loja 1 Sup. Mateus: Calhau	Loja 2 Mercado Cohab	Loja 3 Feira da Cid. Operária	Loja 4 Feira do João de Deus	Loja 5 Sup. Mateus: João Paulo	Loja 6 Sup. Mateus: Cid. Operária
Preço tabela	19,99	19,99	19,99	19,99	19,99	19,99
Preço real	15,9	22,00	20,00	20,00	22,00	14,19
Var%	-20%	10%	0%	0%	10%	-29%

Tabela 6. Análise de variação para os valores de compra de carne suína, São Luís.

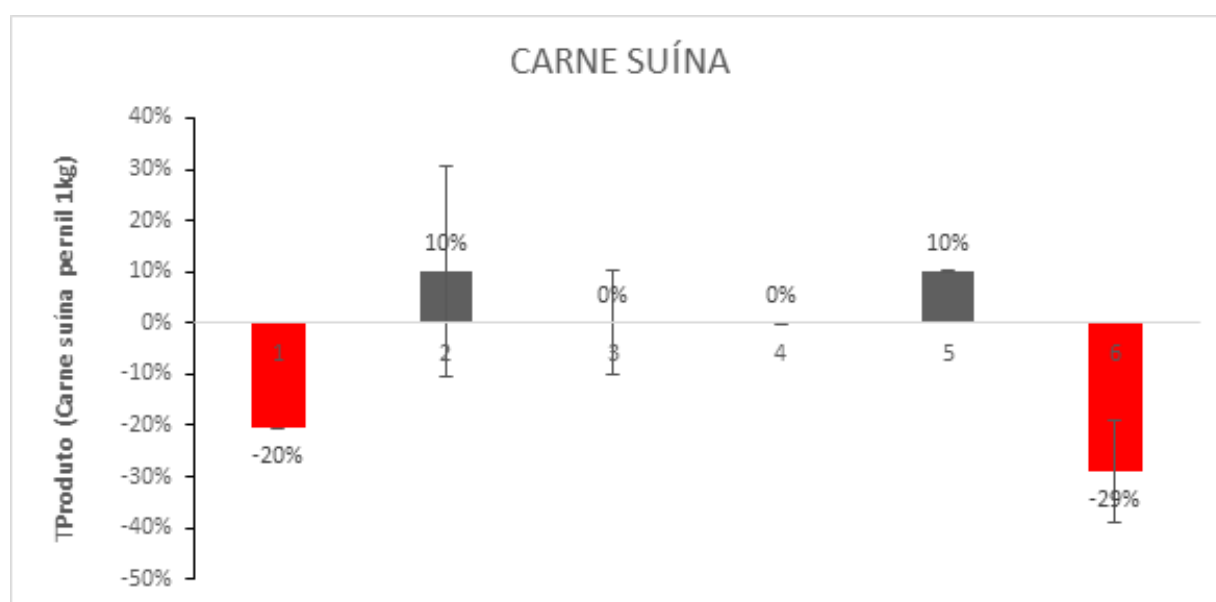


Gráfico 5. Análise de dispersão para carne suína, pernil.

No Gráfico 5 observa-se, também, que os estabelecimentos Loja 1 Supermercado Mateus do Calhau e Loja 6 Supermercado Mateus da Cidade Operária, em destaque, apresentam tendência decrescente nos preços devido à forte distribuição de carne suína realizada por abatedouro no município de São Luís, diminuindo os custos de logística e armazenamento. Como grande responsável por 80% do abastecimento de carne suína em São Luís está a antiga empresa Agrolusa (hoje Agromina) conforme estudo de Gouveia (2013) e dados da SEMAPA (2023).

5.6 Tomate salada (1kg)

Já nos resultados da apuração dos valores na tabela 7 para tomate salada. O preço do tomate salada no estabelecimento Loja 3 Feira da Cidade Operária não varia com o preço tabelado (Gráfico 6).

TOMATE SALADA (1KG)	Loja 1 Sup. Mateus: Calhau	Loja 2 Mercado Cohab	Loja 3 Feira da Cid. Operária	Loja 4 Sup. Mateus da Cid. Ope- rária	Loja 5 F. do João de Deus	Loja 6 Mateus João Paulo
Preço tabela	5,99	5,99	5,99	5,99	5,99	5,99
Preço real	9,99	8,00	6,00	1,55	8,00	8,99
Var%	67%	34%	0%	-74%	34%	50%

Tabela 7. Análise de variação para os valores de compra para tomate salada, São Luís.

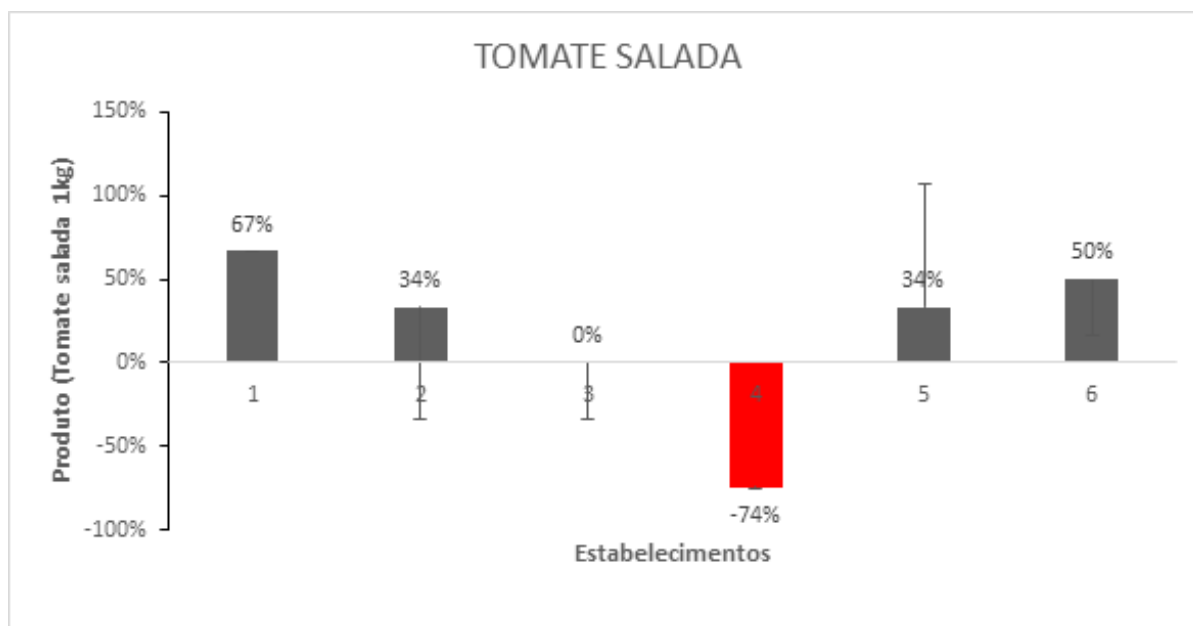


Gráfico 6. Análise de dispersão para tomate salada.

A partir da análise do Gráfico 6 os resultados mostram que existe variação de preços em comparação com o preço tabelado, exceto no estabelecimento, Loja 3 Feira da Cidade Operária, que não houve variação entre os preços, mantendo o preço especulado ou tabelado. Por outro lado, o gráfico mostra uma tendencia decrescente, mas que, se destaca na Loja 4 Supermercado Mateus da Cidade Operária.

5.7 Mandioca

A tabela 8 apresenta a análise de variação para os valores de compra de mandioca *in natura* observando que os preços possuem tendencia crescente, ao ponto que, os resultados da variável não estão em queda, mas sim, aumentado (Gráfico 7).

MANDIOCA IN NATURA (1KG)	Loja 1 Sup. Mateus: Calhau	Loja 2 Feira da Cid. Operária	Loja 3 Feira do João de Deus	Loja 4 Sup. Mateus: João Paulo	Loja 5 Sup. Mateus: C. operaria	Loja 6 Assaí Guaja- jaras
Preço tabela	3,99	3,99	3,99	3,99	3,99	3,99
Preço real	6,29	5,00	5,00	11,00	8,96	5,89
Var%	58%	25%	25%	176%	125%	48%

Tabela 8. Análise de variância para os valores de compra de mandioca *in natura*, São Luís.

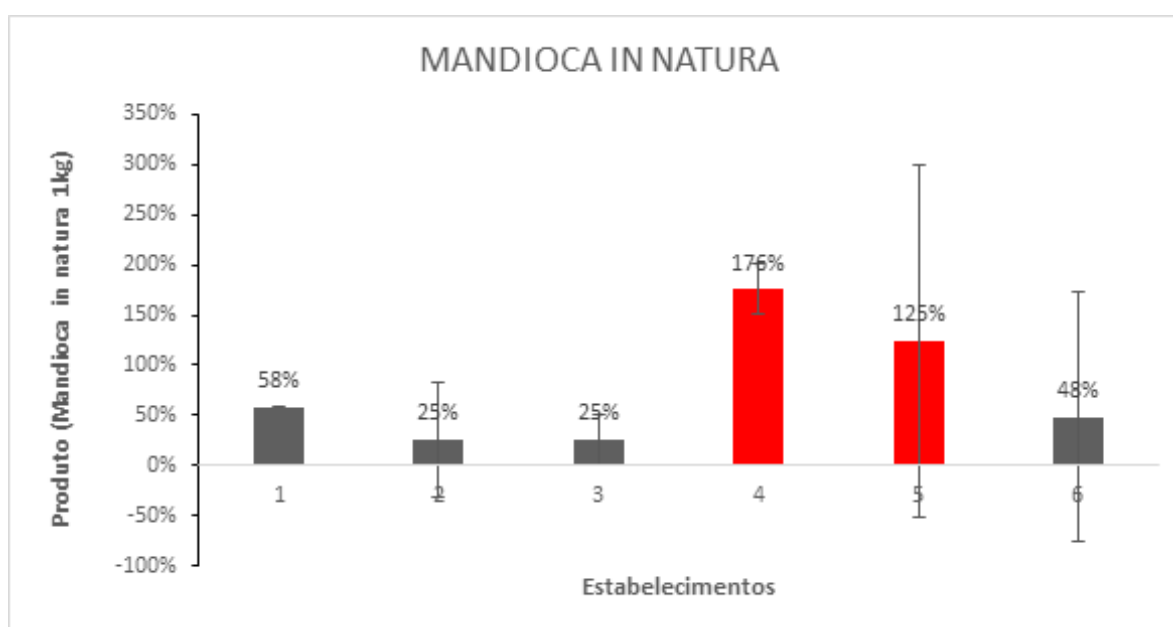


Gráfico 7. Análise de dispersão para mandioca.

O Gráfico 7 apresenta valores elevados em comparação ao preço tabelado, dando destaque para Loja 4 Supermercado Mateus João Paulo e Loja 5 Supermercado Mateus da Cidade Operária que estão de 176% e 125% acima do valor tabelado. Com a apuração pode-se perceber que o preço real para mandioca *in natura* varia de acordo com o período de safra e disponibilidade de venda devido alta demanda pelo produto na cidade de São Luís (PINHEIRO, 2019).

5.8 Extrato de tomate

A análise de variação para os valores de compra para o extrato de tomate (Tabela 10), pode-se observar que existe uma variação tanto em função dos estabelecimentos quanto ao valor real em comparação com o preço tabelado (Gráfico 8).

EXTRATO DE TOMATE (320G)	Loja 1 Sup.Mateus. Calhau	Loja 2 Mateus. C. Operária	Loja 3 F. do João de Deus	Loja 4 Mateus João Paulo	Loja 5 Mateus. C. operaria	Loja 6 Assaí Guaja- jaras
Preço tabela	3,99	3,99	3,99	3,99	3,99	3,99
Preço real	2,49	1,55	3,6	3,29	3,85	3,25
Var%	-38%	-61%	-10%	-18%	-4%	-19%

Tabela 10. Análise de variação para os valores de compra para o extrato de tomate, São Luís.

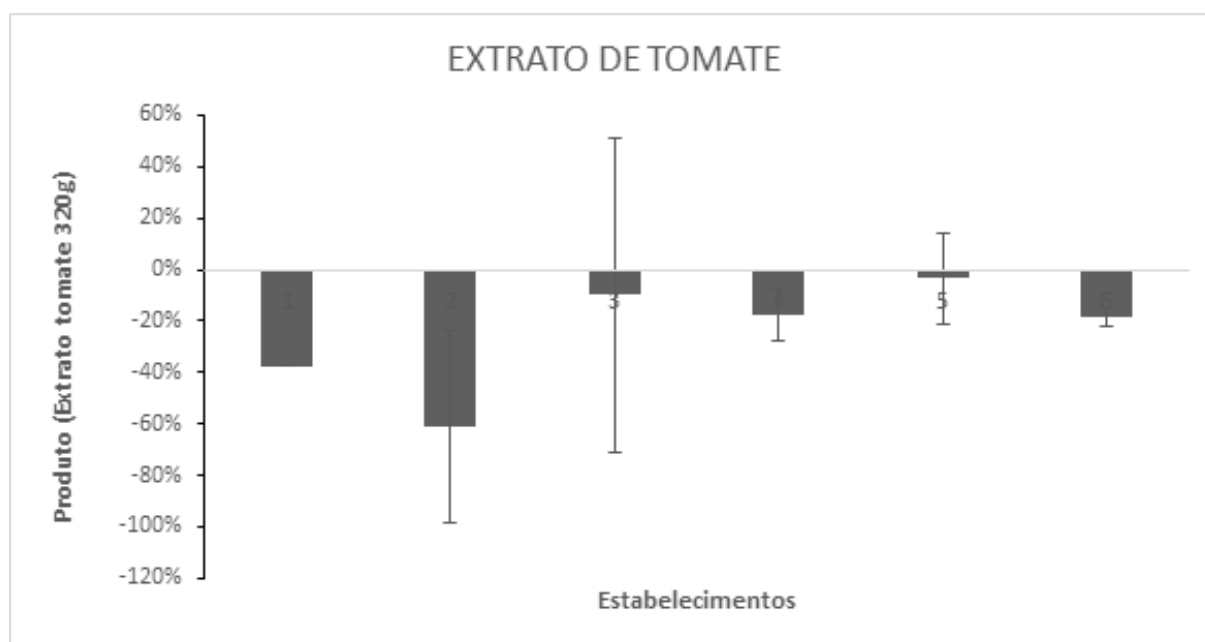


Gráfico 8. Análise de dispersão para extrato de tomate.

Na apuração para análise de variância no (Gráfico 8) para o extrato de tomate, evidencia a influência da localidade do ponto de venda (PDV), sendo que os PDV mais periféricos apresentaram menores preços. Para Zilberl e Silva (2013) produtos e serviços para a população mais pobre, deve apresentar preços e pagamentos mais adequados para este público.

5.9 Queijo mussarela

Análise de variação para os valores de compra de queijo mussarela, mostra uma tendência de permanecer estável (Tabela 11). Os valores reais também estão acima dos preços tabelado (Gráfico 9).

QUEIJO MUSSARELA (500G)	Loja 1 Sup. Mateus: Calhau	Loja 2 Sup. Mateus: Cid. Operária	Loja 3 F. do João de Deus	Loja 4 Sup. Mateus: João Paulo	Loja 5 Sup. Mateus: C. Operária	Loja 6 Assaí Guaja- jaras
Preço tabela	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9	32,9
Preço real	59,05	24,5	55	57	40,61	50,9
Var%	79%	-26%	67%	73%	23%	55%

Tabela 11. Análise de variação para os valores de compra queijo mussarela, São Luís.

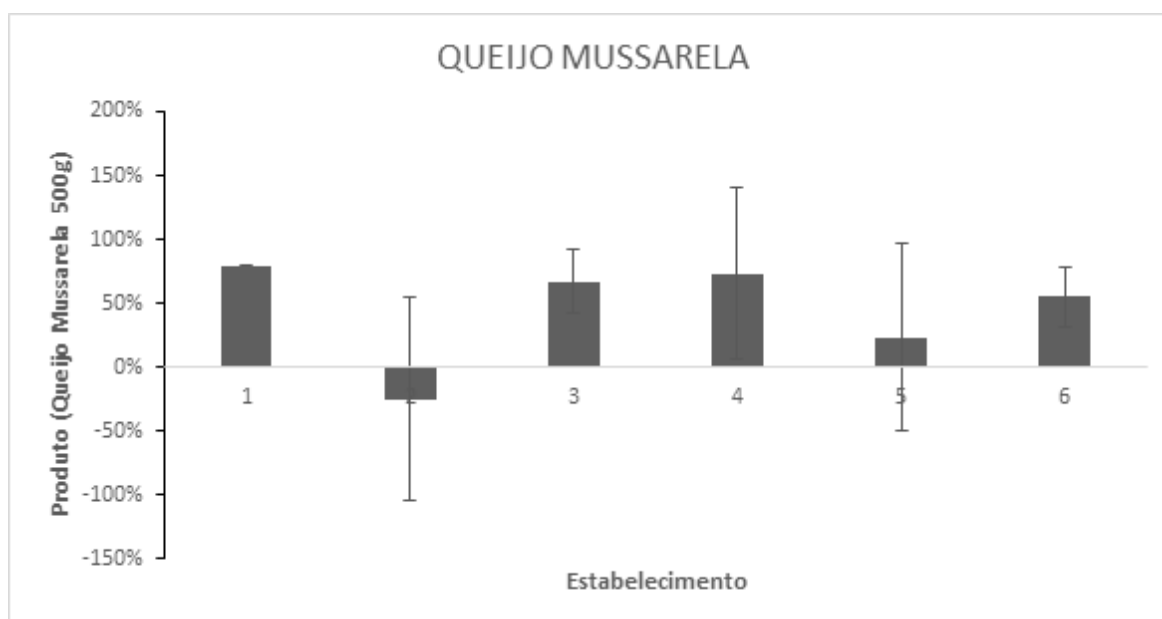


Gráfico 9. Análise de dispersão para queijo.

A representação do Gráfico 9 refletiu de forma estática, já que os preços real e tabelado não variam tanto, mesmo em PDV distintos, aqui a tendência das projeções está em paralelo com a média dos preços.

5.10 Água mineral engarrafada

A tabela 12 apresenta os valores de compra para água mineral. Foi possível observar que existe uma variação entre as médias em função do preço tabela e real (Gráfico 10).

ÁGUA MINERAL ENGARRAFADA (500ML)	Loja 1 Sup. Mateus: Calhau	Loja 2 Sup. Mateus: João Paulo	Loja 3 Feira da Cid. Operária	Loja 4 Feira da Cohab	Loja 5 F. do João de Deus	Loja 6 Sup. Mateus: João Paulo
Preço tabela	1,79	1,79	1,79	1,79	1,79	1,79
Preço real	1,09	1,2	1,5	2	1,5	1,68
Var%	-39%	-33%	-16%	12%	-16%	-6%

Tabela 12. Análise de variação para os valores de compra para água mineral, São Luís.

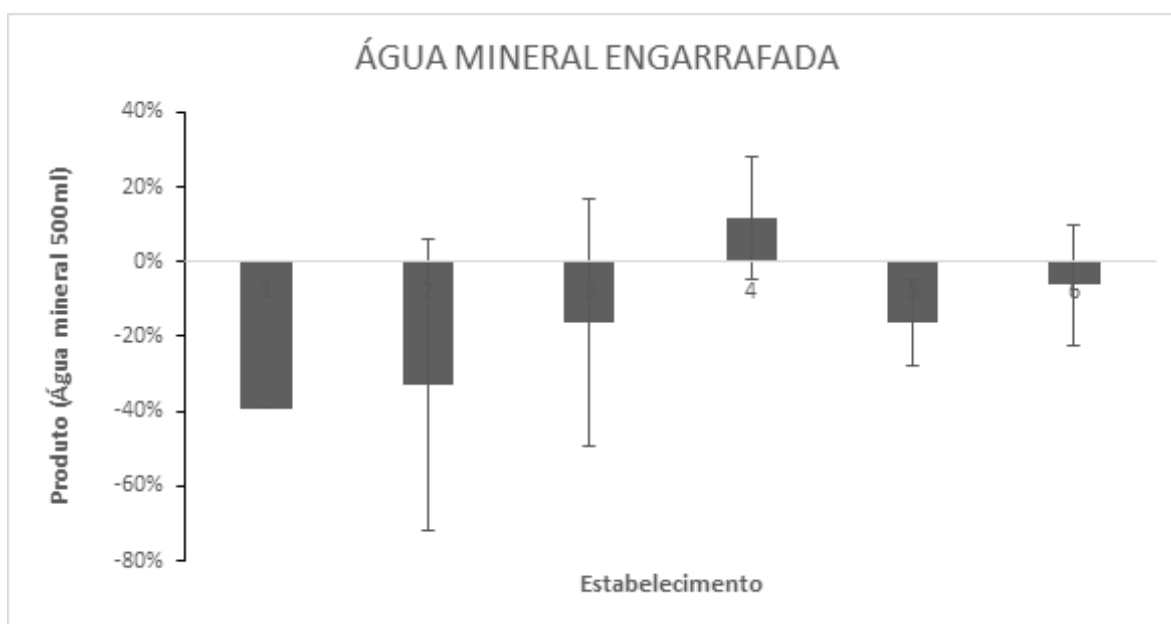


Gráfico 10: Análise de dispersão para água mineral.

Nota-se, analisando o Gráfico 10, que os valores apresentaram um comportamento de valores em desconto, devido alta distribuição de água engarrafada na cidade de São Luís, gerando um aumento de concorrência e conseqüentemente, uma precificação mais baixa como estratégia de mercado.

5.11 Ovos (bandeja de 12 unidades)

Por fim, a tabela 13 analisa os valores de compra para ovos, mostra que também variam em função dos estabelecimentos, e podemos observar que o valor real se afasta muito da média (Gráfico 11).

OVOS (BANDEJA DE 12 UNIDADES)	Loja 1 Sup. Mateus Calhau	Loja 2 Sup. Mateus C. Operária	Loja 3 F. do João de Deus	Loja 4 Feira da Cohab	Loja 5 Sup. Mateus João Paulo	Loja 5 Sup. Mateus C. Operária
Preço tabela	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5
Preço real	12,29	16,00	20,00	9,00	15,09	15,29
Var%	17%	52%	90%	-14%	44%	46%

Tabela 13. Análise de variação para os valores de compra para ovos, São Luís.

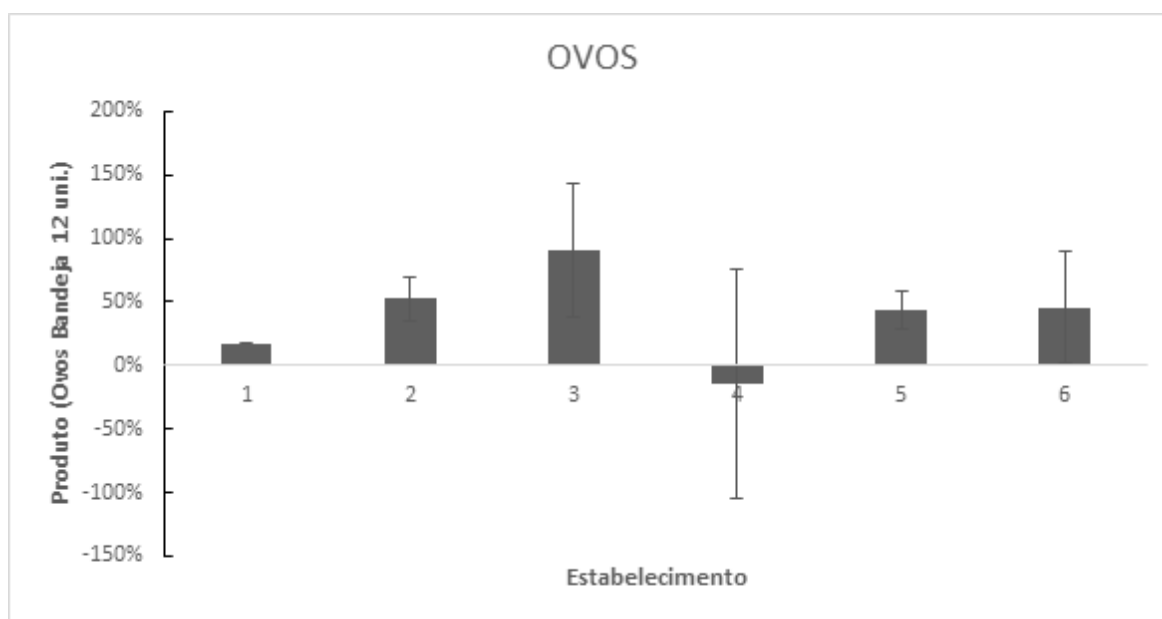


Gráfico 11. Análise de dispersão para ovos.

No Gráfico 11 podemos observar uma leve tendência positiva, já que os valores reais do preço dos ovos estão com valores maiores em função da média dos preços. Por fim, há que se destacar que esses preços podem variar em diferentes estruturas de mercado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as amostras de preços coletados nas feiras e mercados de São Luís, ocorreram variabilidade dos valores encontrados, além disso os valores de mesma média apresentam distribuição diferentes pontos de coleta de dados.

Esse estudo evidencia que produtos da agricultura familiar geralmente, apresentam baixos preços devido vários fatores como local de venda, sazonalidade, safra, concorrência de mercado, oferta, dentre outros. Enquanto produtos comercializados em supermercados houve pouca variação de preço devido ser uma mesma cadeia de distribuição e grupo empresarial, porém, foi possível observar pequenas variações de preço conforme localidade da loja, principalmente, as lojas localizadas em bairros periféricos da cidade.

Referências

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2018.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico. **Revista Espaço e Geografia**, v. 23, n. 2, p. 143: 161-143: 161, 2020.

BURCH, David et al. Supermarkets and agri-food supply chains: transformations in the production and consumption of foods. **Supermarkets and agri-food supply chains: transformations in the production and consumption of foods**, 2007.

CABANA, Rocío Del Pilar López; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. AS IDENTIDADES FRAGMENTADAS NO COTIDIANO DA FEIRA DO PRODUTOR DE MARINGÁ. **Organizações & Sociedade**, v. 24, p. 285-304, 2017.

CANTANHEDE, Cesar. **Curso de Organização do Trabalho** /Biblioteca de ciências econômicas e administrativas V.III, 1953 Editora Atlas S/A BRASIL

COELHO, Tharcisio Campos et al. Estratégias e dificuldades encontradas na comercialização de hortifrutí-

colas em São Luís – MA, **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e1310514632, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14632>. Recebido: 04/04/2021 | Revisado: 12/04/2021 | Aceito: 12/04/2021 | Publicado: 25/04/2021

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/buscasearchword=feira&ordering=oldest&searchphrase=all&limit=20&start=120>>. Acessado em: 09/05/23.

GARCEZ, Jânderson Rocha et al. COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE PESCADO DURANTE O PERÍODO RELIGIOSO DA QUARESMA EM UM MUNICÍPIO AMAZÔNICO, BRASIL. **RECIMA21-Revista Científica Multi-disciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 2, p. e422673-e422673, 2023.

GONÇALVES, Kleber Spíndola et al. Percepção de consumidores de feiras orgânicas da cidade de São Paulo (SP). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 12, n. 3, p. 1081-1102, 2019.

GOULART, Patrícia Mattos. **Avaliação da efetividade da metodologia value-at-risk aplicada à análise da volatilidade de títulos públicos federais prefixados** / Patrícia Mattos Goulart. Pedro Leopoldo: Faculdades integradas de Pedro Leopoldo, 2010. 134 p. Dissertação: Mestrado Profissional em Administração Orientador: Prof. Dr. Mauro Sudano Ribeiro.

GOUVEIA, Hilcilene de Sousa. **MUDANÇA OPERACIONAL NO ABASTECIMENTO DE CARNE SUÍNA EM SÃO LUÍS**. 2013.

OOSTERVEER, P. J. M.; GUIVANT, Julia S.; SPAARGAREN, Gert. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: **Novas práticas alimentares. No mercado global**. Editoria UFSC, 2010. p. 15-57.

PEREIRA, Viviane G, Tayrine P. Brito, Samanta B. Pereira. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em conceição do mato dentro (MG). **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU** ISSN 2179-1120. UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 10, edição 20, dezembro 2017. Recebido em 05 de setembro de 2017; aceito em 16 de novembro de 2017.

PINHEIRO, José Carlos Durans. **A realidade da mandioca no Maranhão**. São Luís: Editora Pascal, v. 1, 2019.

SALGUEIRO, Tereza Batista. **Novas forma de comercio**. Finisterra, XXIV, 48, Lisboa, 1989, p. 151-217.

SEMAPA. Superintendência de Inspeção de Defesa e Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal. 2023. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/semapa/conteudo/140>.

SEPLAN. **Estimativas do produto interno bruto de São Luís – 2018** – IBGE, 2020. Estimativas do produto interno bruto do município de São Luís 2021. Departamento da informação e inteligência econômica - DIIE, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís. – São Luís – MA, 2021. 11 p. Estimativas do produto interno bruto – PIB do Município de São Luís do Maranhão.1. Estimativa produto interno bruto. 2. Resultados 3. São Luís (MA). I. São Luís do Maranhão – Prefeitura Municipal. II. São Luís no ranking nacional por dimensão do Brasil – 2020.

SOANE, J. **Vou comer mais picanha? Preço da carne cai 2,7% no ano e pode cair mais**. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/11/carne-bovina-mais-barata-2023.htm?cmpid=-copiaecola>.

VERANO, Thiago de Carvalho; FIGUEIREDO, Reginaldo Santana; MEDINA, Gabriel da Silva. Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, 2021.

WAQUIL, Paulo Dabdab. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas** / Paulo Dabdab Waquil, Marcelo Miele [e] Glauco Schultz; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFR/GS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

ZILBER, Silvia Novaes; SILVA, Francisco Lourenço da. Investigação sobre a existência de inovações disruptivas das grandes empresas multinacionais para o mercado brasileiro de baixa renda. **Production**, v. 23, p. 283-296, 2013.

9

PROPOSTA DE UM PLANO DE NEGÓCIOS: AGROFINANCE

PROPOSAL FOR A BUSINESS PLAN: AGROFINANCE

José Lucas Morais Casas Novas
Juliana Rodrigues Araújo Sampaio
Isabelle de Sousa Luna
Eloise Cristiny Costa dos Santos
Lana Ester Salazar Viana
Eduardo Mendonça Pinheiro

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-9



Resumo

O atual cenário da agricultura tem exigido novas formas de atuação dos produtores rurais, seja desenvolvendo novos empreendimentos ou buscando adotar novas formas de gestão para superar as transformações na agricultura. Dessa forma, os indivíduos que decidem tornar-se empreendedores precisam de habilidades tais como planejamento, formação de equipe, liderança, negociação, resolução de problemas, entre outras. Nesse sentido, o presente trabalho consiste numa proposta de plano de negócios de uma empresa de pequeno porte no setor de prestação de serviços. A Agrofinace é um software de gestão financeira agrícola completo e fácil de usar desenvolvido por gestores do agronegócio objetivando integrar o campo ao escritório. Assim, pode-se analisar que o plano de negócios pode ser utilizado como uma ferramenta eficiente de implementação da estratégia da empresa, tornando-se um instrumento essencial de gestão que, certamente, ajudará o empreendedor a obter o sucesso esperado ou mostrará ao mesmo empreendedor que o momento atual não é adequado para o negócio que ele deseja, evitando assim decepções futuras. Desse modo, a metodologia base escolhida para a elaboração do plano de negócios foi a do SEBRAE (2013), pois concluiu-se que assim seria possível não só observar minuciosamente o conceito do negócio e o setor em que se insere, bem como determinar de maneira mais estruturada o plano organizacional, operacional e financeiro para sua implementação e execução.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Plano de negócios, Gestão, Software.

Abstract

The current scenario of agriculture has demanded new ways of acting of rural producers, either developing new enterprises or seeking to adopt new forms of management to overcome the transformations in agriculture. Thus, individuals who decide to become entrepreneurs need skills such as planning, team building, leadership, negotiation, problem solving, among others. In this sense, the present work consists of a proposal for a business plan of a small company in the service sector. Agrofinace is a complete and easy-to-use agricultural financial management software developed by agribusiness managers aiming to integrate the field with the office. Thus, it can be analyzed that the business plan can be used as an efficient tool for implementing the company's strategy, becoming an essential management instrument that will certainly help the entrepreneur to obtain the expected success or show the same entrepreneur that the current moment is not suitable for the business he wants, thus avoiding future disappointments. Thus, the basic methodology chosen for the preparation of the business plan was that of SEBRAE (2013), because it was concluded that this way it would be possible not only to observe in detail the concept of the business and the sector in which it is inserted, as well as to determine in a more structured way the organizational, operational and financial plan for its implementation and execution.

Keywords: Entrepreneurship, Business plan, Management, Software.



1. INTRODUÇÃO

Qualquer plano de investimento começa com a identificação do estado atual das participações naturais, físicas, humanas, sociais e financeiras da empresa, esses recursos existem dentro da empresa (MAEDA *et al.*, 2015).

Todo planejamento seja estratégico, gerencial ou operacional é provável ser muito versátil para obter as adequações conforme as ações dos fatores internos e externos do estabelecimento rural. O sistema de informação gerencial é deliberado como necessário com regras e procedimentos para garantir a precisão e credibilidade dos registros (controles) contabilidade e gestão, englobando a estruturação da empresa proporcionando em seguida o acompanhamento necessário para alcançar resultados e em suma analisar, avaliar e corrigir desvios para obter resultados econômico-financeiro (MARION; SEGATI, 2005).

A administração e o planejamento de estabelecimentos rurais tornaram-se extremamente necessários em virtude do aumento da rapidez das informações e pela carência de recursos, produtores e profissionais do agronegócio devem estar equipados com ferramentas de qualidade superior, práticas e objetivas, de maneira que as deliberações concordem com o ritmo das transformações conjunturais de nossa economia. Os produtores precisam ficar atentos sobre a real situação de seu negócio, suas despesas e seus custos financeiros, estoque e lucro para determinar um bom planejamento para o futuro do seu empreendimento (ARAÚJO, 2022).

Segundo Pereira e Willemann (2019) a importância da gestão exploratória não está apenas relacionada com organizações industriais, empresas familiares ou empreendimentos rurais, uma vez que a gestão das atividades desenvolvidas contribui para um maior grau de exploração e estabelecimento de empresas que aí se desenvolvem. Os estabelecimentos rurais devem ser vistos como uma indústria que busca constantemente resultados positivos e uma atividade eficiente, beneficiando-se de seus recursos produtivos, mão de obra, matérias-primas e capital. Hoje, os produtores rurais abriram suas portas internamente e desenvolveram novos métodos de produção analiticamente por meio da tecnologia, melhorias estruturais, genética e a busca constante por informações relevantes para suas áreas.

De acordo com Noaves *et al.* (2021) pesquisas em gestão e desenvolvimento tecnológico são significativas para garantir a manutenção e o desenvolvimento da propriedade rural. Nesse processo, a utilização de um software de gestão é um exemplo que nos ajuda a entender a contabilidade de despesas, que auxilia e permite enxergar lucros e até prejuízos.

Aumentar a integração das tecnologias de informação na agricultura impacta positivamente no campo porque troca a mão de obra, dando mais controle em relação às atividades agrícolas que facilitam um melhor acesso aos mercados para os agricultores. Além disso, a tecnologia da informação pode melhorar a ligação entre as propriedades e o mercado isso, no que lhe concerne, consente coletar informações com mais normalidade (MELO *et al.*, 2023).

O objetivo deste plano de negócios é dar suporte e orientar os empreendedores que planejam começar uma atividade econômica no âmbito empresarial ou ampliar seus negócios, o plano é sobre um aplicativo de gestão financeira direcionado para o setor rural, ele irá ajudar a tomar as decisões estratégicas e financeiras da propriedade, levando a uma redução dos custos e fatores de risco.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Empreendedorismo rural

Segundo Dornelas (2008), o empreendedorismo caracteriza-se pelo envolvimento de pessoas e processos que atuam em conjunto para transformar ideias em oportunidades e o aproveitamento de oportunidades leva a criação de negócios de sucesso. Dessa forma, o empreendedorismo vem de agentes empreendedores capazes de realizar determinadas ações em virtude da sua sensibilidade para os negócios e pela sua capacidade de perceber e desfrutar as oportunidades que lhe aparecem, mesmo que não sejam claras e específicas (CHIAVENATO, 2012).

O empreendedor por conter criatividade e perseverança transforma ideias em ações reais que têm em vista vantagens pessoais ou para a sociedade, de maneira a gerar resultados consistentes para a comunidade e mercado. Com isso, o estudo sobre empreendedorismo contém diversos campos de estudo e um dos campos mais recentes de discussões é o do empreendedorismo rural.

Os agricultores estão cada vez mais inseridos em um ambiente de constante competição e transformação, por isso torna-se importante tomar iniciativas para garantir a manutenção desse espaço (CHAVES, 2010). No momento atual, os produtores rurais buscam estratégias que visam reduzir os custos, aumentar a eficiência da produção e a diferenciação produtiva as quais podem se tornar diferenciais diante das mudanças e exigências do ambiente econômico (CHAVES, 2010). Uma forma de desenvolver essas estratégias é por meio da ação empreendedora.

A princípio, associar agricultores familiares ao empreendedorismo parecia uma falsa descoberta. No entanto, esses agricultores conseguem empreender dentro de suas limitações, seja econômica, tecnológica, ambiental ou geográfica, de modo a transformar sua realidade socioeconômica (TOMEI; LIMA, 2014). Segundo os autores, a ação empreendedora no meio rural está presente em pequenas ações que dificilmente podem ser consideradas empreendedoras em áreas urbanas, como por exemplo a extração do leite da vaca e sua conversão em queijo.

A identificação do surgimento de novos mercados e o conhecimento do uso dos recursos naturais existentes fornecem aos agricultores elementos para expandir as atividades econômicas desenvolvidas em sua propriedade (SANTOS; SANTOS, 2006). Assim, de acordo com os autores o empreendedor rural é aquele indivíduo capaz de identificar as oportunidades ao seu redor, enfrentar obstáculos e assumir riscos para conduzir suas atividades produtivas ao sucesso.

Reforçando as ideias a cima, o empreendedor rural é aquele que busca a melhor forma de organizar sua propriedade, seja a procurar novos cultivos, melhores animais, tecnologias alternativas, com o objetivo de aumentar a produtividade e desenvolver estratégias para reduzir custos (KAHAN, 2012). Desse modo, há a necessidade de despertar o espírito empreendedor dos agricultores familiares e motivá-los a descobrir o potencial inexplorado de sua propriedade como fonte de geração de renda (SANTOS; SANTOS, 2006).

Os agricultores empreendedores operam em ambientes complexos e dinâmicos e fazem parte de um grupo de atores, incluindo fornecedores, comerciantes, transportadores, processadores, cada um com suas próprias funções específicas (KAHAN, 2012). Portanto, um dos fatores essenciais para o empreendedorismo rural é a capacidade dos produtores rurais de intervir no meio social de forma a não se tornarem agentes passivos de transformação em seu meio (CHAVES, 2010). Assim, o empreendedorismo de maneira geral, não se trata apenas do desenvolvimento dos negócios, mas há uma série de ajustes que fortale-

cem o empreendedor buscando outras áreas para aplicá-lo sem perder o conceito em si.

2.2 Plano de negócio

Segundo o SEBRAE (2013), um plano de negócios é um documento no qual os objetivos de negócios são descritos. Além disso, devem ser tomadas medidas para alcançá-los, reduzindo assim os riscos. Um plano de negócios torna isso possível, identificando claramente possíveis erros enquanto a ideia ainda está amadurecendo.

Segundo Chiavenato (2005, p. 127), o planejamento dá um resultado imediato: o plano. Todos os planos têm um objetivo comum: planejar e coordenar uma sequência lógica de eventos que, se bem-sucedidos, levarão ao alcance do objetivo pretendido.

Um plano de negócios ajuda a decidir se sua ideia é rentável e a buscar informações mais detalhadas sobre o setor, os produtos e serviços o que pretende oferecer aos seus clientes, concorrentes, fornecedores e sobretudo os pontos fortes e fracos da sua empresa (SEBRAE, 2013).

Por fim, o plano mostra os custos e despesas da empresa, o investimento inicial, a maior necessidade de recursos para iniciar um negócio crescimento e marketing e vendas, bem como a previsão do próximo volume de negócios e o resultado dos anos, além da cooperação, para responder à seguinte pergunta: “Vale a pena abrir, manter ou expandir o seu negócio?” (SANTOS; PINHEIRO, 2017).

Olhando para o fato de que o mercado está em constante mudança, percebesse que as oportunidades surgem atreladas a este fato. No entanto, é inevitável que os perigos não existam. No entanto, o planejamento pode e deve ser feito de acordo com a realidade local. Com isso, um plano de negócios caracteriza-se pela fácil adaptação à realidade, podendo ser corrigir e/ou melhorar se necessário (ROSA, 2007).

Embora um plano de negócios não seja garantia de sucesso empresarial, ele possibilita tomar melhores decisões. Por ser uma descrição do negócio, permite uma melhor negociações e respostas a dúvidas de fornecedores, distribuidores, bancos e parceiros e o próprio empresário e sua equipe (DOLABELA, 1999). É baseado em um plano de negócios atividades empresariais e o processo de formalizar no papel as ideias criativas do empreendedor as necessidades do público-alvo para um produto ou serviço específico (LONGENECKER *et al.*, 1997).

É por isso que um plano de negócios é uma das ferramentas mais importantes para uma empresa e deve ser escrito a lápis, pois muitas vezes precisa ser ajustado. Além disso, o empresário muitas vezes tem que contar com um consultor para encontrar erros, causas de falta de crescimento ou crise na empresa (NIGRI, 2011). Com benefícios para o empreendedor, e uma maior consciência das necessidades da sua empresa, pois ajuda a conhecer melhor a atividade, onde quer atuar e também atender da melhor forma, por meios disponíveis na empresa. Além disso, o plano de negócios orienta o desenvolvimento e o crescimento a curto, médio e longo prazo de acordo com objetivos específicos previamente elaborado e traçados; também funciona como uma ferramenta de atualização e informação aos empresários (SANTOS; PINHEIRO, 2017).

Orlickas (2010, p. 158) enfatiza a importância do planejamento e afirma que “O objetivo do planejamento é antecipar e minimizar os obstáculos ao sucesso e maximizar os facilitadores no processo de tomada de decisão porque permitem ao gestor tomar decisões mais convincentes”, ou seja, colabora para realizar análises de negócios bem estruturadas e estreitar as decisões que devem ser tomadas.

2.3 Aplicativos de Gestão

Especificamente, as plataformas digitais são sistemas virtuais que uma empresa adere ou desenvolve como referência de negócio para constituição de sua integração entre consumidores e produtores para facilitar transações financeiras ou organizacionais que garantem trabalhos específicos de acordo com as áreas de especialização. Na agricultura, existem aplicativos e plataformas digitais disponíveis para fins particulares e outros desenvolvidos para fins gerais, como serviços logísticos, principalmente ao serviço dos produtores agrícolas e pecuários no planejamento de alocação da produção (BUAINAIN; CAVALCANTE; CONSOLINE, 2021).

De acordo com Buainain, Cavalcante, Consoline (2021) entre os recursos tecnológicos e aplicativos desenvolvidos para a esfera da agricultura, existem muitos gratuitos, outros exigem pagamento para garantir o acesso às funções. Pode-se indicar pelo menos cinco áreas principais de aplicação dessas técnicas no setor agrícola: (1) gestão e planejamento; (2) irrigação; (3) controle e processos biológicos; (4) acesso à informação e (5) comercialização (marketplace).

Há vários aplicativos de TIC elaborados precisamente para o produtor rural que oferecem informações para ajudar na tomada de decisão conforme o âmbito a que se reservam. Seu custo-benefício tem que ser fundamentado na quantia que o produtor perderá caso não tenha disponível a informação que o aplicativo conseguirá oferecer, não mais nos benefícios que o aplicativo seja capaz de fornecer. Essa perspectiva ainda não é preponderante entre os produtores rurais, particularmente na agropecuária familiar (FERRAZ; PINTO, 2017).

O aprimoramento do sistema produtivo embasado em informações adquiridas e examinadas com os equipamentos usados na agricultura digital intenciona usar logicamente os insumos de produção, o que pode ocasionar a minimização dos custos de produção e/ou uma maximização da capacidade de produção, gerando mais lucros para o agricultor. Essa melhoria também reduz o impacto ambiental com o uso racional do sistema de produção agrícola, insumos químicos e minimização da expedição de poluentes por motor de combustão interna (QUEIROZ *et al.*, 2022).

A Embrapa enriqueceu seu portfólio digital com a expansão eletrônica de sua oferta de serviços e produtos, a pesquisa e a inovação no agronegócio estão cada vez mais conectadas digitalmente devido à realidade da revolução tecnológica agrícola. A Embrapa dispõe de um total de 292 programas e 13 webservices que abrangem uma ampla gama de temas para atender às necessidades sociais (MENDES *et al.*, 2020).

Entre os aplicativos móveis disponíveis o “Roda da Redução” é o responsável pelo maior número de downloads, que já tem 18.828 instalações ativas. A ferramenta foi desenvolvida para ajudar no gerenciamento de rebanhos leiteiros, possibilitando um acompanhamento simples das fases de produção e reprodução do rebanho. O nome é derivado do recurso de visualização fornecido pelo aplicativo, que apresenta o rebanho em uma roda, permitindo visualizar rapidamente as etapas com codificação de cores e posição. O uso da tecnologia tem facilitado e simplificado muito o trabalho dos produtores rurais, obrigando-os a abandonar o uso de fichas de controle do rebanho (MENDES *et al.*, 2020).

Os aplicativos estão transformando a maneira como as empresas e os negócios são gerenciados, as tarefas diárias e planos de trabalho agrícola, muitos aplicativos podem ajudar a administrar o tempo e aumentar a produtividade indiretamente. Para que um programa seja criado é preciso que alguém se mostre dedicado a desenvolvê-lo, as pessoas que colaboram com o projeto e desejam dar prosseguimento são conhecidas como

stakeholders. Dessa forma, são eles que irão expor os requisitos necessários do software que será desenvolvido (SILVA, 2021).

3. METODOLOGIA

Diante às inúmeras hipóteses de escolhas, quanto a metodologia utilizada na organização de um plano de negócios, mostra-se de extrema relevância buscar a metodologia mais apropriada ao ponto de situação da empresa. Desse modo, a metodologia utilizada será a pesquisa exploratória por meio de revisão de literatura, coleta e análise de informações, interpretação por autores e estudiosos, subsidiadas em livros, artigos, monografias e sites com foco em softwares de gestão financeira agrícola. Assim como, uma pesquisa de natureza quantitativa, em que o objetivo é o de redigir o plano de negócios. Assim, a metodologia base escolhida para a elaboração do plano de negócios foi a do SEBRAE (2013), pois concluiu-se que assim seria possível não só observar minuciosamente o conceito do negócio e o setor em que se insere, bem como determinar de maneira mais estruturada o plano organizacional, operacional e financeiro para sua implementação e execução.

4. PLANO DE NEGÓCIO

4.1 SUMÁRIO EXECUTIVO

1. DESCRIÇÃO GERAL DA EMPRESA

1.2 Conceito do negócio

1.3 Análise organizacional

Missão

Visão

Valores

1.4 Forma jurídica

1.5 Enquadramento tributário

2. MERCADO E COMPETIDORES

2.1 Público-alvo (perfil dos clientes)

2.2 Estudo dos concorrentes

2.3 Estudo dos fornecedores

2.4 Análise das 5 forças de Poder

3. EQUIPE DE GESTÃO

4. PRODUTOS E SERVIÇOS

4.1 Produtos

4.2 Serviços

5. PLANO OPERACIONAL

6. ORGANIZAÇÃO

7. MARKETING E VENDAS

7.1 4P'S do marketing

7.2 Matriz de SWOT

8. ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO

9. FINANÇAS

9.1 Investimento Inicial

9.2 Estimativas de custo fixo e variável

9.3 Payback Simples

9.4 Payback Descontado

9.5 Tabela de Fluxo de Caixa

4.2 DESCRIÇÃO GERAL DA EMPRESA

Nome da empresa: AGROFINANCE

CNPJ: 67.578.441/0001-46

E-mail: Agrofinance@gestao.org

Sócios: Isabelle de Sousa Luna, José Lucas Moraes Casas Novas, Juliana Rodrigues Araújo Sampaio

Porte: Pequeno

Sector de atuação: Prestação de serviço

Endereço: Home Office



Figura 1. Logotipo da empresa

4.2.1 Conceito do negócio

A AGROFINANCE é um software de gestão financeira agrícola completo e fácil de usar desenvolvido por gestores do agronegócio objetivando integrar o campo ao escritório. A falta de controle sobre estoques e insumos traz sérias consequências, e com a má gestão da parte mais cara do negócio, produtores rurais enfrentam desperdício de recursos, compras desnecessárias e excessivas, prejudicando a saúde financeira da fazenda e a sua rentabilidade. Partindo dessa premissa, nosso perfil de clientes ideal são os produtores rurais que buscam otimizar a gestão da fazenda, valorizam a tecnologia e entendem a importância de ter uma plataforma confiável e de fácil acesso. Com isso, os produtores poderão ter autonomia sobre obrigações tributárias e contábeis, controle de processos agrícolas, redução de riscos e melhorias na eficiência.

4.2.2 Análise organizacional

- **MISSÃO:** Fornecer soluções de gestão e serviços especializados para propriedades agrícolas.
- **VISÃO:** Alcançar a liderança em soluções de gestão financeira para o agronegócio.
- **VALORES:**
 1. **Transparência:** tendo em vista que se vai trabalhar diretamente com os dados pessoais dos usuários, transparência e segurança dos dados do cliente ao usar o aplicativo é de suma importância;
 2. **Personalização:** o uso do aplicativo será de forma personalizada, sendo assim, cada usuário poderá personalizar de acordo com o tamanho da sua propriedade, produção etc.;
 3. **Agilidade:** O compromisso com a resolutividade rápida e eficiente e a antecipação a possíveis problemas fazem com que o usuário receba o melhor serviço, suporte e atendimento;
 4. **Praticidade:** O app foi desenvolvido para que cada usuário possa gerenciar a sua produção de forma prática e simples.

4.2.3 Forma jurídica

A forma jurídica será a Sociedade Limitada, por limitar as responsabilidades dos sócios quanto ao capital integralizado nas cotas de seu capital social, além de que a administração da empresa poderá ser feita pelos sócios ou mesmo um terceiro, desde que descrito no contrato social.

4.2.4 Enquadramento tributário

A empresa irá se enquadrar no regime do Simples Nacional, por obter um faturamento 6 anual inferior a R\$360.000,00, com isso, o imposto irá representar apenas 6% do faturamento, o que é uma grande diferença em comparação ao Lucro Presumido ou Lucro Real, que respectivamente representariam 15,33% e 21,62% do faturamento.

4.3 MERCADO E COMPETIDORES

4.3.1 Público-alvo (perfil dos clientes)

O público-alvo do aplicativo são todos os pequenos, médios e grandes produtores rurais e empresas que trabalham no ramo agropecuário, que desejam ter um controle financeiro de suas atividades rurais através da plataforma do app. Os clientes se motivam a adquirir o app por ser uma facilidade no dia a dia. Por se tratar de um aplicativo, há a possibilidade de abrangência nacional.

4.3.2 Estudo dos concorrentes

Relativamente à análise da concorrência, foi feita uma comparação qualitativa dos principais concorrentes no setor das apps da AGROFINANCE. Deste modo, foi possível identificar os seguintes três maiores concorrentes:

Aegro: principal concorrente e um dos apps mais desenvolvidos no mercado, nele você acompanha a trajetória completa da safra, possuindo uma vasta cadeia de opções em sua plataforma, como: planejamento da safra; gestão financeira; controle de estoque; caderno de campo; controle de máquinas e patrimônio; produção e vendas e indicadores agrícolas.

Xfarm: é a plataforma de gerenciamento criada por agricultores para agricultores que permite entrar na agricultura digital de forma simples e completa, nela você encontra agricultura de precisão; apoio a decisões, sensores, além de possuir 13 funções gratuitas para o usuário.

Agrare Gestor Rural: é um app de gestão rural que trabalha com a gestão agrícola; financeira; de estoque; e possui o uso de funções sem internet.

4.3.3 Estudo dos fornecedores

Contamos com prestadores de serviços que são digitais, de manutenção do conteúdo e jurídico financeiro: App Store, Play Store, domínios da Web, advogado, contador, analista de sistema, web designer. Que garantem o funcionamento do aplicativo, e constituem a manutenção do serviço.

2.3.4 Análise das 5 Forças de Porter

A análise do modelo das cinco forças de Porter permitiu verificar os fatores que influenciam o mercado alvo e interfere no comportamento do consumidor.

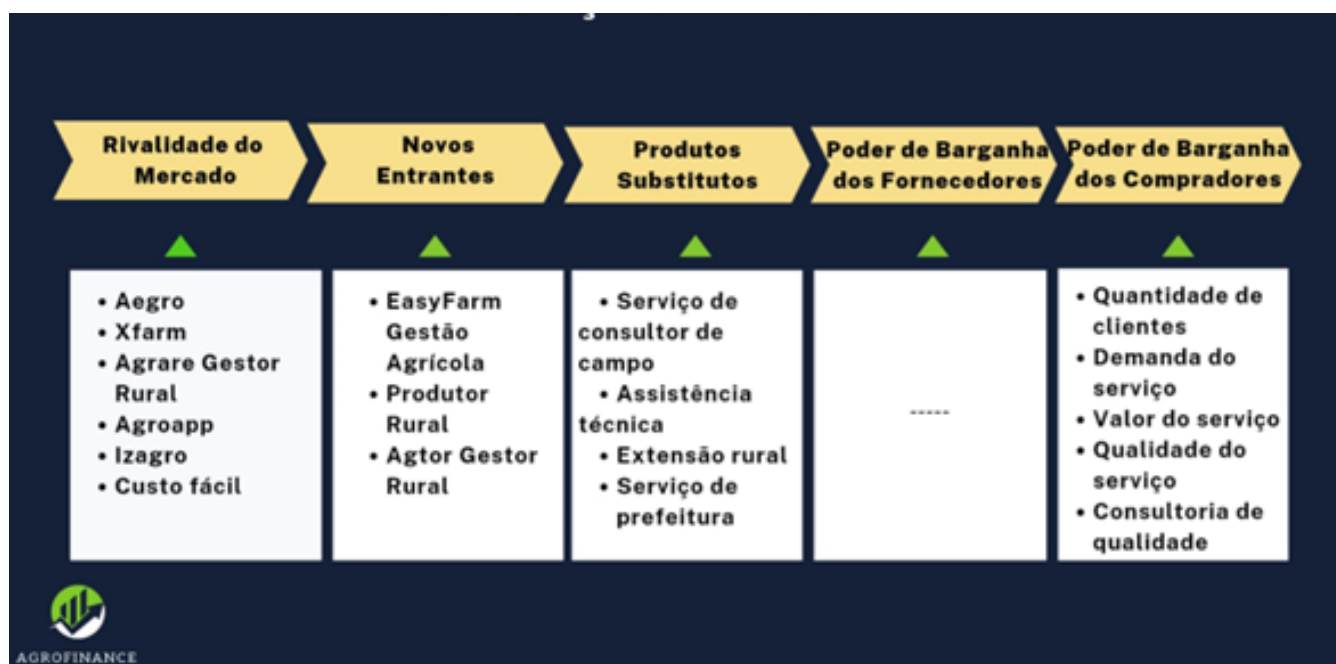


Figura 2. Análise das 5 Forças Competitivas de Porter

4.4 EQUIPE DE GESTÃO

A gestão de equipe consiste em uma série de boas práticas voltadas para o melhor alcance dos colaboradores, com o foco em performance. No planejamento, a ideia não é trabalhar de forma individualmente, mas trabalhar em conjunto em torno de metas e necessidades.

Este software é elaborado por uma equipe de profissionais com o intuito de alcançar seus objetivos e ótimos resultados, essa equipe é formada por consultores, gestores e programadores. Cada um com a sua função, mas trabalhando em equipe. Ao planejar uma gestão de equipe é preciso de um cronograma, metas, objetivos e comunicação entre os colaboradores, e ao tomar qualquer decisão todos os colaboradores decidiram juntos.

4.5 PRODUTOS E SERVIÇOS

4.5.1 Produtos

A empresa ofertará produtos como curso de capacitação para os produtores aprimorarem a gestão de suas propriedades, com ênfase na gestão de custos da produção agrícola desde o plantio até a colheita.

4.5.2 Serviços

A empresa oferecerá serviços na área de gestão dos custos, ajudando o produtor rural a ter melhor controle sobre os custos de sua produção e na área da consultoria, na qual funciona através da identificação e detalhamento de um problema ou oportunidade que o cliente/produtor possua. Mostrando passos que o cliente/produtor deve seguir para alcançar suas metas. Assim, nossos principais serviços ofertados são:

- Software para gestão de custos, administração de fazendas e empresas;
- Consultoria técnica digital disponível por meio de perguntas e respostas;
- Fornecimento de painel de controle de despesas, que permite um acompanhamento financeiro detalhado;
- Cadastro aprofundado de todas as culturas;
- Mapeamento das extensões de terra;
- Monitoramento das atividades desenvolvidas na propriedade, assegurando o controle completo das operações;
- Todas as informações e serviços disponíveis off-line;
- Planos acessíveis para os clientes/produtores;
- Possibilidade de pagamento por cartões variados.

4.6 PLANO OPERACIONAL

Com base no *Business Model Canvas* (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2010), procura-se evidenciar e enumerar os principais elementos estratégicos de implementação do negócio a explorar. Dessa forma, podemos enumerar os seguintes:

Segmentos de clientes:

O negócio irá estar principalmente direcionado para pequenos, médios e grandes produtores que buscam otimizar a gestão dos custos da sua produção, já que é neste tipo de clientes que eventualmente irá concentrar-se o maior uso do app.

Preposição de valores:

A nossa proposta é sermos transparentes com nossos usuários, garantindo assim a segurança de seus dados. Onde, possam fazer o uso do app de forma personalizada, de maneira prática e obtendo resolutividade rápida dos seus problemas.

Canais:

Pretende-se alcançar o maior número de potenciais clientes através de dois meios distintos, online: através de redes sociais e bloggers. Através destes meios, é possível elaborar uma estratégia de comunicação eficaz e a um custo relativamente acessível para chegar ao público-alvo de forma rápida e conseqüentemente veicular informação da Agrofinance entre potenciais clientes.

Relacionamento com clientes:

- Pretende-se que a relação com os usuários seja gerida através da interatividade do usuário com o app, através de reviews acerca do próprio app.
- Através do CRM é possível criar leads e efetuar comunicações direcionadas para o público-alvo de acordo com os seus interesses e efetuar campanhas de publicidade online direcionada para os segmentos pretendidos. Isto permite reduzir os custos de comunicação e concentrar esforços junto do público-alvo pretendido.

Receitas:

As principais fontes de receitas são:

- Licenças do app;



- Versão premium (mensal e anual);
- Consultoria e Cursos.

Recursos chave:

Quanto aos elementos chave para funcionamento do negócio deve ser considerados os seguintes:

- **Recursos tecnológicos:** web designer, domínio do site, servidor, internet, sistemas operacionais (Play Store e App Store), tecnologia power BI.
- **Recursos financeiros:** capital social para investimento inicial e administradora financeira (bancos).
- **Recursos intelectuais:** marca.

Atividades Chave:

Foram consideradas as seguintes atividades para o funcionamento do negócio:

- **Marketing:** através dele podemos conhecer melhor o nosso público-alvo e elaborar estratégias para atraí-los;
- **Cursos e Consultorias:** por meio desse produto e serviço, ajudamos nossos usuários a obter um melhor conhecimento de como ter controle dos custos de sua produção.

Parceiros chave:

Nossos principais parceiros são:

- Prestadores de serviços;
- Consultores.

Custos:

Numa fase inicial de construção do app, os principais custos iniciais serão com um webdesigner, programador, pagamento dos prestadores de serviços e fornecedores, pagamento da anuidade dos sistemas operacionais de internet. Frente à necessidade de divulgação do serviço e angariação de novos clientes, também são contemplados custos com marketing e comunicação digital.

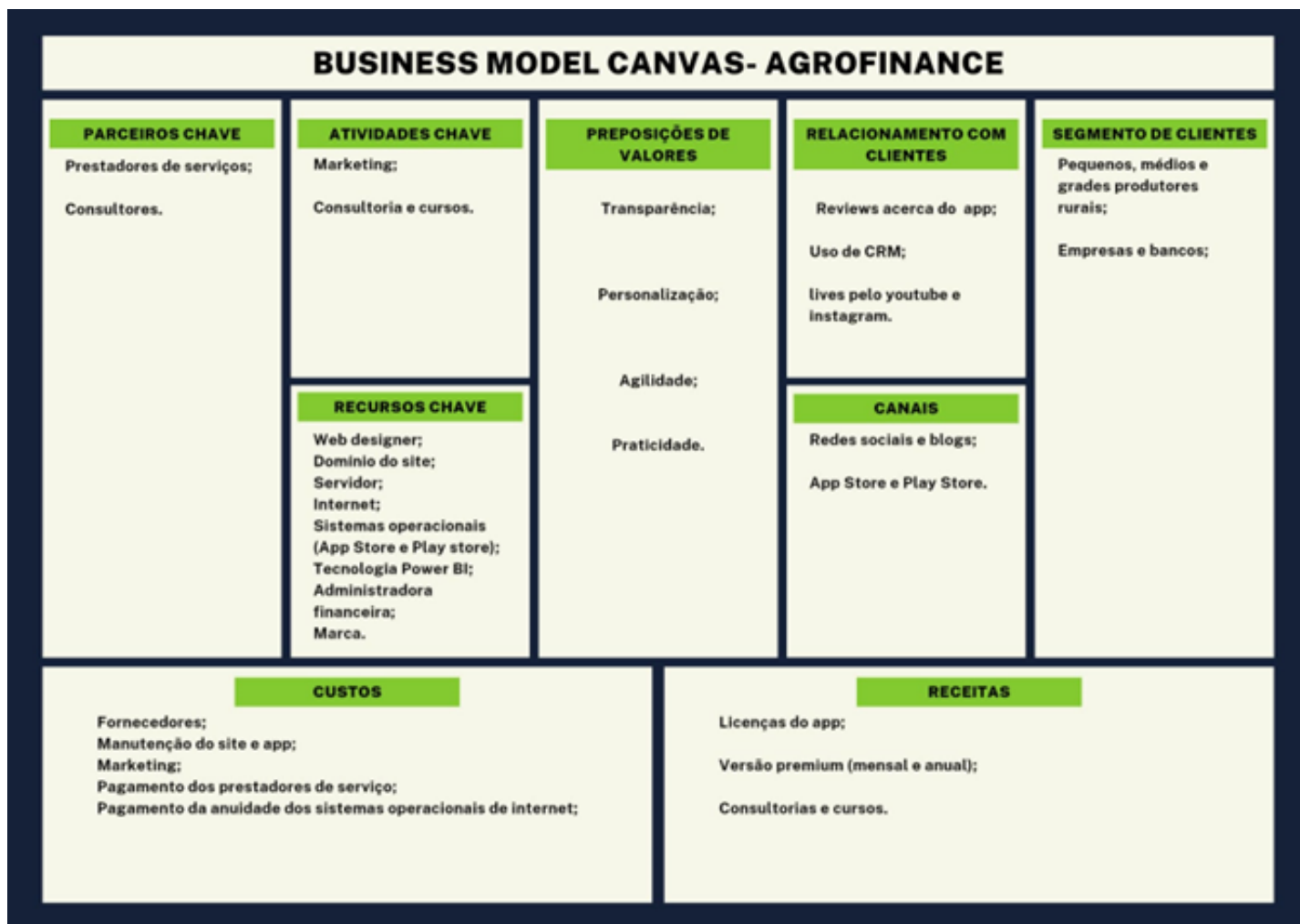


Figura 3. Business Model Canvas- AGROFINANCE

4.7 ORGANIZAÇÃO

O fluxograma apresentado pretende enquadrar e designar os principais setores da empresa. Então ele se divide da seguinte forma:



Figura 4. Fluxograma estrutural da Agrofina

- **Gestão estratégica:** irá concentrar-se no alinhamento da visão da empresa com a sua estratégia e atuação interna e externa, coordenando de forma vertical os processos dos restantes setores e funcionando como elo entre estes. Ao setor de gestão estratégica cabe a visão ampliada dos processos, análise contínua do mercado e da concorrência direta e indireta; definição de metas de crescimento e objetivos; monitorização e coordenação dos restantes setores, sendo assim o eixo de ligação entre os diferentes setores da empresa. Adicionalmente, deverá acompanhar a evolução do mercado e o surgimento de novas tendências e qual a adoção de estratégias adequadas para o mercado.
- **Gestão de produto:** em associação com a gestão estratégica será responsável pelo desenvolvimento do app, desde a sua criação. Juntamente com o programador e web designer, este setor será responsável pela concepção prática da imagem e funcionalidades do app. Para isso, este departamento será responsável por tornar o app o mais prático e intuitivo possível, para uma melhor experiência da parte dos usuários. Será também responsável pelos devidos desenvolvimentos e melhorias do app, conforme o feedback obtido por parte do setor de gestão estratégica e de operações e dos dados recebidos e trabalhados por parte do serviço Pós-venda e do setor de Marketing/ Comunicação.
- **Gestão operacional:** estruturado com o setor de gestão de produto, caberá a tarefa de garantir a operacionalidade e o bom funcionamento da aplicação do modo mais acessível e intuitivo possível. Desse modo, pretende-se que seja feita uma gestão que permita uma utilização acessível e um processo eficiente, rápido e intuitivo na óptica do usuário, desde o seu registo à sua utilização efetiva. O setor de gestão operacional deverá possibilitar uma experiência recomendável, fácil e eficaz, por parte dos usuários.
- **Gestão financeira:** cabe-lhe fazer a análise económico-financeira, respetivas projeções das mais diversas medidas estratégicas e de investimento e desenvolvimento da organização. Terá de estabelecer a penetração do investimento Agrofinance no mercado com os resultados financeiros alcançados e expectáveis. Sempre em estreita relação com a Gestão Estratégica, este setor será responsável pela gestão e controle de custos permanentes, para um crescimento sustentável e ponderado.
- **Marketing/Comunicação:** em associação com a gestão estratégica e gestão de operações, o setor de marketing/comunicação será responsável por realizar toda a estratégia de comunicação/publicidade, gestão dos canais de comunicação e avaliação das respetivas métricas de alcance das campanhas de divulgação: redes sociais, blogs etc. Este assume essencial relevância na fase inicial, já que será através deste que se pretende chegar até novos clientes, atrair e mantê-los atualizados acerca de promoções e novidades da Agrofinance.
- **Pós-venda:** tendo como principal objetivo a avaliação da satisfação de clientes e respectiva fidelização, este serviço deverá apresentar dados recolhidos, junto de clientes através de perguntas frequentes de satisfação pessoal, para que através destes se possa trabalhar na criação de soluções visando uma melhor experiência na utilização do app e seu desenvolvimento.

4.8 MARKETING E VENDAS

4.8.1 4P'S do marketing

- **Produto:** Em uma percepção mais vasta, um produto é um conjunto de todos os bens e serviços produzidos pelas atividades produtivas de uma empresa. São bens físicos e certas características de construção, aparência, desempenho, embalagem, prazo de entrega, garantia e preço (GIRARDI, 2002). Os produtos oferecidos pela AGROFINANCE serão os cursos para capacitação dos produtores rurais, com o intuito de aprimorar a gestão dos custos nas propriedades rurais.
- **Praça:** A distribuição abrange todas as formas escolhidas com a intenção de oferecer produtos ao consumidor, ao menor tempo e custo possível (GIRARDI, 2002). Nossos produtos e serviços serão disponibilizados aos clientes através do acesso ao site da empresa como também pelo uso do software de gestão financeira agrícola.
- **Preço:** Para Girardi (2002), o preço é estabelecido na expressão monetária do valor de um bem ou serviço, procurando levar até o consumidor final os produtos com preços justos. Após os processos de aperfeiçoamento do aplicativo de gestão de custos rurais da AGROFINANCE para pequenos, médios e grandes produtores, os valores ofertados pelos planos mensal e anual são: R\$ 250,00 (mensal) e R\$ 3.000,00 (anual).
- **Promoção:** A promoção tem como objetivo possibilitar a obtenção ou utilização de um determinado bem ou serviço (GIRARDI, 2002). As promoções realizadas pela empresa AGROFINANCE, serão em períodos específicos como quando a adesão do aplicativo pelo produtor completar 6 meses e 12 meses de uso, ele ganhará um desconto de 10% a 15% nas mensalidades pagas.

4.8.2 Matriz de SWOT

Através da análise da Matriz SWOT foi possível montar um “inventário” das forças e fraquezas (internas) da AGROFINANCE e das ameaças e oportunidades (externas) que englobam a empresa no mercado.



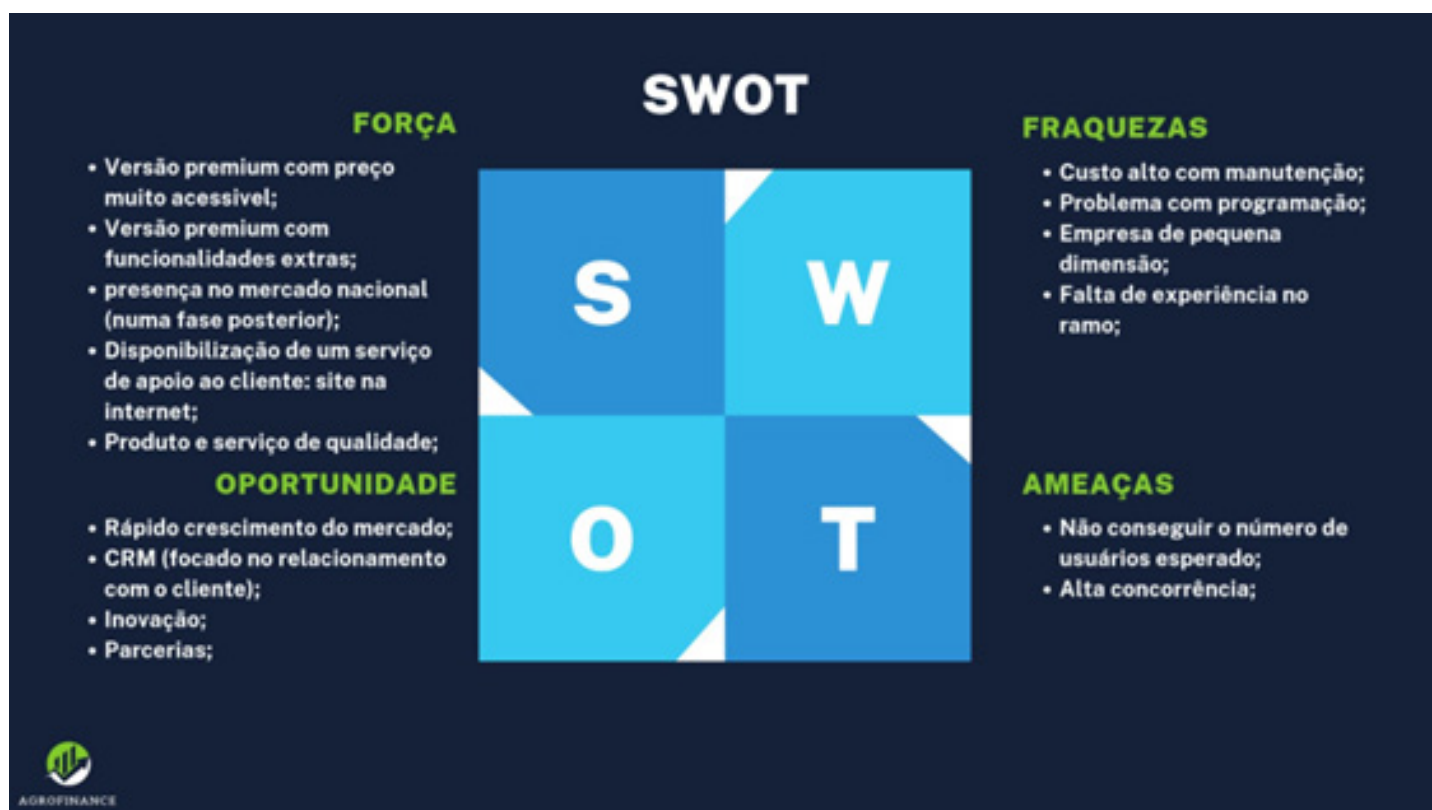


Figura 5. Análise de SWOT

4.9 ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO

Idealmente, uma empresa deve escolher uma estratégia de crescimento que aumente as vendas ou a participação no mercado, se espera que esse crescimento eleve o valor da empresa. O crescimento pode ser alcançado de várias maneiras (ALDAY, 2002).

De acordo com Ansoff (1957), as empresas devem crescer e mudar constantemente para competir de forma mais eficaz, gerar lucros para os sócios e satisfazer os consumidores. Nesse sentido, desenvolvemos três estratégias de crescimento para o nosso negócio, são elas:

- **Estratégia 1:** Fidelização de clientes, através de softwares de CRM, visando o crescimento de Market share;
- **Estratégia 2:** Criação de pacotes promocionais, vendas de cursos e consultoria;
- **Estratégia 3:** Criação de um e-commerce, para alcançar novos mercados.

4.10 FINANÇAS

4.10.1 Investimento Inicial

Para a abertura da empresa AGROFINACE, foi investido um capital inicial de R\$100.000,00, sendo dividido em R\$39.800,00 para investimento da estrutura do site e Aplicativo (R\$500,00 domínio de site; R\$500,00 site; R\$3.600,00 webdesigner; R\$13.400,00 analista de sistema; R\$19.400,00 implantação do CRM) como listado na tabela (1) abaixo:

Tabela 1. Investimento financeiro

INVESTIMENTOS INICIAIS	
Domínio de site	R\$500,00
Site	R\$500,00
Webdesigner	R\$3.600,00
Analista de sistema	R\$13.400,00
CRM	R\$19.400,00
TOTAL	R\$39.800,00

4.10.2 Estimativas de custo fixo e variável

A empresa AGROFINANCE para que possa funcionar necessita de alguns materiais e serviços, que são enquadrados como custos fixos e variáveis listados nas tabelas (2) e (3), abaixo:

Tabela 2. Custos fixos

CUSTOS FIXOS (R\$)		
Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
Salários	3.960,00	47.520,00
FCTS	316,80	3.801,60
INSS	297	3.564,00
Domínio de site	41,67	500
Site	41,67	500
13º salário	0	3.960,00
Webdesigner	300	3.600,00
Analista	700	8.400,00
Designer	200	2.400,00
Contador	200	2.400,00
Advogado	200	2.400,00
CRM	1.200,00	14.400,00
Empréstimo	1.666,67	20.000,00
Internet	100	1.200,00

O custo variável da empresa é com o imposto s/ vendas, e possíveis manutenções ou imprevistos que podem ocorrer durante os trabalhos no app, como listado na tabela (3), abaixo:

Tabela 3. Custos Variáveis

CUSTOS VARIÁVEIS		
ITEM	Valor mensal	Valor anual
Imposto s/ vendas	0	600
Despesas Diversas	100	1.200,00

4.10.3 Payback Simples

O payback simples é aquele que considera apenas duas variáveis para calcular a projeção de retorno do capital investido: o capital inicial e o fluxo de caixa médio previsto.

Anos	Fluxo de Caixa		Saldo Total	
0	-R\$	100.000,00	-R\$	100.000,00
1	-R\$	14.445,60	-R\$	85.554,40
2	-R\$	19.891,20	-R\$	65.663,20
3	R\$	88.663,20	R\$	23.000,00
4	R\$	487.123,20	R\$	510.123,20
5	R\$	1.313.083,20	R\$	1.823.206,40

	Manual	Automático
Payback Simples	2,74	2,74

Início do Projeto	01/01/2022
Recuperação do Projeto	27/09/2024
Resumo do Payback	2 ano(s) 8 mês(s) 26 dia(s)

4.10.4 Payback Descontado

O payback descontado é aquele que considera a desvalorização do dinheiro ao longo do tempo na hora de calcular o prazo esperado para o retorno do capital investido em um projeto.

Taxa de Juros (TMA) 10,0%

Ano	Fluxo de Caixa		Fluxo de Caixa Descontado		Saldo
0	-R\$	100.000,00	-R\$	100.000,00	-R\$ 100.000,00
1	-R\$	14.445,60	-R\$	13.132,36	-R\$ 113.132,36
2	-R\$	19.891,20	-R\$	16.439,01	-R\$ 129.571,37
3	R\$	88.633,20	R\$	66.591,44	-R\$ 62.979,94
4	R\$	487.123,20	R\$	332.711,70	R\$ 269.731,76
5	R\$	1.313.083,20	R\$	815.321,36	R\$ 1.085.053,12

	Manual	Automático
Payback Descontado	3,19	3,19

Início do Projeto	01/01/2022
Recuperação do Projeto	10/03/2025

Resumo do Payback	3 ano(s) 2 mês(s) 9 dia(s)
-------------------	----------------------------

4.10.5 Tabela de Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa é o instrumento usado para acompanhar a situação financeira da empresa. A AGROFINANCE com os planos: mensal de R\$250 e anual de R\$3.000, obteve de previsão no 1º ano: 4 clientes; 2º ano: 40 clientes; 3º ano: 80 clientes; 4º ano: 250 clientes e no 5º ano: 400 clientes.

PLANILHA DE FLUXO DE CAIXA					
	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
	1	2	3	4	5
ENTRADAS					
Previsão de recebimento vendas	12.000,00	120.000,00	240.000,00	750.000,00	1.200.000,00
Contas a receber-vendas realizadas					
Outros recebimentos	100.000,00			50.000,00	200.000,00
TOTAL DAS ENTRADAS	112.000,00	120.000,00	240.000,00	800.000,00	1.400.000,00
SAÍDAS					
Salários	47.520,00	47.520,00	47.520,00	216.000,00	216.000,00
Dominio de Site	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Site	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
INSS	3.801,60	3.801,60	3.801,60	17.280,00	17.280,00
FGTS	3.564,00	3.564,00	3.564,00	16.200,00	16.200,00
Webdesigner	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
Analista de Sistema	13.400,00	8.400,00	8.400,00	8.400,00	8.400,00
Designer	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
Impostos s/ vendas	600,00	6.000,00	12.000,00	37.500,00	60.000,00
Contador	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
Advogado	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
CRM	19.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00	14.400,00
Despesas diversas	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
Férias	0,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00
13º salário	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00	3.960,00
Empréstimos bancários	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Internet	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
Caixa	0,00	0,00	0,00	50.000,00	200.000,00
TOTAL DAS SAÍDAS	126.445,60	125.445,60	131.445,60	401.540,00	574.040,00
1 (ENTRADAS - SAÍDAS)	-14.445,60	-5.445,60	108.554,40	398.460,00	825.960,00
2 SALDO ANTERIOR		-14.445,60	-19.891,20	88.663,20	487.123,20
3 SALDO ACUMULADO (1 + 2)	-14.445,60	-19.891,20	88.663,20	487.123,20	1.313.083,20
4 NECESSIDADE EMPRÉSTIMOS					
5 SALDO FINAL (3 + 4)	-14.445,60	-19.891,20	88.663,20	487.123,20	1.313.083,20

5. CONCLUSÃO

Um plano de negócios é particularmente importante como ferramenta de apoio à decisão, uma vez que permite recolher informação estruturada sobre a implementação de uma oportunidade de negócio desde o momento da sua criação até ao seu lançamento e expansão. É um meio essencial para qualquer empresa, pois através deste é possível ganhar vantagem competitiva, já que permite ter uma noção do ponto de situação de uma determinada empresa e da visão estratégica relativamente ao futuro da mesma.

Através da realização do Plano de Negócios foi possível fazer uma análise abrangente da viabilidade da implementação do modelo de negócio antes da efetivação do investimento. Deste modo, foi possível analisar a estratégia adequada de forma transversal a cada fase e área, ao alinhar todas as informações pertinentes para a tomada de decisão sobre o projeto e sua rentabilidade.

Assim sendo, por meio de pesquisas, foi investigado o mercado já existente e possíveis

clientes a respeito das facilidades e interesses desejados para obter um serviço de qualidade através de um software de gestão que controle o setor financeiro das propriedades rurais, facilitando a vida do pequeno, médio e grande produtor rural.

Conclui-se que o plano de negócio se mostrou viável e com um potencial lucrativo, pois com um bom investimento inicial e com investimento para ampliação com o passar dos anos, a empresa chegue a alcançar ótimos números, por ainda não existe nenhum aplicativo que exerça esse serviço no estado do Maranhão. Futuramente pretendendo ampliar mais os limites e horizontes e crescer no mercado, atendendo todo o Brasil.

Referências

- ALDAY, Hernan E. Contreras. Estratégias empresariais. **Coleção Gestão Empresarial**, v. 2, p. 15-25, 2002.
- ANSOFF, H. Igor et al. Strategies for diversification. **Harvard business review**, v. 35, n. 5, p. 113-124, 1957.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; CAVALCANTE, Pedro; CONSOLINE, Letícia. Estado atual da agricultura digital no Brasil: Inclusão dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais. 2021.
- CHAVES, R. Q. et al. Tomada de decisão e empreendedorismo rural: um caso da exploração comercial de ovinos de leite. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v.6, n. 3, p.3-21, set./dez. 2010.
- CHIAVENATO, A. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DE OLIVEIRA FERRAZ, Caroline; PINTO, Wender Flávio. Tecnologia da Informação para a agropecuária: utilização de ferramentas da tecnologia da informação no apoio a tomada de decisões em pequenas propriedades. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 3, n. 1, p. 38-49, 2017.
- DE QUEIROZ, Daniel Marçal et al. (Ed.). **Agricultura digital**. Oficina de Textos, 2022.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. 1 Ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GIRARDI, Reni Eduardo et al. **Estratégias de marketing no agronegócio de semente de soja**. 2002.
- KAHAN, D. Entrepreneurship in farming. Roma: FAO, 2012.
- LONGENECKER, G. J.; MOORE, C. W; PETTY, J. W. **Administração de Pequenas Empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.
- MENDES, Cássia Isabel Costa et al. O direito frente à digitalização da agricultura. 2020.
- NIGRI, J. **A Importância do Plano de Negócios**. 2011. Disponível em: http://www.catho.com.br/cursos/index.php?p=artigo&id_artigo=195&acao=exibir . Acesso em: 19 jul. 2023.
- ORLICKAS, Elizenda. **Modelos de Gestão**: das teorias da administração à gestão estratégica. 1. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.
- OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business model generation: a handbook for visionaries, game changers, and challengers**. John Wiley & Sons, 2010.
- QUESADA, Gabriel e cols. **Plano de Negócios Empresarial: Az-Healthcare**. Plano de Negócio Empresarial: Az-Healthcare , 2022.
- ROSA, Cláudio A. **Como elaborar um plano de negócio**. Brasília: SEBRAE, 2007
- SAMPAIO, Abel José da Cunha Arcos et al. **Plano de Negócios para a Criação de uma App De Running-Run-dom**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).
- SANTOS, Pedro Vieira Souza; PINHEIRO, Francisco Alves. O plano de negócios como ferramenta estratégica para o empreendedor: um estudo de caso. **Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção**, v. 5, n. 8, p. 150-165, 2017.
- SANTOS, W. S.; SANTOS, A. L. C. Perfil dos empreendedores que atuam no turismo rural na microrregião de

feira de Santana (BA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., Fortaleza. Anais... Fortaleza: SOBER, 2006. p.1-15.

SEBRAE. **Como Elaborar Um Plano de Negócios**. Brasília – DF. 2013.

SILVA, Gustavo Rodrigues. Requisitos para softwares de gestão da pecuária de leite na agricultura familiar. 2021.

TOMEI, P. A.; LIMA, D. A. A. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 107-122, jul./set. 2014.

VALLIM, Max Streicher et al. PROJETO INTERDISCIPLINAR PLANO DE NEGÓCIOS EMPRESARIAL: LIDER'S CONTABIL. **PLANO DE NEGÓCIOS EMPRESARIAL: LIDER'S CONTABIL**, 2019.



10

ANÁLISE DA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO MARANHÃO

*ANALYSIS OF THE DEVELOPMENT DYNAMICS OF MICRO-REGIONS IN THE
STATE OF MARANHÃO*

Emily Gabrielle Cunha Mendes
Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati
Uelson Serra Garcia

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-10



Resumo

Na últimas décadas o Estado do Maranhão tem passado por profundas mudanças na sua economia, passando de um Estado eminentemente agrícola para um Estado com grandes projetos agropecuários, além dos projetos na área minerometalúrgica. Essa pesquisa teve por objetivo identificar os principais fatores que caracterizam o nível de desenvolvimento das microrregiões maranhenses. A pesquisa é do tipo explicativa e utilizou dados secundários distribuídos em cinco (5) dimensões e 22 variáveis. Foi utilizado o teste z para diferenças de médias e a análise fatorial. Os resultados mostraram que na mesorregião Norte Maranhense destaca-se os setores de comércio, serviços, indústria e turismo; no Centro Maranhense, destaca-se a indústria extrativa mineral e a pecuária e, mais recentemente para a produção de soja e milho; a mesorregião Leste do Maranhão, tem como base econômica a indústria de transformação e o setor agropecuário; na mesorregião Oeste ganham destaque a indústrias de construção civil, a indústria de transformação e a pecuária e; no Sul Maranhense, destaca-se a agricultura da soja, algodão e cana-de-açúcar. O PIB do Maranhão de 2019 é o 4º maior do Nordeste e 17º maior do Brasil, porém, a participação no país foi de 1,3% e de 9,3% no Nordeste. Considerando o IFDM, o teste z mostrou que não há diferença significativa de desenvolvimento municipal entre os municípios produtores de soja e os não produtores, o que nos faz afirmar que a produção de soja não está trazendo desenvolvimento (qualidade de vida) para a população municipal, apenas crescimento econômico.

Palavras-chaves: Crescimento econômico. Desenvolvimento regional. Qualidade de vida.

Abstract

In recent decades the State of Maranhao has undergone profound changes in its economy, going from an eminently agricultural State to a State with large agricultural projects, in addition to projects in the mining and metallurgical area. This research aimed to identify the main factors that characterize the level of development of the micro-regions of Maranhao. The research is of the explanatory type and used secondary data distributed in five (5) dimensions and 22 variables. The z-test for differences in means and factor analysis were used. The results showed that in the North Mesoregion of Maranhao the trade, services, industry and tourism sectors stand out; in the Center of Maranhao, the mineral extraction industry and livestock stand out and, more recently for the production of soybeans and corn; the East Mesoregion of Maranhao has as its economic base the manufacturing industry and the agricultural sector; in the West Mesoregion, the civil construction, manufacturing and livestock industries stand out and; in the South of Maranhao, soybean, cotton and sugarcane agriculture stand out. The GDP of Maranhao in 2019 is the 4th largest in the Northeast and 17th largest in Brazil, however, the share in the country was 1.3% and 9.3% in the Northeast. Considering the FMDI, the z-test showed that there is no significant difference in municipal development between soybean-producing and non-producing municipalities, which makes us affirm that soybean production is not bringing development (quality of life) to the municipal population, only economic growth.

Keywords: Economic growth. Regional development. Quality of life.



1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o desenvolvimento das regiões do Maranhão tem despertado o interesse de pesquisadores, pois ao longo do desenvolvimento capitalista mundial as desigualdades entre países, dentro destes, inter e intrarregiões fizeram com que surgisse a crescente necessidade de conhecê-las, reduzi-las ou até mesmo controlá-las. Assim, ganha força dentro da teoria econômica a economia regional, fazendo com que, a partir de então, o elemento espaço passasse a fazer parte da análise econômica (OTTATI, 2013).

Os esforços para combater a pobreza e as desigualdades regionais que minaram e eram crescentes no mundo após a Segunda Guerra Mundial levaram à criação de várias teorias que procuravam explicar as causas e os principais meios que seriam capazes de desencadear o desenvolvimento regional. Estas novas teorias sobre o desenvolvimento econômico regional foram inspiradas na economia neoclássica, Schumpeteriana ou Keynesiana e, em suas diversas formas, mostravam e procuravam justificar as irregularidades no processo de desenvolvimento econômico, assim como, pregavam a necessidade da intervenção do Estado para promover o desenvolvimento (OTTATI, 2013).

Para Fochezatto (2010), o desenvolvimento econômico é um processo evolutivo que ocorre a partir das transformações estruturais dos setores da economia. Ele parte de uma economia com base no setor primário, cujas transformações provocam um crescimento relativamente maior no setor secundário e, mais tarde, no setor terciário. Para ele, as mudanças são provocadas por alterações na demanda doméstica de produtos, por novas tecnologias de produção e por novos fluxos comerciais com o exterior. Por outro lado, essas transformações não ocorrem por igual nos espaços econômicos regionais, podendo variar em intensidade, ritmo e direção por diversas razões. Cabe aqui considerar os termos crescimento econômico e desenvolvimento econômico de uma região, muitas vezes usadas como sinônimos, aqui será entendido, respectivamente, como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e melhorias na qualidade de vida da sociedade (infraestrutura, saúde, educação etc.) em conjunto com o crescimento do PIB.

A discussão sobre desenvolvimento regional ganhou força no Brasil a partir da década de 1950 e se estendeu até a década de 1970 como parte integrante do processo de planejamento governamental, cujo objetivo era colocar o país entre as grandes potências mundiais e, também, em decorrência do desenvolvimento desigual do capitalismo que provocava o crescente aumento das diferenças econômicas e sociais entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil. Como forma de reduzir essas diferenças, a partir da década de 1930, o governo investiu no projeto da industrialização nacional, mesmo porque a região Sudeste já se encontrava em pleno processo de desenvolvimento industrial desde a segunda metade do século XIX através do capital acumulado na economia cafeeira. No Nordeste, as ações ligadas ao desenvolvimento regional foram implantadas em 1959 com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo modelo adotado foi a industrialização. Acreditava-se que o setor industrial seria responsável pelo dinamismo da economia nordestina capaz de promover o crescimento do valor do PIB da região, de criar um mercado consumidor e de reduzir o subemprego urbano (ARAÚJO, 2000).

Bellingieri (2017) ressalta que por problemas macroeconômicos, principalmente a inflação, o tema “desenvolvimento associada à industrialização”, foi deixado de lado na agenda pública nos anos de 1980 e início de 1990, voltando em meados da década de 1990, dessa vez, houve a discussão de questões mais estruturais da economia, como por exemplo, a distribuição de renda. Nessa nova fase emerge a discussão sobre o desenvolvimento

endógeno:

A partir do final da década de 1990 e mais intensamente nos anos 2000, a emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno (relacionado à valorização do local e dos atores locais, à ideia de protagonismo das cidades e ao desenvolvimento de baixo para cima, em contraposição ao de cima para baixo) reconduziu o desenvolvimento regional/local como tema relevante, contribuindo para a proliferação e a interiorização de Programas de Pós-Graduação em desenvolvimento² (com numerosas pesquisas), bem como a difusão de políticas e estratégias governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento, nas escalas regional e municipal. [...] Cabe destacar que desenvolvimento local não é sinônimo de desenvolvimento municipal. O desenvolvimento local, conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades. (BELLINGIERI, 2017, p.8).

Depois da implantação do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização na região Nordeste, veio o modelo baseado na extração e beneficiamento de minérios, e, mais tarde, como um terceiro modelo, é introduzida a agricultura moderna que necessita não só de insumos externos à região, mas, sobretudo, de empresários aptos a desenvolvê-la, já que as novas atividades são diferentes daquelas praticadas pelos agricultores da região.

Considerando o estado do Maranhão, a história econômica comprova as mudanças ocorridas ao longo dos séculos através das culturas do algodão; cana-de-açúcar e a implantação de engenhos para a fabricação de açúcar e aguardente, mas, devido a decadência dessas atividades no final do século XIX devido as constantes oscilações nos preços do algodão e do açúcar, alguns empresários mudaram suas atividades do setor rural para o setor industrial, mais especificamente, a indústria têxtil que conseguiu sustentar a economia maranhense até a década de 1960, quando perdeu espaço para a produção e industrialização de arroz e de babaçu (TRIBUZI, 2011). Nessa década, o dito desenvolvimento foi impulsionado não só pela SUDENE, mas, também, pelas ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas agiram basicamente na melhoria da infraestrutura e sob a forma de financiamentos de projetos agropecuários e na agroindústria para beneficiamento do babaçu e arroz, ambas entraram em decadência no início da década de 1970. No final dos anos de 1970, o Maranhão promove mais duas estratégias para promover o desenvolvimento dos seus municípios, dessa vez na área minero metalúrgica e, novamente, na agropecuária através da cultura da soja e pecuária bovina.

A estratégia pioneira foi o Projeto Grande Carajás, implantado entre os anos de 1979 e 1980. Para atrair novos empreendimentos, foi lançado o Programa Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, lançado pelo Governo Federal em parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (EMBRAPA-CNPSo), com governos estaduais e instituições financeiras, cujo objetivo era proporcionar a vinda de outros grandes projetos, tais como os projetos minero-metalúrgicos e agropecuários que se instalaram ao longo dos municípios que sofreram influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A partir desse momento, o Maranhão passou a atrair empresários nacionais e multinacionais devido aos incentivos fiscais por parte do governo, a facilidades ao acesso ao mercado externo e a uma grande infraestrutura para escoamento



da produção, sendo esta última representada principalmente pela estrada de ferro e pela estrutura do Porto de Ponta da Madeira, ambos de responsabilidade da Vale.

A justificativa do Governo para a instalação desses projetos foi a de transformar economicamente o Estado através da implantação de um polo exportador e de proporcionar a inclusão social e o desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. É inegável que os projetos de desenvolvimento impulsionados no final da década de 1970 e 1980 tenham provocado mudanças na sua economia, tais como o crescimento do PIB e a inserção no mercado externo dos produtos do Estado, mas também não se pode negar uma maior taxa de urbanização e as modificações no perfil produtivo agropecuário do Estado, fato comprovado por Martins (2020).

Os incentivos à agropecuária moderna, atraiu produtores e grandes grupos empresariais nacionais e internacionais já atuantes em outras regiões brasileiras, principalmente do Sul e Centro-Oeste, atraídos pelos fortes incentivos fiscais e creditícios e pela disponibilidade e preço da terra. O que chama atenção é o fato de que a produção resultante destes dois últimos modelos foi destinada à exportação, o que nos faz retornar às raízes históricas do modelo agroexportador vivido em séculos anteriores, onde a produção depende do mercado e preços externos e as divisas são concentradas nas mãos de poucos e enviadas para outras regiões, ajudando pouco na geração de emprego e renda local e incapazes de eliminar as desigualdades existentes entre o Maranhão e os estados brasileiros mais desenvolvidos e, até mesmo, entre os seus municípios. Alguns trabalhos têm mostrado que o desenvolvimento de uma região pode ser ou não influenciada por uma atividade incentivada pelo poder público, entre eles podemos citar Ottati (2013) e Dörner e Lima (2015) que estudaram a influência de alguns projetos no desenvolvimento dos municípios maranhenses.

Diante dessa discussão sobre a ação estatal, desenvolvimento desigual e desigualdades entre as regiões, que esta pesquisa pretende conhecer e entender a dinâmica do desenvolvimento das microrregiões maranhenses e as desigualdades existentes entre elas. Mais especificamente, pretende-se saber se o modelo de desenvolvimento voltado ao incentivo de grandes projetos nas áreas da siderurgia, metalurgia e agropecuária trouxeram desenvolvimento para as microrregiões onde eles foram implantados.

2. METODOLOGIA

O Estado do Maranhão está localizado no Oeste da Região Nordeste e apresenta uma área de 331.935 km², sendo o segundo maior Estado em área do Nordeste e o oitavo do país. A densidade demográfica do Estado é de 19,81 hab./km² e limita-se com o Oceano Atlântico (ao Norte), o Estado do Piauí (ao Leste), o Estado do Tocantins (ao Sul e Sudoeste) e o Estado do Pará (ao Oeste).

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma nova divisão do território maranhense, na qual os 217 municípios estão distribuídos em 22 regiões geográficas imediatas, que por sua vez, estão agrupadas em cinco regiões geográficas intermediárias, porém, nem todos os dados disponíveis no Instituto segue essa classificação, por isso, nesta pesquisa iremos utilizar a divisão anterior, onde os municípios estão distribuídos em cinco mesorregiões e 21 microrregiões. A população estimada em 2020 era de 7.114.598 pessoas (IBGE, 2021).

A pesquisa é do tipo explicativa, que, segundo Gil (2002, p. 42), “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para

a ocorrência dos fenômenos”. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Este estudo foi realizado com a utilização de dados secundários distribuídos em cinco (5) dimensões, cujas variáveis que as compoem, foram obtidas a partir de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc.) disponíveis no IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Saúde, Secretarias de Governo do Maranhão, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Ministério da Economia (Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) etc.

As dimensões são: a) **dimensão econômica**: PIB do município, PIB *per capita*, Participação da agricultura no Produto Interno Bruto (razão entre a participação da agricultura e a soma dos demais setores – indústria, comércio e serviços, IFDM emprego e renda, Índice de Gini – Renda (índice); b) **dimensão social, saúde e infraestrutura**: IFDM saúde. IFDM educação, mortalidade infantil, abastecimento de água, mortalidade infantil até 1 ano de idade (nº por mil nascidos vivos); c) **dimensão demográfica**: Taxa de urbanização (razão entre população urbana e população total, em %), densidade demográfica (habitantes por km²); d) **dimensão educação e lazer**: Escolaridade 6 a 14 anos [2010]; e) **dimensão produtiva**: produtividade da terra na agricultura – soja (quantidade produzida/área colhida); produtividade da terra na agricultura – milho (quantidade produzida/área colhida); investimento e comercialização a produtores e cooperativa agropecuárias; área plantada com milho/área plantada total; área plantada com soja/área plantada total, número de tratores; uso de adubação; não fez adubação, e uso de agrotóxico e não fez o uso de agrotóxico (Censo Agropecuário 2017).

A análise estatística foi realizada através das seguintes etapas:

- a) Teste z para diferenças de médias - Para verificar se existem diferenças de níveis de desenvolvimento entre as médias dos grupos formados pelos municípios/microrregião que produzem soja (Grupo 1) e do grupo formado pelos municípios/microrregião que não produzem soja (Grupo 2), se fez uso do teste z. Este teste é utilizado quando se quer verificar se existe diferenças significativas entre as médias de dois grupos quando se trabalha com uma população (no caso estamos trabalhando com todos os municípios maranhenses). Para o nível de desenvolvimento, escolhemos o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM 2018), que por sua vez, é composto pelo IFDM Saúde, IFDM Emprego e Renda e IFDM Educação.

$$z_{cal} = \frac{\bar{X}_A - \bar{X}_B}{\sqrt{\frac{\sigma_{X_A}^2}{n_a} + \frac{\sigma_{X_B}^2}{n_b}}}$$

Onde:

z_{cal} = valor da estatística Z

\bar{X}_A = média do IFDM do grupo A

\bar{X}_B = média do IFDM do grupo B

$\sigma_{X_A}^2$ = Variância da população do grupo A

$\sigma_{x_B}^2$ = Variância da população do grupo B

n_a = número de municípios do grupo A

n_b = número de municípios do grupo B

As hipóteses formuladas foram:

$H_0 : \mu_1 = \mu_2 \Rightarrow$ Não há diferença significativa entre as médias do IFDM dos municípios que compõem as microrregiões que produzem soja e os municípios que não produzem soja;

$H_a : \mu_1 \neq \mu_2 \Rightarrow$ Há diferença significativa entre as médias do IFDM dos municípios que compõem as microrregiões que produzem soja e os municípios que não produzem soja.

b) Análise fatorial – a análise fatorial é uma técnica multivariada usada quando analisamos muitas variáveis para analisar um fenômeno, como por exemplo, o desenvolvimento de uma região. Quanto maior o número de variáveis, maior é a tendência de correlação entre elas, assim, a análise fatorial é uma técnica de interdependência e tem por objetivo encontrar uma forma de concentrar a informação contida em variáveis originais em um conjunto menor de variáveis estatísticas fortemente inter-relacionadas, denominadas de fatores (HAIR JR. *et al.*, 2009).

A partir das variáveis, foi realizada a análise fatorial, utilizando o método de componente principal, com o método de rotação ortogonal Varimax. A técnica de análise de componentes principais (ACP) objetiva explicar a estrutura de variância e covariância de um vetor aleatório por meio de construção de combinações lineares das variáveis originais (MINGOTI, 2005). A utilização da ACP faz com que haja uma redução da dimensionalidade dos dados multivariados, o que permite a sua visualização e subsequente análise, tornando mais administrável (LATTIN *et al.*, 2011).

Por sua vez, o objetivo principal da rotação dos fatores é minimizar o número de variáveis que possuem altas cargas fatoriais em determinado fator, redistribuindo as cargas para fatores que inicialmente apresentam menores percentuais de variância compartilhada por todas as variáveis originais, o que simplifica a interpretação (FÁVERO *et al.* 2017). Vale registrar que Varimax é um método de rotação ortogonal que maximiza a soma de variâncias de cargas da matriz fatorial (HAIR JR. *et al.*, 2009). O modelo matemático da análise fatorial é demonstrado por Mingoti (2005), da seguinte forma:

$$Z_p = l_{p1}F_1 + l_{p2}F_2 + \dots + l_{pm}F_m + \epsilon_p$$

Esse modelo é construído a partir da matriz de correlação em que linearmente são correlacionadas as variáveis padronizadas e os fatores comuns, sendo que Z_p ($i=1,2, \dots, p$) são variáveis originais padronizadas relacionadas linearmente com as novas variáveis aleatórias F_j , $j = 1, 2, \dots, m$, as quais constituem fatores comuns não identificados; l_{ij} são coeficientes que representam as cargas fatoriais; ϵ_i , $i = 1,2,\dots$, são os erros aleatórios e correspondem aos erros de medida e à variação de Z_i .

Para a realização das análises, será utilizado software estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) V.22.0.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Principais atividades econômicas das mesorregiões e microrregiões maranhenses

As mesorregiões maranhenses estão assim constituídas (Quadro 1):

Mesorregiões	Microrregiões	Número de Municípios
Norte Maranhense	Aglomeração Urbana de São Luís	04
	Baixada Maranhense	21
	Itapecuru Mirim	08
	Lençóis Maranhenses	6
	Litoral Ocidental Maranhense	13
	Rosário	8
Subtotal	06	60
Centro Maranhense	Alto Mearim Grajaú	11
	Médio Mearim	20
	Presidente Dutra	11
Subtotal	03	42
Leste Maranhense	Baixo Parnaíba Maranhense	06
	Caxias	06
	Chapada do Alto Itapecuru	13
	Chapadinha	09
	Codó	06
	Coelho Neto	04
Subtotal	06	44
Oeste Maranhense	Gurupi	14
	Imperatriz	16
	Pindaré	22
Subtotal	03	52
Sul Maranhense	Chapada das Mangabeiras	8
	Gerais de Balsas	5
	Porto Franco	6
Subtotal	03	19
Total	21	217

Quadro 1. Mesorregiões do Maranhão, suas microrregiões e municípios

Fonte: IBGE (2017)

A mesorregião Norte, com seis microrregiões e 60 municípios, antes, grande celeiro econômico, foi perdendo força, mas ainda continua representando a maior participação no PIB do Maranhão por abranger a Capital do Estado, São Luís e sua região metropolitana. Apresenta como destaque o setor de comércio e serviços, além da atividade industrial, composta em sua maioria, pela construção civil e pela indústria de transformação, além da participação do setor de turismo.

A Centro Maranhense, com três microrregiões e 42 municípios, tem a base da sua economia voltada para a indústria extrativa mineral e a pecuária e, mais recentemente para a produção de soja e milho (GOMES, 2017). Ganha destaque aqui a microrregião de Alto Mearim Grajaú por possuir três municípios entre os maiores produtores no Estado de gado bovino: Grajaú, Arame e Sítio Novo.

A mesorregião Leste do Maranhão, composta por seis microrregiões e 44 municípios, tem como base econômica a indústria de transformação, seguida pelo setor agropecuário, que atualmente tem tido um considerável crescimento, sobretudo com a produção de grãos com a soja e milho.

Na mesorregião Oeste do Maranhão possui três microrregiões e 52 municípios, com destaque para a microrregião de Imperatriz. Entre as atividades econômicas de maior destaque citamos as indústrias de construção civil e da indústria de transformação, destaque para a Suzano de celulose e papel na cidade de Imperatriz.

O Sul Maranhense possui três microrregiões e 19 municípios. A economia dessas microrregiões se baseia na produção agrícola por ser considerada a nova expansão da fronteira agrícola maranhense com a produção, principalmente, da soja, mais também, de algodão e cana-de-açúcar.

3.2 Considerações sobre o PIB maranhense em 2019

Através da Figura 1, observamos que o PIB do Maranhão é crescente entre 2002 e 2019, sendo a maior contribuição do setor de serviços, indústria e, por último, agropecuária. Em 2019 o PIB do Maranhão foi de R\$ 97,340 bilhões, 4º maior do Nordeste e 17º maior do Brasil, porém, a participação no PIB no país foi de 1,3% e de 9,3% na região Nordeste. Quanto à composição setorial do PIB maranhense, destaca-se o setor de serviços com 74% de representatividade, seguido pelo setor da indústria e da agropecuária, com pesos de 17,3% e 8,7%, respectivamente. Dentro do setor industrial, apenas 16 municípios apresentaram a “Indústria de Transformação” como destaque. Os “Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)” se destacaram em 74 municípios, enquanto a “Construção Civil” apresentou-se como atividade principal em 121 municípios e a “Indústria Extrativa” em cinco municípios (IMESC, 2021).

Os municípios de maior destaque no PIB de 2019 foram São Luís (32,9%), Imperatriz (7,7%), Balsas (3,59%), Açailândia, São José de Ribamar, Timon, Santo Antônio dos Lopes, Caxias, Bacabal e Santa Inês. Já o PIB *per capita* se destaca em: Tasso Fragoso, Santo Antônio dos Lopes, Balsas, Godofredo Viana e Davinópolis, principalmente por serem cidades com uma população pequena em relação ao volume de renda gerada na economia que, por sinal, é muito concentrada nas mãos de poucos empresários. Como o próprio PIB mostra, a participação industrial no Maranhão é muito pequena, e se restringe nos setores metalúrgico, madeireiro, extrativista, alimentício e químico.

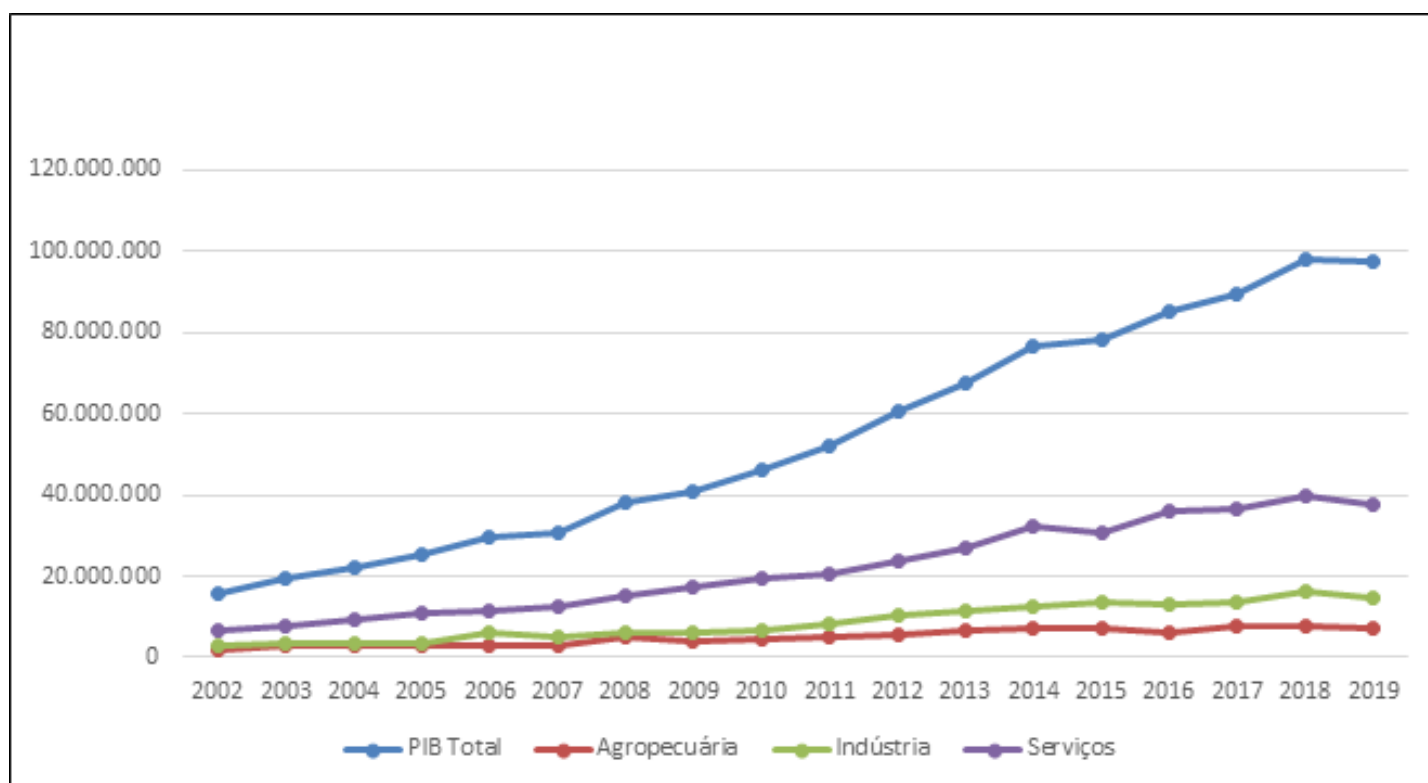


Figura 1. PIB total e os valores adicionados da agropecuária, indústria e serviços do Maranhão – 2002 a 2019

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No Quadro 2 encontramos os dez municípios de maiores PIB de 2019 no Maranhão, com destaque para São Luís que está em primeiro lugar uma vez que participa tanto no setor secundário como no setor terciário, como exemplo, no comércio. Observa-se que em termos de contribuição ao PIB os municípios estão bem distribuídos entre as mesorregiões e as atividades estão distribuídas entre serviços, indústrias e agropecuária.

Posição	Município	Microrregião	Mesorregião
1º	São Luís	Aglomeração Urbana de São Luís	Norte Maranhense
2º	Imperatriz	Imperatriz	Oeste Maranhense
3º	Balsas	Gerais de Balsas	Sul Maranhense
4º	Açailândia	Imperatriz	Oeste Maranhense
5º	São José de Ribamar	Aglomeração Urbana de São Luís	Norte Maranhense
6º	Timon	Caxias	Leste Maranhense
7º	Santo Antônio dos Lopes	Médio Mearim	Centro Maranhense
8º	Caxias	Caxias	Leste Maranhense
9º	Bacabal	Médio Mearim	Centro Maranhense
10º	Santa Inês	Pindaré	Oeste Maranhense

Quadro 2. Os 10 maiores municípios que tiveram maior participação no PIB do Estado - ano de 2019

Fonte: IMESC (2021).

Os dados do Quadro 3 mostram o ranking dos dez municípios com os maiores PIB *per capita* do Maranhão. Observa-se que oito deles estão em microrregiões localizadas nas mesorregiões Oeste e Sul, e, em primeiro lugar, o município de Tasso Fragoso, município de grande destaque na produção de soja e algodão. Um município com alta geração de recursos, população pequena e alta concentração de renda.

Posição	Município	Microrregião	Mesorregião
1º	Tasso Fragoso	Gerais de Balsas	Sul Maranhense
2º	Santo Antônio dos Lopes	Médio Mearim	Centro Maranhense
3º	Balsas	Gerais de Balsas	Sul Maranhense
4º	Godofredo Viana	Gurupi	Oeste Maranhense
5º	Davinópolis	Imperatriz	Oeste Maranhense
6º	Sambaíba	Chapada das Mangabeiras	Sul Maranhense
7º	Alto Parnaíba	Gerais de Balsas	Sul Maranhense
8º	São Luís	Aglomeracão Uragana de São Luís	Norte Maranhense
9º	Imperatriz	Imperatriz	Oeste Maranhense
10º	São Raimundo das Mangabeiras	Chapada das Mangabeiras	Sul Maranhense

Quadro 3. Considerando o ano de 2019, os dez municípios com maior PIB *per capita* no Estado

Fonte: IMESC (2021).

3.3 Análise fatorial

Observa-se na tabela 1 e tabela 2 que cada fator é constituído por um conjunto de variáveis relacionadas. Dessa maneira, cada dimensão estudada tem o intuito de analisar a situação dos municípios do estado do Maranhão e destacá-los onde estão situadas suas potencialidades e dificuldades.

Para a determinação dos fatores relacionados ao processo de desenvolvimento das microrregiões do estado do Maranhão utilizou-se do método de componentes principais para verificar as variáveis que mais contribuíram para a formação dos fatores. A matriz M (21 x 22) analisada é formada pelas 21 microrregiões e 22 variáveis. De início, aplicou-se o teste de Bartlett para examinar se a matriz M constitui uma matriz identidade e, em seguida, o teste de KMO para verificar a pertinência do uso da análise fatorial junto aos dados. O teste de Bartlett apresentou o resultado de 3228,611, significativo a 1%, razão para rejeitar a hipótese nula que afirma que a matriz é identidade. Já o KMO com o valor de 0,670, evidenciou que a utilização da análise fatorial é coerente.

Em função dos autovalores superiores a 1, identificou-se 5 fatores que expressaram as características das 22 variáveis originais. Mediante o uso da rotação ortogonal Varimax, fez a redistribuição das cargas fatoriais para os fatores com menores variâncias. Finalizada a rotação, a variância dos fatores apresentou um acumulado de 82,39% (Tabela 1).

Fatores	Autovalor	Variância explicada pelo fator (%)	Variância acumulada (%)
Fator 1	4,79	21,73	21,73
Fator 2	3,24	21,12	42,85
Fator 3	2,96	19,25	62,10
Fator 4	1,69	11,40	73,50
Fator 5	1,31	8,89	82,39

Tabela 1. Autovalor, variância explicada pelo fator e variância acumulada das microrregiões maranhenses

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No Apêndice A encontramos as cargas fatoriais e as comunalidades. Cada variável

apresentou comunalidade que manifesta a contribuição de uma variável para a formação de cada fator. Segundo Hair Júnior *et al.* (2009), foi empregado no modelo de análise apenas as variáveis que apresentaram comunalidade superior a 0,5. Considerou-se para a interpretação das cargas fatoriais os seguintes aspectos: valores mínimos para interpretação entre $\pm 0,30$ a $\pm 0,40$, cargas de valores significativos acima de $\pm 0,50$ e cargas a partir de $\pm 0,70$, são consideradas bem estruturadas. Observa-se que todas as variáveis apresentam valores acima de 0,50, portanto, consideradas de valores significativos. Observa-se também que, das 22 variáveis originais, apenas 17 variáveis restaram para compor os 5 fatores da análise.

O Fator 1 é composto por quatro variáveis e detém 21,73% de variância, é constituído pelas variáveis: V9 - Não usou agrotóxico; V11 - Não fez adubação; V13 - Fez financiamento e V14 - Não fez financiamento. Pelo conjunto de variáveis, demos o nome a esse Fator 1 de Uso de tecnologia e financiamento. O que se pode deduzir é que o nível tecnológico não se diferenciou de quem fez financiamento de quem não fez financiamento. Talvez esse resultado pode ser explicado pelo fato de 85% dos estabelecimentos agrícolas do Maranhão serem de agricultores familiares e de que estes, em geral, não fazem financiamento, fazem pouca ou não fazem adubação e usam pouco ou não usam agrotóxico. Mas, se considerarmos as microrregiões localizadas nas regiões produtoras de soja, milho, cana de açúcar e algodão, essa realidade muda, tenho o inverso dessa realidade, maior uso de financiamento, adubação e agrotóxico, fato comprovado por Martins (2020) ao analisar o Censo 2016 e 2017 quando analisa essas variáveis para o Maranhão.

O Fator 2, formado por cinco variáveis, possui 21,12% de variância, é formado pelas seguintes variáveis: V1 - Área Territorial - km²; V8 - milho (quantidade produzida em toneladas); V10 - Fez adubação; V15 - Tratores; V16 - milho (área colhida em hectares). Se nomeou o Fator 2 de Área territorial e produção. No Maranhão a área territorial da microrregião tem uma relação direta e importante com a questão da produção agrícola, pois, ainda, a quantidade produzida é em função da área plantada, isso devido a disponibilidade de área que ainda existe e, para muitas culturas da agricultura familiar e para médios produtores, pela falta de tecnologias usadas no cultivo.

O Fator 3, composto por quatro variáveis e expressa 19,25% de variância, é composto por: V2 - População estimada em 2021; V3 - Densidade demográfica - hab/km²; V12 - Abastecimento de água (unid.); V17 - Índice de Gini. Com base nas variáveis, este Fator foi nomeado de Demografia e abastecimento de água. No Estado existem microrregiões mais adensadas outras menos adensadas, assim como também, umas mais desenvolvidas e outras mais atrasadas. Pelos dados sobre desenvolvimentos analisados por Ottati (2013) e Firjam (2018), no Estado, os municípios que foram criados em 1994 são os mais deficientes em condições econômicas e sociais para seus moradores, isso independe da microrregião em que estão localizados. Quanto ao abastecimento de água, apenas 52,7% dos maranhenses possuem atendimento total a água (SNIS, 2017). Se vê uma relação direta entre as variáveis: quanto mais a população aumenta, mais necessidade de água terá, mais o poder público necessitará oferecer, fato que não acompanha a necessidade da população, por isso, um percentual baixo de pessoas atendidas por um serviço de qualidade e restrito às microrregiões de maior desenvolvimento urbano.

O Fator 4 é composto por duas variáveis e possui 11,40% de variância, composto por: V5 - IFDM (geral) 2018 e V6 - IFDM Emprego e Renda 2018, denominado de Desenvolvimento municipal e emprego e renda. São duas variáveis relacionadas, pois o desenvolvimento de uma microrregião (ou região qualquer) mostra que a população está apresentando não só o crescimento econômico, mas vai além disso, está tendo bem-estar, qualidade de vida. Quando analisamos os municípios maranhenses não encontramos esse bem-estar associa-

do ao crescimento econômico, prova disso são os municípios produtores de soja que apresentam um alto crescimento econômico e, muitas vezes, desenvolvimento inferior a municípios que não tem nenhum destaque econômico no Estado (Ottati, 2013; Firjam, 2018).

O Fator 5 é composto por duas variáveis e detém 8,89% de variância. Formado pelas variáveis V4 – Escolarização de 6 a 14 anos e V7 – IFDM Educação, foi nomeado de Educação. Aqui nos mostra que o nível de desenvolvimento educacional nas microrregiões tem uma relação direta com a educação fundamental. Um estudo como esse nos ajuda a entender como um aluno nos últimos anos educacionais tem tanta dificuldade, justamente porque faltou a sua base no ensino fundamental tão importante para a sua vida estudantil. No Maranhão não encontramos distinção de microrregião, o Estado como um todo é deficiente no ensino, falta escola de qualidade, professores qualificados, estrutura nos prédios, material escolar, merenda para os alunos, transporte etc., tudo isso vai refletir na baixa qualidade do ensino público.

3.4 Teste z para diferença de médias

Através do teste z, pudemos analisar a partir do Índice Firjan de desenvolvimento municipal, se há diferenças de níveis de desenvolvimento entre os municípios produtores de soja e os municípios que ainda não implantaram essa cultura em uma mesma microrregião. O teste mostrou que não existe diferença significativa entre as médias desses dois grupos de municípios (Apêndice B). Só reforçando que o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é formado pelo IFDM Saúde, IFDM Emprego e Renda e IFDM Educação.

Este resultado mostrou que a decisão do governo maranhense em desenvolver o Estado do Maranhão através das grandes culturas para exportação não trouxe desenvolvimento econômico, aqui entendido como uma melhor qualidade de vida para sua população, ou seja, um melhor bem-estar em saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico, o que não podemos negar é que está trazendo um maior crescimento econômico, crescimento de PIB para algumas microrregiões, principalmente para as das mesorregiões Sul e Oeste Maranhenses onde temos a soja e o gado bovino para corte. Resultado que corrobora com os resultados de Ottati (2013) ao afirmar que os grandes projetos de desenvolvimento implantados no Maranhão desde a década de 1980 (Vale, Alumar, pecuária e soja) não trouxeram o desenvolvimento esperados pelo Governo do Estado.

4. CONCLUSÃO

Os resultados mostraram que há diferenças relativas em relação ao PIB no Estado, mesmo destacando os municípios com maior participação, observa-se que esses contribuem de forma distinta em termos setoriais, como exemplo, São Luís, que sua atividade econômica é o comércio, pois a capital apresenta contribuição na indústria, o que se pode comparar com Imperatriz, que é a segunda maior indústria do Maranhão. Com a análise, percebe-se a supremacia do PIB agrícola das mesorregiões Sul e Oeste, principalmente com a produção de soja e criação de bovinos. Quanto ao PIB industrial, percebe-se que é muito incipiente e restrito a poucas regiões. A supremacia no Estado é a contribuição do setor de serviços.

Percebe-se uma carência de todas as dimensões analisadas em todas as microrregiões analisadas, sobressai uma ou outra em alguma microrregião, o que compromete o que consideramos como desenvolvimento municipal (qualidade de vida da população). O

que Observa-se que as atividades econômicas estão trazendo para os municípios o crescimento econômico, este representado pelo aumento do PIB, o que, conseqüentemente, está provocando uma maior concentração de renda no Estado.

Por fim, pode-se constatar a dificuldade de se trabalhar com dados secundários do Estado do Maranhão por não haver dados de órgãos estaduais na área analisada, depende-se de fontes federais e que muitas vezes são modificadas a forma de apresentação ou deixam de existir, porém mesmo com todas as dificuldades, a pesquisa foi concluída e acreditamos que servirá de fonte para outras análises.

Referências

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordeste: que Nordeste. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000, p. 165-196.
- BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano XIX, V. 2, n. 37, p. 6–34. 2017.
- DÖRNER, Stefan H; LIMA, Jandir F. de. A indústria canavieira em aldeias Altas e São Raimundo das Mangabeiras. **Acta Tecnológica**, v. 10, n. 1, p. 66-72. 2015.
- FÁVERO, Luiz Paulo et al.. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. cap.6, p 195 -234.
- FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **IFDM**, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 20 fev. de 2022.
- FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octavio A. C. et al. (Orgs). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha).
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, **Rodrigo Rodrigues Freire** . Economia do Maranhão. 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/economia-do-maranhao/>. Acesso em: 02 set. 2022.
- HAIR Jr, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Brookman, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 23 mai. 2021.
- IFDM. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **Publicação IFDM 2018** – Ano base 2016. 2018. Disponível em: <https://firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão**. v. 15, n. 1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2021.
- LATTIN, James. et al.. **Análise de dados multivariados**. v. 475. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MARTINS Juliane Carneiro. **Análise da produção agropecuária no estado do Maranhão entre os anos de 1974 a 2017**. 2020. 79 f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2020.
- MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2017**. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- TRIBUZI, Bandeira. **A formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2. ed. São Luís: Conselho Regional de Economia, 2011.

APÊNDICE

Variáveis	Fatores					Comunalidade	
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5		
V1	Área Territorial - km ² [2021]	0,334	0,752	-0,018	0,081	-0,175	0,715
V2	População estimada - pessoas [2021]	0,119	0,038	0,977	0,099	0,036	0,981
V3	Densidade demográfica - hab/km ² [2010]	-0,072	-0,089	0,972	0,093	0,051	0,968
V4	Escolarização 6 a 14 anos [2010]	-0,120	-0,108	-0,056	-0,042	0,778	0,635
V5	IFDM (Geral)	0,043	0,044	0,099	0,967	0,057	0,952
V6	Emprego e renda - IFDM	0,035	0,125	0,159	0,947	0,029	0,940
V7	IFDM Educação - Milho - Quantidade produzida em toneladas	-0,024	0,055	0,209	0,135	0,752	0,631
V8	- Censo Agro 2017- IBGE - Quant. Produzida Ton - Milho Valor	-0,060	0,928	-0,007	0,065	-0,032	0,870
V9	Não usou agrotóxico	0,925	0,042	0,070	-0,033	-0,125	0,878
V10	Fez adubação	0,191	0,556	0,358	-0,113	0,357	0,615
V11	Não fez adubação	0,976	-0,013	0,002	0,022	-0,103	0,965
V12	Abastecimento de água (unid.) 2017	0,048	0,050	0,974	0,103	0,071	0,970
V13	Fez financiamento	0,758	0,259	0,042	0,118	0,132	0,674
V14	Não fez financiamento	0,965	0,017	0,045	-0,011	-0,065	0,938
V15	Tratores	0,090	0,895	0,006	0,072	0,087	0,821
V16	Milho - Grão do Maranhão por Área colhida em hectares - Censo Agro 2017 - IBGE	-0,019	0,946	-0,002	0,057	-0,032	0,899
V17	Índice de Gini (2003)	0,425	0,211	0,454	0,096	0,334	0,552

Apêndice A – Cargas fatoriais e comunalidades das variáveis analisadas dos municípios maranhenses

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

	Municípios	
	Sem Soja	Com Soja
Média	0,534492	0,53326
Variância	0,004862	0,003385
Observações	135	61
Valor de z	0,128365	
P(Z<=z)	0,8978601	
z crítico	1,959964	

Apêndice B – Resultado do teste z

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

11

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA EM DIFERENTES LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS- MA: UM ESTUDO DE MERCADO

*ANALYSIS OF PRICE VARIATION OF BASIC BASKET PRODUCTS IN DIFFERENT
LOCATIONS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO LUÍS: A MARKET STUDY*

Jefferson Fernandes Silva

Flávia Ferreira Chaves

Luziane Marques Fontinele

João Victor de Souza Rabelo

Juliana Silva Gomes

Wilitan da Silva Martins

Domaris Martins Menezes

Eduardo Mendonça Pinheiro

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-11



Resumo

Este estudo de mercado analisa a variação de preços de produtos alimentícios em diferentes localidades no município de São Luís. Com base em dados coletados, examinou as discrepâncias de preços e suas possíveis causas, considerando fatores econômicos, geográficos e socioeconômicos. Além disso, investigou os impactos dessa variação de preços na acessibilidade e disponibilidade de alimentos para as diferentes comunidades locais. O estudo teve como objetivo verificar e compreender o comportamento da dinâmica dos preços dos produtos que compõem a cesta básica, em bairros de diferentes classes sociais. Observou-se que o estabelecimento que mais apresentou variação de preços em seus produtos foi a feira da Cidade Operária.

Palavras-chave: Cesta básica; Acessibilidade; Segurança alimentar.

Abstract

This exploratory study examines the price variation of food products in different locations within the municipality of São Luís. Based on collected data, we analyze the price discrepancies and their possible causes, considering economic, geographic, and socioeconomic factors. Furthermore, we investigate the impacts of this price variation on the accessibility and availability of food for different local communities. The study aimed to verify and understand the behavior of price dynamics for products that make up the basic basket in neighborhoods of different social classes.

Keywords: Basic basket; Accessibility; Food safety.

1. INTRODUÇÃO

A alimentação é essencial para a sobrevivência de qualquer espécie, podendo ser analisada de diferentes perspectivas, que de certo modo se complementam, sendo a perspectiva econômica, na qual a relação entre a oferta e a demanda, o abastecimento, os preços dos alimentos e a renda das famílias são os principais componentes (OLIVEIRA; THÉBAUD-MONY, 1997). Há uma série de fatores que contribuíram para mudanças nas condições sociais, um deles foi o êxodo rural (BAPTISTA *et al.*, 2012). A urbanização constitui a mais importante transformação social da atualidade (CANUTO; CHEROBIM, 2018). O processo de urbanização e industrialização, consequentes do desenvolvimento econômico brasileiro, somados a globalização, mudaram a forma como se produz, distribui e consome os alimentos. Todos esses temas estão relacionados, pois ao abordar a alimentação, logo relacionamos com agricultura, com grandes cidades e com desigualdade social.

A política social no Brasil tem início na década de 30, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, quando, em 1937/38, dentro do contexto de sua política trabalhista, foi realizado, no Rio de Janeiro, um inquérito alimentar visando à implantação do Salário-Mínimo. A Lei n.º. 185 (janeiro/1936) e o Decreto Lei n.º. 399 (abril/1938) regulamentaram a instituição do salário-mínimo, que teve seu primeiro valor fixado pelo Decreto Lei n.º. 2162, de 1º de maio de 1940 (LADEIA, 2014). O artigo 2º do Decreto-Lei 399 define como salário-mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1938).

A cesta básica é composta de itens considerados básicos para suprir a necessidade nutricional e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de calorias, proteínas, cálcio e ferro (BRASIL, 1938). No Brasil, existem realidades populacionais bem distintas. Enquanto algumas famílias ficam restritas aos itens da Cesta Básica, outras acabam tendo opções alimentares adicionais no consumo diário (PASSOS *et al.*, 2014). Conforme Pindyck (2015) os consumidores fazem escolhas por meio da comparação entre cestas de mercado ou pacotes de mercadorias. Ou seja, o consumidor procura aumentar seu grau de satisfação individual conforme adquire uma cesta de mercadorias restrita ao seu nível de renda.

O comportamento do mercado consumidor é um dos principais determinantes considerados ao definir as políticas de preço. A importância do preço é reforçada por Rojo (2003, p.145), o qual salienta ser “o preço, em inúmeras pesquisas com consumidores, o principal atributo considerado para a escolha da loja onde fará suas compras”. Segundo Kotler e Armstrong (2007) o preço pode ser definido como a quantidade de dinheiro cobrado por algum bem como também o total de valores os quais compradores podem trocar por algum benefício ou utilizar de algum serviço. Dentro desta definição aliada a uma outra perspectiva, o preço dessa forma, pode ser determinado também como uma variável que pode influenciar a geração da receita e decisiva para que as metas da empresa possam ser alcançadas (COELHO, 2018).

Mesmo para consumidores de renda mais elevada, a escolha entre lojas do mesmo padrão e que atendam às suas expectativas recai, muitas vezes, sobre o preço. Naturalmente, quanto mais diferenciada for a linha de produtos da loja, menor tenderá a ser a importância dada ao preço. Sendo assim, o estudo teve como objetivo verificar e compreender o comportamento da dinâmica dos preços dos produtos que compõem a cesta

básica, em bairros de diferentes classes sociais.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de São Luís – MA, entre os meses de abril a maio de 2023 em 5 mercados de diferentes bairros (feira da Cidade Operária, supermercado Mateus da Cidade Operária e Araçagy, feira do Renascença, feira do São Bernardo e feira da Cohab) e classes sociais. O trabalho baseou-se em uma estratégia qualitativa e quantitativa de pesquisa de caráter descritivo onde realizou-se pesquisas de campo coletando o preço de alguns produtos alimentícios que compõem a cesta básica e utilizou-se como parâmetros uma planilha com preços tabelado (Tabela 1). A planilha utilizada tem a finalidade de proporcionar a verificação da variação de preços das demais localidades em comparação com os preços que foram levantados no mês de janeiro/23.

Tabela 1: Planilha utilizada para assimilar o preço tabelado com o preço dos locais visitados.

PRODUTO	UNIDADE	PREÇO TABELA	PREÇO REAL	VAR%
Óleo de soja	900 ml	8,99	-	-
Carne Bovina (Alcatra)	1 Kg	49,90	-	-
Pescada	1 Kg	25,00	-	-
Carne Suína (Pernil)	1 Kg	19,99	-	-
Tomate Salada	1 Kg	5,99	-	-
Mandioca in natura	1 Kg	3,99	-	-
Extrato de tomate	320 g	3,99	-	-
Queijo mussarela	500g	32,90	-	-
Cheiro verde	Maço	2,99	-	-
Água mineral	500 ml	1,79	-	-
Ovos	Bandeja 12 uni	10,50	-	-

A pesquisa foi conduzida da seguinte forma, primeiro a escolha dos 5 bairros diferentes dentro do próprio Município (Cidade Operária, Araçagy, Renascença, São Bernardo e Cohab) o que envolveu feiras livres, mercados pequenos e supermercados.

Dessa forma, em cada feira escolhida a entrevista foi feita com os responsáveis de cada barraca na qual continham os 11 produtos listados, foram questionados sobre o preço/Kg por produto. Finando as visitas nos supermercados, onde dispõe de todos os produtos. Alguns dos produtos não estavam disponíveis nos dias que ocorreu a pesquisa, então foi retornado ao mesmo local para uma nova consulta. Os dados coletados foram tabelados em uma planilha e depois elaborado gráficos correlacionando *preço x produto*, considerando os locais da pesquisa.

Para a obtenção dos resultados foram adicionados os dados das pesquisas realizadas nos locais escolhidos e que posteriormente foram adicionados à planilha contendo os preços de tabela no qual nos proporcionou gráficos com as variações de preços onde esses dados dos gráficos foram descritos em porcentagem (%).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os preços foram bem distintos dependendo da localidade e do estabelecimento visitado como apresentado na tabela 2. Pôde-se observar que para cada produto descrito na tabela houve uma variação de preço, logo, não são todos os produtos de um estabelecimento que serão mais caros que os demais, como é o caso dos estabelecimentos: Supermercados Mateus da Cidade Operária e Mateus do Araçagy onde em um caso os dois estabelecimentos oferecem os mesmos produtos sendo que em um caso um está mais barato e em outro caso de um produto diferente está mais caro, como exemplo podemos mencionar a alcatra bovina e o queijo muçarela, no caso da alcatra no Supermercado Mateus da Cidade Operária oferecendo valor de R\$ 44,99, já no Mateus do Araçagy a alcatra bovina foi ofertada pelo valor de R\$ 35,90, na qual apresenta uma diferença de preço de R\$ 9,09 entre os estabelecimentos.

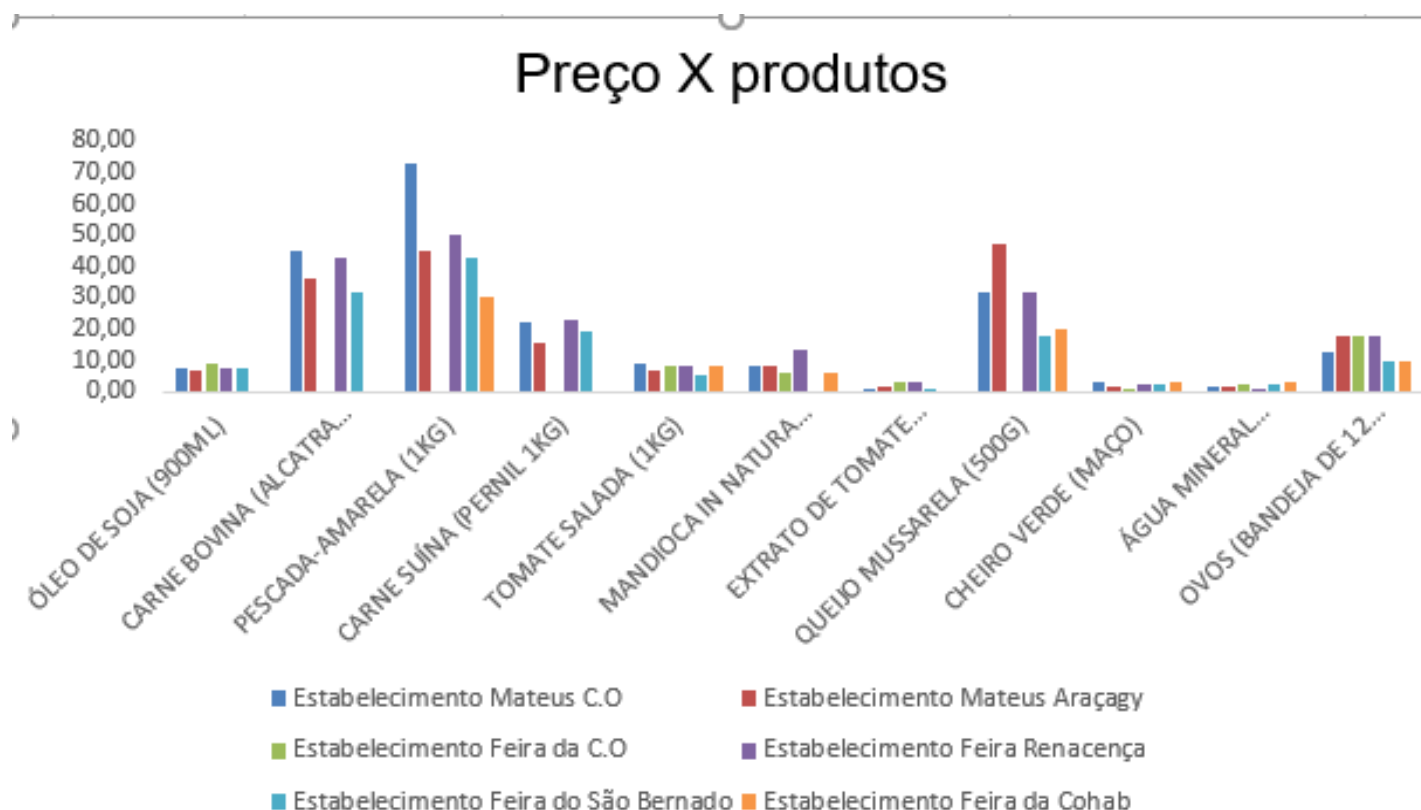
Já o queijo muçarela, no Mateus da Cidade Operária encontrou-se no valor de R\$31,93 e no do Bairro Araçagy é encontrado por R\$47,25, ou seja, uma diferença de R\$15,32 entre os produtos ofertados nos locais. O que mostra que alguns produtos, dependendo da localidade sofrem alterações de preços.

Tabela 2. Preços dos produtos de cada localidade visitada

ITENS	Produtos	Estabelecimentos					
		Mateus C.O	Mateus Araçagy	Feira da C.O	Feira Renascença	Feira do São Bernardo	Feira da Cohab
—	—						
1	ÓLEO DE SOJA (900ML)	7,19	6,80	9,00	7,29	7,75	9,00
2	CARNE BOVINA (ALCATRA 1KG)	44,99	35,90	31,99	42,90	32,00	44,80
3	PESCADA-AMARELA (1KG)	49,99	44,90	42,80	49,99	42,99	30,00
4	CARNE SUÍNA (PERNIL 1KG)	21,99	15,90	16,99	22,99	19,50	18,80
5	TOMATE SALADA (1KG)	8,99	7,00	8,50	7,99	5,00	8,00
6	MANDIOCA IN NATURA (1KG)	8,55	8,29	6,00	13,45	6,00	6,00
7	EXTRATO DE TOMATE (320G)	1,23	1,70	3,00	2,89	1,25	3,00
8	QUEIJO MUSSARELA (500G)	31,93	47,25	16,50	31,95	17,99	20,00
9	CHEIRO VERDE (MAÇO)	2,99	1,99	1,00	2,49	2,00	3,00
10	ÁGUA MINERAL ENGARRAFADA (500ML)	1,69	1,29	2,00	0,99	2,00	3,00
11	OVOS (BANDEJA DE 12 UNIDADES)	12,29	17,79	18,00	17,50	10,00	10,00

Fonte: autores

Ao observar o gráfico 1, é notório que alguns produtos não foram encontrados nos dias das pesquisas, portanto, não são expressos na forma numérica, logo, subentende-se que seus valores são zero. Já no gráfico 2 é possível observar a variação dos preços reais para os tabelados.

Gráfico 1. Variação de preço por produto dos locais visitados

Fonte: autores

O primeiro produto a ser analisado foi o óleo de soja, todos os estabelecimentos apresentaram valores aproximados, ou seja, baixa variação dos valores pesquisados, mas, a feira da Cidade Operária se apresenta como a mais cara. Para a carne bovina (alcatra) o supermercado Mateus da Cidade Operária apresentou maior preço seguido pela feira do Renascença, Mateus Araçagy e feira do São Bernardo na respectiva ordem. A CONAB (2022) explica que o panorama de preços da carne tende a se manter em curto prazo. Seguindo a média de preços de 3,7% que retrocedeu em agosto/2022, comparativamente ao mês anterior, chegando a R\$19,86/Kg. Como consequência dos preços altos, a demanda e oferta de carnes dessa qualidade é muito baixa, apenas uma pequena parcela de consumidores compram até mesmo influenciando na disponibilidade desses produtos nesses locais. Isso pode ser até mesmo um reflexo da distribuição desses alimentos e da quantidade de animais abatidos, sobretudo outros aspectos a serem avaliados como transporte, escoamento e armazenamento. A pescada amarela teve uma discrepância no preço do supermercado Mateus da Cidade Operária em relação aos outros, sendo que a feira da Cohab apresentou menor preço, podendo os valores terem sido influenciados por ofertas promocionais na época. O pernil suíno na feira do Renascença e o Mateus da Cidade Operária com preços iguais e o Mateus do Araçagy e feira da cidade operária com menor preço. A feira do São Bernardo apontou o tomate salada com menor preço, os demais estabelecimentos com os valores com baixa variação. Carvalho *et al.* (2011) ao analisar a sazonalidade nos preços médios do tomate na cesta básica do município de Vitória da Conquista/BA e constatou que o preço médio do tomate foi de R\$ 6,00, resultado inferior ao encontrado na feira do São Bernardo e resultado superior ao encontrado nas demais feiras

A mandioca *in natura* teve preços semelhantes na feira do São Bernardo e no Mateus Araçagy apresentando preço inferior a feira do Renascença, mas a feira da Cidade Operária teve menor preço do que os outros pontos de venda. O extrato de tomate apontou a feira da Cidade Operária e a feira do Renascença com os preços mais elevados.

O queijo muçarela teve uma grande diferença de preço no Mateus do Araçagy em relação aos demais estabelecimentos, principalmente quando comparado a feira do São Bernardo e a feira da Cidade Operária, sendo essas as que apresentaram menores preços. O queijo verde não teve variação significativa nos preços nas localidades pesquisadas, assim como a água mineral. Para o preço dos ovos, os estabelecimentos Mateus do Araçagy, feira da Cidade Operária e feira do Renascença apresentaram preços iguais e os maiores, enquanto a feira do São Bernardo e feira da Cohab apresentaram preços iguais e mais baratos.

Gráfico 2. Variação de preços dos produtos dos estabelecimentos analisados



Fonte: autores

O gráfico acima apresenta o preço de todos os produtos citados na Tabela 2, correlacionando-os com preço real que são os encontrados em diferentes locais e os preços já tabelados. Sabendo-se da ordem utilizada para caracterizar as localidades visitadas (Mateus da Cidade Operária, Mateus Araçagy, Feira da Cidade Operária, Mateus do Renascença, Feira do São Bernardo e Feira da Cohab), ficou notório que o estabelecimento que mais proporcionou variação de preços em seus produtos os comparando com preços tabelados foi a feira da Cidade Operária.

4. CONCLUSÃO

Com base nos dados apresentados e nas análises realizadas, os preços dos produtos alimentícios variam significativamente de acordo com a localidade e o estabelecimento visitado tanto nos supermercados quanto nas feiras. A tabela 2 de preços demonstrou diferenças de valores para cada produto, indicando que nem todos os itens de um determinado estabelecimento são necessariamente mais caros do que os oferecidos por outros. Conclui-se que os resultados ressaltam a importância de comparar os custos e realizar uma escolha consciente na hora de adquirir produtos alimentícios, sendo assim, a disponibilidade de informações sobre os preços praticados pelos estabelecimentos é uma ferramenta importante para os consumidores na tomada de decisão de compra.

Referências

BAPTISTA, Caio Henrique Mota Silva et al. Crédito rural e população rural na região Nordeste: Uma análise especial. **Anais**, p. 1-18, 2019.

- CANUTO, Kleber Cuissi; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Fatores de competitividade dos municípios brasileiros: proposta de modelo de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 1194-1213, 2018.
- DE CARVALHO, Delza Rodrigues et al. ANÁLISE DE SAZONALIDADE NA SÉRIE DOS PREÇOS MÉDIOS DA BANANA E TOMATE CONSTANTES NA CESTA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BA. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 9, n. 15, p. 7-26, 2021.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **AgroConab**: Estudo aponta tendência de queda no preço médio da carne bovina. Disponível em: [https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4766-agroconab-estudo-aponta-tendencia-de-queda-no-preco-medio-da-carne-bovina#:~:text=Os%20pre%C3%A7os%20m%C3%A9dios%20](https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4766-agroconab-estudo-aponta-tendencia-de-queda-no-preco-medio-da-carne-bovina#:~:text=Os%20pre%C3%A7os%20m%C3%A9dios%20.). Acesso em: 30 MAI 2023.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Marketing**: versão para Latinoamérica. 2007.
- LADEIA, Antonio Eustaquio Neves. **O preço da cesta básica e o desenvolvimento econômico: estudo de caso de Imperatriz-MA**. 2014.
- OLIVEIRA, Silvana P. de. Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar. **Rev. Saúde Pública**, 31 (2): 201-8, 1997.
- PASSOS, K. E., BERNARDI, J. R., MENDES, K. G. **Análise da composição nutricional da cesta básica brasileira**. Petrópolis-RS. 2013. DOI: 10.1590/1413-81232014195.11862013.
- PINDYCK, Robert S. et al. **Microeconomics**. 2018.
- ROJO, F.J.G. Varejo. In: FGV-EAESP (Org.). **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003. p.143-166.
- SCHLINDWEIN, Madalena Maria; KASSOUF, Ana Lúcia. **Análise da influência de alguns fatores socioeconômicos e demográficos no consumo domiciliar de carnes no Brasil**. 03. ed. Rio de Janeiro, jul/set 2006.
- VINHOL, Ana Carolina; MARTINS, Pedro. Agricultura urbana e êxodo rural. 1. ed. FORTALEZA: **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, jan/jun 2012.

12

TRABALHO ESCRAVO: UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE NA ZONA RURAL DO BRASIL

SLAVE LABOR: A STUDY ON REALITY IN THE RURAL AREA OF BRAZIL

Alderir Neto Siqueira Veloso
Isabela Mendes Matos
Matheus Henrique Almeida

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-12



Resumo

No Brasil, não há registros de relações escravistas de produção nas tribos indígenas antes da chegada dos portugueses. Desse modo é possível afirmar que a escravidão decorreu da “descoberta” do país em 1500. Em síntese, o processo de colonização utilizou mão-de-obra escrava, primeiramente dos nativos e depois dos negros. Tal realidade só se modificou quando, cedendo às pressões britânicas, a corte brasileira inicia uma série de iniciativas a partir da segunda metade do século XIX, que ensejaram a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Mas, apesar de todas as leis criadas que a proibiam, a escravidão ainda permaneceu existindo e ocorrendo, mesmo que de forma “mascarada”. Para a elaboração deste artigo, realizou-se um estudo de cunho qualitativo, seguido da elaboração de uma revisão bibliográfica, por meio de trabalhos acadêmicos e científicos disponíveis em base de dados, principalmente, a Science Direct, Periódicos CAPES, Digital library, LUME, RIA, OpenEdition e a SciELO. Houve uma seleção criteriosa deste a coleta dos dados, a análise foi realizada por meio da leitura dos materiais e elaboração de fichamentos das partes que se julgou mais importante ou necessárias. Observa-se que o combate ao trabalho escravo na zona rural é uma tarefa complexa, envolvendo ações de diversos órgãos e instituições. Para tanto, é necessário fortalecer as leis trabalhistas e garantir sua aplicação efetiva, além, de investir em políticas de inclusão social e econômica para os trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Escravidão; Abolição; Fiscalização

Abstract

In Brazil, there are no records of slave production relations in indigenous tribes before the arrival of the Portuguese. In this way, it is possible to affirm that slavery resulted from the “discovery” of the country in 1500. In short, the colonization process used slave labor, first from natives and then from black people. This reality only changed when, yielding to British pressure, the Brazilian court began a series of initiatives from the second half of the 19th century, which led to the abolition of slavery on May 13, 1888. But, despite all the laws created that prohibited it, slavery still existed and occurred, even if in a “masked” form. To prepare this article, a qualitative study was carried out, followed by the preparation of a bibliographical review, using academic and scientific works available in databases, mainly Science Direct, Periódicos CAPES, Digital library, LUME, RIA, OpenEdition and SciELO. There was a careful selection of data collection, the analysis was carried out by reading the materials and preparing records of the parts that were considered most important or necessary. It is observed that combating slave labor in rural areas is a complex task, involving actions from different bodies and institutions. To this end, it is necessary to strengthen labor laws and ensure their effective application, in addition to investing in social and economic inclusion policies for rural workers.

Keywords: Slavery; Abolition; Oversight

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo Pinsky (1992), não há registros de relações escravistas de produção nas tribos indígenas antes da chegada dos portugueses. Desse modo é possível afirmar que a escravidão decorreu da “descoberta” do país em 1500.

Em síntese, o processo de colonização utilizou mão-de-obra escrava, primeiramente dos nativos e depois dos negros. Tal realidade só se modificou quando, cedendo às pressões britânicas, a corte brasileira inicia uma série de iniciativas a partir da segunda metade do século XIX, que ensejaram a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 (ANTERO, 2014).

A “Lei Áurea” (Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888) é a lei responsável pela libertação dos escravos de condições de trabalho extremamente degradantes, desumanas e insalubres, que, sem sombra de dúvidas, feriam seus direitos como pessoas humanas que eram. Outras leis precederam a lei Áurea, como as leis nº 581 de 4 de setembro de 1850, nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 e nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, proibiram a entrada de escravos no Brasil, realizaram a libertação de crianças de mães escravas e concederam liberdade para todos os escravos com idade igual ou superior a 60 anos, contribuindo significativamente para a abolição da escravatura (CARVALHO; SARAIVA, 2021).

Mas, apesar de todas as leis criadas que a proibiam, a escravidão ainda permaneceu existindo e ocorrendo, mesmo que de forma “mascarada”. De acordo com o art. 149 do Código Penal Brasileiro, o trabalho análogo a de escravo é caracterizado pela submissão de alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Os trabalhadores tornaram-se e tornam-se vítimas da escravidão porque já eram ou são vítimas na situação econômica e social, pelo baixo nível de escolaridade ou ausência de escolaridade e por desconhecimento da lei (FIGUEIRA, 2000). A vista disso, os trabalhadores rurais são os que mais se submetem a condições de trabalho precárias e desumanas, sem acesso a direitos básicos e sem remuneração adequada, como escravos ou em condições análogas à escravidão.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Escravidão colonial: breve histórico

Em sua obra, Jacob Gorender (1978) descreve o escravismo colonial como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana. O escravo era o único que trabalhava no período Brasil-colônia, atuava em todas as funções, sendo a principal a plantação e colheita da cana-de-açúcar, possibilitando, portanto, o desenvolvimento. O senhor de escravos, os capatazes, padres, hóspedes e parentes somente usufruíam deste trabalho (GORENDER, 1978; OLIVEIRA *et al.*, 2019)

A escravidão indígena foi a primeira tentativa da Coroa portuguesa de explorar a mão de obra no Brasil, contudo os indígenas conheciam muito bem o território o que dificultava sua captura, além dos padres jesuítas, que os defendiam para catequizá-los. Ainda assim, a mão-de-obra empregada na montagem dos engenhos de açúcar no Brasil foram predominantemente indígena, sendo a maioria submetida à escravidão (PORTAL GELE-

DÉS, 2012; MARQUESE, 2006).

Em meados do século XVI, os primeiros escravos africanos começaram a ser importados, para realizar atividades especializadas e por esse motivo, eram bem mais caros que os indígenas: um escravo africano custava cerca de três vezes mais que um escravo indígena, na segunda metade do século XVI (MARQUESE, 2006).

Após 1560, com a ocorrência de várias epidemias no litoral brasileiro (como sarampo e varíola), os escravos índios passaram a morrer em proporções alarmantes, o que exigia reposição constante da força de trabalho nos engenhos e ao mesmo tempo, os portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico até o final do século XVI.

Por volta de 1770, havia quase 2,5 milhões de escravos africanos e afrodescendentes espalhados em todo o novo mundo (Brasil), da Jamaica a Buenos Aires, de Salvador a Virgínia e do Peru a Caracas (PARRON, 2009).

Em 1888, após as pressões britânicas, a abolição da escravatura no Brasil foi “consolidada” através da Lei Áurea. Em contrapartida, esta lei não é considerada justa, pois não proveu medidas que assegurassem a independência e qualidade de vida dos escravos libertos (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Com a abolição, em tese, da escravatura, a condição jurídica de escravo foi extinta, sendo introduzido no art. 149 do Código Penal a redução a condição análoga à de escravo.

O Brasil foi uma das primeiras nações a reconhecer a existência do trabalho análogo à escravidão em seu território e as ações para seu enfrentamento têm sido objeto de reconhecimento internacional. Não obstante, a erradicação do trabalho escravo no País demandará, além das ações repressivas e de políticas indenizatórias e de reinserção social, a execução de medidas preventivas e, sobretudo, um sistema ágil e efetivo de combate à impunidade (ANTERO, 2014).

2.2 Trabalho escravo contemporâneo ou análogo a escravidão na zona rural brasileira

As vítimas do trabalho escravo na zona rural são, em sua maioria, pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, incluindo imigrantes, trabalhadores sem-terra e indivíduos que vivem em áreas remotas e isoladas. Eles são atraídos por promessas de emprego e condições de vida melhores, mas acabam sendo explorados e submetidos a trabalhos forçados (REZENDE; REZENDE, 2013; SILVA, 2019).

Por tratar-se de uma atividade ilegal, é impossível determinar o número exato de pessoas submetidas ao regime de escravidão no Brasil. No que tange à localização dessas pessoas, embora a escravidão seja encontrada em todas as regiões brasileiras e em áreas rurais e urbanas, o relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) indica uma relação entre os casos identificados de trabalho escravo e o desmatamento da Amazônia Legal. Tanto o é, que os Estados da federação com maior incidência de trabalho escravo são o Pará, o Maranhão, o Mato Grosso e o Tocantins (ANTERO, 2014; FERREIRA, 2021).

Segundo Théry e colaboradores (2012) a relação entre as variáveis sociais analfabetismo funcional e naturalidade dos trabalhadores escravizados, implica diretamente na escala dos estados mais afetados. A partir desta relação, identificam-se dois blocos: o primeiro, no Estado do Mato Grosso e o oeste do Pará, onde são menores tanto as taxas de analfabetismo funcional 33 (variando entre 4 e 30%) quanto o número de trabalhadores nessa condição, e o segundo, englobando os Estados do Tocantins, Maranhão e leste do

Pará, cujas taxas de analfabetismo funcional variam entre 50 e 92% e concentram o maior número de trabalhadores por lugar de nascimento (Figura 1).

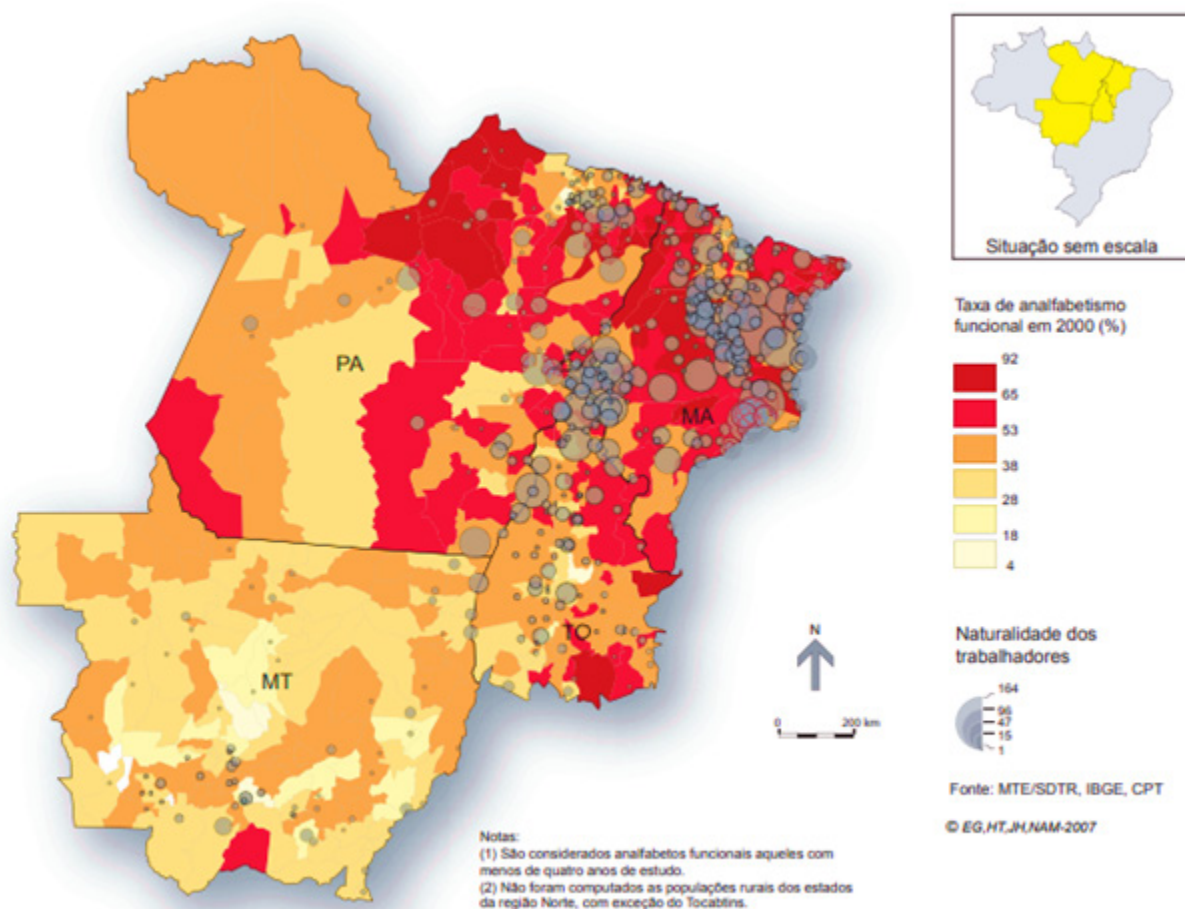


Figura 1. Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso - Naturalidade dos trabalhadores escravos e analfabetismo funcional, por município (THÉRY *et al.*, 2012)

A escravidão contemporânea se difere da escravidão colonial (conforme a tabela 1) e se manifesta no mundo de diversas maneiras: nos países desenvolvidos, se revela pelo tráfico humano, sobretudo de mulheres forçadas à prostituição e de crianças encontradas presas em casa, vítimas de abuso sexual; já no Brasil, a forma mais comum é a escravidão por dívida (ANTERO, 2014).

Tabela 1. Comparação entre a antiga e a nova escravidão

Brasil	Antiga Escravidão	Nova Escravidão
Propriedade legal	Permitida	Proibida
<i>Custo de aquisição de mão-de-obra</i>	Alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos.	Muito baixa. Não há compra e, muitas vezes, gasta apenas o transporte.
<i>Lucros</i>	Baixos. Havia custos com a manutenção dos escravos.	Altos. Se alguém fica doente, pode ser mandado embora, sem nenhum direito.
<i>Mão-de-obra</i>	Escassa. Dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução.	Descartável. Um grande contingente de trabalhadores desempregados. Um homem foi levado por um gato por R\$ 150,00 em Eldorado dos Carajás, sul do Pará.
<i>Relacionamento</i>	Longo período. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes.	Curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento.
<i>Diferenças étnicas da pele.</i>	Relevantes para a escravidão.	Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável pode se tornar escravo, independentemente da cor.
<i>Manutenção da ordem</i>	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.

Fonte: Antero, 2014.

Para Théry e colaboradores (2012) trabalho escravo é uma das formas de violência presentes no campo e característica da questão agrária no país, incluindo a pecuária, a produção de carvão vegetal, a extração de madeira e a produção de cana-de-açúcar. Trata-se de uma prática contraditória, pois esse tipo de exploração humana coexiste e é utilizada em consonância com as mais modernas técnicas de produção agropecuária e por isso é intitulada como barbárie da modernidade.

De acordo com dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), foram resgatados 942 trabalhadores em condições análogas à escravidão em 2021 até o mês de março, o que representa um aumento de 35% em relação ao mesmo período do ano anterior. A análise dos dados mostrou que a maioria dos trabalhadores resgatados era do sexo masculino (68%), com idades entre 18 e 30 anos. Ademais, a maioria dos trabalhadores era analfabeta ou tinha apenas o ensino fundamental incompleto.

A situação foi agravada durante a pandemia de Covid-19, com um aumento no número de casos de trabalho escravo no setor agropecuário. Com o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, muitos trabalhadores se tornaram ainda mais vulneráveis à exploração e ao trabalho escravo. Os trabalhadores geralmente eram submetidos a condições precárias, como alojamentos sem condições de higiene, falta de água potável e alimentos inadequados, sendo vítimas de violência física e psicológica (WERMUTH; NIELSSON, 2018)

De acordo com Figueira (2000), da mesma forma que a escravidão legal só é explicada por uma conjunção de fatores, a contemporânea, mesmo ilegal, é também fruto de um conjunto de fatores. Dentre as causas estão: “Omissão do Estado, que não tomou medidas preventivas para impedir o aliciamento de trabalhadores em seus locais de origem e nas estradas por onde se dá o tráfico; omissão da legislação, que não definiu claramente o que compreende por “escravo” e não previu expropriação das terras onde se realiza o crime; cumplicidade das forças policiais locais e estaduais; cumplicidade de funcionários das DRTs e da Polícia Federal (PF), que não fiscalizaram os imóveis ou o fizeram de forma parcial, dificultando qualquer ação do poder judiciário; cumplicidade de outras autoridades do estado e da União, que não viam como os fazendeiros poderiam instalar suas fazendas de outra forma; medo dos funcionários da DRT e da PF de se indisporerem com empreiteiros, gerentes e proprietários; corrupção de funcionários públicos; isolamento das fazendas e certeza de que a denúncia não atravessaria a porteira; preconceito cultural: os peões eram preguiçosos, não trabalhavam senão mediante coação; silêncio da imprensa nacional; fraude nos encargos econômicos e sociais devidos ao governo e aos trabalhadores; escassez de mão-de-obra, por haver opções mais atraentes de trabalho na região, como o garimpo, as atividades madeireiras e as possibilidades de se tornar posseiro ou, mesmo, pequeno proprietário; desemprego e pobreza, tornando as pessoas mais vulneráveis ao aliciamento; e a realidade das vítimas que não fogem ou deixam de buscar socorro de autoridades, imaginando que, em função da dívida, a lei não as protegeria” (FERREIRA, 2000).

No Nordeste Brasileiro, o Maranhão é o estado com mais registros de casos de trabalho escravo com destaque para a atividade pecuária. No município de Codó e região, a atividade econômica predominante é a criação extensiva de gado. Codó é a cidade maranhense com maior contingente de indivíduos escravizados, totalizando 442 resgatados. Outras cidades apresentam um número expressivo de trabalhadores submetidos à escravidão, como Imperatriz (291 resgates), Santa Luzia (275 resgates) e Açailândia (164 resgates) (SANTANA, 2022). Tais resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão ocorrem em fazendas pecuárias.

As empresas têm uma responsabilidade social e legal de garantir que não haja trabalho escravo em sua cadeia produtiva, em resposta a pressão crescente da sociedade civil e consumidores. Em consequência, algumas empresas adotam políticas rígidas de combate ao trabalho escravo, monitorando sua cadeia de fornecimento e exigindo que seus fornecedores cumpram determinados padrões de trabalho decente, pois o trabalho escravo contemporâneo não pode ser analisado apenas como mais um crime, ou uma prática isolada, mas é parte de uma estratégia de poder estatal/capitalista. Outras empresas, no entanto, podem fechar os olhos para o problema ou mesmo se beneficiar do trabalho escravo (WERMUTH; NIELSSON, 2018; REZENDE; REZENDE, 2013; THÉRY et al., 2012), por isso faz-se necessário uma fiscalização rigorosa para punir os responsáveis.

2.3 Algumas medidas de combate ao trabalho análogo a escravidão na zona rural brasileira

A relação de trabalho escravo significa muito mais do que o descumprimento da lei trabalhista, pois fere diretamente, e em sua essência, o Estado democrático de direito, além de representar uma das mais graves violações aos direitos humanos, pois é privado o direito de cidadania (ANTERO, 2008).

Desde 1995, com o reconhecimento das autoridades brasileiras acerca da existência do trabalho em condições análogas à escravidão no país, diversos mecanismos foram ela-

borados para que se buscasse erradicar esse modo de exploração brutal do trabalho humano (AZEVEDO, 2022).

O Brasil foi um dos pioneiros em reconhecer a persistência dessa forma de exploração de trabalho e possui o respeito da comunidade internacional pelos resultados alcançados em seu combate (OIT, 2005). Segundo Antero (2008), o ápice desse esforço foi em 2003, com o lançamento do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, pelo governo federal, com foco na fiscalização, estruturado no Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, que é parte integrante do Plano Plurianual 2004-07.

O Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, contendo 76 ações, agrupadas em seis grandes blocos: (i) ações gerais; (ii) melhoria na estrutura administrativa do grupo de fiscalização móvel; (iii) melhoria na estrutura administrativa da ação policial; (iv) melhoria na estrutura administrativa do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho; (v) ações específicas de promoção da cidadania e combate à impunidade; e (vi) ações específicas de conscientização, capacitação e sensibilização (Presidência da República Federativa do Brasil, 2003).

A fiscalização das denúncias de trabalho escravo é o principal eixo desse plano e é realizada pelos grupos móveis de fiscalização. Pela sua relevância, esse eixo foi consubstanciado no programa “Erradicação do Trabalho Escravo”, integrante do Plano Plurianual 2004-07, cuja coordenação cabe à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (ANTERO, 2008).

Em síntese, a política de implementação desse programa é sustentada em ações de fiscalização, inclusão dos trabalhadores liberados em políticas públicas compensatórias e criação de estruturas públicas e da sociedade civil de forma a criar um cenário que impeça a prática criminosa da submissão de trabalhadores à condição de escravos (ANTERO, 2008).

Segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), entre 1995 e 2006 foram libertados 21.762 trabalhadores, distribuídos anualmente. Até o mês de julho de 2007, haviam sido libertados 3.434 trabalhadores.

Além das ações de fiscalização, o programa prevê a inserção do trabalhador resgatado de condição análoga à escravidão no seguro-desemprego. No campo das ações assistenciais, sempre que a situação assim o exija, os trabalhadores beneficiários do programa recebem assistência temporária, que garante o custeio de alimentação, alojamento e transporte ao local de origem. Quanto às ações pertinentes à Justiça do Trabalho, o programa visa ainda promover a prestação judiciária in loco por meio de Varas Itinerantes do Trabalho, formadas por equipes que levam a prestação jurisdicional trabalhista aos cidadãos residentes nos municípios mais longínquos dos estados do Pará, Amapá, Maranhão e Mato Grosso (ANTERO, 2008).

Conforme Antero (2008), o grande marco do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo é sua proposição de execução articulada entre órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil e organismos internacionais. Ele atende às determinações do Plano Nacional de Direitos Humanos e expressa uma política pública permanente fiscalizada pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), presidida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e constituída por representantes governamentais e não-governamentais.

Em setembro de 2008, o governo federal lançou o 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, elaborado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e expressa uma política pública permanente dedicada à repressão de

tal prática. O programa estabelece ações para o enfrentamento, a repressão e a prevenção deste tipo de crime, além de iniciativas para garantir a capacitação dos trabalhadores libertados e sua reinserção no mercado de trabalho.

De acordo com o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Conatetrap), as denúncias podem ser feitas diretamente ao Ministério Público do Trabalho (MPT), de forma digital, por meio da internet, pelo portal oficial do órgão e/ou pelo aplicativo MPT Pardal, disponível no App Store e Google Play (PORTAL AGÊNCIA ASSEMBLEIA DE NOTÍCIAS, 2023).

O Sistema Ypê criado pela SIT em parceria com a OIT e um canal no portal Gov.br, foi disponibilizado pelo Ministério da Economia para o registro de denúncias trabalhistas. No caso de trabalho análogo ao de escravo, não é exigida a identificação do denunciante. Além disso, conforme o Conatetrap, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos disponibiliza o aplicativo Direitos Humanos Brasil e a linha de telefone “Disque 100” para a denúncia de submissão ao trabalho em condições análogas às de escravo ou qualquer violação aos direitos humanos (PORTAL AGÊNCIA ASSEMBLEIA DE NOTÍCIAS, 2023).

Além dessas medidas sancionadoras nos âmbitos penal e trabalhista, há uma publicação periódica da relação de empregadores flagrados explorando mão de obra análoga à de escrava, conhecida como “lista suja do trabalho escravo”, expondo os infratores, cuja repercussões têm sido relevantes nos constrangimentos financeiros, econômicos e comerciais de empregadores flagrados cometendo essa prática criminosa (DE OLIVEIRA; DOS ANJOS, 2020).

3. METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo, realizou-se um estudo de cunho qualitativo, seguido da elaboração de uma revisão bibliográfica, por meio de trabalhos acadêmicos e científicos disponíveis em base de dados, principalmente, a Science Direct, Periódicos CAPES, Digital library, LUME, RIA, OpenEdition e a SciELO. Houve uma seleção criteriosa deste a coleta dos dados, a análise foi realizada por meio da leitura dos materiais e elaboração de fichamentos das partes que se julgou mais importante ou necessárias. Desse modo, foi possível reunir diversas informações a respeito do trabalho escravo nas zonas rurais, assim debatendo e discutindo a respeito da temática “trabalho escravo na zona rural do Brasil”.

4. CONCLUSÃO

Observa-se que o combate ao trabalho escravo na zona rural é uma tarefa complexa, envolvendo ações de diversos órgãos e instituições. Para tanto, é necessário fortalecer as leis trabalhistas e garantir sua aplicação efetiva, além, de investir em políticas de inclusão social e econômica para os trabalhadores rurais. Ressalta-se, também, a importância de conscientizar a sociedade sobre a gravidade do problema e promover ações de fiscalização e monitoramento das condições de trabalho nas atividades rurais. Para combater o trabalho escravo, é importante integrar o conhecimento jurídico e antropológico para compreender as raízes e as dinâmicas desse fenômeno, a fim de desenvolver políticas públicas efetivas para erradicá-lo, além de ações estruturais nas regiões afetadas que incluam políticas de desenvolvimento sustentável, de reinserção social, de trabalho, emprego e renda, de reforma agrária e de educação.



Referências

- ANTERO, S. A. Considerações sobre o trabalho escravo no Brasil do século XXI. **Revista Do Serviço Público**, 58(4), p. 451-464, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v58i4.183>
- ANTERO, S. A. Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 791-828, 2008.
- AZEVEDO, V. R. **O trabalho análogo à escravidão: dos mecanismos de combate às causas para sua persistência no contexto brasileiro**, 2022.
- BORGES, P. C. C. **Panorama da legislação de combate ao trabalho escravo na América do Sul**, 2015.
- BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo**, 2003. Disponível em: <www.mte.gov.br/Empregador/fiscatrab/trabescravo/ErradicacaoTrabalhoEscravo/default.asp>
- CARVALHO, S. C. & SARAIVA, M. de F. A. Evolução histórica do direito trabalhista e a escravidão contemporânea: um retrocesso em relação à Lei Áurea. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, 13(Especial), 29, 2021. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/824>.
- DE OLIVEIRA, J. P. B; DOS ANJOS, J. S. Fundamentos, potencialidades e efetividade da “lista suja” enquanto instrumento de combate ao trabalho análogo ao de escravo. **Revista do CEPEJ**, n. 22, p. 130-155, 2020.
- FERREIRA, D. S. et al. MAPEAMENTO DO RURAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, v. 2, n. 2, 2021.
- Figueira, R. R. Por que o trabalho escravo?. **Estudos Avançados**, 14(38), 31–50, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000100003>
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: **Editora Ática**, 1978.
- MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, p. 107-123, 2006.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). **Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil**. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/trabalho-escravo-contemporaneo-no-brasil>.
- OLIVEIRA, M. F. S et al. **Trabalho e Educação: a participação das mulheres negras nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia a partir da Lei de Cotas nº 12.711/2012**, 2019.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. 2005.
- PARRON, T. P. A política da escravidão no império do Brasil. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, **University of São Paulo**, São Paulo, 2009. Disponível em: [doi:10.11606/D.8.2009.tde-04022010-112116](https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-04022010-112116).
- PINSKY, Jaime. Escravidão no Brasil. **Editora Contexto**, 1992.
- PORTAL GELEDÉS. **A história da escravidão negra no Brasil**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>>.
- PORTAL AGÊNCIA ASSEMBLEIA DE NOTÍCIAS. **Combate ao trabalho escravo, 2023**. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/129441/combate-ao-trabalho-escravo#:~:text=O%20combate%20%C3%A0%20escravid%C3%A3o%20depende,contra%20esse%20tipo%20de%20crime>.
- REZENDE, M. J.; REZENDE, R. C. A erradicação do trabalho escravo no Brasil atual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p.7- 39,2013
- SANTANA, A. A. **Cativeiros do agronegócio no campo brasileiro: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia**, 2022.
- SILVA, M. P. O trabalho escravo contemporâneo: conceito e enfrentamento à luz do trabalho jurídico e pastoral do frei Henri Burin des Roziers. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), 32(66), 329–346, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420190001000016>
- THÉRY, H. et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. 2012
- WERMUTH, M. Â. D.; NIELSSON, J. G. A “empresa-campo” e a produção da “vida nua”: direitos humanos e o trabalho escravo contemporâneo sob a perspectiva biopolítica. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 367–392, ago. 2018.

13

UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL BRASILEIRO

*A BIBLIOGRAPHIC SURVEY ON SLAVE WORK IN THE BRAZILIAN RURAL
AREA*

José Ribamar Mendes Martins Filho
Leonardo Victor Moreira Conceição

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-13



Resumo

Este artigo aborda o trabalho escravo no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, destacando as condições desumanas enfrentadas pelos escravos e a persistência dessa prática na sociedade contemporânea. Apesar da abolição formal em 1888, o trabalho escravo ainda existe, especialmente entre migrantes explorados em atividades como agricultura e construção civil. Este estudo destaca a importância de conscientizar e erradicar essa violação dos direitos humanos fundamentais. A pesquisa baseou-se em métodos bibliográficos, análise de dados e estatísticas relacionadas ao trabalho escravo.

Palavras-chave: trabalho escravo, Brasil, condições desumanas, direitos humanos, sociedade contemporânea.

Abstract

This article addresses slave labor in Brazil, from the colonial period to the present day, highlighting the inhuman conditions faced by slaves and the persistence of this practice in contemporary society. Despite the formal abolition in 1888, slave labor still exists, especially among migrants exploited in activities such as agriculture and civil construction. This study highlights the importance of raising awareness and eradicating this violation of fundamental human rights. The research was based on bibliographic methods, data analysis and statistics related to slave labor.

Keywords: slave labor, Brazil, inhumane conditions, human rights, contemporary society.

1. INTRODUÇÃO

Este texto trata sobre o trabalho escravo no Brasil, desde o seu início, no século XVI, até os dias atuais. No período colonial, a exploração da mão de obra escrava contribuiu para o desenvolvimento econômico do país, mas teve um impacto negativo na saúde física e mental dos escravos, bem como na coesão social e moral do país. Após a abolição da escravatura em 1888, muitos ex-escravos foram abandonados à própria sorte e não receberam qualquer tipo de reparação ou ajuda do governo, o que resultou na continuidade do trabalho escravo em fazendas e outras atividades rurais.

Atualmente, o trabalho escravo ainda é uma realidade em diversos países, incluindo o Brasil, onde muitas pessoas são submetidas a condições degradantes e insalubres de trabalho, sem remuneração adequada, sem equipamentos de proteção individual, sem acesso a direitos básicos como alimentação, moradia e saúde, e sofrendo violência física e psicológica (MTE, 2011). Conforme as informações MTE (2011), o Brasil tem uma legislação específica que torna ilegal o trabalho escravo e prevê punições para os empregadores que o praticam, além de órgãos como o MPT e o Ministério da Economia. Que fiscalizam as empresas e fazendas para garantir o cumprimento das leis trabalhistas.

O presente trabalho tem como objetivo informar sobre trabalho escravo, que ainda é um grave problema contemporâneo e uma violação de direitos humanos. Restringindo o poder de liberdade do indivíduo e atenta contra a sua dignidade. Assim como nos períodos colonial e imperial, o fenômeno não se diferencia da escravidão, em que as vítimas eram presas com correntes e açoitadas no pelourinho.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste texto é a pesquisa bibliográfica, por meio de consultas a livros, artigos e documentos oficiais sobre o tema. Também foi utilizada a análise de dados e estatísticas relacionadas ao trabalho escravo no Brasil.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Trabalho Escravo – Início

O trabalho escravo no Brasil teve início em meados do século XVI com a chegada dos colonizadores portugueses, eram utilizados em diversas atividades, como na agricultura, mineração, construção, produção de açúcar e outros produtos agrícolas, (SILVA, 2018). Os primeiros escravos foram indígenas, mas logo foram substituídos pelos africanos, trazidos em grande quantidade pelos portugueses (SCHWARTZ, 2019).

Dias (2019), relata que, eles eram submetidos a condições desumanas de trabalho, incluindo longas jornadas de trabalho, falta de alimentação adequada, exposição a doenças e castigos físicos severos. A exploração da mão de obra escrava contribuiu para o desenvolvimento econômico do país, mas também teve um impacto negativo na saúde física e mental dos escravos, bem como na coesão social e moral do país (MERGULHÃO, 2020).

Durante a época colonial, o trabalho na zona rural era uma prática comum e amplamente difundida. Os colonizadores a fim de explorar as riquezas naturais do país, importaram milhões de africanos escravizados para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar,



café, tabaco, algodão e outras culturas agrícolas (CAVALCANTI, 2022).

De acordo com Tribunal Superior do Trabalho (TST, 1940), a escravidão tornou-se um dos pilares da economia brasileira e durou mais de 300 anos, até a abolição da escravatura, no decorrer desse tempo, milhões de africanos foram explorados e trazidos à força por navios negreiros para o Brasil, onde foram submetidos a condições desumanas de trabalho, violência e exploração sexual. Os escravos eram considerados propriedade dos seus donos, onde não tinham direitos ou liberdade.

Após a abolição da escravatura pela Lei Áurea em 1888, muitos ex-escravos foram abandonados à própria sorte sem direito a nada e não receberam qualquer tipo de reparação ou pouca ou nenhuma ajuda do governo (TST, 1940). Como resultado, muitos continuaram a viver em condições de extrema pobreza e marginalização. Por conta disso, muitos após libertos voltaram a trabalhar em fazendas em condições análogas já vivenciadas (BRASIL, 1940).

3.2 Trabalho Escravo – Nos Dias Atuais

O trabalho escravo na zona rural ainda é uma realidade em diversos países do mundo, incluindo o Brasil. Prática criminosa em que pessoas são submetidas a condições degradantes e insalubres de trabalho (FUNAG, 2010), muitas vezes sem remuneração adequada, ausência de equipamentos de proteção individual (EPIs), restrição de liberdade, dívidas com os empregadores e violência física e psicológica e sem acesso a direitos básicos como alimentação, moradia e saúde. sem direitos trabalhistas básicos, tais como férias remuneradas, jornada de trabalho regulamentada e descanso semanal (FIGUEIRA, 2004).

A abolição da escravatura no Brasil ocorreu em 1888, mas os efeitos da escravidão ainda são sentidos na sociedade brasileira. As políticas públicas de combate ao trabalho escravo no Brasil têm sido importantes na luta contra essa prática. A fim de combater essa prática (ANDROFF, 2010), no Brasil o artigo 149 do Código Penal criminaliza o trabalho escravo e estabelece penas para os empregadores que as praticam (OIT, 1995).

O Ministério do Trabalho e Emprego criou em 1995, o Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo, que tem como objetivo identificar e erradicar o trabalho escravo no país (MTE, 2002). Além disso, existem organizações não-governamentais que trabalham na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e no combate ao trabalho escravo., existem órgãos como o MPT e o Ministério da Economia que fiscalizam as empresas e fazendas para garantir o cumprimento das leis trabalhistas (PAEFI, 2011).

Porém, o que ocorre é que há uma persistência de atitudes escravagistas nas relações de trabalho rural que resistem em aceitar a existência de um Estado democrático de direito (REZENDE, 2013). É difícil englobar todas as iniciativas que buscam promover mudanças para garantir os direitos dos trabalhadores e as ações que demonstram conivência com a manutenção do trabalho escravo no meio rural e urbano. Na sociedade, há uma constante confusão sobre o que constitui uma condição análoga à escravidão, e os debates jurídicos e políticos atuais podem tanto ajudar a esclarecer quanto a obscurecer o que deve ser considerado trabalho degradante (REZENDE, 2013).

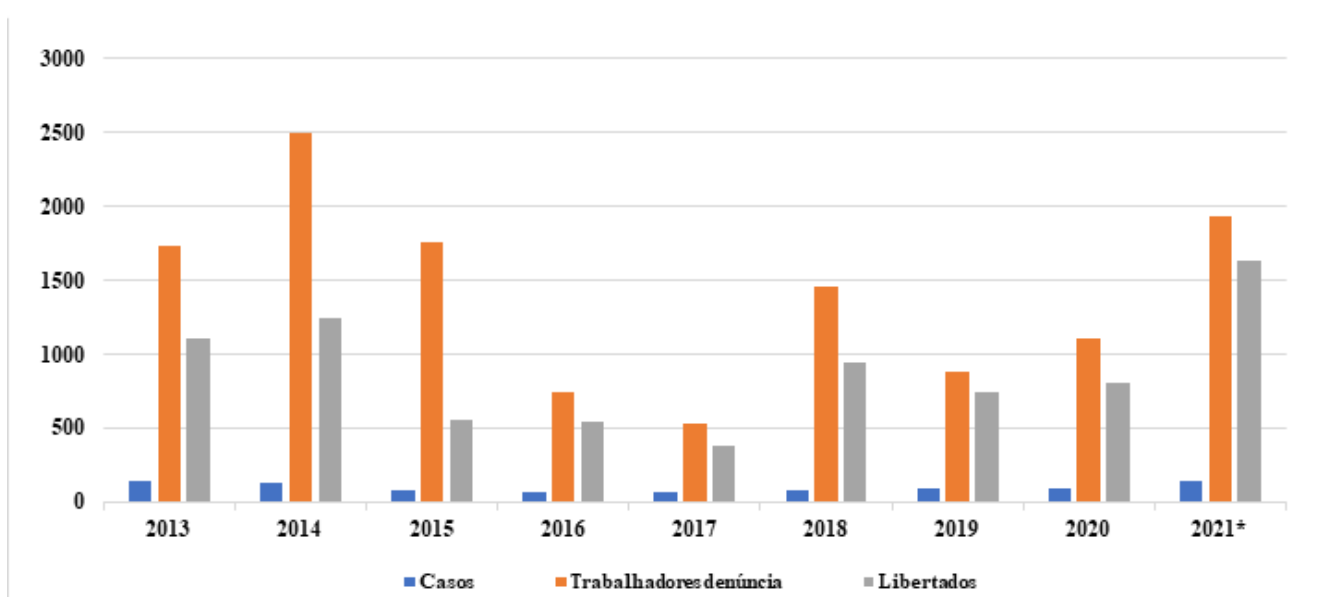
O Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) estabelece quatro princípios fundamentais que são a base para a função social da terra. Se todos os empregadores rurais os respeitassem e se fossem impostos pelo Estado brasileiro a todas as atividades rurais, seria possível erradicar todas as formas de trabalho escravo ou semelhantes ao trabalho escravo. Esses princípios são: produtividade, observação da legislação trabalhista, preservação ambiental

e garantia da saúde dos trabalhadores da terra.

O acesso à informação é um direito fundamental da cidadania e é essencial para as práticas governamentais contra as condições degradantes de trabalho no meio rural (SILVA, 2017). A erradicação do trabalho escravo no Brasil é uma luta que envolve não só a garantia dos direitos humanos e da dignidade das pessoas, mas também a luta contra a desigualdade social e a pobreza.

Segundo dados do Ministério Público do Trabalho (MPT, 2022) “o trabalho escravo na zona rural é mais comum em regiões como a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste”. No entanto, apesar dos esforços do governo e da sociedade civil, o trabalho escravo na zona rural ainda persiste como uma realidade, evidenciando a necessidade de se fortalecer a luta contra essa prática e garantir que os direitos trabalhistas sejam respeitados em todas as regiões do mundo.

Tabela 1: Ocorrência de trabalho escravos entre os anos 2013 e 2021



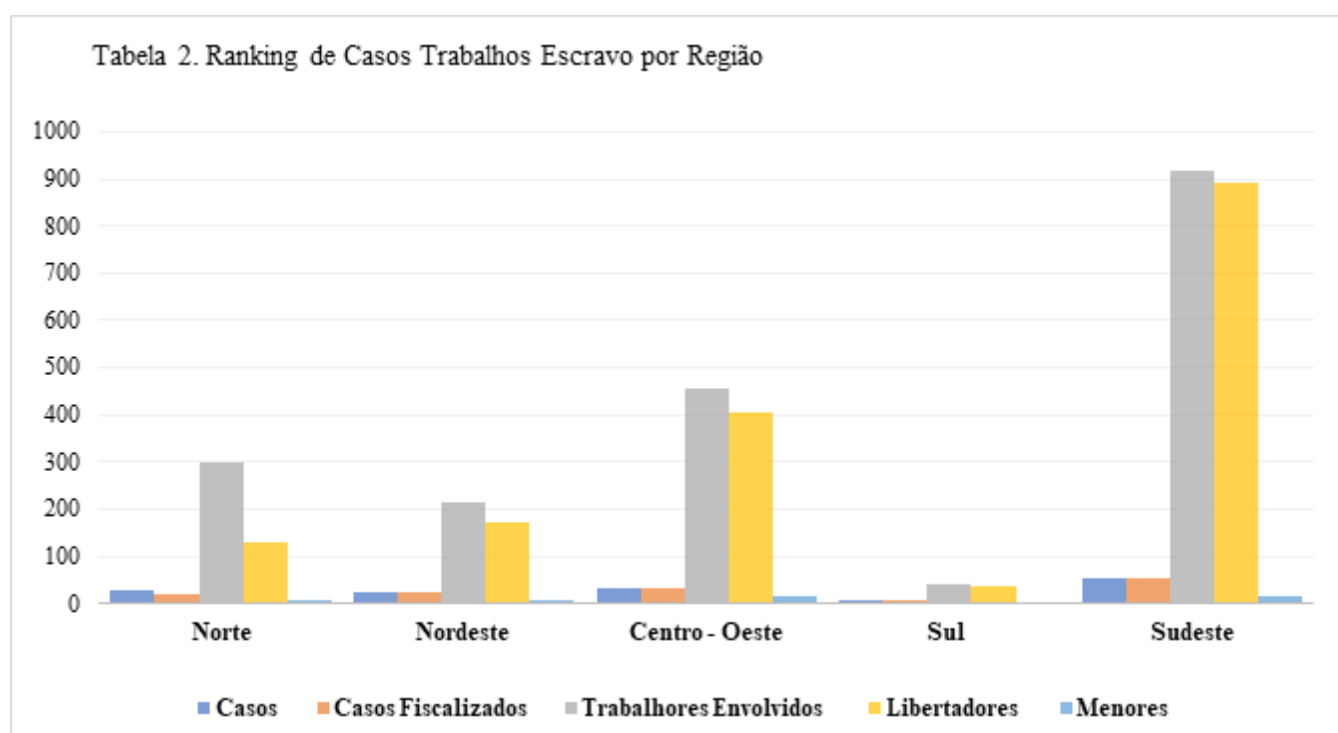
*Dados atualizados até 09/12/2021. Fonte: Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo e Centro de Documentação da CPT - Dom Tomás Balduino.

Segundo dados levantados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), entre os anos 1995 e 2022 foram resgatados mais de um total de 60.125 trabalhadores em condições análogas à escravidão no país.

- 13.463 somente no estado do Pará, estado com maior ocorrência de casos no período considerado.
- O maior número de inspeções aconteceu na Região Sudeste (MG): 302.
- Apenas em 2022, 2.575 trabalhadores foram encontrados em condições análogas à da escravidão no Brasil.
- Dentre os trabalhadores resgatados em 2022, 83% se autodeclararam negros.
- Mais da metade dos resgatados (58%) são nascidos na região Nordeste.
- 7% dos trabalhadores resgatados em 2022 eram analfabetos.
- Cerca de 43% dos trabalhadores resgatados em 2022 não completaram o ensino fundamental.
- O maior resgate de trabalhadores escravizados no Brasil aconteceu em 2007, quando 6.025 pessoas foram encontradas nessa situação pela Inspeção do Trabalho. A

maioria desses trabalhadores estava no estado do Pará (1.934) e no estado do Mato Grosso do Sul (1.646).

- 77,8% dos trabalhadores resgatados no Brasil estavam em propriedades no meio rural. Essa parcela equivale a mais de 46 mil pessoas.
- Mais de 132 milhões de reais foram recebidos pelos trabalhadores, entre 1995 e 2022, como forma de verba rescisória.
- No geral, a maioria das pessoas submetidas a esse tipo de trabalho (95%) são homens, principalmente no meio rural.
- No meio urbano, as condições análogas à escravidão encontradas foram no setor de confecção têxtil, que emprega um maior número de mulheres, e na construção civil.



É importante que a sociedade em geral se engaje na conscientização e na denúncia de casos de trabalho escravo, para ajudar a erradicar essa violação dos direitos humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos sobre o trabalho escravo no Brasil, que teve início no século XVI e durou mais de 300 anos, sendo a escravidão um dos pilares da economia brasileira. Os escravos eram submetidos a condições desumanas de trabalho, violência e exploração sexual, e muitos foram abandonados à própria sorte após a abolição da escravatura, vivendo em condições de extrema pobreza e marginalização.

Embora a abolição da escravatura tenha ocorrido em 1888, o trabalho escravo ainda é uma realidade em diversos países do mundo, incluindo o Brasil, onde as pessoas são submetidas a condições degradantes e insalubres de trabalho.

No Brasil, existem políticas públicas de combate ao trabalho escravo, como uma legislação específica que criminaliza a prática e estabelece penas para os empregadores que a praticam. No entanto, ainda há uma persistência de atitudes escravagistas nas relações de

trabalho no campo, a sociedade tem dificuldades em entender o que deve ser considerado trabalho degradante, que constitui uma condição análoga à escravidão.

Por fim, destacamos que é importante a conscientização da população sobre a gravidade do trabalho escravo e a necessidade de combater essa prática, evitando a impunidade em quem submete os trabalhadores em condições análogas à escravidão. As organizações não-governamentais que trabalham na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e no combate ao trabalho escravo, bem como os órgãos como o MPT e o Ministério da Economia, que fiscalizam as empresas e fazendas para garantir o cumprimento das leis trabalhistas, são fundamentais para alcançar esse objetivo. O acesso à informação é fundamental para que os cidadãos saibam quais são seus direitos e para que as práticas governamentais sejam transparentes. A erradicação do trabalho escravo no Brasil é uma luta importante não só pelos direitos humanos e pela dignidade das pessoas, mas também pela redução da desigualdade social e da pobreza.

Referências

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Trabalho Escravo**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trabalho=-escravo#:~:text=Na%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%2C%20o%20artigo,restri%C3%A7%C3%A3o%20de%20loco-mo%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalhador.>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 dez. 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em 29 de junho de 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos avançados**, v. 14, p. 31-50, 2000.

GUITARRARA, Paloma. **Trabalho escravo no Brasil atual**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/trabalho-escravo-no-brasil-atual.htm>. Acesso em 18 de abril de 2023.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. Aspectos penais do trabalho escravo. **Revista de Informação Legislativa**, ano, v. 50, 2013.

JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant'Ana; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes (Ed.). **Trabalho escravo contemporâneo**. Mauad Editora Ltda, 2014.

MERGULHÃO, Maria Fernanda Dias. A Escravidão e sua Influência nas Relações Sociopolíticas Brasileiras. **Instituto Direito Real**. 2020. Disponível em: <<https://direitoreal.com.br/artigos/a-escravidao-e-sua-influencia-nas-relacoes-sociopoliticas-brasileiras>>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Portal da Cidadania. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcapjpcglclefindmkaj/https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/06/Combate_Trabalho_Escravo_01.06.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

MIRAGLIA, Lívia Mendes Moreira. Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. **LTr** 75, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Relações África-Brasil: o que seria? **Novos olhares sociais**, v. 1, n. 1, p. 6-25, 2018.

OLIVEIRA, Thais Carvalho de et al. **Entre as tramas da indústria da moda: argumentos sobre o trabalho escravo contemporâneo na sociedade de consumo**. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT Brasília. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/WCMS_393066/lang--pt/index.htm#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20artigo%20149,Art.>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

PORFÍRIO, Francisco. **Trabalho escravo contemporâneo**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/escravidao-nos-dias-de-hoje.htm>. Acesso em 02 de abril de 2023.

REPÓRTER BRASIL, **Escravo Nem Pensar**. Pinheiros, SP, CEP 05410-010. Disponível em: <https://escravnem-pensar.org.br/o-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 03 de maio de 2023.



REZENDE, Maria José de; REZENDE, Rita de Cássia. A erradicação do trabalho escravo no Brasil atual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 7-39, 2013.

SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS/ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO^ DMI- NISTÉRIO DO TRABALHO/COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HU- MANA. Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo. 2003.

SILVA, Luana Figueiró. **O combate ao trabalho escravo contemporâneo na sociedade da informação: efe- tividade e alcance da lista suja do Ministério do Trabalho e Previdência Social**. 2017.

THÉRY, Hervé et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, Justiça do Trabalho. Disponível em https://www.tst.jus.br/memoriavi- va/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-02>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

VALPORTO, Oscar. Número de resgatados do trabalho escravo rural é o maior desde 2013. **Projeto Colabora**. 2020. Disponível em:< <https://projetocolabora.com.br/odsl/numero-de-resgatados-do-trabalho-escravo-ru- ral-e-o-maior-desde-2013/>>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

CAVALCANTE, Maria Clara. Ciclo da Cana de Açúcar: história e como é cultivada. **Quero Bolsa**. 2022. Dispo- nível em:< <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/ciclo-da-cana-de-acucar/>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

14

TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL: UMA REVISÃO DA SITUAÇÃO NO BRASIL

SLAVE WORK IN RURAL AREAS: A REVIEW OF THE SITUATION IN BRAZIL

Antonio Moises de Sousa Torres
Carlos Daniel Farias Silva
Walterlan Santos Ravete de Lima

d.o.i.: 10.29327/5318203.1-14



Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o fenômeno do trabalho escravo na zona rural do Brasil, considerando suas causas, impactos e medidas de prevenção. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica qualitativa, que proporcionou uma compreensão aprofundada do tema. Foi constatado que o trabalho escravo tem suas raízes na colonização do país pelos portugueses, persistindo mesmo após a promulgação da Lei Áurea em 1888. A pobreza e a exclusão social foram identificadas como fatores preponderantes que contribuem para a perpetuação dessa prática. Além disso, a falta de fiscalização e a impunidade dos responsáveis também são apontadas como elementos que favorecem a continuidade do trabalho escravo. As principais atividades econômicas relacionadas ao trabalho escravo na zona rural incluem a produção de carvão vegetal, a criação de gado e a produção de grãos. Medidas de prevenção são discutidas, como investimento em educação, combate à pobreza e fiscalização rigorosa. Destaca-se a atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e a importância da responsabilização das empresas por práticas de trabalho escravo. Conclui-se que é necessário um esforço conjunto da sociedade para combater essa prática e garantir condições de trabalho dignas.

Palavras-chave: Trabalho escravo, zona rural, causas, impactos, prevenção

Abstract

This article aims to analyze the phenomenon of slave labor in rural areas of Brazil, considering its causes, impacts, and preventive measures. The research was based on a qualitative literature review, which provided an in-depth understanding of the topic. It was found that slave labor has its roots in the colonization of the country by the Portuguese, persisting even after the enactment of the Golden Law in 1888. Poverty and social exclusion were identified as predominant factors that contribute to the perpetuation of this practice. Additionally, the lack of oversight and the impunity of those responsible are also pointed out as elements that facilitate the continuation of slave labor. The main economic activities related to slave labor in rural areas include charcoal production, cattle farming, and grain production. Prevention measures are discussed, such as investment in education, poverty alleviation, and rigorous enforcement. The role of the Special Mobile Inspection Group and the importance of holding companies accountable for slave labor practices are highlighted. It is concluded that a joint effort of society is necessary to combat this practice and ensure dignified working conditions.

Keywords: Slave labor, rural areas, causes, impacts, prevention.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho escravo no Brasil teve início com a colonização do país pelos portugueses, tornando-se fulcral para economia brasileira por mais de três séculos, e a mão de obra escrava foi utilizada em diversas atividades, como agricultura, mineração e construção civil (GONÇALVES, 2005).

A realidade da escravidão assola o Brasil desde o período colonial até a Lei Áurea de 1888, que em tese deveria abolir o trabalho escravo no país, entretanto esta lei não contemplava medidas que assegurassem a independência e qualidade de vida das pessoas escravizadas, e como reflexo desta medida superficial, mesmo após mais de um século, o trabalho escravo ainda persiste em diversas regiões do Brasil (OLIVEIRA, 2019).

A legislação brasileira define o trabalho escravo como “a submissão de um trabalhador a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida, restrição da liberdade de locomoção ou qualquer forma de trabalho forçado” (BRASIL, 2016).

Como fatores preponderantes, temos falta de acesso à educação, saúde e empregos formais, a pobreza e a exclusão social também são fatores determinantes para a perpetuação do trabalho escravo no Brasil (HIRATA *et al.*, 2012). Além disso, a ausência de fiscalização por parte do Estado e a impunidade dos responsáveis também contribuem para a continuidade do trabalho escravo no país (ARROYO, 2010).

O trabalho escravo contemporâneo ainda hoje está presente em nossa sociedade e apresenta reflexos do século passado. Isto quer dizer que as condições de trabalho análogas à escravidão ainda são marcantes no que tange ao abuso da mão de obra de trabalho. Dessa forma, as consequências do trabalho escravo são graves e pertinentes tanto para as vítimas quanto para toda a sociedade. Neste sentido, o presente estudo apresenta uma visão panorâmica sobre o cenário da escravidão moderna na zona rural brasileira, sua etiologia e seus mecanismos de repressão e prevenção.

2. METODOLOGIA

Na seleção dos métodos de pesquisa, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica embasada em uma abordagem qualitativa. Essa abordagem, por sua vez, proporciona uma apreciação holística acerca do tema em estudo, permitindo estabelecer conexões profundas entre estudos culturais, identitários e históricos. Para coleta e análise dos dados, foi adotada a técnica da leitura, seleção criteriosa e elaboração de fichamentos, viabilizando uma exploração descritiva e hipotético-dedutiva de elevado refinamento.

Por meio dessa abordagem metodológica, vislumbrou-se a obtenção de uma compreensão aprofundada e enriquecedora acerca da temática “trabalho escravo na zona rural brasileira”, valendo-se das informações e análises decorrentes da revisão bibliográfica realizada.

3. TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL DO BRASIL

São múltiplas e complexas as causas do trabalho escravo no Brasil, envolvendo questões estruturais como pobreza e exclusão social, bem como a falta de fiscalização e a impunidade dos responsáveis.



A pobreza é uma das principais causas do trabalho escravo no Brasil, visto que muitos trabalhadores são atraídos por promessas de emprego e melhores condições de vida. Porém, acabam sendo explorados por empregadores inescrupulosos que oferecem condições precárias de trabalho e remuneração abaixo do mínimo legal (ARROYO, 2010). Outro fator importante que fomenta o trabalho escravo no Brasil é a exclusão social, especialmente nas áreas rurais. Muitos trabalhadores são originários de regiões distantes e não têm acesso a informações sobre seus direitos trabalhistas.

Além disso, muitos são analfabetos e não têm a capacidade de negociar melhores condições de trabalho (CARRARA; SANTOS, 2014). Com isso o trabalho escravo na zona rural tem se tornado um problema grave no Brasil e vem sendo monitorado e combatido por diversos órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. De acordo com dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), entre 2003 e 2022, foram resgatados mais de 56 mil trabalhadores em condições análogas à escravidão em todo o país, sendo que cerca de 80% desses casos ocorreram na zona rural (MPT, 2022).

As principais atividades econômicas que envolvem trabalho escravo na zona rural são a produção de carvão vegetal, a criação de gado e a produção de grãos, como soja e milho. A produção de commodities, detém de grande quantidade de terras, fazendo deste o setor que mais recruta pessoas para trabalhar, porém, a forma predatória de como se dá a geração de commodities pelo agronegócio, inclui a incidência de relações de trabalho análogas a da escravidão (SANTANA, 2022).

Muitos trabalhadores são contratados por intermediários, conhecidos como gatos, que os aliciam em regiões mais pobres do país prometendo empregos e salários atraentes. Na maioria das vezes, os trabalhadores são submetidos a condições desumanas, como falta de água potável, alimentação inadequada, jornadas exaustivas, ausência de equipamentos de proteção individual e alojamentos precários (MPT, 2022).

Para o redator do programa Globo Rural, Cleyton Vilarino (2023), “em crescimento desde 2018, a libertação de pessoas nessas condições em atividades do setor agropecuário mais que triplicou nos últimos dois anos. De acordo com números do Ministério do Trabalho, foram 1.932 pessoas encontradas nessas condições em 2022, 233% a mais do que o registrado em 2020. O crescimento é quase cinco vezes superior ao registrado entre trabalhadores urbanos, cujos resgates somaram 537 pessoas no último ano, aumento de 50,8% no mesmo período.”. Em 2023, através de informação passada à Agência Brasil, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, autoridades resgataram, em todo o Brasil, 523 vítimas de trabalho análogo à escravidão. No estado de São Paulo, o primeiro caso do ano, ainda sob investigação, foi registrado em 26 de janeiro. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), 32 trabalhadores da cadeia de produção de cana-de-açúcar foram localizados nessa condição (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Em paralelo com esses fatos, o estado do Maranhão ocupa o primeiro lugar (3.544) no cenário de escravidão do nordeste sendo a atividade pecuária responsável por a maior parte dos casos de trabalho escravo. O município de Codó se destaca como o local com o maior contingente de indivíduos escravizados, totalizando 442 resgatados. Nessa região, a atividade econômica predominante é a criação extensiva de gado, sendo que parte dos resgates ocorrem em fazendas pecuárias. Outros municípios como Imperatriz, Santa Luzia e Açailândia, localizados na parte ocidental do estado, também apresentam um número expressivo de trabalhadores submetidos à escravidão, com 291, 275 e 164 resgates, respectivamente (SANTANA, 2022).

Outra atividade que apresenta dados expressivos no que diz respeito a situação laboral análoga à escravidão é a produção de carvão vegetal. De acordo com informações

obtidas no site WWF, a grande parte do carvão vegetal produzido no Brasil é proveniente da destruição de florestas nativas e muitas vezes envolve condições de trabalho precárias e ilegais, embora o problema tenha sua maior concentração na Amazônia, ele não se limita à maior floresta tropical do planeta (ALDEM BOURSCHEIT, 2012).

O Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Pantanal também sofrem com essas práticas arcaicas. Um estudo realizado pelo WWF-Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Rede Nossa São Paulo, Fundación Avina, Repórter Brasil e Papel Social revela a conexão entre a devastação ambiental, o trabalho escravo e a produção de ferro e aço (ALDEM BOURSCHEIT, 2012).

Cumpra-se necessário um esforço conjunto de todas as esferas da sociedade, incluindo o governo, a sociedade civil e os trabalhadores para combater essa prática. Somado a isso, é fundamental que haja uma fiscalização rigorosa e que os responsáveis pelo trabalho escravo sejam punidos de forma exemplar (HIRATA *et al.*, 2012).

4. TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL: PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA

Segundo Brasília (2011), em 1995, o governo brasileiro reconheceu a existência oficial do trabalho em condições análogas à escravidão no país e iniciou medidas para combatê-lo. Nesse contexto, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) para realizar inspeções trabalhistas.

A atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) é complementada pelo trabalho dos grupos especiais de fiscalização das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE). Essa iniciativa fortaleceu a presença da Inspeção do Trabalho em setores com maior incidência de irregularidades relacionadas ao trabalho análogo ao de escravo. O aumento da fiscalização nesses setores estimula o cumprimento voluntário da legislação trabalhista e contribui para desencorajar a prática de submeter os trabalhadores a condições semelhantes à escravidão (BRASILIA, 2011).

Com a pressão conjunta e articulada de atores sociais de âmbito internacional, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e de âmbito nacional, representados por órgãos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foram estabelecidas alianças densas o suficiente para levar denúncias de trabalho escravo contemporâneo aos organismos internacionais e para forçar o governo a enfrentar essa questão e adotar medidas (ROCHA; BRANDÃO, 2013).

As medidas para erradicar o trabalho escravo em todo o país consistem em ações executadas por auditores fiscais vinculados às Superintendências do Trabalho (SRTE) ou pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), estabelecido em 1995. O GEFM coordena e organiza equipes de fiscalização em todas as regiões do Brasil, contando com a colaboração do Ministério Público do Trabalho (MPT) e das forças policiais (FILGUEIRAS; ALVES, 2014).

A prevenção do trabalho escravo contemporâneo no Brasil envolve medidas como fiscalização, educação, combate à pobreza e responsabilização das empresas. É fundamental que haja um esforço conjunto de todas as esferas da sociedade para combater essa prática e garantir que os trabalhadores tenham condições de trabalho dignas e respeito aos seus direitos (BRASIL, 2017).

Existem diversas medidas de prevenção do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, algumas das quais são propostas pelos órgãos governamentais e outras por organiza-

ções da sociedade civil. Uma dessas medidas é o investimento em educação de qualidade. É fundamental que os trabalhadores saibam quais são seus direitos trabalhistas e como denunciar casos de trabalho escravo. Além disso, é necessário investir em educação básica e qualificação profissional para reduzir a vulnerabilidade dos trabalhadores à exploração (COSTA, 2010).

Além disso, Políticas de combate à pobreza também são importantes, visto que a pobreza é uma das principais causas do trabalho escravo no Brasil. E, ainda, investimentos em programas de transferência de renda e em políticas de geração de emprego e renda podem ajudar a reduzir a vulnerabilidade dos trabalhadores à exploração (ARROYO, 2010).

Por fim, a fiscalização é uma das medidas mais importantes para prevenir o trabalho escravo no Brasil. O Ministério do Trabalho e Emprego é o principal órgão responsável por essa fiscalização, e realiza inspeções em empresas e propriedades rurais para verificar se as condições de trabalho estão de acordo com as normas trabalhistas (BRASIL, 2017).

5. CONCLUSÃO

O estudo realizado demonstra que a literatura é repleta de informação quanto a ocorrência do trabalho escravo no Brasil e nas áreas rurais do país, além da atualização da situação dessas ocorrências disponibilizando, também, de medidas de prevenção e uma assistência quando recorrida. Diante dos dados reais da ocorrência de trabalho escravo, se faz necessária a perpetuação de informação preventiva e de ações que cessem esse índice, assim como descrito nos últimos parágrafos dessa revisão. Com isso, é fundamental que as empresas sejam responsabilizadas por práticas de trabalho escravo, podendo ser feito por meio de multas e sanções administrativas e criminais. É muito importante, ainda, que as empresas adotem políticas de responsabilidade social e ambiental que garantam a observância dos direitos trabalhistas e contribuam com a prevenção do trabalho escravo no Brasil, assim como nas zonas rurais que tangem o país.

Referências

- ALDEM BOURSCHUIT. **Estudo revela elos nacionais e internacionais do carvão ilegal e do trabalho escravo.** <https://www.wwf.org.br/?31543/Estudo-revela-elos-nacionais-e-internacionais-do-carvo-ilegal-e-do-trabalho-escravo> Acesso em: 04 de junho de 2023.
- ALVES, Elisabeth Santos Alves; ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. A centralidade do trabalho na determinação da mobilidade territorial dos trabalhadores rurais. **Revista HISTEDBR On line**, Campinas, n° 55, p. 250-266, mar 2014 – ISSN: 1676- 2584
- ANDRADE, Juliana. **Em 2023, 523 vítimas de trabalho análogo à escravidão foram resgatadas.** 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/em-2023-523-vitimas-de-trabalho-analogo-escravidao-foram-resgatadas>. Acesso em: 08 de junho de 2023.
- ARROYO, L. **O trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 5.008, de 8 de março de 2004.** Regulamenta a fiscalização do trabalho escravo, 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Fiscalização do trabalho.** Disponível em: <http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-do-trabalho>. Acesso em: 7 maio 2023.
- CARRARA, S. SANTOS, A. Trabalho escravo contemporâneo: expressões, efeitos e perspectivas. **Revista Katalysis**, 17(2), 249-257, 2014.
- COSTA, C. M. M. Educação e trabalho escravo: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, 15(44), 221-232, 2010.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Terceirização e trabalho análogo ao de escravo: coincidência?**

GONÇALVES, J. **A escravidão no Brasil**. Editora Contexto, 2005.

HIRATA, H. et al. Trabalho escravo e tráfico de pessoas no Brasil: desafios para a pesquisa. **Cadernos Pagu**, (39), 161-185, 2012.

MANUAL de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo. Brasília: MTE, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). **Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil**. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/trabalho-escravo-contemporaneo-no-brasil>. Acesso em: 7 maio 2023.

OLIVEIRA, Maura Ferreira Santos et al. **Trabalho e Educação**: a participação das mulheres negras nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia a partir da Lei de Cotas nº 12.711/2012. 2019.

ROCHA, G; BRANDÃO, A. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul./dez. 2013.

SANTANA, Aurelane Alves. **Cativeiros do agronegócio no campo brasileiro**: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia. 2022.

AUTORES



Alderir Neto Siqueira Veloso

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Antonio Moises de Sousa Torres

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Carlos Daniel Farias Silva

Formado em Técnico em Agricultura pela Instituição de Ensino: Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA. Atualmente Graduando de Engenharia Agrônômica pela Instituição de Ensino Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Celeste Costa Pinheiro

Graduando em Economia pela Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA.

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas

Possui graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1992), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2004) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Maranhão.

Darlison Raycar Ribeiro de Sales

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão; Bolsista do Projeto de Pesquisa TED/ INCRA (2022- atual); Certificação profissional ANBIMA- série 20 (CPA-20) 2023 - 2026.

Davi Botelho Cutrim

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Djane Sousa Santos

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Domaris Martins Menezes

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Eloise Cristiny Costa dos Santos

Graduanda em Tecnologia em Gestão do agronegócio, UEMA- Universidade Estadual do Maranhão, Itapecuru Mirim- MA.

Emily Gabrielle Cunha Mendes

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Erica Louzeiro Cunha

Graduanda em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, cursando o técnico em Agronegócio pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, pesquisadora no Laboratório de Fitopatologia - UEMA, bolsista de Iniciação Científica do projeto intitulado “Análise Molecular de Variedades Crioulas de Arroz (*Oryza sativa* L.) do Estado do Maranhão” e diretora de pesquisa e extensão do diretório acadêmico de Agronomia - UEMA (DAGRO) campus Paulo VI.

Flávia Ferreira Chaves

Graduanda em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)- Campus Paulo VI e Técnica em Análises Químicas pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA)- Campus Zé Doca.

Geovana Mecatti Domingos Bortman

Zootecnista graduada pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia FAMEZ - UFMS, pós-graduada pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Mestranda em Produção e Gestão Agroindustrial. Experiência comercial em atendimento ao cliente, compradores corporativos, vendas de imóveis urbanos e rurais. Acompanhamento no pós-venda, visita aos clientes, desenvolvendo relatórios do uso do produto. Amplo conhecimento e experiência técnica em Planejamento, implantação e apoio na certificação de empresas em Boas Práticas de Fabricação e APPCC (Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle), bem como diagnósticos, planejamento estratégico e auditorias internas para empresas já certificadas; Alto conhecimento em consultoria na área de Qualidade e adequação a normas, com atuação há mais de 10 anos em empresas de diversos segmentos: Nutrição Animal, Agropecuária, Veterinária, produção e cooperativas agrícolas; Profissional com excelente capacidade de adaptabilidade, dinâmica, atenta a detalhes, com foco em entrega de resultados padronizados conforme métricas e processos com atingimento da excelência operacional e KPI'S correlacionados; Habilidade em relacionamento interpessoal, facilidade em lidar com equipes, visto as diversas empresas que atuei como consultora, definindo cronogramas de trabalho, alinhamentos de processos, planejamento estratégico e novas práticas para atingir a excelência na qualidade ou certificação técnica; Total domínio das rotinas de controle de qualidade de produção, certificação ou adequação a normas técnicas, cumprimento de metas e prazos estabelecidos.

Helio Mauricio Valois Moraes

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Idenilson Lobo Santos

Possui curso-técnico-profissionalizante em Técnico em Agropecuária pelo Associação da Casa Familiar Rural de Zé Doca (2017). Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Isabela Mendes Matos

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Isabelle de Sousa Luna

Graduanda em Tecnologia em Gestão do agronegócio, UEMA- Universidade Estadual do Maranhão, Itapecuru Mirim- MA.

João Victor de Souza Rabelo

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Jadson Pessoa da Silva

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (2008). Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (2013). Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Pará (2022) com estágio doutoral na Universidade do Minho em Portugal (2021). Foi professor efetivo do Instituto Federal do Maranhão - IFMA campus Santa Inês (2011-2014). Atualmente é Professor da Universidade Federal do Maranhão - UFMA vinculado ao Departamento de Economia - DECON. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Macroeconomia, Economia Monetária, Economia Regional e Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: sistema financeiro, crédito e avaliação de políticas públicas.

Jardiel Gaia da Hora

Estudante, graduação no curso de Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA Campos Paulo VI São Luís-MA com interesses nas áreas de Melhoramento Genético vegetal, Fitopatologia, Georreferenciamento e Processamento Remoto dentre outras áreas de importância econômica e cultural. Predileção em pesquisas e projetos de extensão assim como outros programas de apoio a pesquisa.

Jefferson Fernandes Silva

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

José Francisco dos Reis Neto

Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1974), mestrado em Investigación en Administración y Economía de la Empresa - Universidad de Salamanca (2008) e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Doutor em Economía de la Empresa pela Universidad de Salamanca, Espanha, com qualificação Sobressaliente Cum Laude e menção Doutor Internacional. Atualmente é pesquisador da Fundação Manoel de Barros, professor da Universidade Anhanguera - Uniderp, os cursos de graduação de Administração, Agronomia e Medicina Veterinária, e nos Programas Stricto Sensu em MPA - Produção e Gestão Agroindustrial e em MDR - Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

José Lucas Morais Casas Novas

Graduando em Tecnologia em Gestão do agronegócio, UEMA- Universidade Estadual do Maranhão, Itapecuru Mirim- MA.

José Ribamar Mendes Martins Filho

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Juliana Rodrigues Araújo Sampaio

Graduanda em Tecnologia em Gestão do agronegócio, UEMA- Universidade Estadual do Maranhão, Itapecuru Mirim- MA.

Juliana Silva Gomes

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Karina Andrade Pimentel

Graduanda em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Foi bolsista três vezes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, na modalidade Iniciação Científica - (IC), vinculada a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), com os projetos intitulados como, Efeito da cobertura morta no aumento da eficiência do uso da água e nitrogênio em solo tratado com gesso e biomassa de leguminosas; Avaliação da influência da aplicação de biomassa de leguminosa e gesso sobre os parâmetros fisiológicos da cultura do milho e Alterações nos indicadores biológicos do solo em função da biomassa aplicada como Mulch.

Lana Ester Salazar Viana

Graduanda em Tecnologia em Gestão do agronegócio, UEMA- Universidade Estadual do Maranhão, Itapecuru Mirim- MA.

Leonardo Victor Moreira Conceição

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Líz Vitória Pereira Araújo Oliveira

Acadêmica de engenharia agrônoma pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); técnica em agroindústria pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

Luis Fernando Gomes De Sousa

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Luziane Marques Fontinele

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Maria Eduarda Marques

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Marion Nayon Braga Soares

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Matheus Henrique Almeida

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Pablo Thomas Cascaes Garcez

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Poliana Oliveira Cardoso

Professora Adjunta I, do Departamento de Economia Rural, da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa e Bacharel em Gestão de Cooperativas pela mesma instituição. Coordenadora de Atividades Extracurriculares, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis PROEXAE. Atuou como professora Substituta do Curso de Tecnólogo em Cooperativismo da Universidade Federal do Tocantins. Durante a graduação, atuou como estagiária na Organização do Quadro Social em cooperativas. Foi membro de projetos de extensão universitária e de iniciação científica atuando nas áreas de organização coletiva e trabalhando com assentamentos rurais. Desenvolveu trabalhos com a técnica de Diagnóstico Rural Participativo- DRP em diferentes categorias de Unidades de Conservação. Os principais enfoques de pesquisa se concentraram no desenvolvimento sustentável, juventude rural e a gestão social em cooperativas.

Rayssa Luiza Farias Do Vale

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Thalison Santos Caldas

Graduando em Agronomia na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Cursando Técnico e Apicultura - UEMANet. Foi Tesoureiro da Dagro (diretório acadêmico agronomia). Foi Estagiário voluntário na Assessoria de Gestão Ambiental - AGA. Foi Voluntário em Projeto cultural. Foi Estagiário na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA. Possui experiência em PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais). Possui experiência em monitoramento e execução de plantio de mudas para reflorestamento em áreas degradadas.

Uelson Serra Garcia

Possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mestrado em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG), na área de concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais. Douto-

rando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Foi professor do Departamento de Economia Rural (DER) da Universidade Estadual do Maranhão. Realizou pesquisa como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, FAPEMA, atuando no desenvolvimento tecnológico da Rizipiscicultura na Baixada Maranhense e no Sistema de Integração, Lavoura, Pecuária, Floresta (iLPF), com ênfase principalmente em Ciência do Solo e Análise Econômica. Atuou no Plano MAIS IDH, programa do Governo do Estado do Maranhão pela Secretaria de Agricultura Familiar, SAF. Desenvolveu estágio em nível de pós-graduação em Gestão do Agronegócio pela Embrapa Arroz e Feijão (2017-2019), e estágio de graduação na Embrapa Semiárido na área de Ciência do Solo (2014). Pesquisa na área de desenvolvimento regional e agronegócio com ênfase em economia regional e desenvolvimento econômico, cadeias produtivas e desenvolvimento tecnológico.

Victor Emanuel Costa Carvalho

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Victória Kelly de Sousa Moraes

Graduada em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pós-graduada em Auditoria, Perícia e Gestão Ambiental, atuei como estagiária na Superintendência de Biodiversidade, Povos E Comunidades Tradicionais. Fui bolsista voluntária PIBEX-UEMA (2019-2020), bolsista PIBEX-UEMA (2021-2022). Experiência com agricultura familiar, produção agroecológica, cooperativismo, produção de mudas e compostagem. Membro do Grupo de Estudos em Economia Rural (GEER-UEMA).

Walterlan Santos Ravete de Lima

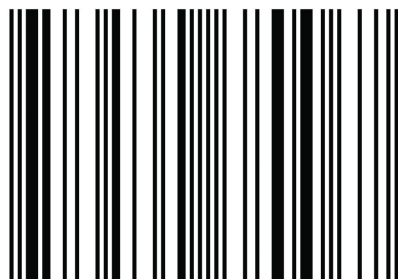
Graduando em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (5º período). É bolsista de iniciação científica - CNPq no desenvolvimento do subprojeto Resposta funcional e numérica de *Amblyseius largoensis* Muma (Acari: Phytoseiidae), sob efeito de óleo de soja degomado, alimentados com o ácaro-vermelho-das-palmeiras *Raiolella indica* Hirst (Acari:Tenuipalpidae), atuação na área da Entomologia. Tem experiência na docência da Educação Básica com formação em magistério. Participou ativamente da ação educacional na alfabetização de crianças pelo programa Novo mais educação.

Wilitan da Silva Martins

Graduação em andamento em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

ISBN: 978-65-6068-006-7

BR



9 786560 680067